



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Artes

Paula de Lima Trope

Relatos, pequenas histórias dentro da História

Rio de Janeiro
2022

Paula de Lima Trope

Relatos, pequenas histórias dentro da História



— Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Artes, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Arte e Cultura Contemporânea.

Orientadora: Prof^a. Dra. Sheila Cabo Geraldo

Coorientadora: Prof^a. Dra. Marise de Leão Ramôa

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

T856 Trope, Paula de Lima.
Relatos, pequenas histórias dentro da história / Paula de Lima
Trope. – 2022.
249f.: il.

Orientadora: Sheila Cabo Geraldo.
Coorientadora: Marise de Leão Ramôa.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Artes.

1. Artes e juventude - Teses. 2. Jovens socialmente excluídos –
Teses. 3. Subjetividade – Teses. 4. Arte moderna – Rio de Janeiro
(RJ) – Séc. XXI – Teses. 5. Associações, instituições, etc. – Teses.
I. Geraldo, Sheila Cabo. II. Ramôa, Marise de Leão. III. Universidade
do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. IV. Título.

CDU 7.036(815.3)“20”-053.6

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta tese, desde que citada a fonte.



Assinatura

Data

Paula de Lima Trope

Relatos, pequenas histórias dentro da História

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Arte e Cultura Contemporânea.

Aprovada em 19 de abril de 2022

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Sheila Cabo Geraldo (Orientadora)
Instituto de Artes – UERJ

Prof^a. Dra. Marise Leão Ramôa (Coorientadora)
Universidade Santa Úrsula

Prof^a. Dra. Ilana Feldman Marzochi
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dra. Inês de Araújo
Instituto de Artes – UERJ

Prof. Dr. João Luiz Vieira
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Paulo Estellita Herkenhoff Filho
Universidade de São Paulo

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

Às meninas, meninos e meninos – jovens que se automearam *Orgulho, Cria, Amor, Criatividade, Rio, Esperança, Lealdade, Justiça, Fé, Felicidade, Paz, Coragem, Amizade, Alegria...* Vagalumes cintilantes que iluminaram para sempre meu caminho, cometas de luz, viajantes do universo.
Às crianças que insistem em nos habitar.

AGRADECIMENTOS

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pelo apoio como instituição proponente do projeto e pelo privilégio dos anos de estudos durante o doutorado. Viva o ensino laico, público e gratuito!

À historiadora e teórica Sheila Cabo Geraldo, professora da linha de pesquisa Arte, Imagem e Escrita do Programa de Pós-graduação em Artes da Uerj, orientadora desta tese, pela condução preciosa pelas veredas da história, da teoria e da filosofia da arte. Sou grata também pelo estímulo para a realização desse projeto antes ainda de entrar para o doutorado, e ter me acompanhado até aqui, com todos os percalços nessa trajetória.

À psicanalista Marise Ramôa, especializada em saúde mental, infância e juventude, professora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fiocruz/RJ e do Curso de Psicologia da Universidade Santa Úrsula/RJ, coorientadora desta investigação, pela diretriz nos estudos sobre a criança e o adolescente, em áreas afins: psicanálise, educação e outras, bem como pela ajuda na compreensão das redes institucionais em seu entorno.

À Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro e à Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, instituições parceiras da pesquisa. Aos profissionais comprometidos com programas voltados à proteção dos direitos fundamentais da infância e juventude, com quem tive a chance de dialogar: Fernanda Pastuk, diretora do Capsi Mauricio de Souza; Dayse Almeida, do Capsi Mauricio de Souza; Anamaria Lambert, da Secretaria Municipal de Saúde/RJ; Jociane Souza, diretora da Unidade de Reinserção Social Casa de Acolhida do Catete; Ariadna Patrícia Alvarez, coordenadora do Centro de Convivência Virtual da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fiocruz/RJ; Susana Engelhard Nogueira, coordenadora do Projeto de Pesquisa “Lentes que Aproximam” – SMS/RJ e professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

Um agradecimento especial à Cristiane Oliveira da Silva, diretora da Unidade de Reinserção Social Casa Viva Bangu, por ter recebido com confiança e abertura nossa pesquisa, nossos movimentos, pelas trocas cultivadas. Esse trabalho se construiu sob o signo desta cumplicidade, na qual aprendemos e crescemos com as confluências e também divergências de percepção e de abordagens das questões.

Ao artista Alexandre Sá, diretor do Instituto de Artes da Uerj, meu professor no doutorado e da banca de qualificação, agradeço as pertinentes críticas e sugestões. À artista e professora Regina de Paula, minha madrinha nessa pós-graduação, pelo incentivo e conselhos amigos. Aos professores e aos colegas artistas e pesquisadores do PPGArtes, pelos aprendizados e conhecimentos compartilhados.

Aos professores Ilana Feldman, Inês de Araújo, João Luiz Vieira e ao historiador e curador Paulo Herkenhoff, que compuseram a banca da defesa de doutorado, pelas críticas construtivas e o incentivo para seguir com esse trabalho.

Aos artistas-pesquisadores Gabriel Martinho e Joana Traub Csekö, colaboradores nas atividades de campo, cujo envolvimento e parceria imprimiram muito de si ao trabalho. Ao fotógrafo-educador Marcelo Fraga, que se juntou a nós em Bangu. O vínculo que estabelecemos com os adolescentes se formou nessa convivência afetiva, por suas escutas e falas sensíveis e dedicadas. À artista-pesquisadora Luciana Guimarães, que participou conosco das discussões iniciais e das primeiras práticas, com a mesma empatia generosa.

À Dayse Arosa, pela leitura e revisão desse texto, ainda em processo. E pelo pente-fino e formatação da tese.

Às mulheres amadas e fundamentais da minha vida: Amariles, Francisca, Liana, Victoria, Fábria, Bia, Leonora e Etelvina. E ainda à Ana Lúcia Martins, Luiza Interlenghi e Rosana Palazyan, que, junto a outras preciosas *guerrilla girls*, tornam nossa luta mais querida.

Ao meu pai, Waldemar, de quem herdei, entre outras coisas, o olhar o mundo pela fotografia.

Ao Ricardo, companheiro de uma vida. Que me transmitiu muito do prazer da escrita. E revisor da versão final dessa tese!

Aos amados Antonio, Francisco, Lázaro, Manoela, Felipe e João Pedro, estrelas resplandecentes no meu céu.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

EPÍGRAFE

No descomeço era o verbo

Só depois é que veio o delírio do verbo.

O delírio do verbo estava no começo, lá onde a criança diz: Eu escuto a cor dos passarinhos.

A criança não sabe que o verbo escutar não funciona para cor, mas para som.

Então se a criança muda a função do verbo, ele delira

E pois.

Em poesia que é voz de poeta, que é a voz de fazer nascimentos –

O verbo tem que pegar delírio.

Manuel de Barros

A cabeça pensa onde os pés pisam.

Paulo Freire

Mas nossos pés andam, e nossa cabeça voa, e assim deve continuar, fora de qualquer gaiola que ouse domesticar o pensamento.

Renato Freitas

RESUMO

TROPE, Paula de Lima. *Relatos, pequenas histórias dentro da história*. 2022. 249 f. Tese (Doutorado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Tese baseada na participação colaborativa de jovens entre 12 e 18 anos de idade, em situação de vulnerabilidade, amparados por organizações governamentais na cidade do Rio de Janeiro. Associando vídeo, fotografia, desenho, pintura, colagem e escritura, por meio de jogos dialógicos, os adolescentes, simultaneamente sujeitos e objetos do discurso, atuaram como protagonistas em exercício emancipatório no campo da produção de subjetividade. O hibridismo de meios e formatos utilizados configurou uma *assemblage* na investigação de linguagens e suas possibilidades de experimentação. Ao propor a práxis da arte como fenômeno vivo, *Relatos* é obra em processo. A apresentação do material produzido pelos jovens na instituição acolhedora fechou o primeiro ciclo da pesquisa, valorizando-lhes a autoestima, a potência de vida e a noção de pertencimento. Parte-se de um posicionamento ético e estético em relação à história e à arte, que deve ser permanentemente atualizado frente aos debates em pauta na cultura contemporânea. Trata-se de problematizar os sentidos poéticos provocados por essas *pequenas histórias dentro da História*, bem como de aprofundar e amplificar as discussões que permeiam o tema da juventude e exclusão, reiteradamente invisibilizado e emudecido pela sociedade.

Palavras-chave: juventude e vulnerabilidade; instituições de acolhimento; alteridade; subjetividade; arte.

ABSTRACT

TROPE, Paula de Lima. *Narratives, small histories within History*. 2022. 249 f. Tese (Doutorado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Thesis statement based on the collaborative participation of youths between 12 and 18 years old, in situation of vulnerability, supported by governmental social reintegration institutions in the city of Rio de Janeiro. Combining video, photography, drawing, painting, collage and writing, by means of dialogic games, the adolescents, simultaneously subjects and objects of discourse, acted as protagonists in an emancipatory exercise in the field of subjectivity production. The use of hybrid media and formats resulted in a kind of *assemblage* for the investigation of languages and their possibilities for experimentation. By proposing the *praxis* of art as a living phenomenon, *Narratives* is a work in progress. The presentation of the material produced by the teenagers, organized in their sheltering institution, concluded the first cycle of this research, seeking to value their self-esteem, the potency of life and the notion of belonging. It embarks on an ethical and aesthetic positioning in relation to history and art, which must be permanently updated considering the debates on contemporary culture's agenda. The intent is to problematize the poetic senses provoked by these *small histories within history*, as well as to deepen and amplify the discussions that permeate the theme of youth and exclusion, repeatedly made invisible and muted by Brazilian society.

Keywords: youth and vulnerability; social reintegration institutions; alterity; subjectivity; art.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	REDES E RIZOMAS	17
1.1	Questões éticas, filosóficas e conceituais em debate	17
1.2	Arte como fenômeno vivo	27
1.3	Antecedentes, desdobramentos e reinvenções em <i>Relatos</i>	43
2	CAMPO DE TRABALHO	48
2.1	O lugar da infância	48
2.2	Infância, razão e assujeitamento	50
2.3	Infância e juventude na contemporaneidade – controle e crítica	54
2.4	Infância como experiência	56
2.5	Para uma história no presente	68
2.6	Construção histórica do conceito de infância e de juventude e a questão da exclusão no mundo ocidental	73
2.7	Infância, juventude, exclusão e institucionalização no Brasil	79
2.7.1	<u>Histórico da exclusão da infância e juventude e de sua institucionalização</u>	80
2.7.2	<u>O ECA e a Doutrina da Proteção Integral</u>	95
2.7.3	<u>Novas políticas de acolhimento institucional</u>	99
3	PEQUENAS HISTÓRIAS DENTRO DA HISTÓRIA	115
3.1	Em busca do tempo do agora	115
3.2	Acontecimentalizar	123
3.3	A verdade e a poética da linguagem	132
4	TÉKHNE E PRÁXIS DO TRABALHO OU UMA METODOLOGIA EM CONSTRUÇÃO	141
4.1	Territórios outros da arte – deslocamentos	141
4.2	Jogos de alteridade – ficção e fabulação	154
4.3	Um projeto de <i>hypómnema</i> – memórias materiais da experiência vivida .	167
5	MATERIAIS, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS	173
5.1	Aproximação do universo institucional da infância excluída	173
5.2	As imagens e os sons de <i>Relatos</i>	181
6	RELATOS – MEMORIAL	190
7	RELATOS – FILME EXPERIMENTAL	191

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS	192
REFERÊNCIAS	199
ANEXO A - Documentação do trabalho <i>Os Meninos</i> , 1993-1994	213
ANEXO B - Documentação do trabalho <i>Contos de Passagem</i> , 2000-2001.....	214
ANEXO C - Documentação do trabalho <i>Sem Simpatia – Os Meninos do Morrinho</i> , 2004-2005	215
ANEXO D - <i>Grão da voz entre dobras da alma</i> , texto do crítico e curador Paulo Herkenhoff sobre a obra <i>Exílios</i> , 2006-2007	216
ANEXO E - Abertura de processo de solicitação para realização de pesquisa entre instituições pela Plataforma Brasil.....	218
ANEXO F - Instituição proponente – Uerj.....	218
ANEXO G - Instituição parceira – Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro	223
ANEXO H - Instituição parceira – Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.....	228
ANEXO I - Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro – Adequação de projeto em tempos de pandemia	237
ANEXO J - Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro – Ressubmissão de projeto e novo parecer consubstanciado	242
ANEXO K - Unidades de Reinserção Social da SMASDH – Entidades de acolhimento.....	243
ANEXO L - Termos Jurídicos: TCLE; Tale; TCI.....	244

Para ler esta tese: como um *corpus* onde a teoria foi gerada a partir de uma práxis, parece interessante acessar primeiramente os trabalhos poéticos:

Relatos – memorial

<https://drive.google.com/drive/folders/1ej2S2qRFBXejEnbn31QUvxfCUBEHlIdI?usp=sharing>

Relatos – filme experimental

<https://vimeo.com/693613730?share=copy>

Senha: relatos

INTRODUÇÃO

A adolescência é compreendida pela psicanálise, ciências sociais, educação, entre outros campos de saber, como uma fase complexa no processo de amadurecimento dos indivíduos. Um período de crise, de perda da infância e de tudo que a contorna, para um outro estágio ainda desconhecido, de muitas expectativas aliadas a incertezas. Essa percepção de inadequação, na passagem da criança para a vida adulta, fica mais acirrada próximo à maioridade, quando o adolescente teme a privação de direitos e de proteção. Isso é mais problemático para os jovens em situação de vulnerabilidade econômica, social, psíquica e emocional, e ainda mais adversa para os adolescentes em condição de acolhimento institucional, em que muitas referências estruturantes do sujeito se encontram fragilizadas ou mesmo rompidas. As dificuldades de adaptação ao trabalho e/ou escola e para a estruturação de autonomia são questões duras de serem enfrentadas pelos jovens institucionalizados.

Relatos, pequenas histórias dentro da História é um trabalho de caráter experimental, de natureza conceitual e poética, que tem como cerne a questão da alteridade. Como introdução a esse conceito, recorreremos, neste primeiro momento, a uma perspectiva epistemológica da antropologia, reconhecendo o papel essencial da alteridade para esse campo teórico. O antropólogo François Laplatine (2003. p.12-13), expõe que

A experiência da alteridade (e a elaboração dessa experiência) leva-nos a ver aquilo que nem teríamos conseguido imaginar, dada a nossa dificuldade em fixar nossa atenção no que nos é habitual, familiar, cotidiano, e que consideramos “evidente”. Aos poucos, notamos que o menor dos nossos comportamentos (gestos, mímicas, posturas, reações afetivas) não tem realmente nada de “natural”. Começamos, então, a nos surpreender com aquilo que diz respeito a nós mesmos, a nos espiar. O conhecimento antropológico da nossa cultura passa inevitavelmente pelo conhecimento das outras culturas; e devemos especialmente reconhecer que somos uma cultura possível entre tantas outras, mas não a única.

Sem pretender esgotar a complexidade desse conceito, trabalhamos no cruzamento de distintas abordagens para a concepção de alteridade, como tentativas de aproximação de campos de conhecimento que se encontram entrelaçados na experiência da arte. Interessa-nos problematizar determinados compartilhamentos entre pessoas, que podem se dar em um nível psicanalítico e/ou

em um âmbito sociopolítico – como entre grupos heterogêneos que se relacionam. Exercícios simultaneamente políticos e de linguagem.

A pesquisa se constitui como um arquivo audiovisual, associando vídeo, fotografia, desenho, pintura, colagem e escritura, e se fundamenta na ação colaborativa de jovens, com idades entre 12 e 18 anos, acolhidos por equipamentos públicos em favor da infância e da adolescência em situação de vulnerabilidade emocional, psíquica, econômica e social, na cidade do Rio de Janeiro.

A noção de vulnerabilidade social corre o risco de ser tomada dentro de uma lógica conservadora reatualizada, como intrínseca a uma situação de pobreza e, ao mesmo tempo, atávica a determinados indivíduos, grupos ou populações, reforçando processos de subalternização e dependência. É essa concepção, que tende a se sobrepor aos adolescentes como um estereótipo, o ponto de ruptura e de virada, que *Relatos* busca examinar mais de perto, reconhecendo a força, a singularidade e a vontade de potência implicadas nas manifestações de vida dos jovens envolvidos no projeto. Assim como expor o racismo estrutural por trás de tais contextos históricos de desproteção.

O trabalho se conduziu a partir de uma perspectiva efetivadora de direitos, de modos de resistência materiais e simbólicos, de favorecimento da autonomia, investindo na transitoriedade dos sujeitos, em vez de se apoiar na ideia de identidades congeladas, apostando também na problematização das regulações, dos riscos e das faltas, como condição *sine qua nom* para superação da situação de exclusão.

Relatos, pequenas histórias dentro da História buscou estimular os participantes a vivenciar, através da experiência da arte, a descoberta de si e do mundo, propondo-se como exercício emancipatório no campo da produção de subjetividade. Os adolescentes atuaram na construção de seus retratos-autorretratos, das imagens e sons que constituíram a obra, como protagonistas de suas histórias. Tal participação foi a motivação mesma desta investigação.

Compreender em maior profundidade a temática da infância e da juventude, em um contexto de precariedade econômica e social, de embates e instabilidades, e investigar as possibilidades de enfrentamento desse estado de coisas por meio da arte como exercício de prática de liberdade, de empoderamento e valorização da vida, apresentam-se, portanto, como as questões que mobilizaram essa pesquisa.

A metodologia do trabalho baseou-se em estratégias artísticas de cunho dialógico, criando uma espécie de jogo entre artista e participantes, com a intenção

de produzir compartilhamento de vivências e possibilitar a fruição de trocas sociais, materiais e simbólicas: entre os próprios jovens, entre a artista, os demais artistas-pesquisadores e os adolescentes participantes e, numa esfera posterior, entre o que a obra poderá comunicar a quem a experimentar.

Trocas simbólicas é a expressão utilizada pelo sociólogo Pierre Bourdieu e pelo artista e ativista Hans Haacke em *Livre-troca: diálogos entre ciência e arte* (BOURDIEU; HAACKE, 1995), ao discorrer sobre os benefícios que as trocas de bens simbólicos acarretam objetivamente no cotidiano, atuando em defesa do multiculturalismo, em oposição a um ponto de vista absoluto e universal, ou seja, em defesa da liberdade. Bourdieu e Haacke (1995) entendem o papel da arte e de outras áreas de produção de conhecimento – ciências sociais, filosofia, literatura, entre outras –, como discursos autônomos, capazes de gerar uma reflexão crítica em sociedade, considerando a rede de relações econômicas, sociais e políticas em que estão inseridos.

Mediante a articulação de diferentes instâncias de linguagem, procuramos criar espaços de significação na construção dos discursos, de modo que os protagonistas dessas histórias pudessem elaborar suas experiências. Os adolescentes foram encorajados a se apropriar dos recursos disponibilizados, em função das demandas e intenções que apresentaram, para atuar no processo de realização do trabalho. A proposta era que os jovens produzissem imagens de seus assuntos de interesse pelo uso da fotografia, de colagens, de desenhos e de escrituras.

Ao mesmo tempo, foram convidados a criar aproximações dessas imagens com suas histórias de vida, em narrativas poéticas, resignificando, com seus depoimentos gravados em vídeo, suas vivências nas instituições, em família, na rua etc. Dessa forma, atuaram duplamente como sujeitos: produtores de linguagem e colaboradores da obra.

Nesse sentido, a questão da alteridade foi alicerçada sobre os recursos técnicos e estratégicos que compuseram a metodologia da pesquisa. E passou a ser também objeto de investigação, uma vez que buscamos analisar a efetividade do trabalho na atribuição de sentidos sobre o mundo, pela perspectiva daqueles que são o motivo deste estudo. Igualmente, as diversas instâncias abordadas (a família, as instituições de acolhimento, a rua) passaram a ser matéria de observação, a partir das histórias narradas pelos adolescentes, assim como o seu trânsito por esses diferentes espaços.

Procuramos, portanto, compreender as experiências vividas num determinado contexto material e simbólico, a fim de romper paradigmas e estereótipos. Tal iniciativa se faz cada vez mais urgente, considerando o acirramento recente dos abismos e processos de exclusão social, com a ascensão de Estados de natureza fascista e eugenista (desde o golpe parlamentar em 2016 sobre a presidente Dilma Rousseff e a subsequente eleição em 2018 do capitão reformado Jair Bolsonaro), que atingem, principalmente, aqueles mais vulneráveis: pobres, negros e jovens.

Relatos propõe ainda uma investigação do vídeo e da fotografia como sistemas simbólicos, examinando suas especificidades técnicas e de linguagem, na produção de sentidos. O trabalho fez uso de dispositivos diversos na captação de imagens fixas e em movimento, desde celulares a câmeras digitais de baixo custo, fora de uso, aliados ao desenho, à colagem e à escritura. Os aparelhos sofreram alterações variadas em seus programas, de modo a produzir imagens que fugissem aos padrões fotográficos e videográficos, dando a ver aspectos pouco mostrados e pensados pelos jovens. As imagens fotográficas foram retrabalhadas em desenhos, colagens e escrituras pelos adolescentes. Dessa forma, a questão tecnológica, as relações entre *thécné* e práxis, se converteu também em objeto de estudo, numa investigação de linguagens. Essas manipulações, por outro viés, garantiram a preservação da identidade dos participantes, assim como dos locais em que as imagens foram capturadas.¹

O estreitamento das ligações entre a fotografia e o vídeo no desenvolvimento do trabalho acarretou ainda discussões sobre a natureza desses meios, as vinculações e distinções entre eles. A isso, juntou-se o caráter híbrido dessas realizações, que se dão na fronteira entre documentário e ficção.

Ao propor refletir sobre a juventude em situação de vulnerabilidade e seu entorno social, *Relatos, pequenas Histórias dentro da História* extrapola os campos tradicionais de atuação da arte. Nesse sentido, problematiza a discussão sobre a *atitude* do artista e sobre a inserção da obra no sistema de arte, uma vez que propõe, pelo deslocamento de sua atuação para fora do circuito convencional, a expansão do *gesto* artístico e a produção de um novo sentido.

¹ Exigência formulada pelo ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) para realização de pesquisas com crianças e adolescentes até os 18 anos de idade, assistidos pelas redes institucionais governamentais.

Como atitude do artista, referimo-nos à prática artística compreendida a partir da superação da noção tradicional de obra de arte na cultura ocidental. Principalmente com as neovanguardas e a arte conceitual nos anos 1960, quando a arte passou a ser considerada ideia e pensamento, que têm como referência primeira os *ready-mades* de Marcel Duchamp e as vanguardas históricas, no início do século XX (WOOD, 2002).

Empregamos o termo gesto em confronto com o entendimento modernista do gesto criador do artista, como marca de sua singularidade e autenticidade. Ao mesmo tempo, é uma menção à noção brechtiana de *Gestus*. Para Brecht (1978), interessa enfatizar, através de seu teatro, aqueles gestos que se articulam com a rede de conexões sociais e sustentam as relações entre os homens, como procedimento: “O *Gestus* social é o *Gestus* relevante para a sociedade, o *Gestus* que deixa inferir conclusões sobre as circunstâncias dadas de uma determinada sociedade” (BRECHT, 1978. p. 306).

Por se tratar de investigação que envolve pessoas, foi necessário submetê-la aos Comitês de Ética da Uerj, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – Smasdh – e da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, pela Plataforma Brasil, até receber o parecer definitivo de deferimento pelas três redes institucionais.

Como parte desse processo, foi preciso elaborar documentação conceitual e jurídica,² por meio da qual os adolescentes, assim como as instituições de acolhimento parceiras, foram esclarecidos sobre todas as etapas de participação na constituição da pesquisa. Tal perspectiva faz parte do caráter experimental do trabalho. Parece importante observar a situação ainda inabitual de submissão de projetos pelo Programa de Pós-graduação em Artes da Uerj, aprovada pela Plataforma Brasil, abrindo um precedente para outras candidaturas envolvendo distintas redes institucionais e áreas de conhecimento.

Concluindo uma primeira etapa da pesquisa, uma apresentação dos trabalhos produzidos pelos jovens, assim como de seus videodepoimentos, foi organizada na Unidade de Reinserção Social que acolheu o projeto, como um platô inaugural para a observação e para a convivência dos adolescentes com suas realizações, modificando concreta e simbolicamente o lugar em que vivem, valorizando-lhes a autoestima e o sentimento de pertencimento. Essa montagem propiciou aos jovens

² Resolução CNS/Conep 510/2016.

um olhar ampliado e aprofundado sobre esses resultados (ainda que provisórios), como produtos do investimento simbólico, material e afetivo que realizaram. O trabalho buscou problematizar formas de cuidado de si pelos adolescentes e promover uma dimensão crítica a respeito de como os jovens se veem e se percebem, nas diversas instâncias sociais por onde transitam.

As imagens dos trabalhos realizados pelos jovens, junto às escrituras elaboradas por mim e pelos artistas-investigadores Gabriel Martinho e Joana Csekö, assistentes na pesquisa, foram organizadas em um caderno de memórias dos encontros, como uma espécie de *livro de artista*. Os videodepoimentos dos adolescentes, testemunhos da relação que se desenvolveu entre os que compartilharam esses momentos durante nossa estada na Casa Viva (de novembro de 2020 a março de 2022, e que segue em curso), assumiu o formato de *vídeo experimental*. Essas peças podem ser percebidas como registros poéticos, que são também documentos (não como coisa inerte, mas como expressão de singularidades na história), por isso, passíveis de assumir diferentes formas de interação, em função do contexto em que forem consideradas. Esse conjunto, ao lado do texto teórico sobre o processo de realização do trabalho, compõe a presente tese de pesquisa e de criação para obtenção do Doutorado em Arte e Cultura Contemporânea do Programa de Pós-Graduação em Artes da Uerj.

Dessa forma, *Relatos* se constitui como uma operação num tempo dentro do tempo, ao construir cenas pontuais na trajetória de vida de um grupo de jovens, num momento e num lugar determinados. Pretende, assim, ser como uma fissura, abertura para a vida, *cristais de realidade*³. Transpostos em objeto artístico, esses acontecimentos se transformam em alegorias de uma atitude e de uma situação, espécie de ação poética em busca dessas *pequenas histórias dentro da História*.⁴

³ Fazemos aqui uma referência indireta a uma determinada produção imagética do domínio do documentário, que adquire o que Pascal Bonitzer (1985) chamou de *grão de real* – imagens que são metamorfoses entre os que são filmados e seus filmadores, entre registro e ficção, e que, por isso mesmo, criam uma janela para o mundo.

⁴ Em *Manobras radicais*, Heloisa Buarque de Hollanda (HOLLANDA; HERKENHOFF, 2006. p. 24) observa que “após uma fase de conquista dos direitos fundamentais de igualdade e do direito de livre expressão, a mulher impõe a si outra tarefa não menos histórica: o direito de reler a história, de reler a epistemologia moderna, demasiadamente masculina, fálica, e que, quase sempre, ainda é o quadro de referência e de valores do pensamento ocidental”.

1 REDES E RIZOMAS

1.1 Questões éticas, filosóficas e conceituais em debate

Construir novamente as leis da vida e do agir – para essa tarefa nossas ciências da fisiologia, da medicina, da sociedade e da solidão não se acham ainda suficientemente seguras de si: e somente delas podemos extrair as pedras fundamentais para novos ideais (se não os próprios ideais mesmos). De modo que levamos uma existência provisória ou uma existência póstuma, conforme o gosto e o talento. O melhor que fazemos, nesse interregno, é ser o máximo possível nossos próprios *reges* (reis) e fundar pequenos Estados experimentais. Nós somos experimentos: sejamo-lo de bom grado!

Friedrich Nietzsche

Ao longo de toda a sua trajetória, o filósofo Michel Foucault (1998a, 1998b e 1999c, entre outros), por meio de obras transdisciplinares como *A história da loucura na Idade Clássica*, *História da sexualidade* e *Vigiar e punir*, questionou os sistemas de exclusão criados pelo Ocidente no desenvolvimento da modernidade, buscando dar visibilidade aos fragmentos de narrativas, ocultos pela história tradicional e pela ideia de universalidade. As pesquisas desse filósofo põem em xeque não só um modelo de história, mas também a própria noção de verdade. Seguindo a trilha de Nietzsche, Foucault (2006c) demonstra que a verdade é sempre constituída a partir de uma rede de forças, de poderes variados, e atua, ela mesma, como um poder. Assim, o pensamento genealógico, proposto pelo autor, pretende

demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou ao contrário as inversões completas – os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente. (p. 21)

Foucault (2006c) procurou evidenciar esses saberes criados pelo homem sobre o homem (as ciências, de um modo geral), assim como o próprio saber, como dispositivos de natureza política não apenas repressivos e destruidores, mas também disciplinares, produtivos e normalizadores. Foi também buscar, realizando um deslocamento teórico até a Antiguidade Clássica, em “O uso dos prazeres e as técnicas de si”, “A ética do cuidado de si como prática da liberdade” e “Uma estética da existência” (FOUCAULT, 2006c), as possibilidades de constituição de novas formas de subjetividades, pelo contínuo deslocamento da subjetividade na história humana. Nesses e entre outros escritos, em geral reconhecidos como de sua “fase ética”, Foucault investiga a estruturação ética do sujeito, procurando pensar seus modos de subjetivação, para que possa tornar-se sujeito legítimo de conhecimento.

Tomando as pesquisas de Foucault como referência teórica, poderíamos pensar *Relatos, pequenas histórias dentro da História* como dispositivo de linguagem e de mediação na constituição de uma história outra, interessada em liberdade e invenção. Com o pensamento genealógico desse autor como premissa, buscamos problematizar, a partir das narrativas produzidas pelos adolescentes, os inúmeros estereótipos e representações sociais sobre esses jovens, que se situam à margem do tecido social e político, assim como os discursos de verdade a eles atribuídos.

Em *O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento*, Peter Pal Pelbart (2013) compreende o niilismo contemporâneo como biopolítico, como estratégia para atualizá-lo. E declara a urgência dessa tarefa: “Há um estrangulamento biopolítico que pede brechas, por minúsculas que sejam, para reativar nossa imaginação política, teórica, afetiva, corporal, territorial, existencial” (p. 13).

Conectando, nessa passagem do niilismo ao biopolítico, Nietzsche a Foucault, Pelbart (2013) descreve a mudança da lógica repressiva para a produtiva, incrustada no exercício do poder como praticado hoje. Ao mesmo tempo, aponta para o seu avesso oculto. Recorre novamente a Nietzsche, quando postula que os mesmos sintomas do niilismo como metafísica de negação da vida podem remeter a “energias vitais que estão crescendo e quebrando uma casca” (p. 105). E questiona: “Final, do que é que estamos tão esgotados?” (p. 19); “Quais são tais energias vitais em

nosso contexto? E como mapeá-las sem tangenciar a dimensão biopolítica?” (p. 13). Lembrando a lógica da fita de Moebius⁵, ele enfatiza que tanto o niilismo quanto a biopolítica obedecem a um princípio de reversibilidade que, sob certas condições, revelam o seu avesso.

Fita de Moebius é a imagem utilizada pelo psicanalista Jacques Lacan (1998), para interpretar a estrutura do aparelho psíquico, a partir da obra fundadora da psicanálise *A interpretação dos sonhos*, de Freud (1900). Inspirada no objeto topológico, criado em 1858, pelo matemático August Ferdinand Möbius, pode-se percorrê-la por dentro e por fora, alternadamente, perfazendo um caminho sem começo nem fim, infinitamente, por seu efeito de torção. A Lacan (1998) interessou essa experiência de descentramento do sujeito⁶ pela subversão do espaço, numa reviravolta material, simbólica e especular.

É importante destacar que não se trata de um uso metafórico nessa analogia. Segundo a psicanalista e crítica de arte Tania Rivera (2008. p. 220), “trata-se de tomar literalmente o espaço na reflexão sobre o sujeito”. Para ela, a questão central em Lacan é a subversão do espaço que acompanharia a subversão do sujeito, que “será efetivamente trabalhada e levada às últimas consequências em outro campo de produção cultural no decorrer do século XX em diante: a arte moderna e contemporânea” (p. 221).

Essa ideia de ponto de inflexão remete ao conceito de dobra, tal como desenvolvido por Deleuze (1991), a partir de Leibniz e o barroco como metáfora. A dobra seria a função da matéria que a transforma em expressão, abertura, desvelamento, no labirinto infinito da dobra a dobrar: “Descobrimos novas maneiras de dobrar, assim como novos envoltórios, mas permanecemos leibnizianos, porque se trata sempre de dobrar, desdobrar, redobrar” (p. 208).

Cada dobra faz sua parte: cada dobra alarga a distância. A dobra possibilita combinar as divergências materiais e espirituais ao infinito, manifesta a mutabilidade da matéria e da alma. Deleuze (1991. p. 41, 44) reconhece na dobra a potência que

⁵ Os autores citados, Pelbart e Rivera, grafam dessa forma: Moebius; razão pela qual mantemos essa grafia na tese.

⁶ De maneira simplificada, o sujeito lacaniano está subjugado à linguagem, base de todas as suas formas de organização pessoal e social. Para Lacan (1998), a condição de existência do inconsciente se dá por via da linguagem, daí o seu famoso aforismo: “o inconsciente é estruturado como linguagem” e se apresenta por intermédio da fala. Não se trata, portanto, de uma identidade congelada, mas de um sujeito em eterno processo de constituição e de desfazimento.

produz a topologia do mundo como um processo que rejeita a ficção dos limites, da fixidez, a permanência, o encaixe, o enclave, o encravamento:

o mundo inteiro é apenas uma virtualidade que só existe atualmente nas dobras da alma que o expressa, alma que opera desdobras interiores pelas quais ela dá a si própria uma representação do mundo incluída. (...) A série infinita das curvaturas ou inflexões é o mundo, e o mundo inteiro está incluído na alma sob um ponto de vista.

O conceito de dobra, tal como enunciado por Deleuze (1991), considera a existência de um espaço subjetivo que se constitui na relação com o mundo objetivo e, nesse sentido, de uma indiferenciação entre o dentro e o fora, em constante fazimento e desfazimento do ser.

Pierre Levy (1994), no artigo “Plissé fractal”, problematiza as relações entre o sujeito do conhecimento e o mundo, situando algumas especulações contemporâneas da filosofia e da ciência sobre essa questão. Ele considera que

Se a percepção faz existir para nós o fora, por outro lado, é também sobre o devir e o terrível esplendor do mundo que repousa a vida dos sentidos. Ser é ser percebido. (...) A percepção e o mundo sensível são duas faces, as duas bordas da mesma dobra. (LEVY, 1994. p. 3)

Levy (1994) enfatiza que é por meio do corpo e pela força do tempo que o mundo se faz presente no sujeito, em toda a sua turbulência, em toda a sua complexidade. Se o organismo vivo é o produtor de seu universo, igualmente o mundo exterior está sempre incluído no organismo cognoscente que produz. É aí que ele destaca o papel da dobra, nesse amálgama entre indivíduos e mundo:

A dobra é o acontecimento, a bifurcação que faz ser. Cada dobra, ação-dobra ou paixão-dobra, é o surgimento de uma singularidade, o começo de um mundo. O mundo total e intotalizável, o transmundo cosmopolita, diferenciado, diferenciante e múltiplo é infinitamente redobrado, ele ferve de singularidades nas singularidades, de dobras nas dobras. (LEVY, 1994. p.4-5)

Citando Deleuze, Levy (1994. p. 5-6) conclui:

A subjetivação como ação ou processo continuado constitui um “dentro”, que não é outro senão “a dobra do fora” (...) A cada vez, no lugar de entidades homogêneas e bem recortadas, descobriríamos um plissé fractal (*Mandelbrot*), uma infinita diferenciação do ser segundo dobras, passando continuamente umas nas outras.

Tanto para Deleuze (1991) como para Levy (1994), reconhecer a capacidade reflexiva do sujeito como dobra é eleger a indistinção entre mundo interior e exterior

e reconhecer o corpo como fundante dessa capacidade reflexiva, o que significa também a indistinção entre corpo e alma.

Dessa forma, pode-se pensar as práticas artísticas na contemporaneidade como interações sujeito/objeto, relacionando obra, sociedade e cultura, de modo que agentes e demais elementos envolvidos emergem da experiência sensível e estética transformados.

A experiência estética ocupa lugar privilegiado na teoria de Theodor Adorno, como em *Teoria estética* (ADORNO, 2008), *Estética* (ADORNO, 2013) e *Dialética do esclarecimento* (ADORNO; HORKHEIMER, 1985), como uma esfera do sensível, capaz de se desvincular da racionalidade instrumentalizada como forma imperante de pensar a vida, desde a modernidade. Para ele, as relações que se produzem no contexto da indústria cultural se realizam como reprodução do modelo de dominação característico da atual civilização técnica, surgida do Iluminismo e do seu conceito de razão. Nesse contexto, Adorno reconhece na arte um potencial para estabelecer uma conexão diferenciada entre sujeito e objeto, dissolvendo as barreiras existentes entre eles, atravessando-se mutuamente, proporcionando ao sujeito um momento de participação em algo que os ultrapassa.

Pela sua própria constituição, as obras de arte conseguem transformar-se no seu outro, de aí persistirem, querem nele desaparecer e determinar, mediante o seu declínio, o que lhes sucede. Uma tal dinâmica imanente é por assim dizer um elemento de ordem superior do que são as obras de arte. Se a experiência estética se assemelha a alguma coisa é, então, à experiência sexual e, na verdade, à sua culminação. O modo como nesta a imagem amada se modifica, como a petrificação se une com o que há de mais vivo é, por assim dizer, o arquétipo encarnado da experiência estética. (ADORNO, 2008. p. 200)

A arte não se submete a servir o sujeito nas finalidades pragmáticas que regem o mundo. A experiência estética, portanto, seria uma possibilidade de o sujeito se contrapor à lógica onipotente dessa sociedade de controle. Ao proporcionar uma experiência de outra natureza, que subverte o mecanismo da realidade imposta, permitindo uma relação entre sujeito e objeto que não seja de submissão, a arte possibilita ao sujeito uma dimensão de liberdade.

Toda a obra de arte aspira por si mesma à identidade consigo, que, na realidade empírica, se impõe à força a todos os objetos, enquanto identidade com o sujeito e, deste modo, se perde. A identidade estética deve defender o não idêntico que a compulsão à identidade oprime na realidade. Só em virtude da separação da realidade empírica, que permite à arte modelar, segundo as suas necessidades, a relação do Todo às partes é que a obra de

arte se torna Ser à segunda potência. As obras de arte são cópias do vivente empírico, na medida em que a este fornecem o que lhes é recusado no exterior e assim libertam daquilo para que as orienta a experiência externa coisificante. (ADORNO, 2008. p.15)

Para o autor, a obra de arte moderna e contemporânea é um ser vivo, um devir, não apenas um artefato.

as obras de arte possuem no entanto uma vida *sui generis*, que não se reduz simplesmente ao seu destino exterior. As obras importantes fazem surgir constantemente novos estratos, envelhecem, resfriam, morrem. Afirmar que enquanto artefatos, produtos humanos, elas não vivem diretamente como homens, é uma tautologia. (ADORNO, 2008. p.15)

Como um ser vivo, à semelhança de uma mônada, carrega em si uma história, a história de sua época, e, nessa dimensão, se caracteriza como a historiografia inconsciente de seu momento.

A obra de arte é o resultado do processo tanto quanto este mesmo processo se encontra em repouso. Como proclamava a metafísica racionalista no seu apogeu como princípio do mundo, ela é uma mônada: centro de forças e coisa (*Ding*) ao mesmo tempo. (...) Enquanto momento de um contexto englobante do espírito de uma época, imbricado na história e na sociedade, as obras de arte ultrapassam o seu elemento monádico sem possuir janelas. A interpretação das obras de arte como interpretação de um processo em si imobilizado, cristalizado, imanente, aproxima-se do conceito de mônada. (ADORNO, 2008. p.204)

Dialeticamente, para Adorno, a arte se constitui a partir da técnica, do domínio do material, da criação artística, algo que lhe confere uma relação de mediação com a sociedade. Por meio dessa dominação do material, a obra de arte pode alcançar expressão e conter um teor de verdade que se esconde sob seu aspecto enigmático. Os contemporâneos de sua aparição, pelas afinidades eletivas com o seu tempo, apresentam condições favoráveis para decifrar seu enigma.

O conteúdo da obra está presente em sua forma e, para alcançá-lo, faz-se necessária a crítica. A obra de arte autêntica, que interessa a Adorno, trará as contradições de seu tempo para si, provocando estranhamento sobre a realidade que a contorna, causando no receptor um estremecimento que o leva a refletir. Mais do que uma postura contemplativa diante da obra, o sujeito entra numa relação sensível com o objeto, ativa e construtiva, que o fortalece em sua consciência do mundo e de si. Uma suspensão da percepção, que se transforma em pensamento. Um tipo de conhecimento, só possível pela experiência estética, como uma crítica

à racionalidade instrumental que manipula os vínculos em uma sociedade marcada pela dominação.

Adorno conecta arte e teoria na práxis, propondo ambas como formas de ação sobre a sociedade da qual se originaram. Para ele, a obra de arte contemporânea, como ser em devir, não permanece historicamente idêntica a si mesma. Seu conteúdo, que se manifesta sedimentado na forma, é movediço, permeável ao contexto de novas contradições sociais, à percepção ativa de novos contempladores. É nesse mover-se na história, tanto no momento em que foi elaborada quanto em momentos posteriores, que a obra de arte, que se derivou da sociedade, se volta para essa mesma sociedade, questionando-a, assumindo postura crítica, como força produtiva transformadora. Dessa forma, a arte se torna uma só coisa com a teoria, convertendo-se numa práxis.

Nesse sentido é que Adorno (2008) aproxima a experiência estética de uma experiência filosófica, pois a arte, segundo ele, tem que ser pensada. Assim como o filósofo intervém de forma ativa na sociedade por meio de seus conceitos e juízos, também o artista pode intervir na sociedade, enquanto práxis, como formas de ação no espaço público, por suas imagens e suas construções estéticas. A reflexão não será um momento para além da experiência estética, exterior a ela, mas, sim, constitutivo. O que torna a experiência estética também uma experiência espiritual e libertadora (ADORNO, 2008. p. 118).

A imanência da sociedade na obra é a relação social essencial da arte, não a imanência da obra na sociedade. Porque o conteúdo social da arte não está estabelecido fora do seu *principium individuationis*, mas é inerente à individuação, ela própria um elemento social, é que à arte está velada a sua própria essência social e só pela sua interpretação pode ser apreendida. (ADORNO, 2008. p. 261)

Dessa forma, a imanência da obra de arte não existiria sem continuamente projetar e potencializar seu efeito em direção ao social, do qual brotou. É preciso desentranhá-lo, pela reflexão, pela crítica e pela interpretação, para um adensamento da experiência estética, para que possa se desdobrar em uma efetiva práxis política.

A proposição de Adorno (2008) sobre a experiência estética nos remete à noção tal como abordada por Walter Benjamin no percurso de suas cogitações, estabelecendo correspondências, assim como estranhamentos, no confronto de

suas construções teóricas. Os dois filósofos, amigos, conterrâneos e contemporâneos, colaboradores e opositores recíprocos nas indagações comuns a respeito da própria concepção de história, dentre outras questões, encontraram-se em debate em torno do tema.

A experiência é um dos conceitos-chave no pensamento de Benjamin, que atravessa toda a sua obra, no desenvolvimento de uma complexa tese, dialogando, por um lado, com a teoria do conhecimento – especialmente, a kantiana – e por outro, com os problemas da ética e da verdade. O tema é abordado por ele desde seus textos de juventude, como em “Experiência” (2009d), de 1913 e *Sobre o programa da filosofia do porvir* (2019), de 1918; retoma o assunto em “Experiência e pobreza” (1987f), de 1933; “O narrador” (1987j), de 1936; e “Sobre alguns temas baudelairianos” (1987c), de 1943.

Nos quatro primeiros ensaios, utiliza sempre o termo *Erfahrung*, traduzido como “experiência”. Embora seus sentidos e usos variem de um texto para o outro, Benjamin vai tratar de um tipo de experiência que vive seu declínio na passagem para a era moderna. Nos escritos juvenis, considerou a experiência como um saber coercitivo e opressor, vinculado aos “adultos”. Em seguida, após seus estudos da “Crítica da razão pura”, entendeu que o conceito kantiano de experiência era insuficiente para abarcar as diversas qualidades e intensidades de experiência que o interessava investigar.

Na década de 1930, período de suas obras mais notáveis, Benjamin elaborou a noção de experiência (*Erfahrung*) como um conhecimento ancestral, ligado à tradição, transmitido de geração em geração, e que vinha desaparecendo na modernidade, com o declínio de um passado comum a ser comunicado ou compartilhado. A avassaladora ascensão da capacidade técnica da realidade capitalista corresponde ao poder de aniquilação da experiência tradicional.

Na crítica ao poeta Charles Baudelaire, o filósofo adota a palavra *Erlebnis*, como “vivência”, buscando descrever um tipo de experiência nascida na modernidade, e traz a discussão sobre o tema entre a *Erfahrung* e a *Erlebnis* mais para o campo da percepção e da sensibilidade. Para Benjamin (1987c), a experiência estética representa a forma de manifestação que melhor traduz a modificação da experiência na era moderna. Como pensador da cultura, o crítico será seu mais apaixonado guardião.

Nesse sentido, o filósofo, ao denunciar que o avanço da racionalidade instrumental implica na diminuição de uma experiência mais plena, se aproxima de Horkheimer e Adorno (1985), que defendem ser na esfera do sensível que a humanidade é capaz de reverter a relação de dominação sobre os corpos na sociedade capitalista.

Benjamin (2019) se dedica à busca por um novo conceito de “experiência total”, indefinida e indeterminada, que oferecesse as bases para qualquer experiência possível e pudesse validar epistemologicamente uma imensa diversidade de experiências – sensíveis, espirituais, de outras culturas, dos loucos, enfermos, todas elas igualmente verdadeiras –, que não eram previstas pelo sistema kantiano. “A experiência é a multiplicidade unificada e contínua do conhecimento” (BENJAMIN, 2019. p.47), nas palavras do pensador. Sua filosofia se funda pela conexão de modos distintos de saber, sem se restringir ao campo de estudos da ciência positivista (orientado para as matemáticas, a mecânica e a uma temporalidade linear), como é compreendida a partir do Iluminismo. Ele propõe uma noção alargada de conhecimento, ao qual agrega a experiência (do tempo, da linguagem, da história). Nessa perspectiva, filosofia e ciência são compreendidas como arte.

Segundo Olgária Matos em *O iluminismo visionário* (1999), a estrutura do conhecimento para Benjamin se encontra na experiência e só se desenvolve a partir dela e vice-versa. Para a autora, é contra uma razão analítica controladora e autocontroladora que Benjamin se opõe, ao propor uma nova figura de racionalidade que dê conta, a um só tempo, de reabilitar o sensível, confrontar-se com o acaso e acolher a imaginação. E é nesse sentido que a filosofia benjaminiana faz uma torção nos conceitos de conhecimento e experiência, ao considerá-los a partir de uma perspectiva linguística.

Benjamin (2011. p.50) se deteve na questão da linguagem em “Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem humana”, de 1916, onde expõe que todas as manifestações e expressões humanas (e para além delas) podem ser concebidas como linguagem:

toda comunicação de conteúdos espirituais é língua, linguagem, sendo a comunicação pela palavra apenas um caso particular: o da comunicação humana e do que a fundamenta ou do que se funda sobre ela (a jurisprudência, a poesia). Mas a existência da linguagem estende-se não apenas a todos

os domínios de manifestação do espírito humano, ao qual, num sentido ou em outro, a língua sempre pertence, mas a absolutamente tudo.

Em *Sobre o programa da filosofia por vir* (2019), de 1918, o filósofo se contrapõe à conceituação kantiana de experiência, que coloca, como condição para o “verdadeiro conhecimento”, uma racionalidade que cinde o imaginário do pensamento, localizando a linguagem, mais do que mero instrumento de elaboração e abstração da realidade, como o próprio elemento fundante, tanto do conhecimento quanto da experiência. Benjamin almeja como missão para a filosofia vindoura apresentá-la como símbolo de tudo o que constitui o conhecimento, a partir de um conceito superior de experiência, no qual a linguagem é estruturante, seu *medium* histórico e espiritual.

A experiência, portanto, se revela no pensamento benjaminiano como manifestação do que é inconstante e heterogêneo: o conhecimento. “Todo o conhecimento se diferencia, ainda uma vez, ao infinito na multiplicidade da linguagem” (BENJAMIN, 2011. p.66). A atividade intelectual formuladora de ideias ou conceitos não se transmite através da linguagem, mas na linguagem, ou melhor, a atividade intelectual, ela própria é linguagem: “Esse elemento comunicável é a linguagem mesma sem mediações. (...) Toda língua se comunica *em si* mesma; ela é, no sentido mais puro, o meio [*Medium*] da comunicação” (BENJAMIN, 2011. p.53, grifos do autor).

A linguagem é, por sua vez, compreendida por Benjamin, em sua dimensão simbólica, tendo o paradigma estético como pilar, apontando para novas formas de conhecer. E é também assim que o filósofo elabora suas reflexões e constrói sua escrita, movendo-se e reinventando-se nas dobras da linguagem.

Através dos ensaios dedicados à experiência e ao conhecimento, Benjamin desenvolve uma crítica à institucionalização do saber. No enfrentamento às forças de normatização e diminuição da vida, o filósofo encontra na figura dos artistas, das crianças e jovens uma outra apreensão de mundo, libertária e emancipadora. Em suas escrituras, Benjamin se refere continuamente à infância e juventude como sujeitos da história e participantes da cultura, da qual são também agentes e criadores.

Menos uma teoria fechada e ordenada do que uma busca contínua de compreensão e recomposição crítica, Benjamin reexamina suas argumentações

teóricas e epistemológicas, guiando-se por uma condução ética, pelo rigor da dúvida, que o conduz a evidenciar e rechaçar toda vez que um conceito de experiência se mostrava opressor, estreito ou esvaziado. Dessa forma, orienta-se por um critério dialético de verdade, que emergja da experiência do presente na história.

Interessa-nos o desafio benjaminiano de compreensão da materialidade da experiência moderna. E, entendendo-a como uma das experiências possíveis dentro desse complexo, como o filósofo traduziu a experiência estética, que lugar ela ocupa em sua formulação teórica, e a relação dessa com a noção de infância, abordada como outro conceito fundamental em seus escritos⁷.

Comum nas argumentações desses pensadores, importa-nos o reconhecimento da potência da arte como experiência sensível, que se dá no corpo e no pensamento em relação com o mundo, capaz de produzir rupturas, levantes e instaurações de novos modos de existência para quem a vivencia. Esse seria talvez o poder subversivo da arte. Sua vertente política a serviço da vida.

1.2 Arte como fenômeno vivo

O que importa: a criação de uma linguagem: o destino de modernidade no Brasil pede a criação desta linguagem: as relações, deglutições, toda a fenomenologia desse processo (com, inclusive, as outras linguagens internacionais) pede e exige (sob pena de se consumir num academicismo conservador não o faça) essa linguagem: o conceitual deveria submeter-se ao fenômeno vivo, o deboche ao “sério”: quem ousará enfrentar o surrealismo brasileiro?

Hélio Oiticica

⁷ Essas indagações serão melhor desenvolvidas mais adiante, na seção 2.2 - Infância como experiência.

Como proposição inicial para discussão, gostaria de salientar que todo artista é um ser político e que suas realizações são tomadas de posição frente a questões que ele se coloca, afetiva, cultural, política e socialmente, na qualidade de sujeito no mundo.

Enquanto artista mulher, minhas realizações tratam de um reconhecimento territorial de atuação, que não dizem respeito a nenhuma natureza ou sensibilidade específicas, voltando-se antes para o entendimento de uma situação de poder no campo social, importante de ser problematizada. Nesse sentido, são afirmações de uma diferença, de uma estranheza.

Dessa perspectiva particular, buscam também uma identificação ou sintonia com outros grupos invisibilizados ou subjugados, com menos ou nenhuma voz ou representatividade no imaginário social⁸ de que fazem parte.

Para situar *Relatos – pequenas histórias dentro da História* em relação ao fazer e pensar da arte que lhe serviram de referência e estímulo, parece-me importante lembrar minha formação em cinema, assim como minhas primeiras investigações em super-8, em meados dos anos 1980, conectadas ao chamado *cinema experimental*.

Esses ensaios e estudos iniciais foram determinantes para as produções posteriores, que, mesmo quando eminentemente fotográficas, guardam visível influência do cinema, na escala dos trabalhos, na exploração de sequências ou séries fragmentadas, mais especificamente na questão da representação do tempo, aquela dimensão que é abstraída da passagem do cinema para a fotografia.

O tempo se torna quase um tema, na maneira como surge enfaticamente representado. Tomando partido de diferentes artifícios, trata-se de uma fotografia que quer durar e, ao contrário de fazer um recorte sintético no tempo, é uma fotografia analítica, organizada na construção de narrativas. Um trabalho que se dá na fronteira, numa espécie de eterna insatisfação, uma fotografia que não é *bem* fotografia, ou um cinema que não é *bem* cinema.

⁸ Segundo Castoriadis (1995), tudo de que se fala, tudo o que se apresenta para e pelos indivíduos está associado a uma rede simbólica, que está na linguagem, mas que também está nas instituições. O imaginário social é o suporte sobre o qual se constituem as representações sociais, que preenche os espaços entre os indivíduos, que os relaciona, garantindo uma identidade comum. O imaginário não é material, não pode ser contido, é fluido; são as produções simbólicas de um grupo, sua expressão (as artes, religiões, ciências, cosmologias, como possibilidades de entendimento do homem e da natureza).

Essas primeiras realizações com cinema e fotografia marcaram um traço experimental em toda a produção subsequente. Nesse sentido, procuram sempre uma dimensão metalinguística, assumindo postura questionadora em relação ao próprio meio, problematizando seus critérios de representação, de memória, de subjetividade e de invenção.

As pesquisas em torno do campo ampliado da fotografia e do cinema têm longo histórico na arte, presentes, pelo menos, desde as vanguardas dos anos 1920 e 1930, passando por um processo de grande expansão com a invenção do vídeo, na década de 1980 (BELLOUR, 1997). Foi, entretanto, sobretudo a partir da década de 1990, que, segundo Philippe Dubois (2012. p. 26), ocorreu uma ampla disseminação dos processos híbridos:

É provavelmente uma das características principais dos modos contemporâneos da imagem mudar ininterruptamente de velocidade, passar de um regime de tempo a um outro, e isto com toda a flexibilidade, por variação contínua, sem corte nem mudança de natureza. Hoje, o movimento não se opõe mais radicalmente à parada, como se fossem dois mundos contraditórios. O instante não é mais o contrário da duração, nem o movimento a negação da imobilidade. Não estamos mais praticando o jogo da 'fotografia *versus* cinema'. Nós ultrapassamos este ponto, sempre no jogo entre os dois. (...) Da oposição radical (a negação recíproca), passamos à inclusão mútua.

Do cinema, interessam ao meu trabalho, inicialmente, aquelas obras em que o material fílmico e/ou videográfico é aplicado não como suporte, mas como luz e tempo, e a imagem em movimento como *leitmotiv*; aquelas experiências nas quais a transdisciplinaridade entre os meios se transforma em linguagem, e o cinema e o vídeo são entendidos em suas possibilidades perceptivas.

Toda essa concepção da imagem se vincula certamente a uma experimentação, presente desde os dadaístas e surrealistas, passando pelos americanos e canadenses, na década de 1950, a Pop nos anos 1960, Fluxus e o *underground* americano, a *land art* e a *body art*, os conceituais nos 1970, o cinema de artista e o cinema experimental nos 1980, até as experiências contemporâneas com vídeo e outras tecnologias.

Meu trabalho se conecta ainda àqueles filmes que rompem com a dicotomia subjetivo/real externo, estabelecendo uma espécie de interação entre filmados e filmadores. São realizações fronteiriças entre o documentário e a ficção, que investem na superação de uma narrativa veraz – que propõe uma distinção entre ficção e realidade –, pela inauguração de uma narrativa de simulação.

Esse é o caso do *cinema verdade* de Jean Rouch, do *cinema direto* de John Cassavetes e do *cinema vivido* de Pierre Perrault, que ocasionaram uma ruptura com o documentário clássico e etnográfico, no final dos anos 1950 e durante a década de 1960. Minhas realizações têm em comum ainda com essas produções o fato de empregar material leve e de baixo custo, implicando, por um lado, em maior liberdade de experimentação e, por outro, associando-se – como destaca Deleuze (1990. p. 185) – aos investimentos desses cineastas em se tornar outros com suas personagens, ao mesmo tempo em que suas personagens deviam se tornar outras.

Em “Verdades Parciais” (CLIFFORD; MARCUS, 2016), James Clifford problematiza a construção narrativa nos escritos etnográficos. Para ele, a escrita se apresenta não mais como dimensão marginal ou oculta, como na antropologia clássica, mas sim como aquilo que caracteriza o trabalho do etnógrafo, a partir da produção de antropólogos dos anos 1980.

Adentrando a discussão da constituição de linguagem, o autor discorre sobre como a noção de cultura é vista como composta por representações e códigos seriamente contestados, em que se assume que

... o poético e o político são inseparáveis, que a ciência está nos processos históricos e linguísticos, e não acima deles (...) que os gêneros acadêmicos e literários se interpenetram e que a escrita de descrições culturais é propriamente experimental e ética (...); mina modos de autoridade abertamente transparentes e chama a atenção para as condições históricas da etnografia, para o fato de que a etnografia está sempre enredada de invenção. (CLIFFORD; MARCUS, 2016. p. 32)

Clifford inaugura um novo paradigma teórico para os estudos antropológicos na contemporaneidade, ao buscar, na teoria literária, o interlocutor preferencial para a criação de uma nova conversa entre sociedade, cultura e linguagem.

Caminhando na mesma direção, a ideia de transversalidade é vista como uma das características fundamentais da arte contemporânea, que não mais habita um lugar isolado do mundo, mas participa da construção de seus campos de conhecimento e percepção sensível. Essa expansão dos limites do fazer artístico é manifesta na produção dos artistas na atualidade, desde a virada sobre o modernismo.

Em *Imprecisas e fragmentadas: história e arte em fotografia*, Sheila Cabo Geraldo (2009) destaca o papel da fotografia nesse processo de ampliação do âmbito artístico. E lembra que a fotografia, desde seus primórdios, esteve associada ao problema de delimitação de domínios distintos, superando o debate inicial da

“fotografia como arte”, no século XIX, fazendo-se, na modernidade, com base no reconhecimento da “arte como fotografia”, como desígnio de seu tempo.

Contra-pondo-se à ideia da autonomia da arte, defendida pelos teóricos do modernismo, Geraldo (2009) vai tecendo, a partir do pensamento de diversos críticos e teóricos desse debate (como Walter Benjamin, Rosalind Krauss, Arthur Danto, entre outros), o modo como o estudo da fotografia, e a partir dela, teria desencadeado outra história e outra história da arte. No ensaio, a autora cita Hubert Damisch: “A fotografia é sempre do outro, do outro discurso que não o estritamente artístico. Ela opera no discurso da viagem, do arquivo, da ciência” (GERALDO, 2009. p. 70). Segundo Geraldo (2009. p. 72), portanto, ela “anuncia a história da arte na contemporaneidade, já que trata não dos fatos, e sim do que, sendo exterioridades em relação a eles, explicita-os em transversalidades”.

O crítico e historiador de arte Hall Foster (2014), em seu livro *O retorno do real: a vanguarda no final do século XX*, publicado originalmente em 1996, reflete sobre o estado da arte na virada para o XXI, tomando como acontecimentos paradigmáticos as vanguardas históricas nas primeiras décadas do XX, a partir de Duchamp, e que tiveram na neovanguarda dos anos 1950-1960 (vanguardas pré e pós-guerra), uma retomada de sentido, reatualizadas e ressignificadas, reposicionando a arte em relação não só ao espaço-tempo material, mas também à prática social:

... devo esclarecer dois importantes pressupostos de meu argumento: o valor do constructo da vanguarda e a necessidade de novas narrativas para sua história. Atualmente os problemas da vanguarda já são familiares: a ideologia do progresso, a presunção de originalidade, o hermetismo elitista, a exclusividade histórica, a apropriação pela indústria cultural etc. No entanto, ainda resta uma coarticulação crucial de formas artísticas e políticas. *E é para desmontar essa coarticulação crucial do artístico com o político que servem um relato pós-histórico da neovanguarda e um conceito eclético do pós-moderno. Daí a necessidade de novas genealogias da vanguarda, que complexifiquem seu passado e respaldem seu futuro.* (FOSTER, 2014. p. 26, grifos do autor)

Para empreender essa análise, Foster (2014) aborda algumas questões – próprias aos então reconhecidos como pós-modernistas, Fredric Jameson, Jean Baudrillard, Jean-François Lyotard, Gilles Deleuze e Jacques Derrida, entre outros pensadores aos quais ele recorre –, como a rejeição a um conceito de verdade que as metanarrativas pressupõem. Ele entende que a verdade é sempre contingente ao contexto histórico e social, e não absoluta e universal: “esse procedimento penetrou

na arte quando as antigas ordens transcendentais (Deus, natureza prístina, formas platônicas, gênio artístico) começaram a desmoronar” (FOSTER, 2014. p. 74-75). Como tal, a verdade é sempre parcial e relativa.

A esse colapso na sociedade contemporânea das visões totalizantes da história, desenvolvidas durante o Iluminismo do século XVIII, o crítico relaciona, na arte, o minimalismo e a pop arte. A integração da serialidade à produção técnica da obra, que se dá com esses movimentos, desvincula a arte não só da subjetividade artística, mas também de modelos representacionais, enfraquecendo sua lógica referencial. A repetição passa a ser então “o paradigma da representação”; a “lógica da diferença e repetição é uma segunda natureza para nós” (Foster, 2014. p. 76).

Ele aponta, a partir da neovanguarda, um desvio de um padrão de “qualidade”, avaliado em relação a padrões artísticos do passado, para um valor vanguardista de “interesse”, provocado por um questionamento dos limites culturais no presente. Esse reposicionamento leva a um movimento parcial das formas intrínsecas da arte em direção aos problemas discursivos dela. Foster (2014) reconhece uma reformulação na arte dos anos 1970, que se afirma enquanto “texto”, renunciando uma ampliação nos campos da cultura desde então, cuja natureza seria “extremamente textual”. Conquista, segundo ele, da arte pós-modernista e da crítica pós-estruturalista, que dismantela categorias e gêneros estéticos seculares, quais sejam: a escultura, a pintura, a literatura etc. O filósofo segue sua análise, tratando do esfriamento desse modelo textual, num convencionalismo invasor operado pela imagem, nos anos 1980.

Ao mesmo tempo, o autor pensa a arte relacionando crítica e história, numa perspectiva pós-frankfurtiana: “este livro procura, ao contrário, mostrar um duplo movimento de viradas e retornos, de genealogias e efeitos *a posteriori*” (FOSTER, 2014, p. 11). Trabalhando principalmente com Walter Benjamin, para ele, o passado, como narrativa, precisa ser reencontrado, no que depende de um engajamento no presente:

o que produz um presente como diferente, e como o presente, por sua vez, enfoca o passado? (...) A compreensão histórica não depende do apoio contemporâneo, mas um engajamento no presente, seja artístico, teórico ou político, é indispensável. (FOSTER, 2014. p. 11)

Apresentando essa estratégia de abordagem, de encadeamento do presente com o passado e da crítica com a história, que chama de “retroação” (FOSTER, 2014, p. 10), ele analisa a história da arte, propondo uma analogia com a concepção de sujeito e aplicando o modelo psicanalítico lacaniano, a partir de Freud, em que a subjetividade é estruturada como uma alternância de antecipações e reconstruções de eventos traumáticos, operando assim o retorno do real. Esse mecanismo se manifestaria tanto nos movimentos neovanguardistas no contexto histórico, como no próprio objeto principal da arte contemporânea – o real:

No começo da década de 1960, Jacques Lacan estava empenhado em definir o real em termos de trauma. (...) Lacan define o traumático como um encontro faltoso com o real. Na condição de faltoso, o real não pode ser representado; só pode ser repetido; aliás, *tem de ser* repetido. (...) A repetição, antes, serve para *proteger* do real, compreendido como traumático. Mas essa mesma necessidade também *aponta* para o real, e nesse caso o real *rompe* o anteparo da repetição. É uma ruptura não tanto no mundo quanto no sujeito - entre a percepção e a consciência de um sujeito *tocado* por uma imagem. Lacan chama esse ponto traumático de *tique* [*touché*]; Barthes o denomina *punctum*. (...) Essa confusão a respeito da localização da ruptura, *tiquê* [*touché*], ou *punctum*, é uma confusão entre o sujeito e o mundo, o dentro e o fora. É um aspecto do trauma; na realidade, talvez essa confusão *seja* o traumático. (FOSTER, 2014. p. 127-129, grifos do autor)

Esses movimentos por repetição, que desencadeiam a insurgência do real entre a percepção e a consciência do receptor/observador na arte contemporânea, podem se dar, por exemplo, pelo que Foster (2014. p. 130-131) nomeia “realismo traumático”. Relacionando “subjetividade em choque” e “repetição compulsiva”,⁹ ele chega ao ponto traumático conceituado por Lacan. Esse *touché* ou *punctum* pode se manifestar numa espécie de atrito entre acidente e tecnologia, que produz um efeito de “choque” no observador, desse modo, intervindo sobre seu inconsciente óptico¹⁰. Dessa forma, o *punctum* rompe o anteparo e permite ao real se expor:

⁹ Noções que Foster aplica na análise da obra de Warhol e que servem para pensar igualmente a produção de artistas a partir dele, que elaboram o pop, como parte do hiper-realismo, da arte de apropriação e em algumas obras contemporâneas envolvidas com o que o crítico denomina como ilusionismo.

¹⁰ Foster retoma a “teoria do choque” conforme enunciada por Walter Benjamin como chave para compreensão da modernidade, em “Sobre alguns temas em Baudelaire” e em “A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução”. Benjamin trabalha a partir da tese desenvolvida por Freud (2019) *Além do princípio do prazer*, em 1920, na qual consciência e memória são dois registros inconciliáveis, apartados pelo efeito de choque, desencadeado no aparelho psíquico pelos estímulos com os quais o psiquismo se defronta. Na “metapsicologia” freudiana, o sistema percepção-consciência é responsável pela autoafirmação do organismo em meio à quantidade de excitação recebida do mundo externo. Esse “escudo protetor” (*Reizschutz*), ou casca, entretanto, elabora quantidades muito pequenas dos estímulos vindos da realidade, não é capaz de armazenar nenhum traço mnemônico mais duradouro, sendo essa uma faculdade

O real, num jogo de palavras de Lacan, é 'troumático' ['troumatic']. (...) Através desses buracos ou lampejos, temos a impressão de quase tocar o real, que a repetição das imagens a um só tempo afasta e aproxima de nós. (FOSTER, 2014. p. 130-131, grifos do autor).

O crítico apresenta ainda outros modos de o real irromper pela percepção na consciência do sujeito, até localizar as obras de arte na contemporaneidade. Para ele, que parte de uma concepção dialética da história, apropriada por meio de sua releitura de Marx, a neovanguarda seria uma recepção com resistência de algo reprimido historicamente nas primeiras vanguardas e que, portanto, não pôde ser elaborado. O mesmo mecanismo aplicado seria a leitura que Lacan faz da teoria de Freud, assim como a leitura de Marx realizada por Althusser:

O método desses retornos é semelhante: focar o "esquecimento (...) construtivo" fundamental em cada discurso. Os motivos também são similares: não só restaurar a integridade radical do discurso, mas contestar seu *status* no presente, as ideias recebidas que deformam sua estrutura e restringem sua eficácia. Isso não é afirmar a verdade final de tais leituras, é, ao contrário, esclarecer sua estratégia contingente, que consiste em reconectar com uma prática perdida para se *desconectar* de um modo presente de trabalhar percebido como antiquado, equivocado ou, por outro lado, opressivo. O primeiro movimento (*re*) é temporal, feito para que, num segundo movimento, espacial (*des*), se abra um novo lugar para o trabalho. (FOSTER, 2014. p. 22-23, grifos do autor)

Dessa forma, enquanto as vanguardas do início do século XX representaram um rompimento com as convenções estéticas, as neovanguardas direcionaram suas problematizações para a própria instituição da arte. Assim, elas representam um aprofundamento de sua versão anterior e cumprem um papel basilar na perspectiva da dimensão social da arte.

específica da memória. Essa última só seria atingida por aqueles eventos extremos que alcançariam camadas mais profundas no sujeito, para além dessa "pele" protetora. Nas palavras de Freud (2019. p.137), "tornar-se consciente e deixar traço de lembrança são incompatíveis dentro do mesmo sistema. A consciência surge no lugar do traço de lembrança". Para Benjamin os choques produzidos na modernidade vêm do estranhamento do homem com as mudanças e perdas da verdadeira experiência (*Erfahrung*), como consequências da vida acelerada nas grandes cidades. Dessa forma, o sujeito autômato da sociedade moderna se encontra submetido a uma sequência de choques de efeito contínuo, ou seja, sob uma torrente ininterrupta de golpes que permanece sem elaboração simbólica. Nesse contexto, a modernidade se apresenta como um período em que a noção de experiência se reduz à forma empobrecida de vivência pessoal (*Erlebnis*). A vivência, como um ato de consciência, não está de modo algum referida ao registro. A experiência moderna não tem memória nela mesma. Já inconsciente ótico é a expressão introduzida por Walter Benjamin, no início dos anos 1930, para descrever o efeito subliminar das modernas tecnologias de imagem, do qual Foster se reapropria nessa sua analogia com a teoria lacaniana.

Foster (2014) considera a participação das *performances*, a entrada de outros materiais na composição dos objetos artísticos e a forte vigência do mercado, demandas a serem apreendidas no ambiente da arte. O crítico examina o caráter “provisório” das proposições estéticas: “existe sempre uma invenção formal a ser redobrada, um significado social a ser ressignificado, um capital cultural a ser reinvestido” (FOSTER, 2014. p. 9). Essa característica de efemeridade seria parte desse tempo de mudanças continuadas, de urgência do extremamente novo e de sua mimesis representativa, e não garante nem é por si só um erro, mas complexifica as práticas artísticas e suas leituras críticas.

Ele observa que uma reconexão da arte com a vida ocorreu a partir da primeira neovanguarda, mas nos termos da indústria cultural, cujos procedimentos teriam sido há muito assimilados nas operações da cultura do espetáculo. Essa cooptação exigiu da arte novos desdobramentos, mediante processos desconstrutivos, a reelaboração constante de formas estéticas, a produção permanente de novos espaços de atuação crítica, novos modos de análise institucional, de estratégias político-culturais e posicionamentos sociais na contemporaneidade.

Foster (2014) avançará, então, no sentido de reconhecer a emergência de um novo paradigma, baseado num retorno do real, atravessado por reflexões procedentes de diversos campos de produção de saber, como psicanálise, linguística e antropologia, que modificarão, primeiro, as práticas e, posteriormente, as teorias da arte. E é com a guinada etnográfica, em torno dos anos 1990, que “a virada de elaborações específicas do meio para projetos específicos de debate torna-se tão pronunciada” na arte e na teoria contemporâneas (FOSTER, 2014. p. 9). O autor se aprofunda sobre esse deslocamento no capítulo “O artista como etnógrafo”, como uma possibilidade que se anuncia.

De modo mais próximo, as inquietações do meio da arte contemporânea no Brasil tomaram dimensões específicas e eminentemente políticas, nos anos 1960 e 1970, dada a conjuntura social e política de então. Em seu texto “O moderno e o contemporâneo: o novo e o outro novo”, Ronaldo Brito (1980. p.5) inicia sua argumentação afirmando que a arte se tornou *Estranha* (grifo do autor). Essa seria a principal qualidade da arte, diante da liberdade de linguagem conquistada na Modernidade: “sobretudo uma revolta, um desejo crítico frente às coisas e valores instituídos”.

O autor fundamenta essa paradigmática “crise da arte” no paradoxo de um “sujeito que não reconhecia mais o mundo enquanto tal, e de um objeto – o mundo – que parecia não se comunicar com a principal figura construída pela civilização ocidental: o Sujeito” (1980. p.5). O crítico estende essa ruptura a todo o espaço cultural e simbólico de uma sociedade que experimentava profundas transformações e localiza essa cisão, na arte, pela dissolução da função mimética de representação do real, literalmente, sua razão de ser na história da arte ocidental. E é a partir da descrição do processo de desnaturalização do olho e da visão, para além da questão formal, que Brito (1980) vai construir sua argumentação para a percepção e compreensão da arte contemporânea em seu novo estado de ser.

Dessa forma contextualizada, o crítico propõe como a nova situação da arte: “em nenhum ponto fixo que organizasse, em perspectiva, o mundo ao redor” (BRITO, 1980. p.5). Como elementos dessa desconstrução, adotando por referenciais teóricos Walter Benjamin, Theodor Adorno e Pierre Francastel, entre outros, ele relaciona a perda da condição de bela e de única da obra de arte, deslocada pela posição de indefinição e de múltipla, dadas as novas práticas e técnicas de produção. O autor questiona: “Isto é arte? Não, senhoras e senhores, a arte é que é isto. Qualquer isto. Um isto problemático, reflexivo, que é necessário interrogar e decifrar” (BRITO, 1980. p.5).

Dispondo-se a pensar um sentido outro para a arte contemporânea, Brito parte da inadequação dos trabalhos de vanguarda perante o conceito, a sensação e a organização tradicionais do sistema de arte. É aí, então, que o crítico aponta para a emergência de um novo valor, que ele coloca como poder negativo da obra: a revolta do trabalho contra seu processo de institucionalização, a discussão de sua importância em sociedade, seu posicionamento. E denuncia que a obra de arte possui uma materialidade social, e, como tal, seus sentidos são fabricados pela estrutura burocrático-ideológica que a cerca, são instrumentalizados como forças simbólicas. Ele analisa:

Ao investir contra esses papéis, a arte investia de certo modo contra si mesma – ela também era isto, quisessem ou não as estéticas decadentes da arte pela arte. Mas, ao sobreviver a esse choque, adquiria espaço próprio, precário e ambíguo, mas próprio, para atuação crítica. (BRITO, 1980. p.6)

Separados continentalmente, culturalmente e por 20 anos de distância no tempo, os dois críticos – Hal Foster e Ronaldo Brito – se aproximam não pela

linguagem nem pela estratégia do discurso, mas pelas considerações e conceitos tomados para a compreensão do que Brito (1980. p. 6) nomeia “território da vanguarda”: a inserção da problemática do posicionamento da obra no sistema de arte como fundante de sua condição simbólica, crucial também para Foster (2014), na análise que empreende das vanguardas históricas e neovanguardas. Ao mesmo tempo, tanto Brito (1980) quanto Foster (2014) consideram fundamental o entendimento dos modos de produção e de consumo da arte contemporânea, mais do que uma avaliação de estilos e de forma.

Feita essa relação, cabe ressaltar, mais uma vez, que os dois pensadores estão apartados por contextos muito distintos no espaço-tempo, portanto, por perspectivas materiais e históricas muito singulares. Como exemplo dessa diferença, enquanto Foster (2014) trabalha com a ideia de as neovanguardas serem um reposicionamento elaborado de questões, modos e valores das vanguardas históricas, que nos servem para a compreensão da arte na contemporaneidade, Brito (1980) entende que a radicalidade da vanguarda só o pode ser uma única vez, em seu momento original, e que seus desdobramentos devem ser percebidos como continuidades do descompasso, não cabendo ser nomeadas vanguarda.

O interesse central de Brito (1980) era compreender as questões norteadoras do contemporâneo no cenário internacional da arte, para poder pensar como se deu a inserção dessas discussões no contexto da arte brasileira. Sua abordagem buscava problematizar as fundações do objeto de arte contemporânea, em perspectiva com a história da arte e seus eixos conceituais e teóricos. Por outro lado, o que nos interessa ao retomar sua crítica é a requalificação da ideia de posicionamento social no campo expandido da arte contemporânea, lançando novas proposições para pensar a possibilidade de ações políticas na cultura.

No artigo “O acontecimento artístico”, publicado no semanário *Opinião*, em 1974, Ronaldo Brito (2005), comentando a produção de Harold Rosenberg, para ele o principal observador da arte norte-americana do período pós-Segunda Guerra Mundial, destaca que, para o pensador americano, não há mais lugar para uma crítica específica e independente, apartada do contexto social em que é produzida. Ao contrário, as obras artísticas deveriam ser compreendidas como verdadeiros acontecimentos, e não apenas objetos de contemplação estética, como “tomada de consciência por parte do artista do modo como o produto artístico é consumido em

nossa sociedade, bem como a tomada de consciência de seu papel de agente cultural nessa mesma sociedade" (ROSENBERG *apud* BRITO, 2005. p. 31).

Essa afirmação de Rosenberg, que defende uma posição contrária à politização da arte, é tomada como referencial pelo crítico de maneira mais radical, para pensar a arte contemporânea como uma manifestação sociológica de seu tempo. Ou seja, rompe com a superada ideia de contemplação na experiência da arte, em direção à concepção da arte como acontecimento, como intervenção política, ideológica e material sobre a situação social da qual se origina:

a crescente politização dos artistas ocidentais se manifesta sobretudo como a recusa das margens tradicionalmente reservadas à arte – para que não atingisse, perigosamente, a vida prática das pessoas. Como um esforço de conhecer as possibilidades da arte de servir como um modo de transformar as relações das pessoas consigo mesmas e com a sociedade. (...) A politização dos novos artistas talvez seja algo semelhante: o reconhecimento de que o mito do artista como alguém que vivia nas nuvens caiu irremediavelmente por terra, e é hora de saber qual o seu lugar no mundo dos vivos. (BRITO, 2005. p. 34)

Importa destacar que as análises de Foster (2014), realizadas no encerramento do século XX, fazem uma avaliação histórica dos deslocamentos produzidos pelas vanguardas e neovanguardas, considerando também, as decepções, os fracassos ou a cooptação de alguns posicionamentos, assim como os consequentes desdobramentos dessas ações na arte e em seus campos atravessados naquele momento. Questões que os textos citados de Brito não tinham distanciamento temporal para serem apreendidas, mergulhados que estavam no olho do furacão.

Posteriormente, entretanto, Brito se posicionará extremamente antagônico à boa parte das realizações da arte nomeada contemporânea, no Brasil e no mundo, que ele declarou considerar, em sua maioria, como “baixa cenografia”, “arte publicitária”, “mercadoria dócil da indústria do lazer e do turismo”, por dissolver o trabalho de arte em discurso cultural, sem a potência estética que o crítico reconheceu no experimentalismo original dos anos 1960-1970. (BRITO, 2015. p. 53-55)

Retomo essas discussões por conta de meu especial interesse pela arte contemporânea brasileira dos anos 1960 e 1970, por ter recebido, ainda muito jovem, durante a infância e a adolescência, as emanções daquele contexto. Durante o período inicial de minha formação, os textos de Ronaldo Brito, e mais especialmente de Mário Pedrosa, considerado o primeiro crítico brasileiro de arte,

marcaram as reflexões e os referenciais teóricos que mobilizaram gerações. Daí provém minha atenção ao apontar o experimentalismo de linguagem e de pensamento que contribuíram para formular as questões que se desdobraram no universo da arte e da cultura a partir de então.

Os escritos de Pedrosa desde meados da década de 1940 e durante a de 1950 – como *Arte, Necessidade Vital*, de 1947; *Arte-reflexo, irresponsabilidade do artista*, de 1959 e *Arte experimental e museus*, de 1960, entre muitos outros – foram fundamentais no desenvolvimento de suas teses. Em sintonia com o construtivismo russo e suas novas tendências reelaboradas, o pensador e ativista defendia a racionalidade do trabalho artístico como força autônoma capaz de inserção na produção social. Posicionamento que será constituidor na formação dos movimentos artísticos no Brasil, como o concretismo paulista e carioca (com suas especificidades) e o neoconcretismo.

Acompanhando e influenciando as profundas transformações que se seguiram nos anos 1960 e 1970, seus textos afirmavam a potência revolucionária e emancipadora da dimensão estética, reposicionando a arte, o artista e seu fazer para a esfera coletiva, atribuindo-lhes, dessa forma, responsabilidade e participação ativa em seu entorno. Pedrosa defendia uma fusão entre o estético e o social em graus profundos, por meio da constituição de um vocabulário conceitual e plástico que brotasse da realidade brasileira, em diálogo com sua própria história e com a arte internacional. Ou seja, um desejo e exigência de transmutação e transvaloração da arte, a partir de seu caráter político e de sua existência pública. Em suas palavras: “arte não é ‘reflexo’ social nenhum, mas fator autônomo e determinante na sociedade e no mundo” (PEDROSA, 1959/1995. p.114). O crítico entendia a arte como um campo avançado da percepção e do pensamento humanos, conjugados em âmbito existencial; a arte como “o exercício experimental da liberdade” (PEDROSA, 1967/2007. p.113). Para ele, essa seria a instância política da arte, seu potencial singular de invenção e de transformação. Ao atribuir essa dimensão cognitiva da experiência da arte, Pedrosa promove um deslocamento da atenção da obra enquanto objeto para a atitude artística, desencadeando um curto-circuito entre arte e vida.

Desse território expandido da arte, destaco a afetividade na obra de Hélio Oiticica, suas invenções e inter-relações, a maneira como ele articulou um sistema simbólico interativo, estabelecendo ousada relação com aqueles que seriam

observadores da obra, em toda a sua produção, dando-lhe uma dimensão reificadora; as proposições de intersubjetividades de Ligia Clark, pelo encontro entre a artista, a obra e os participantes; as inserções materiais e simbólicas em sociedade e cultura nas obras de Cildo Meireles. Essas, entre outras manifestações daquele período, foram detonadoras de processos e questionamentos que marcaram a emergência de uma linguagem libertária e libertadora, principalmente, no que diz respeito à indissociação entre arte e vida, no nosso contexto, reprocessada e reativada. E que opera a formação de uma vertente singular do experimentalismo que aqui se corporificava, se expandindo e contaminando a produção da arte internacional.

Noto isso em toda uma geração de artistas de que faço parte, que começou a atuar entre meados dos anos 1980 e princípio dos 1990, e que herda essa inquietação dos artistas dos 1960 e 1970.

Do cinema, o contato com as experiências de Glauber Rocha e sua estética da fome, com o cinema marginal de Júlio Bressane e Rogério Sganzerla foram referências fundamentais para meu trabalho. Um cinema que extrai da precariedade a sua estética, corporal em Bressane, antropofágico em Sganzerla, radicalmente provocadores, e que me afetaram, como uma jovem artista, como ensinamentos.

É na adolescência, na passagem dos anos 1970 e 1980, o início de meu envolvimento com cinema, junto à geração que frequentou assiduamente a Cinemateca do MAM, no Rio de Janeiro, e os círculos de debates dos cineclubes atuantes na cidade: Cineclube Macunaíma, na ABI, Cineclube do Leme, Cine Joia, entre outros espaços de pensamento e de resistência durante a Ditadura Militar. Este vínculo me levou à graduação em Cinema na UFF, na segunda metade da década de 1980, sob orientação do teórico e crítico de cinema João Luiz Vieira.

No âmbito da fotografia propriamente dita, os trabalhos de Miguel Rio Branco e Mário Cravo Neto, ambos fotógrafos experimentalistas da geração de 1970 e 1980, serão impactantes para mim nesse momento de iniciação. De Rio Branco, saliento o barroco, a cor expressionista dos trópicos; de Mário Cravo, o caráter antropológico e o poder ritualístico das imagens.

A partir da segunda metade dos 1980, junto a Rochelle Costi, Rosângela Rennó, Fernanda Magalhães e outros artistas que lidavam com fotografia, houve um esgarçamento dos modos fotográficos *stricto sensu*, com a incorporação de uma série de procedimentos extracampo fotográfico. Naquele momento inicial, essa

produção ficou bastante deslocada dos sistemas de arte e de fotografia brasileira, não se encaixando bem em nenhum dos dois ambientes.

Numa conjuntura seguinte, dos 1990 aos anos 2000, essas realizações foram sendo mais bem percebidas e recebidas no contexto da arte brasileira contemporânea, a partir de muitos embates em nosso meio cultural mais próximo e sob a influência do ambiente internacional da arte (com a projeção, nos anos 1980, de artistas como Cindy Sherman, Robert Mapplethorpe, Nan Goldin, entre tantos outros daquele período).

Vale lembrar o papel do Núcleo de Imagem Técnica na Escola de Artes Visuais do Parque Lage, entre finais dos anos 1980 e início dos 2000, aglutinando artistas que trabalhavam com a fotografia nessa vertente mais experimental, como Alfredo Grieco, Cezar Bartholomeu, Denise Cathilina, Regina Alvarez, Ruth Lifschitz e eu mesma, do Rio de Janeiro; Rosângela Rennó, de Belo Horizonte, que veio para o Rio naquela época; Rochelle Costi, Cris Bierrenbach, Rubens Mano, de São Paulo; entre outros. A presença do curador, professor e fotógrafo Eduardo Brandão foi determinante como figura agregadora, para o fortalecimento da linguagem fotográfica e sua afirmação nesse circuito. Como orientador e catalisador do grupo, fez a curadoria das primeiras exposições coletivas dessa produção emergente em instituições e galerias do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Em relação à alteridade, meu trabalho se conecta à geração de artistas que surge nos 1990, como Rosana Palazyan e a dupla Maurício Dias e Walter Riedweg, que atuam no território experimental da arte como solidariedade, empatia e reciprocidade. São projetos que utilizam formas de comunicação mediatizadas pela arte, para tratar de relações entre pessoas ou entre grupos sociais. Essas ações se dão no nível afetivo, psicanalítico, cultural e/ou em uma esfera sociopolítica. E se referenciam à obra de Hélio Oiticica do final dos anos 1960, com a invenção de formas de produção artística que tangenciam a antropologia e etnografia, ao se inspirar na estética e no cotidiano dos habitantes do morro da Mangueira, com os quais manteve estreita convivência.

Nesse âmbito investigativo do papel da arte em sociedade, é importante destacar a atuação do curador, historiador e crítico de arte Paulo Herkenhoff, que desde os anos 1990, abrindo trincheiras, tem se debruçado sobre a questão da alteridade na arte brasileira contemporânea. Herkenhoff exerceu papel referencial naquele período e ainda hoje, inaugurando um pensamento original sobre essa

produção marginal que começava a se anunciar, atijando centelhas de sentidos para realizações e iniciativas que até então não haviam encontrado interlocução entre a crítica de arte. O curador foi responsável também pelo encontro e pelas trocas de muitos dentre esses artistas, como Dias&Riedweg, Palazyan e eu, entre outros.

O mestrado em Técnicas e Poéticas em Imagem e Som, na Escola de Comunicação e Artes da USP, no final dos anos 1990, sob orientação do teórico e professor Arlindo Machado, foi importante para aprofundar os estudos relacionados às teorias da imagem em movimento. A disciplina Arte Contemporânea no Espaço-Tempo, ministrada pelo professor Martin Grossmann, foi instigante pelas costuras propostas entre filosofia, ciências e arte contemporânea.

Seguindo essa via, meus trabalhos foram caminhando, cada vez mais, em direção à questão do Outro, por meio de situações que envolvem encontros. Nesse percurso, o tema da infância e juventude foi tomando lugar de destaque entre essas realizações: como na série de retratos/autorretratos *Os meninos*, com crianças em situação de rua; nas mensagens fotográficas de *Traslados* entre crianças brasileiras e cubanas; nos vídeos-depoimentos de *Contos de Passagem*, com adolescentes que vivem e trabalham nas ruas do Rio de Janeiro; e em *Sem Simpatia – Os meninos do Morrinho*, com os jovens criadores da maquete do *Morrinho*. São investigações de natureza conceitual e poética, que tensionam as relações entre ética e estética, arte e sociedade.

Relatos, pequenas histórias dentro da História, pesquisa em discussão nesta tese, procura problematizar a participação dos adolescentes envolvidos no processo de construção do trabalho, como sujeitos do discurso¹¹, em seus deslocamentos e passagens por instituições de acolhimento e seu entorno social.

Para a realização deste projeto, 16 anos após a conclusão do mestrado, senti necessidade de retornar à universidade para obter subsídios para a empreitada.

¹¹ Considerando aproximações e afastamentos entre distintas abordagens da noção de discurso. No campo psicanalítico com Lacan (1992), introduzindo o discurso como uma estrutura que subsiste na relação de um significante com outro; no campo da linguística, com as teorias enunciativo-discursivas, as quais assumem pressupostos teóricos sociológicos e/ou psicanalíticos e postulam o sujeito como sendo clivado, cindido, heterogêneo, sem qualidades, vazio, atravessado pelo discurso do outro e pelo inconsciente, caracterizado pela possibilidade constante de vir a ser (LACAN, 1992). Além disso, essa última perspectiva entende o sujeito como constituído a partir da relação com o outro, situando *no* discurso as discussões sobre subjetividade, individualidade, autoria (BARTHES, 1988a; FOUCAULT, 1999a e 1992; e BAKHTIN, 1997 e 2002.) Conceitos que serão retomados à frente no texto.

O doutorado em Arte e Cultura Contemporânea, na linha de pesquisa Arte, Imagem e Escrita, do PpgArtes da Uerj, sob orientação da historiadora e professora Sheila Cabo Geraldo, foi capital no estudo por atualizações e no mergulho nas questões teóricas que o cortam e o contornam. Percurso transformador, do qual o pensamento que tomou forma nesse texto é apenas uma parte da jornada de aprendizado.

Buscando uma maior compreensão da problemática da adolescência em situação de vulnerabilidade econômica e social, em suas várias áreas afins – psicanálise, educação, filosofia, entre outras –, foi igualmente essencial a coorientação da psicanalista e professora Marise Ramôa, especializada em saúde mental, infância e juventude. Dando-me suporte para atravessar os tortuosos meandros institucionais entre as diversas redes de apoio à infância e juventude em contexto de exclusão, estímulo diante das dificuldades e incertezas, apostando na importância de seguir. E na generosa supervisão para lidar com situações duras de enfrentar.

A reinserção na universidade foi crucial ainda para viabilizar o processo de autorização da pesquisa em outras áreas de produção de conhecimento fora do meio de arte, pois o trâmite burocrático só é possível através dos comitês de ética das diferentes organizações e entidades pelos quais o projeto pretendia se movimentar.

Partindo desse campo ampliado de investigações, *Relatos, pequenas histórias dentro da História* pode ser pensado como um objeto de arte de caráter híbrido: ao mesmo tempo antropológico, documental e poético, mas problematizando e relativizando esses saberes como absolutos. Trata-se de indagações que escapam às delimitações de fronteiras das áreas de conhecimento como normalmente descritas – isto é, arte, antropologia, ciências sociais, linguística, psicanálise e outras –, e se fundamenta em transbordamentos. Nesse sentido, *Relatos* busca o exercício de experimentação da arte como fenômeno vivo.

1.3 Antecedentes, desdobramentos e reinvenções em *Relatos*

Importa relacionar *Relatos* a outros projetos de natureza semelhante, desenvolvidos anteriormente, como *Os Meninos*, *Contos de Passagem* e *Sem Simpatia – Os Meninos do Morrinho* (entre outros, que não serão tratados aqui).

O primeiro, *Os Meninos*¹², é um trabalho visual fotográfico, realizado em 1993 e 1994, com a colaboração de meninos em situação de rua, na cidade do Rio de Janeiro. A série tinha um caráter dialógico e era centrada na questão da alteridade. Propunha-se um tipo de jogo: tendo aceitado se fazer fotografar, a criança era convidada a também fotografar qualquer objeto ou situação de sua escolha, seus desejos. Criava-se, então, uma via de mão dupla, em que a criança era objeto da fotografia na qual era retratada e, num momento seguinte, era agente do processo criador, assumindo o papel de sujeito. A atuação dos garotos colocava em discussão a posição do artista como um ser dotado de caráter especial, em contraposição àquele capaz de produzir significado sobre o mundo. Dessa forma, *Os Meninos* foram também criadores, colaboradores do trabalho.¹³

O projeto foi desenvolvido com o uso de câmeras sem lente, tanto pela estética quanto pela prática implicada. Trata-se de câmeras artesanais, que utilizam o processo de formação de imagem dentro de um ambiente escuro, através de um pequeno orifício. Essas câmeras não têm lente, visor, controle de foco, alavanca para puxar o filme, disparador, e muito menos programas automáticos como das câmeras digitais dos celulares atuais. A imagem produzida é turva, muitas vezes indefinida, com aberrações de perspectiva, contrariando as normas da “boa imagem”. A opção pelas câmeras de orifício fez parte de toda uma estratégia de estranhamento¹⁴ adotada no trabalho.

Os Meninos revelou uma forma de ação artística mais incisiva politicamente, usando a fotografia como uma espécie de mediadora, na busca por uma atitude deflagradora de sentidos em confronto com o mundo.

*Contos de Passagem*¹⁵ é um trabalho experimental em vídeo, composto por depoimentos de jovens que viviam e trabalhavam nas ruas da cidade do Rio de

¹² Imagens do trabalho citado no Anexo 1.

¹³ Paulo Herkenhoff (1994. p. 54) comenta que esse trabalho “deflagra uma potência de simbolização e visibilidade. Não está em jogo o conceito de qualidade, com seu arsenal de poderio de exclusão. Escolhendo um meio tão precário (as câmeras *pinhole*), e simultaneamente eficiente para seu projeto político, Trope e os meninos são iguados simbolicamente pela tecnologia.

¹⁴ Expressão utilizada pelos formalistas russos, sobretudo Chklóvski, na década de 1920, referindo-se a um “conjunto de técnicas de construção, cuja função seria perturbar as nossas percepções rotineiras e forçar a sensibilidade a ‘estranhar’ o arranjo simbólico que lhe é apresentado” (MACHADO, 1984. p. 112).

¹⁵ Link para visualização de um fragmento de *Contos de Passagem*: <https://vimeo.com/showcase/4543647>. Senha: contos (minúsculas). Imagens do trabalho citado no Anexo 2.

Janeiro, entre dezembro de 2000 e dezembro de 2001, narrando suas histórias. Ampliando seu campo de pesquisa, *Contos de Passagem* buscou ouvir meninos e meninas, adolescentes e jovens adultos, que passavam parte significativa de seu dia a dia no “asfalto”. O projeto procurou constituir uma certa geografia da cidade, nesse período de passagem de século, mas a partir do particular, de testemunhos singulares.

Examinar tal geografia implicou em retomar dois conceitos como desenvolvidos por Milton Santos (1994) em *Território, globalização e fragmentação: território e lugar*. O autor propõe que espaço geográfico (território usado) seja entendido como uma mediação entre o mundo e a sociedade local. O território funcionaria mediante horizontalidades (lugares reunidos por continuidade territorial) e verticalidades (pontos distantes uns dos outros, ligados por formas e processos sociais). O local recebe os impactos do mundo (verticais), mas é, ao mesmo tempo, o espaço da existência e da coexistência (horizontais).

Contos de Passagem procurou, portanto, perceber como os jovens se apropriavam, se organizavam e geravam suas regras e seus valores nos locais diversos por onde se deslocavam – casa, escola, rua, assim como as instituições por onde passavam –, que ganharam existência no trabalho como lugares referidos, configurando assim seu próprio território.

Tratava-se de buscar uma aproximação com o universo da infância e juventude em situação de rua, ouvindo sobre o cotidiano, a rede de relacionamentos pela teia urbana, como se davam os movimentos pela cidade, suas expectativas, suas memórias, seus desejos. Que sonhos os habitavam? Quais eram seus jogos de interesses, suas estratégias de sobrevivência, seus medos, suas esperanças? Como exprimiam e organizavam seu discurso?

As pesquisas técnicas e de linguagem de *Contos de Passagem* envolveram intervenções na estrutura dos vários aparelhos de registro utilizados, para a incorporação de um buraquinho no lugar das lentes das filmadoras. Essa mistura de meios e formatos e o caráter experimental do uso das câmeras sem lente acabaram por configurar uma espécie de tecnologia mista, uma pesquisa da imagem em movimento e de suas possibilidades de experimentação.

Foram produzidas cerca de 60 horas de registros filmicos, em super-8, VHS, high-8 e 16mm, posteriormente transpostos para a mídia digital, para que pudessem ser organizados e tratados. *Contos de Passagem* tem sido apresentado em

fragmentos que recebem diferentes recortes e edições, em função do contexto da exibição. O conjunto desse material permanece como um arquivo em estado latente, passível de assumir diferentes configurações.

*Sem Simpatia – Os Meninos do Morrinho*¹⁶ é uma série fotográfica, realizada em 2004 e 2005, com a colaboração do grupo de jovens criadores do *Morrinho*, maquete das comunidades da cidade, construída numa encosta do Morro do Pereirão, Laranjeiras, zona sul do Rio de Janeiro. Nesse grande cenário, obra viva, cada adolescente representa as favelas cariocas e reencena o cotidiano dessas comunidades, as festas, as guerras de tráfico, bailes *funks*, ou seja, as violências que sofrem, assim como suas alegrias.

Este trabalho surgiu como um desdobramento e aprofundamento de experiências anteriores. A intenção era dar visibilidade aos jovens como criadores e problematizar a questão do *apartheid* social, tão acirrado na cidade. *Sem Simpatia* (que, na gíria local, quer dizer “sem intriga”, “sem inveja”, “sem vacilação”, com conotação afirmativa) se propôs como negociação social com os jovens do Pereirão, a um só tempo fotógrafos e fotografados, com câmeras de orifício (feitas de latas recicladas), de seus *Morrinhos*, sua invenção.

Na série fotográfica, cada obra – o retrato dos rapazes, sozinhos ou em grupo, justaposto às fotografias de seus respectivos *Morrinhos* – consistiu num processo de negociação, de trocas materiais e simbólicas. Nesse percurso, foram discutidos itens autorais, jurídicos e econômicos. Os jovens foram reconhecidos como sujeitos com linguagem própria, produtores de cultura e colaboradores do trabalho, participando equanimemente da partilha material gerada. *Sem Simpatia – Os Meninos do Morrinho* procurou alargar e aprofundar seus fundamentos e proposições de comutação em relação às séries anteriores.

Relatos, pequenas histórias dentro da História propiciou condições para desenvolver algumas questões já presentes em *Os Meninos*, em *Contos de Passagem* e em *Sem Simpatia – Os Meninos do Morrinho* e serem desdobradas. No decorrer da pesquisa, novos elementos surgiram e precisaram ser compreendidos, elaborados e enfrentados, como os trâmites institucionais a lidar, o estudo sobre a questão da institucionalização da infância e juventude, a problemática da exclusão, sua história e o contexto atual, assim como buscar

¹⁶ Imagens do trabalho citado no Anexo 3.

um entendimento mais aprofundado das próprias noções do ser criança e do ser adolescente, procurando desconstruir formulações pré-dadas. Todos esses debates foram imprescindíveis para a realização do trabalho e precisaram ser problematizados como parte do caráter teórico e experimental da investigação.

2 CAMPO DE TRABALHO

2.1 O lugar da infância

É do cerne da história cultural, a partir de um entendimento não universalista e totalitário da história para uma ampliação do próprio conceito de cultura e de uma mudança de paradigma na concepção da história como narrativa, que vemos se delinear o discernimento da infância como uma experiência que teria nascido na modernidade. Pesquisa referencial nesse campo, empreendida pelo historiador francês Philippe Ariès (1981), indica o surgimento, entre o final do século XVI e o início do XVII, de um sentimento em relação à criança, via o reconhecimento da singularidade dos pequenos, que virá a amadurecer na ideia de *in-fans*.¹⁷ Desde então, a interpretação da noção de infância se distingue em função da vinculação dessa definição às condições geográficas, históricas, culturais e sociais que a contornam. Podemos pensar, conseqüentemente, em construções sociais da infância, derivadas dos contextos em que se desenvolvem.

Para melhor apreensão do tema, portanto, é importante observar como diferentes campos de conhecimento têm se debruçado sobre ele na formação do mundo moderno, a fim de que possamos analisar a trama que envolve a produção desse conceito e suas transformações desde então. Infância é aqui entendida como chave para uma possível compreensão da sociedade e do pensamento contemporâneos, buscando notar como a questão se insere na chamada crise da modernidade e crise da razão.

¹⁷ Vale ponderar que nem toda a infância do início do período moderno seja aquela abordada por Ariès, uma vez que sua pesquisa fez um recorte nas fontes iconográficas que retratavam uma das camadas sociais de então. Um estudo que problematiza essa unanimidade da visão da infância como uma invenção moderna (influenciada por Ariès, que merece ser relativizada) é, no âmbito da história da filosofia, da infância e da educação ocidental, a de Walter Kohan (2007). O autor apresenta uma ideia de infância que remonta à Antiguidade, reposicionando-a no mundo moderno não como aparição original, mas como momento de reinvenção do seu lugar sócio-histórico.

A palavra infância tem sua origem etimológica no latim, *infantia*,¹⁸ referindo-se ao indivíduo que ainda não é capaz de falar e sendo sinônimo de mudez ou mutismo. Sobre essa derivação do termo, Gagnebin (1997b. p.172) observa ainda que a palavra infância não alude primeiramente a uma certa idade, mas sim ao que caracteriza o início da vida humana: a incapacidade ou ausência de linguagem¹⁹. Essa incompletude, ausência de fala e, portanto, de razão, que marca a infância, ganhou diversas significações ao longo da história.

Secularmente, as crianças foram percebidas como adultos imperfeitos. Gagnebin (1997b. p.170) distingue duas grandes linhas de pensamento. A primeira, a partir de Platão, passando pela pedagogia cristã com Santo Agostinho, chega até nós pelo racionalismo cartesiano, segundo o qual

a infância é um mal necessário, uma condição próxima do estado animalesco e primitivo. (...) Como seres privados de razão, as crianças devem ser corrigidas nas suas tendências selvagens, irrefletidas, egoístas, que ameaçam a construção consensual da cidade humana graças à edificação racional.

A segunda linha, também oriunda de Platão, atravessa o Renascimento com Montaigne, chega a nossas escolas ditas alternativas por meio do romantismo de Rousseau e declara que

a verdadeira educação consiste muito mais num preparo adequado de suas almas para que nelas, por impulso próprio e natural, possa crescer e se desenvolver a inteligência de cada criança, no respeito do ritmo e dos interesses próprios de cada criança particular. (GAGNEBIN, 1997b. p.171)

Duas correntes aparentemente contraditórias, mas que conduzem ao discurso pedagógico proveniente de um mesmo pensador. Assim Gagnebin (1997b. p.171) traduz Platão nas Leis:

Como as ovelhas não podem ficar sem pastor, se não se perdem, assim também e mais ainda nenhuma criança pode ficar sem alguém que a vigie e controle em todos os seus movimentos, pois “a criança é, de todos os animais, o mais intratável”, na medida em que seu pensamento, ao mesmo tempo cheio de potencialidades e sem nenhuma orientação reta

¹⁸ *Infantia*, do verbo *fari* = falar, em que *fan* = falante e *in* constitui a negação do verbo. Portanto, *infans* refere-se ao indivíduo destituído de fala. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/>>. Acesso em: 13/07/2020

¹⁹ Lembrando que *logos* significa, indistintamente, linguagem e razão, condições que permitem a instituição de uma ordem política, como veremos mais detalhadamente adiante.

ainda, o torna “o mais ardiloso, o mais hábil e o mais atrevido” de todos os bichos. (...) Essa criança, ameaçadora na sua força animal bruta, deve ser domesticada e amestrada segundo normas e regras educacionais fundadas na ordem da razão (*logos*) e do bem tanto ético quanto político, em vista da construção da cidade justa.

Essa tradição de pensamento segue por Descartes até alcançar Kant e o Iluminismo, em que a infância detém este estatuto paradoxal:

território perigoso das paixões, do pecado e do erro, zona escura sem os caminhos que traçam as palavras e que ilumina a razão, ela é, no entanto, na nossa miséria humana, o único solo à disposição de onde possa brotar, naturalmente, essa mesma razão que lhe faz falta. (GAGNEBIN, 1997b. p. 175-176)

É exatamente da promessa renunciada pela ausência de linguagem e, portanto, de razão, aliada à capacidade de aprendizagem, faculdade inata ao humano, que o pensamento filosófico e o pedagógico se encontram na *Paideia* proposta por Platão na *República* (*apud* GAGNEBIN, 1997b. p.172) como um movimento interior à própria alma:

A educação (*paideia*) é, portanto, a arte que se propõe este fim, a conversão (*periagoge*) da alma, e que procura os meios mais fáceis e mais eficazes de operá-la; ela não consiste em dar a vista ao órgão da alma, pois que este já a possui; mas como ele está mal disposto e não olha para onde deveria, a educação se esforça por levá-lo à boa direção.

Por intermédio de uma educação repressora agostiniana, advinda do ideal platônico de um discurso transparente e verdadeiro, ou de uma educação romântica rousseuniana orientada pela sinceridade do sentimento, a humanidade buscou a superação de sua desrazão e ausência de linguagem.

2.2 Infância, razão e assujeitamento

A questão da relação entre o sujeito e o mundo, durante pelo menos 200 anos (final do século XVI ao final do século XVIII), serviu como parâmetro de distinção entre os pensamentos antigo e moderno. O processo de subjetivação funcionou como o paradigma de um modo de percepção, segundo o qual observador e natureza

observada estavam separados por uma razão mediadora. Por meio da mente e de uma razão ordenadora é que o homem pôde controlar e inspecionar a realidade.

A modernidade inaugurou um novo tipo de relação entre sujeito e objeto, tendo a razão como mediação absoluta, pela ciência como forma de operação, pelo reposicionamento do humano como vértice dessa tríade, e não mais de uma instância externa e superior. Entre o conhecimento e o objeto – de maneira diversa dos antigos e dos medievais – os modernos introduziram a figura do sujeito. Esse modelo racionalista cartesiano que caracteriza o pensamento moderno – fundado no século XVII por Descartes, que argumenta: *Cogito ergo sum*²⁰ – será reelaborado, no século XVIII, por Kant, na formulação do Iluminismo ou Criticismo, em *Que é esclarecimento?* ou *Resposta à pergunta o que são as luzes*,²¹ com o lema: *Sapere aude!*

Esclarecimento [*Aufklärung*]²² significa a saída do homem de sua minoridade, pela qual ele próprio é responsável. A minoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro. É a si próprio que se deve atribuir essa minoridade, uma vez que ela não resulta da falta de entendimento, mas da falta de resolução e de coragem necessárias para utilizar seu entendimento sem a tutela de outro. *Sapere aude!* Tenha a coragem de te servir de teu próprio entendimento, tal é portanto a divisa do Esclarecimento. (KANT, 1985. p. 100)

A concepção iluminista sobre o saber e o mundo inaugurou a atenção voltada para a infância e sua formação, entendendo a razão como dispositivo para superação pelo homem do desconhecimento, do mito, do obscurantismo. O esclarecimento estará para a autonomia assim como a educação para a infância, como instrumento capaz de retirá-la de sua situação de incompletude, inabilidade,

²⁰ Versão latina de *je pense, donc je suis*; em português “penso, logo sou” (DESCARTES, 1637).

²¹ Em ensaio de 1984 (200 anos após Kant), “Qu’est-ce que les Lumières?”, ao analisar “Que é Esclarecimento - Resposta à pergunta o que são as luzes” (KANT, 1985), Foucault (2005) propõe que esse texto faz aparecer um novo tipo de questão no campo da reflexão filosófica. Não em termos do que definiria uma era nem as origens ou finalidades da história, mas nos termos de uma teleologia imanente ao processo da história. Uma cogitação, cuja maior novidade é fazer isso enquanto situa no curso do tempo, no presente, seu próprio pensamento, a questão da atualidade: “o que é que acontece hoje? O que acontece agora? E o que é esse ‘agora’ no interior do qual estamos, uns e outros, e que define o momento onde escrevo?” (FOUCAULT, 2005. p.335-336) Ao responder a “o que é o esclarecimento?”, ou “o que são as luzes?”, Kant estaria simultaneamente introduzindo o problema do presente como acontecimento filosófico ao qual pertence o filósofo que fala.

²² O termo em alemão que Kant utiliza em seu escrito original é *Aufklärung*, cujos dois significados possíveis são esclarecimento e Iluminismo. Ao longo do texto, aparecem esclarecida (*aufgeklärt*), esclarecido (*aufgeklärt*), esclareça (*aufkläre*), todos igualmente relacionados ao sentido de iluminado, ilumine e Iluminismo – que foi como o ambiente intelectual e filosófico do fim do século XVII e do século XVIII ficaria conhecido.

desorientação, inferioridade. A criança, segundo essa tradição, é marcada pela irracionalidade, mero esboço do homem.

Kant talvez tenha sido o primeiro a caracterizar, formalmente, a escola moderna como a grande instituição envolvida com o disciplinamento dos corpos infantis, em especial, no que concerne aos usos que tais corpos fazem do espaço e do tempo. A educação e suas instituições serão meios fundamentais para sua humanização. A elas caberá a tarefa de preparar as crianças para a sociedade moderna, tomando a infância como material da política (FOUCAULT, 1999c; KANT, 1996; VEIGA-NETO, 2000).

Se a noção de infância é um elemento interno e indispensável à construção da subjetividade moderna, na versão iluminista ou na versão romântica, sua relação com a compreensão contemporânea de subjetividade ganhou outra dimensão. Nesse caso, nosso entendimento a respeito das possibilidades da infância é dado pelas respostas a respeito do que vem a ser a subjetividade.

Em *Dialética do esclarecimento*, Adorno e Horkheimer (1985) descrevem e analisam o longo processo de sujeição (e de controle) do homem do iluminismo kantiano à sociedade de seu tempo, por meio do corpo e do espírito:

Quanto mais o processo da autoconservação é assegurado (...) tanto mais ele força a autoalienação dos indivíduos, que têm que se formar no corpo e na alma segundo a aparelhagem técnica. (...) A humanidade teve que se submeter a terríveis provações até que se formasse o eu, o carácter idêntico, determinado e viril do homem, e toda infância ainda é de certa forma a repetição disso. (...) É da imaturidade dos dominados que se nutre a hipermaturidade da sociedade. Quanto mais complicada e mais refinada a aparelhagem social, económica e científica, para cujo manejo o corpo já há muito foi ajustado pelo sistema de produção, tanto mais empobrecidas as vivências de que ele é capaz. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985. p.16-19)

A infância é um momento estratégico para esse aliciamento. Em seu entorno, uma rede de produtos é ofertada para sua cooptação: brinquedos, roupas, produtos de beleza, alimentos, música, literatura, filmes, programas televisivos, espaços para diversão e festas infantis. Simultaneamente a esse interesse econômico, desenvolveu-se o processo de sua institucionalização.

Diferentes áreas do conhecimento (psicologia, pedagogia, sociologia, nutrição, educação física, além das novas especializações e nomenclaturas, como pediatria, puericultura e psicopedagogia, entre tantas outras) tomam a criança como

objeto de investigação científica, legitimado por um modelo de conhecimento especificamente moderno, universalizante e baseado na razão – instrumento de domínio da natureza por meio da técnica. Como demonstra Foucault (2015), esse movimento pode ser compreendido como um conjunto de dispositivos disciplinares, cujo objetivo seria, pela produção de discursos sobre a infância, constituí-la como objeto e como sujeito. Conhecer, cuidar e educar, mas também dominar corpos, desejos, projetos, pensamentos da criança e juventude.

Na primeira metade do século XIX, houve toda uma empreitada de reclusão, acasernamento da classe operária em toda uma série de instituições não produtivas (além do aparato de produção), como, por exemplo, as instituições pedagógicas – creches, colégios, orfanatos; instituições corretivas – colônias agrícolas, casas de correção, prisões; instituições terapêuticas – asilos, albergues. Provisoriamente, seria possível pôr todas essas instituições sob o signo da reclusão. (FOUCAULT, 2015. p.186-187)

A partir da década de 1970 (como em *Vigiar e Punir - Nascimento da Prisão* (1999c), entre tantos), Foucault articula um outro plano de trabalho, para além das suas investigações sobre a linguagem e as ciências humanas, que propõe a genealogia de uma nova economia política do poder. A prisão é o ponto extremo, o lugar em que a concentração de mecanismos disciplinares se torna máxima. Mas ela é apenas o lugar privilegiado de observação dessas técnicas surgidas no final do século XVIII e começo do XIX.

A forma-prisão está, na verdade, em toda parte, ela funciona desde a creche até o asilo, por poderes transversais, que se dissimulam por meio das instituições modernas e de estratégias de disciplina e confinamento. As sociedades disciplinares são essencialmente arquiteturas: uma maneira de distribuir o espaço e de recortar o tempo. Por sua vez, as sociedades de controle apontam para uma espécie de antiarquitetura, que exige novos fluxos, novas maneiras de se mover, de inspecionar, virtualizando e monitorando, toda experiência, em rede.

Vigilância e disciplina são aparatos para se produzir mais e melhor. Desenvolve-se todo um novo sistema de controle que faz a ligação entre moral e penalidade, para o enfrentamento dos modos desviantes de conduta: a vagabundagem, a preguiça, a devassidão etc. Com o uso da vigilância e da disciplina ensinam-se os indivíduos a serem esforçados, pacientes, morais. E essa formação deve se dar desde a mais tenra idade. O poder disciplinar age

sobre corpos e almas, cria essências, treina, forma hábitos e movimentos. Pensamentos são adestrados dentro de uma ordem discursiva, o poder se revela, administra multiplicidades.

O tempo disciplinar se insere nas instituições pedagógicas e avança, separando o tempo de formação do tempo do já iniciado. O exército e a escola são os primeiros espaços corporativos dessa nova temporalidade, que exige e promove uma aplicação e uma ordem próprias. Organizando as atividades em degraus de evolução permanente, por meio de passos de aperfeiçoamento com avaliações constantes; qualificando os indivíduos em função do estágio em que estão, em serializações; cobrando aliciamento dos corpos de indivíduos submetidos a um volume contínuo e regular de exercícios, que têm como meta o controle e a sujeição/moldagem de corpos e mentes ao sistema de produção capitalista. Esse exercício (físico, psíquico, intelectual) é uma técnica de operar poder de longa duração, cuja finalidade nunca é alcançada (a perfeição). Ou seja, uma ordem de sujeição que tende a nunca terminar.

2.3 Infância e juventude na contemporaneidade – controle e crítica

Compreender a constituição da infância e juventude nesse contexto é analisar como se dá a educação e a formação no interior das instituições, mas observar também como ela se exerce dentro e fora dos marcos privados, diretamente sobre a vida. Esse processo é o que Foucault (1999c) chama de biopoder.

Pessoas crescem enclausuradas em instituições que as enquadram sob os mesmos processos e técnicas por toda a vida. Sujeitos assujeitados, seres planejados, ordenados, unos, recortados do mundo, indivíduos sem substância, esvaziados. Abstratos. Casa, trabalho, lazer, saúde, consumo, rotina. Corpos dóceis moldados em escolas, escritórios, hospitais, lares, *shoppings*. A disciplina se sobrepõe ao aparelho jurídico, da mesma forma que a sociedade de controle se sobrepõe à disciplinar.

Na sociedade de controle, o aspecto disciplinar não desaparece, apenas muda o papel das instituições. Os dispositivos de poder que ficavam circunscritos

aos espaços fechados passam a adquirir total fluidez, o que lhes permite atuar em todas as esferas sociais. Entre os princípios norteadores dessa nova dinâmica, destaca-se a abolição do confinamento enquanto técnica principal. Modos de vida possíveis na sociedade contemporânea.

A ver nessa alma os restos reativados de uma ideologia, antes reconheceríamos nela o correlativo atual de uma certa tecnologia do poder sobre o corpo. Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos – de uma maneira mais geral sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência. (FOUCAULT, 1999c. p. 28)

Mais recentemente, em finais do século XX, principalmente desde os anos 1990, o desenvolvimento de uma sociologia da infância e de uma antropologia da infância foi importante para a apreensão da diversidade infantojuvenil em relação ao adulto, além da consideração da pluralidade desse ser criança e desse ser adolescente e seus diferentes modos de expressão e de vida. Ou seja, não se trata de pensar a criança e o adolescente a partir de uma falta ou pela ausência de algo presente apenas nos adultos, mas de discerni-los em suas diferenças, em suas singularidades (SARMENTO, 2008; 2009).

Entre 1990 e 2000, a partir de várias pesquisas e estudos, a infância e a juventude passaram a ser compreendidas como categorias sociais, a criança e o adolescente como seres concretos e reais, sujeitos sociais heterogêneos, que se constituem nas relações sociais não só como reprodutores, mas como produtores de cultura. Em “A emergência de uma sociologia da infância no Brasil”, Quinteiro (2003. p. 34) apresenta, entre os primeiros elementos, “a construção social da infância como um novo paradigma, com ênfase na necessidade de se elaborar a reconstrução deste conceito marcado por uma visão ocidental e adultocêntrica de criança”. O autor defende ainda que vários aspectos envolvem o processo de socialização da criança e a influência exercida sobre ela pelas instituições e pelos agentes sociais, com vistas a sua integração na sociedade contemporânea.

A antropologia da criança teve importante participação no reconhecimento da capacidade de atuação das crianças como criadoras de seu próprio sistema

simbólico²³ e visão de mundo, construindo uma identidade para si e para os outros. Nas palavras de Clarice Cohn (2005. p. 21),

Ao contrário de seres incompletos, treinando para a vida adulta, encenando papéis sociais enquanto são socializados ou adquirindo competências e formando sua personalidade social, passam a ter um papel ativo na definição de sua própria condição.

Essa nova perspectiva antropológica a respeito da infância e juventude marca uma “diferença” no ser criança e no ser adolescente, que têm seus próprios saberes a respeito do mundo.

O reconhecimento da criança e do adolescente como atores sociais, legitimando-os em sua linguagem e sua comunicabilidade, pressupõe como imperativo considerar as especificidades de suas culturas, seus modos próprios de compreensão e atuação no mundo, colocando como fundamental nas pesquisas com eles a adoção de procedimentos metodológicos que também eles possam reconhecer no relacionamento com as manifestações próprias de sua geração.

2.4 Infância como experiência

Antes de avançar num histórico mais detalhado da construção da noção de infância, propomos um contraponto à perspectiva até aqui apresentada, observando a forma como o tema foi abordado por Walter Benjamin por toda sua obra enquanto chave para compreensão da modernidade, abrindo e, ao mesmo tempo, problematizando a questão.

A infância foi descrita em vários textos de Walter Benjamin como um tipo de experiência própria da modernidade e, ao mesmo tempo, sua expressão e declínio. O pensador, teórico do seu tempo, traça críticas ao projeto moderno, pela análise dialética do Iluminismo. Ele se debruça sobre as questões que constituem o modelo kantiano, examinando a intrincada relação entre natureza e cultura (entre autonomia

²³ O conceito de simbólico citado aqui e em outros momentos do texto parte da abordagem pela psicanálise, tal como desenvolvida por Lacan (1998, 2005), como uma dimensão constituída pela e na linguagem, na relação do sujeito com o real, no cruzamento com as abordagens de outras áreas do pensamento, como linguística, filosofia e arte, em suas aproximações e afastamentos.

e controle). Nesse contexto, segundo Gagnebin (1997. p. 91), a reflexão filosófica revela “uma representação paradoxal da infância como sendo, simultaneamente, o outro ameaçador da razão, mas também o terreno exclusivo de sua eclosão”.

Contra a alienação e o esquecimento, características de uma sociedade destituída de sua humanidade pelo processo de modernização da vida nos modos capitalistas, Benjamin (1987j) argumenta que o pensamento deve encontrar-se enraizado na experiência, condição para sua relevância e expressão. Para o filósofo, a reflexão crítica deve se fundamentar em diálogo com a tradição,²⁴ possibilitando que a troca e a convivência entre as gerações se constituam não como dominação, mas como abertura para o novo, esperança revolucionária de transformação.

Benjamin toma a infância como um período da vida que dá lugar a um modo de experiência singular, de cruzamento entre a memória pessoal e a narrativa histórica, como despertar da coletividade, como atualização do passado no presente, como outro modo de ainda existir. Nesse sentido, a infância se manifestaria, então, como o lugar (original²⁵ e simbólico²⁶) da invenção, em seu laço construtivo com a tradição, com o já dado, para abrir caminho ao que ainda não adquiriu forma definida e, por isso, traria em si a potência daquilo que se revelaria enquanto possibilidade.

Durante as décadas de 1920 e 1930, conseqüente ao desenvolvimento de uma nova concepção da criança e do adolescente, em curso desde o século XVI, como já mencionado, uma importante produção teórica a respeito do tema, em várias áreas do conhecimento (na educação, na biologia e na psicologia com Jean Piaget; na linguística e psicologia com Lev Vigotski; entre outras) ganhou visibilidade.

Nesse mesmo período, surgiram as fábricas especializadas na produção de brinquedos, livros, vestimentas, mobiliário infantil, além de uma delimitação mais precisa entre espaços público e privado, quando se circunscreveu também o quarto

²⁴ Como tradição, entenda-se o elo que Benjamin estabelece com o saber, como um tipo de conhecimento conectado com a ancestralidade de uma cultura: “O saber, que vinha de longe – do longe espacial das terras estranhas, ou do longe temporal contido na tradição – dispunha de uma autoridade que era válida mesmo que não fosse controlável pela experiência” (BENJAMIN, 1987j. p.202-203).

²⁵ Trataremos do conceito benjaminiano de origem (*Ursprung*) na seção 3.1- Pequenas histórias dentro da História.

²⁶ O simbólico relacionado aqui à ideia de alegoria conforme elaborada por Benjamin, que também será retomada na seção 3.1- Pequenas histórias dentro da História.

da criança. Tal personalização do infante, materializada em seus objetos, corresponde, nos termos postos por Benjamin, às profundas transformações operadas na experiência moderna.

É nesse contexto que o filósofo, na forma de ensaios e de fragmentos em obras maiores, volta parte de suas reflexões para a questão da infância. Para Willi Bolle (1984, p. 13), Benjamin trava uma luta consciente contra o enquadramento compulsório de crianças e dos jovens num mundo de “adultos enrijecidos”²⁷. Ainda que esses escritos não tenham sido organizados sob uma sistematização temática, evidencia-se a abordagem sociológica da criança como sujeito e ator social; portanto, como produtora de cultura – perspectiva só consolidada a partir dos anos 1980. Daí o pioneirismo dessa proposição.

A infância é tema recorrente na obra de Benjamin: *Sobre a criança, o brinquedo e a educação* (2009); *Infância berlinense: 1900* (2013a); em “Imagens do pensamento” (1987g); “Rua de mão única” (2013b); “Infância em Berlim” (1987h); *A hora das crianças: narrativas radiofônicas* (2018); além das muitas menções a esse tema espalhadas em *Passagens* (2019), entre tantos outros escritos. Ele a examinou em suas múltiplas expressões, no contexto de um empreendimento teórico-metodológico, por ele referenciado como uma arqueologia da modernidade. Desse programa fazem parte textos que pensaram a modernidade, tendo como palco privilegiado a cidade e, dentro dela, seus personagens. Um deles, a criança.

Nos ensaios e textos produzidos entre as décadas de 1920 e 1930, na alvorada do mundo moderno, o filósofo se ocupa em descrever a passagem de um momento de vidência – de conexão com a ancestralidade, da intuição que conjuga sentidos e sensações ao intelecto na captação do presente, do *Jetztzeit* (fulgurância do agora) – para outro modo, de evidência – da razão cartesiana (controladora e autocontroladora), da linearidade lógica –, expressando a melancolia por um tempo diverso, de práticas e saberes miméticos. Por meio das reflexões acerca do caráter mimético das práxis infantis, em combinação com os instrumentos de brincar, o pensador alcança temas como linguagem, coleção, imagem e profanação, conceitos que serão desenvolvidos no decorrer da tese.

²⁷ Bolle (1984) se refere especificamente também à tentativa benjaminiana de evitar o enquadramento ou a convocação de crianças e jovens à juventude hitlerista.

Como parte desse universo, interessa-nos a relação que Benjamin estabelece entre o fracasso da *Erfahrung* e o fim da arte de contar. Comenta Jeanne Marie Gagnebin (1987. p.9-10)

(...) uma reconstrução da "*Erfahrung*" deveria ser acompanhada de uma nova forma de narratividade. A uma experiência e uma narratividade espontâneas, oriundas de uma organização social comunitária centrada no artesanato, opor-se-iam, assim, formas "sintéticas" de experiência e de narratividade, como diz Benjamin referindo-se a Proust, frutos de um trabalho de construção empreendido justamente por aqueles que reconheceram a impossibilidade da experiência tradicional na sociedade moderna e que se recusam a se contentar com a privacidade da experiência vivida individual ("*Erlebnis*").

Gagnebin (1987. p. 10), enfatiza que esse aspecto "construtivista" de uma história aberta, essencial nas "Teses" (BENJAMIN, 1985b), deve ser destacado, para evitar que a teoria benjaminiana sobre a experiência seja reduzida à sua dimensão nostálgica e romântica, dimensão essa presente, sem dúvida, no grande ensaio "O narrador" (BENJAMIN, 1987j), mas não exclusivamente.

Nos estudos sobre a modernidade e suas sensibilidades, no contexto do declínio da experiência (*Erfahrung*) e da perda da aura demarcadas por Benjamin, é que um novo tipo de configuração subjetiva se estrutura. Assim, ele define o fenômeno aurático que cunhou:

[A aura] é uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja. Observar, em repouso, numa tarde de verão, uma cadeia de montanhas no horizonte, ou um galho, que projeta sua sombra sobre nós, significa respirar a aura dessas montanhas, desse galho. (BENJAMIN, 1987e. p. 170)

Em "Experiência e pobreza" (1987f), de 1933 e "O narrador" (1987j), publicado em 1936, Benjamin trata do declínio da narrativa tradicional e da experiência na modernidade, como um encolhimento e empobrecimento da antiga experiência (*Erfahrung*), cada vez menos possível nas relações subjetivas dos tempos modernos, comprimidas na rotina da vida e da técnica na sociedade capitalista. Nesse novo ambiente, o conhecimento já não passa de geração a geração, como se dava pela narrativa.

O mesmo processo de degradação da *Erfahrung* ocorre nas formas de percepção da arte na era de sua reprodutibilidade técnica, como o rádio, a fotografia e o cinema, bem como no surgimento de novos modos de apreciação pós-auráticos.

Benjamin (1987e) descreve esse percurso na arte como a substituição do valor de culto, que, originariamente, envolvia a magia (e que quase obrigava a manter ocultas as obras de arte, como a pintura das cavernas do homem paleolítico), seguida do rito, em direção ao valor de exposição. Quanto maior a exposição da obra na contemporaneidade, maior seu poder de alcance. Um pensador de seu tempo, diante dessa nova natureza da arte que se anuncia, Benjamin (1987e. p.174) reflete: “mais uma vez, a arte põe-se a serviço desse aprendizado”.

Ele observa nessa superexposição o risco de uma autoalienação da humanidade, que se transforma em espetáculo de si mesma e que, dessa forma, “atingiu o ponto que lhe permite viver sua própria destruição como um prazer estético de primeira ordem. Eis a estetização da política, como a pratica o fascismo” (BENJAMIN, 1987e. p.196).

Ao mesmo tempo, a partir do reconhecimento dessas perdas, e em resposta e consequência a essa forma outra de experiência da arte, que Benjamin (1987e) considera revolucionária, ele lança as bases de outra prática estética:

com a reprodutibilidade técnica, a obra de arte se emancipa, pela primeira vez na história, de sua existência parasitária, destacando-se do ritual. No momento em que o critério da autenticidade deixa de aplicar-se à produção artística, toda a função social da arte se transforma. Em vez de fundar-se no ritual, ela passa a fundar-se em outra práxis: a política. (p. 168)

O filósofo visionário talvez nunca tenha parecido tão atual como hoje.

O declínio da experiência e o fim da narrativa, ligadas a um trabalho e a um tempo compartilhados, são, para Benjamin (1987j), indicativos da passagem para a condição moderna e seus labirintos, com consequências importantes para a infância. Como explica Gagnebin (1987. p. 10),

A distância entre os grupos humanos, particularmente entre as gerações, transformou-se hoje em abismo, porque as condições de vida mudam em um ritmo demasiado rápido para a capacidade humana de assimilação. Enquanto no passado o ancião que se aproximava da morte era o depositário privilegiado de uma experiência que transmitia aos mais jovens, hoje ele não passa de um velho cujo discurso é inútil.

A experiência narrativa, em seu sentido pleno, sugere deliberada diluição, relação aberta, dialógica, expressiva, dinâmica, que o autor encontra, de forma privilegiada, na infância. A narrativa permite o encadeamento geracional, e seu olhar se dirige ao passado, à tradição. A experiência (*Erfahrung*), matéria-prima do

narrador, “se inscreve numa temporalidade comum a várias gerações”, provenientes de uma mesma “comunidade artesanal” e se atualiza na repetição da história pelo narrador, a fim de se perpetuar na memória do ouvinte, que, por sua vez, deverá atualizá-la para as próximas gerações. (GAGNEBIN, 1999. p. 57)

Benjamin (1987j) observa que a narrativa tradicional, transmissora de sabedoria – diferente do romance e da informação jornalística, que precisam encontrar uma explicação, uma finalidade, para o acontecimento, real ou ficcional – se caracteriza por sua abertura. O fato de não dar explicações definitivas evita que o relato se encerre e permite, sob a forma de conselho, uma continuação, admitindo diversas interpretações. Esse investimento no tecer das histórias, a cada novo recomeço, intercambiando experiências, *ad infinitum*, em fluxo contínuo, é o que a elas atribui profusão ilimitada.

Assim como a narrativa, o conto de fadas (BENJAMIN, 1987j), que toma a forma de uma moral, não finda. Perpetua-se, orientando as crianças a lidar com o desconhecido, a buscar soluções para os dilemas levantados, indicando continuamente novas interpretações, ao ser contado, ouvido, recontado.

A explicação mágica, como a brincadeira, possibilita que a criança descubra soluções para diferentes questionamentos e experimente diversas situações, sentindo-se protegida. As narrativas, assim como os contos de fadas, são abertas, autorizam a criança a se inserir na história – uma vez que possibilitam a apropriação de diferentes conhecimentos, como conselhos, concepções de mundo e o diálogo entre gerações distantes no tempo e no espaço.

Para Benjamin (2009), os brinquedos são expressão da historicidade das relações entre adultos e crianças, assim como os livros infantis. No aprofundamento do significado dos jogos e brincadeiras, o autor chega ao lugar da imaginação nas experiências infantis, que se aproximam da experiência da arte, fazendo emergir o caráter mágico dessas práticas, tocando também as questões da *mimesis* e da linguagem.

Benjamin trabalha a concepção mimética da linguagem em dois textos de sua fase dita materialista, pós-1933: “A doutrina das semelhanças” (1987d) e “A capacidade mimética” (1970). O autor resgata o conceito de *mimesis* de Aristóteles, que por sua vez o reabilita da rejeição de Platão.

Jeanne Marie Gagnebin (1997c) aponta que a questão da *mimesis* é central no pensamento de Platão, na elaboração do modelo a ser seguido para a instituição de uma cidade justa. Nesse sentido, deve ser entendida como parte de um projeto eminentemente político, que hoje seria visto como ideológico. Segundo a comentarista

(1997c), para Platão a *mimesis* era dotada de uma perigosa e suspeita força, pois, apesar de não participar do ser verdadeiro, do mundo das ideias perfeitas, levava ao engodo, à mentira, à ilusão e à falta. Na teoria platônica, as regras e o treino eram ferramentas necessárias à educação de cidadãos justos, uma modelagem de corpo e alma passíveis e dóceis, voltada principalmente às crianças.

Na Atenas clássica, a representação artística em geral era chamada de *mimesis*, como forma de apresentação da beleza do mundo, diferente do sentido que tomou posteriormente de imitação. A arte grega buscava, o mais possível, se aproximar do objeto referencial, inspirador, por sua beleza, desse impulso mimético. A filosofia de Platão prega uma concepção mimética do pensamento, que privilegia o *logos* (discurso sem emissor nem receptor, eterno, autônomo, lógico, princípio de ordem e de pensamento, gênese do universo) em oposição ao *mythos* (brilho, encanto, maravilhamento da experiência vivida), visando traduzir e reproduzir o paradigma ideal. É nesse sentido que ele investe em distinguir rigidamente o gesto mimético originário, representante autêntico das essências, da atividade mimética ilusória da arte, produtora de simulacros. Assim, Platão inaugura a censura sobre as produções artísticas e os poetas são expulsos da pólis no livro X de *A República* (GAGNEBIN, 1997c).

Em Aristóteles, a *mimesis* fundamenta e conecta o lúdico e a arte, através da *poietiké*, compreendida como processo de criação de uma obra. Contrariamente a Platão, o filósofo defende que o êxito da realização artística se dá mediante um desenvolvimento integral e harmonioso da faculdade mimética na relação entre a imagem e o objeto (e não como função de cópia sob o protagonismo do referente). Esse aprender se daria de forma ativa, prazerosa, estimulando a capacidade de reconhecer semelhanças e de elaborá-las na linguagem. Aristóteles aponta a participação intelectual, que remete a *logos* (não numa associação de causa a efeito, mas de configuração) no percurso de reconhecimento e de construção de semelhanças. Ele caracteriza a relação entre diferentes imagens, ou objetos, de metafórica, como uma possibilidade, articulada pela e na linguagem, de identificar e de criar aproximações. A proposição desse mecanismo o conduz à teoria da metáfora, como um funcionamento da linguagem, que atribui autonomia à mesma em relação à realidade referenciada. Dessa forma, a teoria aristotélica reabilita a *mimesis* como um modo privilegiado, humano, de produção de conhecimento, de descoberta e de invenção, e que se manifesta principalmente na infância (GAGNEBIN, 1997c).

Benjamin (1987d; 1970) retoma essa noção de *mimesis* a partir de Aristóteles, conectando-a ao lúdico e à aprendizagem, ao conhecimento e ao prazer de aprender. Em vários de seus textos, o filósofo da alegoria se dedica a demonstrar como a experiência social da criança - nas brincadeiras, jogos e outras atividades infantis - é atravessada por práticas miméticas, por meio das quais ela exercita a aptidão para descobrir e criar semelhanças, e se aventura a se metamorfosear nas infinitas formas de existência que a curiosidade a seduz.

Para Benjamin, infância e juventude não constituem grupos isolado no mundo, e sim fazem parte de uma cultura, de um povo e de uma classe na sociedade à qual pertencem. Sob essa perspectiva, o brinquedo propiciava um “mudo diálogo de sinais entre a criança e o povo” (BENJAMIN, 2009d. p. 94). A importância e distinção do brincar estaria precisamente nesse confronto de gerações, um encontro do mundo antigo com aqueles que são novos no mundo.

A ruptura de um universo de jogos, comum a adultos e crianças, por meio de brinquedos e brincadeiras que pediam a presença dos primeiros na mediação com os pequenos – lembrando que o mundo lúdico até o Renascimento era relativamente comum e as diferenças geracionais pouco presentes – faz parte do processo de emancipação da condição infantil.

No avanço dos modos capitalistas do tempo e das relações, torna-se cada vez mais difícil debruçar-se sobre experiências comunicáveis, cujas condições foram suprimidas. Dessa forma, outra mediação com os objetos foi tomando os espaços sociais. A experiência, que constitui o sujeito na articulação entre história e memória, é substituída por uma relação efêmera e rasa com os bens culturais de consumo.

Quanto ao brinquedo, Benjamin (2009) observa seu deslocamento de fruto do trabalho artesanal para de mercadoria. Originariamente, os brinquedos eram concebidos e produzidos pelos adultos, em suas oficinas e ateliês, que também mediavam a relação com esses instrumentos de brincar, que comunicavam histórias às crianças. Enquanto peças residuais das montadoras pré-industriais, reuniam pais e filhos em torno das brincadeiras. Como objeto de consumo, o brinquedo é esvaziado, torna-se cada vez mais estranho não só às crianças, como também aos pais.

Benjamin (2009) relaciona a autonomia dos objetos infantis àquela da condição da infância, quando se dá a distinção entre adultos, jovens e crianças, surgindo as especificidades geracionais. No processo de individualização da criança na modernidade, dá-se um rompimento com a tradição e a autoridade, pois não se

alteram somente a relação dos pequenos com seus brinquedos, mas a deles com as gerações anteriores.

Isso se dá também quanto aos livros infantis, que, em seus pequenos formatos iniciais, eram experimentados como brinquedos, cuja relação com a criança era igualmente mediada pelo adulto, propiciando uma conexão geracional. À fetichização dos objetos infanto-juvenis corresponde a objetificação da infância (assim como da adolescência), sua redução à categoria de mercadoria. Quando são atribuídos valores meramente mercadológicos às coisas, em função de critérios de utilidade, surge, segundo Benjamin (1987f. p. 119),

uma existência que se basta a si mesma... Ficamos pobres. Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do "atual".

Ainda sobre brinquedos e livros, o filósofo analisa de que forma a mudança dos materiais utilizados para sua fabricação também corrobora um processo de modificação na sensibilidade. Ele relaciona ao advento da ciência a aplicação de materiais frígidos (vidro, aço, plástico), usados com fins de conceder realismo aos instrumentos de brincar. O predomínio de elementos esterilizados e inquebráveis, frios e duros, no qual nada se fixa, implica a diminuição de suas possibilidades de interpretação e significação (BENJAMIN, 1987f).

O processo de produção industrial do brinquedo como mercadoria leva à perda de sua magia, a seu desencanto, diminuindo, assim, cada vez mais, sua capacidade de maravilhar, de desencadear as práticas miméticas, a aproximação mágica na relação afetiva da criança com o objeto. Ao deixar de ser um instrumento de culto, perde sua unicidade, sua aura.

Como mercadoria, inserido na lógica de produção industrial, o brinquedo se converte em objeto cada vez mais alienante, que alija o homem de sua condição de produtor e das formas de fabricação no modo operante capitalista. Afastar a criança da percepção de confecção do artefato impossibilita que ela estabeleça “uma relação viva” com suas coisas, que desse a conhecer os processos de construção nos quais foram forjados (BENJAMIN, 2009c).

Para o autor, a criança deseja saber como se dá a montagem do brinquedo (instrumentos de brincar) em sua totalidade. Técnicas primitivas atestam transparência ao processo de fabricação de um artefato. Quanto mais ocultos os

modos de produção dos objetos pelos métodos industriais, mais distantes eles se colocam da brincadeira viva, e menores são as possibilidades de imaginação e de profanação (pela criança) (BENJAMIN, 2009c, 2009e).

Em direção inversa, o caráter impessoal dos brinquedos produzidos industrialmente promove sua popularização, deslocando-o da esfera exclusiva, quase aristocrática ou da sociedade burguesa mais clássica, para a classe trabalhadora. Dessa forma, desenvolve-se uma identificação infantil com esses objetos, que não os coloca mais na imagem singular, por exemplo, de uma boneca (não mais produzida com rosto e formato de alguém de linhagem nobre), mas na inespecificidade do gênero humano.

Trata-se de um processo dialético, que, ao mesmo tempo, emancipa o brinquedo, reproduzindo-o de forma pós-aurática, alcançando maior valor de exposição, acessibilidade e, portanto, maior recepção. Essa, por sua vez, não mais se dá por uma relação de culto – embora o caráter ritual permaneça –, mas de uso, de profanação, possibilitando à criança reinventar o brinquedo e a si mesma.

Nesses textos sobre brinquedos e livros, Benjamin (2009) manifesta o caráter potencialmente revolucionário da experiência infantil, que, de acordo com suas análises, se coloca na contramão dos ideais da pedagogia burguesa.

A capacidade de invenção das crianças sobre os objetos para as brincadeiras (brinquedos, livros ou quaisquer outros), Benjamin (2009e. p. 57-58) interpreta como um talento e propensão delas em subverter os conteúdos ou sentidos originais daqueles, como uma espécie de profanação por meio da imaginação. Como uma abertura própria da infância para significar e produzir sentidos sobre o mundo, pela apropriação de seus vestígios, restos, cacos...

É que as crianças são especialmente inclinadas a buscarem todo local de trabalho onde a atuação sobre as coisas se processa de maneira visível. Sentem-se irresistivelmente atraídas pelos detritos que se originam da construção, do trabalho no jardim ou na marcenaria, da atividade do alfaiate ou onde quer que seja. Nesses produtos residuais, elas reconhecem o rosto que o mundo das coisas volta exatamente para elas, e somente para elas. Neles, estão menos empenhadas em reproduzir as obras dos adultos do que em estabelecer uma relação nova e incoerente entre esses restos e materiais residuais. Com isso, as crianças formam o seu próprio mundo de coisas, um pequeno mundo inserido no grande.

A humanidade, ao obliterar os vestígios das micro-histórias do homem sobre a Terra, que se disseminavam em suas narrativas e se materializavam em seus objetos, não aspira a novas experiências, mas a se livrar de toda experiência.

Em Walter Benjamin (2009), a experiência da infância, ao se deter nos restos e apontar os rastros (e nesse sentido é também a experiência do historiador, do filósofo, do poeta, do artista, do profanador), ao recolher essa constelação de fragmentos e tecer uma história aberta que permita inúmeras possibilidades de interpretação, é aquela capaz de descobrir ou inventar o “novo” em oposição ao “sempre igual”.

Os ensaios dedicados à juventude²⁸, redigidos entre 1913 e 1919, fase inicial de sua produção, período em que esteve envolvido com o movimento estudantil (*Jugendbewegung*) durante a sua mocidade, são críticos em relação à formação (institucional e não institucional) dos jovens, à academia e, de forma mais ampla, à imposição de uma moral, uma ética e uma religiosidade que não correspondiam às reflexões fundamentais na busca de uma “vida autêntica”²⁹.

Em “Experiência”, de 1913 (2009d), Benjamin desaprova a postura disciplinar exigida por uma categoria de pessoas que nomeia de “adulto” (*Erwachsene*), contestando a chamada “experiência” de gerações mais velhas que, como máscara e na repetição de clichês, impede o livre pensamento das novas:

Travamos nossa luta por responsabilidade contra um ser mascarado. A máscara do adulto chama-se “experiência”. Ela é inexpressiva, impenetrável, sempre a mesma. Esse adulto já vivenciou tudo: juventude, ideias, esperanças, mulheres. Foi tudo ilusão. Ficamos, com frequência, intimidados ou amargurados. Talvez, ele tenha razão. O que podemos objetar-lhe? Nós ainda não experimentamos nada. (BENJAMIN, 2009d. p. 21)

A crítica benjaminiana não se refere apenas à inação pessoal do “adulto”, mas denuncia, simultaneamente, a prepotência que a experiência desse adulto exerce sobre a juventude. Para o jovem Benjamin, nada há de positivo nessa

²⁸ “A vida dos estudantes”; “Experiência”; “O ensino de moral” e “O posicionamento religioso da nova juventude”; reunidos em *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação* (BENJAMIN, 2009), junto a outros textos sobre a infância.

²⁹ O tradutor Mazzari (BENJAMIN, 2009. p.8), em texto de apresentação ao livro *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*, comenta que a expressão “vida autêntica” corresponde à linguagem idealista dessa fase de Benjamin.

Erfahrung dos “adultos”. A experiência “adulta” é uma falácia dos saberes do mundo, que tiraniza e constrange aquele sem bagagem. Trata-se de uma autoridade que oprime a liberdade da juventude na procura pelo novo e pelo verdadeiro. O resultado dessa coerção é um abatimento, manifesto em sua incapacidade de perceber outras qualidades de experiências. Ou seja, é a experiência dominadora do adulto que inibe o horizonte empírico daquele sujeito que busca outras descobertas, a sua verdade:

Tudo o que tem sentido, o verdadeiro, o bem, o belo, está fundamentado em si mesmo – o que a experiência tem a ver com isso tudo? E aqui está o segredo: uma vez que o filisteu jamais levanta os olhos para as coisas grandiosas e plenas de sentido, a experiência transformou-se em seu evangelho. Ela converte-se para ele na mensagem da vulgaridade da vida. Ele jamais compreendeu que existe outra coisa além da experiência, que existem valores que não se prestam à experiência – valores a cujo serviço nos colocamos. (BENJAMIN, 2009d. p. 22)

Com notáveis inspirações nietzschianas,³⁰ Walter Benjamin (2009d) introduz a figura do “filisteu”, personagem cuja insuficiência é justificada pela experiência. Para o filisteu, arquétipo alegórico do “adulto”, o conhecimento que vem da experiência impossibilita a oportunidade da verdade. O filósofo demonstra como a própria experiência tinha sido aliciada e convertida em obstáculo ao surgimento da verdade. Pela atuação acomodada e repressora do “adulto” ou do “filisteu”, não se constroem as exigências do espírito que movem o homem em sua busca pela verdade. Ao mesmo tempo, apontando uma direção oposta à experiência reduzida e inexpressiva do “adulto”, o pensador aclama um outro tipo de experiência:

Mais uma vez: conhecemos uma outra experiência. Ela pode ser hostil ao espírito e aniquilar muitos sonhos florescentes. No entanto, é o que existe de mais belo, de mais intocável e inefável, pois ela jamais estará privada de espírito se nós permanecermos jovens. Sempre se vivencia apenas a si mesmo, diz Zaratustra ao término de sua caminhada. O filisteu realiza a sua “experiência”, eternamente a mesma expressão de ausência de sentido. O jovem vivenciará o espírito, e quanto mais difícil lhe for a conquista de coisas grandiosas, tanto mais encontrará o espírito por toda parte em sua caminhada e em todos os homens. O jovem será generoso quando homem adulto. O filisteu é intolerante. (BENJAMIN, 2009d. p. 24-25)

Benjamin (2009d. p. 24) propõe um novo caminho, que conduzirá a uma outra sorte de experiência: o caminho de “permanecermos jovens”. A juventude – aqui

³⁰ Em *Considerações intempestivas*, Nietzsche (2000) cria a figura dos “filisteus da cultura”, que para ele são em grande parte os professores nas Universidades da Alemanha na época (entre 1873-76), como um empecilho para o nascimento de uma cultura mais forte, superior.

entendida como uma atitude espiritual, um *ethos* – é a trilha através da qual se chegará a uma experiência de outra natureza.

O filósofo reivindica aos jovens a possibilidade de uma experiência plena de sua idade, assumindo questionamentos e riscos, e não um cauteloso – mais mesquinho, mais baixo e sempre pobre de espírito – resguardar-se “para o futuro”. Parece importante observar que Benjamin não precisa claramente ainda nesses escritos juvenis o caráter dessa “experiência diferente”. Ele adverte que ela pode “ser hostil ao espírito e aniquilar muitos sonhos fluorescentes”. Ao mesmo tempo, entretanto, a anuncia como “o que existe de mais belo, de mais intocável e inefável” (Benjamin, 2009d. p. 24)

Sobre esse primeiro esboço da noção de experiência, posteriormente, em torno de 1929, Benjamin se posicionaria:

Num de meus primeiros ensaios mobilizei todas as forças rebeldes da juventude contra a palavra ‘experiência’. E eis que agora essa palavra tornou-se um elemento de sustentação em muitas de minhas coisas. Apesar disso, permaneci fiel a mim mesmo. Pois o meu ataque cindiu a palavra sem a aniquilar. O ataque penetrou até o âmago da coisa. (2009d. p. 21)

Em “A vida dos estudantes” (2009a), Benjamin diz que é preciso preencher esse tempo de espera, destinado a passar o próprio tempo da atualidade. Como se a vida do estudante estivesse sendo domesticada para uma vida futura de passividade, docilização e obediência ao Estado, ao direito, à família e finalmente ao mercado. E convoca: “converter, de forma pura, o estado imanente de perfeição em estado absoluto, torná-lo visível e soberano no presente – esta é a tarefa histórica” (2009a. p. 31).

2.5 Para uma história no presente

Há em toda obra de arte verdadeira um lugar em que aquele nela imerso é como que acariciado pelo sopro de vento fresco que anuncia a chegada da manhã. Resulta daí que a arte, que foi muitas vezes considerada como refratária a qualquer relação

com o progresso, que a arte pode servir à sua autêntica definição. O progresso não habita a continuidade do decorrer temporal, mas as suas interferências: ali onde algo verdadeiramente novo se faz sentir pela primeira vez com a sobriedade do amanhecer.

Walter Benjamin

É exatamente essa concepção de tempo presente que pode fornecer uma chave para a compreensão do sentido da infância como experiência em Walter Benjamin, tal como gostaríamos de enfatizar para reflexão.

Em “Baudelaire, Benjamin e o moderno”, Gagnebin (1997b. p. 139), introduz a crítica de Benjamin à literatura de Baudelaire, destacando que os vários ensaios dedicados ao poeta fazem parte de um projeto mais amplo de reconstrução histórico-filosófica do século XIX, como “uma espécie de arqueologia da vida moderna”. Para a autora, uma das grandes preocupações teóricas de Benjamin a partir de finais dos anos 1920, relacionadas a essa arqueologia, era com as mutações sofridas pela produção estética nos séculos XIX e XX. Nesse contexto, a obra de Baudelaire seria, para Benjamin, o paradigma da noção de modernidade e suas manifestações na arte.

Gagnebin (1997. p. 141) salienta que esses textos são fragmentos de uma interpretação da produção de Baudelaire e que, portanto, não se pode esperar uma construção teórica acabada. Ainda assim, a leitura benjaminiana provocou mudanças consideráveis na compreensão tradicional da poética de Baudelaire, pois “relaciona, de maneira convincente, sua estrutura íntima às novas condições de produção da arte na modernidade”.

De acordo com Gagnebin (1997. p. 149), para Benjamin, a característica da literatura moderna “consiste na sua relação privilegiada com o tempo, ou antes, com a temporalidade e a morte”. É nesse sentido, que a autora afirma existir uma estreita relação estabelecida pelo filósofo entre a Antiguidade e a Modernidade, pois ambas teriam em comum a fragilidade: “É porque o antigo nos aparece como ruína que o aproximamos do moderno, igualmente fadado à destruição” (1997. p. 150).

Para a autora, Benjamin elabora uma profunda reflexão sobre a temporalidade na era moderna, deixando de lado uma simples determinação cronológica para elucidar, a partir do exemplo privilegiado de Baudelaire, as ligações essenciais entre

escrita e consciência do tempo (e da morte): é essa relação específica que será decisiva para a definição benjaminiana da modernidade. (GAGNEBIN, 1997. p. 141).

Como oposição meramente temporal entre antigo e moderno, sendo moderno sinônimo de atual e antigo de outrora, Gagnebin (1997) apresenta dois modelos: do caráter exemplar do passado para o presente em meio aos homens da Antiguidade e os da Renascença; e da nostalgia romântica do passado como aquilo que foi definitivamente perdido. Embora com percepções divergentes em relação ao passado, ambos os movimentos convergem em direção a um afastamento progressivo da consciência do presente em relação ao passado.

Ainda com Gagnebin (1997), essa conexão se rompe definitivamente na modernidade com a Revolução Francesa, que instaurou a ideia de um novo radical na história. O presente, o atual, o moderno, implicava agora em um sentimento de ruptura com o passado, ruptura valorizada positivamente, pois pretendia ser a promessa de uma melhora decisiva.

O conceito de moderno, em sua associação sinonímica ao novo (a partir das revoluções burguesas do século XVIII ao século XIX), assumiu uma “dinâmica interna que ameaça implodir a sua relação com o tempo”, pois “o novo está, por definição, destinado a se transformar no seu contrário, no não novo, no obsoleto e, o moderno, conseqüentemente, designa um espaço de atualidade cada vez mais restrito” (GAGNEBIN, 1997. p. 143). Dessa forma, a linha de demarcação entre os dois conceitos (antes bem definida) se tornou cada vez mais imprecisa. Ao se posicionar pela novidade, a modernidade adquiriu uma característica que a constitui e, ao mesmo tempo, a corrói por dentro, num processo de autodevoração do antigo pelo moderno e do moderno pelo antigo.

É sobre o novo, como uma espécie de categoria ou conceito, que podemos nos deter um pouco mais, por ser a noção que vai nos levar, ainda que de forma enviesada, a uma concepção de infância como um tipo de experiência capaz de o descobrir ou fundar, bem como a uma compreensão outra de temporalidade.

Gagnebin (1997b. p. 143) recupera a teoria da modernidade em Baudelaire, desenvolvida no ensaio "O pintor da vida moderna" (BAUDELAIRE, 2006), que, para a autora, repousa sobre esse caráter paradoxal do moderno. Segundo ela, as convicções estéticas de Baudelaire compreendem a verdadeira arte como uma busca incessante do "novo" (GAGNEBIN, 1997b. p. 145).

Em Baudelaire, o novo seria “uma certa qualidade do olhar, própria do artista, do convalescente e da criança” (GAGNEBIN, 1997. p. 145). Para o poeta, a convalescença é como um retorno à infância, considerando o convalescente como aquele que vê o mundo com novos olhos, com uma nova intensidade. Depois da doença e do afastamento do mundo, o convalescente redescobre – tal como a criança – a vida, em suas múltiplas e, muitas vezes, ínfimas ou mais corriqueiras e cotidianas manifestações. A criança é aquela que ainda é capaz de se maravilhar, de se deixar inebriar, de se deixar impactar e impressionar pelas coisas e acontecimentos do mundo: tem o olhar desacostumado, e tudo “estranha”. Olhar e inspiração ao mesmo tempo privilegiados, porém, profundamente antinaturais, quase doentes, comparados por Baudelaire a uma congestão. Por isso, segundo o poeta, a criança é também aquela que não tem os meios da razão que possibilitam a expressão dessa apreensão.³¹

Para ele, uma vez adulta, a criança adquire a razão, mas perde a capacidade que lhe era nata: a de captar o novo. Perde a intensidade da percepção, e sua curiosidade se embota. De acordo com o poeta, só um retorno voluntário e organizado à infância permite ao artista a expressão – a conjugação da razão adulta ao interesse e fascínio infantil. O artista é aquele que luta para manter essa união, porque seus grandes inimigos – o tédio, o desinteresse, a acomodação, o cansaço – espreitam em busca da corrosão dessa conquista, que é ver o mundo “com os olhos de uma criança” (GAGNEBIN, 1997. p. 144). Mais do que enxergar o mundo, todavia, para o artista, é preciso “expressar”, contar aos outros, mostrar a todos o que existe. Nesse sentido, conforme Gagnebin (1997. p. 146-148), para Baudelaire, a obra (pictórica, literária etc.) é aquilo que perdura mais do que a vida; é aquilo que escapa ao efêmero e transitório da modernidade; é a arte enquanto “eterna e imutável”.

Na percepção de Benjamin (1987c), é exatamente o aspecto de transitoriedade e fragilidade da poesia de Baudelaire que faz com que ela perdure. O sempre novo se revela na sua obsolescência essencial, no brilho da vida fulgura a chama da destruição. Ou seja, para o filósofo, é essa convergência de passado e presente na forma de seu futuro comum, a morte; é na consciência temporal aguda de sua efemeridade que a obra do artista ganha eternidade (GAGNEBIN,

³¹ Baudelaire manifesta nesse trecho a visão tradicional e frequente do senso comum da época a respeito da criança como um ser incompleto e caracterizado pela negação: aquele a que faltam determinadas “capacidades” próprias do indivíduo adulto.

1997. p. 150). Para Benjamin (1987c), a originalidade de Baudelaire como poeta, ao pretender elevar a natureza da vivência à categoria de verdadeira experiência, não foi apenas lírica, uma vez que “ele determinou o preço que é preciso pagar para adquirir a sensação do moderno: a desintegração da aura na vivência do choque” (BENJAMIN, 1987c. p. 145).

Contrariamente, portanto, à frequente conexão entre o novo e o moderno, em Benjamin, assim como em Baudelaire, novidade e modernidade estão fadadas à iminente destruição e obsolescência. O que é novo ou moderno em determinado momento já não o será assim que anunciado. Benjamin (1987c) tenta demonstrar que essa apreensão da temporalidade está inseparável da produção capitalista, notadamente do seccionamento do tempo no trabalho industrial e do caráter fetiche da mercadoria, novidade sempre prestes a se tornar sucata.

Por outro lado, o “verdadeiramente novo” é o que permanece fiel a si mesmo, adormecido ou invisível aos olhos dos que não sabem ver. O novo só é perceptível ou revelado através do olhar da criança, do convalescente e do artista. O novo é a própria arte, sendo talvez – enquanto arte – a constante e fascinante redescoberta e reinvenção da própria vida, novamente viva. Aquilo que, paradoxalmente, é também o “eterno e o imutável” (GAGNEBIN, 1997. p. 136).

Tomamos a conexão dos dois conceitos infância-experiência, em suas diversas manifestações, enquanto objeto de análise nos vários ensaios de Walter Benjamin, como vias possíveis para reflexão acerca das práticas assumidas no processo de realização da pesquisa. Prosseguiremos também com o debate sobre novas relações com o tempo junto a Walter Benjamin e Michel Foucault, buscando os deslocamentos que ambos os filósofos operam na esfera do pensamento, mediante suas concepções de presente e de verdade, rumo à criação de uma história outra.

Relatos, pequenas histórias dentro da história foi motivado pela problematização da ação participativa dos adolescentes, protagonistas no processo de construção do trabalho, para que pudessem atuar como sujeitos, produtores de cultura, buscando ativar a constituição de suas narrativas a partir da experiência de si mesmos. Para isso, procurou conhecer e analisar criticamente a história, as funções e práticas que constituem as políticas de que são intenção e objeto.

2.6 Construção histórica do conceito de infância e de juventude e a questão da exclusão no mundo ocidental

Mas aos poucos o meu pai começou a exagerar na bebida, e eu já não aguentava mais. Eu vivia todo coberto de calombos. E ele também começou a sair toda hora, me deixando sempre trancado na cabana. Uma vez, ele fechou a casa e ficou três dias fora. Fiquei me sentindo muito solitário. Achei que ele tinha se afogado, e que eu nunca mais ia conseguir sair de lá e senti muito medo. E resolvi que ia dar um jeito de escapar.

Mark Twain

Persiste até hoje no imaginário das sociedades ocidentais a percepção do ideal utópico da infância como período áureo da vida, como se a condição infantil fosse por si só garantia de felicidade. Entretanto, as próprias concepções de infância e a de adolescência não são universais, tampouco atemporais. Muito ao contrário, elas são diversas e se desdobraram na passagem dos tempos e das civilizações. Mais do que isso, a própria ideia de infância é bastante recente. Acompanhando essas transformações, os dispositivos de cuidado e de proteção à criança se modificam continuamente, em cada contexto sociocultural. Esse percurso pela história vem marcado por inúmeras situações de violência, avalizadas, aliás, pelos preceitos morais, éticos, e códigos legais das sociedades (ARIÈS, 1981; PRIORI, 2010; SCHULTZ; BARROS, 2011).

Atualmente, em todo o mundo ocidental, a criança é reconhecida como portadora de direitos sociais e merecedora de proteção especial, garantidos por instrumentos jurídicos, socialmente legitimados, em sua especificidade, como indivíduo em processo de formação. Como tal, é vista como prioridade absoluta e sujeito de direitos para se exprimir e ter garantidas sua proteção e integridade física, cognitiva, psíquica, emocional e social, pela família, pela sociedade e pelo Estado (ARIÈS, 1981; CARVALHO, 2010; PRIORI, 2010).

Há, desde a modernidade, como já dito, crescente interesse pela infância. Em diferentes áreas de conhecimento, das ciências biológicas, humanas e sociais, a infância

é entendida como a fase entre o nascimento e a puberdade. Suas formas particulares de percepção, de sentimentos e comportamentos só podem ser compreendidas quando situadas nos diferentes contextos históricos e socioculturais em que se manifestam e considerando as relações geracionais que se estabelecem. (ARIÈS, 1981; PRIORI, 2010; SCHULTZ; BARROS, 2011).

A *Convenção sobre os Direitos da Criança*, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas – ONU, em 1989, define como criança todas as pessoas menores de 18 anos de idade. Já o *Estatuto da Criança e do Adolescente* (BRASIL, 1990) considera criança o indivíduo até os 12 anos incompletos. Indivíduo entre os 12 e os 18 anos (idade da maioridade civil) é denominado adolescente. Tais concepções adotam, portanto, como referência, delimitações cronológicas, ou seja, os indivíduos a partir de 12 anos deixam de ser crianças e passam a ser adolescentes e, após os 18 anos, são considerados jovens adultos. As distinções entre criança e adolescente levam em conta o fato de que ambos são indivíduos em processo de desenvolvimento físico, psíquico e emocional, e que, portanto, necessitam de cuidados de pessoas adultas até que se tornem autônomos.

Considerando o homem um ser social, os conceitos de infância e juventude são também determinados socialmente, isto é, relacionados à forma como as civilizações produzem seus modos de existência e se organizam em sociedade, como categorias historicamente construídas.

Ao mesmo tempo, entendendo que as transformações sociais são processuais e que diferentes concepções coexistem nos mesmos momentos históricos, observamos como tais conceitos de infância e de adolescência se relacionam com as práticas culturais e institucionais dos diferentes períodos e vice-versa. A infância e a juventude de hoje dialogam com a infância e juventude de ontem. Não por um princípio evolutivo, mas a partir da compreensão de suas especificidades históricas, é que poderemos analisar como se constituíram em seus contextos diversos.

Parece importante, portanto, traçar um percurso histórico-sociológico de como diferentes sociedades lidaram com a criança e com o adolescente, para compreender como se deu a construção dos conceitos de infância e de adolescência, assim como dos valores em torno deles, sob o foco da questão do abandono e da exclusão.

Philippe Ariès (1981), em *História social da criança e da família*, relata que, na história das civilizações, desde os egípcios e mesopotâmios, passando pelos romanos e gregos, na Antiguidade, até os povos medievais europeus, as crianças não eram objeto de nenhum tipo de proteção especial. Na verdade, era como se elas não existissem:

Essa sociedade via mal a criança, e pior ainda o adolescente. A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude. (ARIÈS, 1981. p.10)

Durante a Idade Antiga e a Idade Média, não havia responsabilização dos pais em relação aos filhos. A família não tinha função afetiva. O sentimento entre os cônjuges e entre pais e filhos não era necessário à existência nem ao equilíbrio da família (ARIÈS, 1981. p.11). A mortalidade infantil era enorme, o que não motivava mobilizar cuidados e investimentos. As crianças sobreviventes aos primeiros anos da infância, que ia aproximadamente até os sete anos de idade, só eram reconhecidas como indivíduos quando fossem capazes de realizar atividades semelhantes às dos homens e mulheres feitos. A partir de então, seriam merecedoras de tratamentos sociais semelhantes aos dirigidos aos adultos, com os quais passavam a compartilhar o espaço social (RAMOS, 2010. p.20).

Segundo Ariès (1981), nos séculos XIV, XV e XVI, as crianças eram vistas e tratadas como adultos em miniatura:

Adultos, jovens e crianças se misturavam em toda atividade social, ou seja, nos divertimentos, no exercício das profissões e tarefas diárias, no domínio das armas, nas festas, cultos e rituais. O cerimonial dessas celebrações não fazia muita questão em distinguir claramente as crianças dos jovens e esses dos adultos. Até porque esses grupos sociais estavam pouco claros em suas diferenciações. (ARIÈS, 1981. p. 156)

No decorrer desse período, não havia atividades, objetos, trajes, tratamento ou normas próprias para a infância. As crianças não eram vistas como merecedoras ou necessitadas de cuidados especiais. Ao contrário, representavam mão de obra para seus pais. Entre as camadas populares, desde cedo, as crianças eram encaminhadas para trabalhar nas lavouras ou serviços domésticos. Nas famílias

nobres, elas eram treinadas nas artes da guerra ou direcionadas aos ofícios eclesiásticos (ARIÈS, 1981; PRIORE, 2010). Até hoje persiste essa divisão social do trabalho.

Ariès (1981. p. 10) comenta que as pessoas se divertiam com as crianças pequenas como animaizinhos, que viviam uma espécie de anonimato. Segundo ele, essa invisibilidade da infância é perceptível nas artes, pois, até o século XII, não existe registro de sua representação. Somente a partir do século XVIII, a criança passou a ser retratada por uma expressão peculiar.

No século XVI, começaram a ocorrer mudanças nas concepções referentes à infância. Na Europa, uma nova atitude teve origem na classe dominante, estendendo-se até o século XVII, em que a criança passava a ser reconhecida como um ser diferente do adulto. Surgia o que diversos autores denominaram “sentimento de infância”. Sentimento esse ambíguo, diverso da noção de infância hoje compreendida, pois as crianças eram objetificadas, tratadas como brinquedos pelos adultos. Essa primeira forma de atenção especial à infância foi chamada de “paparicação” (ARIÈS, 1981; PRIORE, 2010).

Acompanhando Ariès (1981), no final do século XVII e início do XVIII, uma mudança considerável alterou o estado das coisas. Até esse momento, a criança, a partir dos sete anos, iniciava-se na aprendizagem – que se dava no espaço da casa, da aldeia, das redondezas, do brinquedo, das regras de paparicos na comunidade local, das coisas da vida, e em que os pais tinham um papel junto a outros membros da comunidade.

Na passagem do século XVII para o XVIII, a escola substituiu a aprendizagem como meio de educação: a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, pelo contato com eles. Ela passou a ser separada e mantida à distância, numa espécie de quarentena, nos colégios, antes de ser solta no mundo: “Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas), que se estenderia até nossos dias, e ao qual se dá o nome de escolarização”. (ARIÈS, 1981. p.11). Sistema de institucionalização que se deu como forma de contenção à propagação da ideia de pecado, por meio do controle de comportamentos e de corpos.

O sentimento de infância, expandido para além das primeiras idades, como uma fase distinta da vida adulta, e o entendimento da necessidade de o adulto dela

cuidar e a preservar foram se formando no desenrolar do processo de escolarização da criança, entre os séculos XVII e XVIII.

A distinção entre o adolescente e o adulto só se deu por volta do final do século XVIII e início do XIX, delimitada pelo serviço militar.

As classes de idade em nossa sociedade se organizam em torno de instituições. Assim, a adolescência, mal percebida durante o *Ancien Régime*, se distinguiu, no século XIX e já no fim do século XVIII, através da conscrição e, mais tarde, do serviço militar. O *écolier* – o escolar – e esta palavra até o século XIX foi sinônimo de estudante, sendo ambas empregadas indiferentemente: a palavra colegial não existia – o *écolier* do século XVI ao XVIII estava para uma infância longa, assim como o conscrito dos séculos XIX e XX está para a adolescência. (ARIÈS, 1981. p.187)

Tal separação, novamente pela institucionalização, e pela mudança no tratamento de crianças e adolescentes, está relacionada ao movimento de moralização promovido pelos reformadores católicos ou protestantes ligados à Igreja, às leis ou ao Estado, em curso desde o XVI. Ariès (1981. p. 193) aponta o marco da publicação de *Émile (Emílio, ou Da educação)*, romance-tratado de Jean-Jacques Rousseau, em 1762, para a cristalização das novas ideias sobre a família moderna. A família se tornou, por volta do século XVIII, o lugar de uma afeição necessária entre cônjuges e entre pais e filhos, como não ocorria antes.

Essa afeição se reconhece pela importância que se passou a atribuir à educação. A escola assumiu com a família a divisão das responsabilidades sobre a infância. O desdobramento dessas mudanças foi a polarização da vida social, no século XIX, em torno da família e da profissão, e o desaparecimento da antiga sociabilidade. Nesse processo de modernização da sociedade, a família sofreu uma profunda transformação, com a emergência da vida privada e uma grande valorização do foro íntimo. Novos padrões foram configurados às necessidades da classe social consolidada – a burguesia – como a família voltada para si mesma, os papéis sexuais, a valorização da educação dos filhos, o aleitamento materno, os hábitos alimentares e higiênicos, a repressão da sexualidade infantil no século XIX e as demais novas formas de relações (ARIÈS, 1981; PRIORE, 2010). Igreja e escola visavam separar a criança pois entendiam que o adulto poderia corromper a infância, que antes de Freud não era vista como possuindo sexualidade.

Com a Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX, estendeu-se a escolarização a todas as camadas sociais, com o intuito de preparar as crianças para o trabalho,

sob regime de forte subordinação e disciplina. Os castigos, a punição física, os espancamentos com chicotes, paus e ferros passaram a ser utilizados como instrumentos necessários à educação. O processo de industrialização, além de incorporar o trabalho feminino, passou a agregar também a mão de obra infantil, por ser barata e servil. As atividades e os serviços executados pela criança, que já estavam presentes nas sociedades medievais como funções domésticas ou agrícolas, foram reconduzidos às sociedades industriais (AZAMBUJA, 2016; ROBERTI JÚNIOR, 2012).

O século XIX viu crescer enormemente a perambulação de crianças e adolescentes no contexto das grandes cidades na Europa. As rupturas de vínculos familiares ou com as comunidades de origem foram alguns dos motivos que levaram crianças e jovens a essa errância urbana. Foucault (2006d. p.86-87) assim relata:

No início do século XIX, assistimos a uma crise da família. O estabelecimento de uma sociedade disciplinar requereu (...) um fortalecimento da família (...) e, ao mesmo tempo, uma limitação, sua redução à célula dos pais e filhos. (...) quando a família entra em crise e não desempenha mais sua função, então surge toda uma série de mecanismos disciplinares para remediar essa situação (os orfanatos, por exemplo).

No mundo ocidental, a prática de abandonar crianças remonta à Antiguidade, passando pelas civilizações grega e romana, entrando na Idade Medieval até os dias de hoje, pelos mais diferentes motivos: pobreza e miséria familiar, por serem filhos ilegítimos, por nascerem com alguma deficiência, para controlar o número de membros da família, para garantir uma herança melhor para os primeiros herdeiros, entre outros. Esse abandono se dava em todas as classes sociais, ricos e pobres.

Na Europa medieval, era comum deixar crianças na porta de igrejas e mosteiros, onde elas poderiam encontrar condições de sobreviver, pois teriam o que comer, o que vestir e receberiam educação formal e religiosa. No século XV, surgiram as Rodas dos Expostos, em que essas crianças rejeitadas eram colocadas e que funcionaram até o século XX. A caridade passou a mostrar outra faceta, a do bem-estar social. Da Igreja e da necessidade de assistência, originaram-se os hospitais, que, a partir do século XVIII, foram passando à jurisdição secular.

No século XIX, simultaneamente ao aumento do número de Rodas e de crianças abandonadas, cresceu também a crítica a esse modelo de assistencialismo, que não dava conta de evitar altos índices de mortalidade infantil. As políticas de Estado passarão, então, por mudanças estruturais.

Durante esse longo período, crianças abandonadas, por conta de epidemias, ou em decorrência de crises econômicas, ou em busca de outras oportunidades fora do campo, circulavam nas ruas e estradas dos centros urbanos, mendigando, cometendo pequenos furtos ou sobrevivendo de biscates. Com o passar dos séculos, essa população foi se adensando com o processo de industrialização e consequente crescimento das cidades.

Essa situação e a necessidade de se conter a mortalidade infantil para garantir mão de obra geraram maior atenção e motivaram a criação de políticas públicas, até então praticamente inexistentes. Parte considerável dessas medidas era voltada para a formulação de mecanismos que contivessem e reprimissem o incômodo causado pela presença desses pequenos andarilhos nas cidades. Eram dispositivos jurídicos para punição dos pais por abandono, dos jovens por leis de criminalização da delinquência e para internação de crianças e adolescentes desamparados em instituições fechadas (BECCHI; JULIA, 1998).

No século XIX, novas concepções sobre as práticas assistencialistas e de serviços sociais começaram a tomar forma. Nas palavras de Marcílio (1999. p. 84),

Diante do quadro da elevada mortalidade infantil, organizaram-se internacionalmente amplos debates sobre princípios e métodos para maior proteção da infância e esboçou-se a formulação dos Direitos Universais da Criança. Do terreno da vigorosa luta contra a mortalidade infantil, passou-se progressivamente ao da solidariedade social e ajuda às famílias numerosas.

2.7 Infância, juventude, exclusão e institucionalização no Brasil

Infância é coisa, coisa?

Guimarães Rosa

Datam desse tempo as minhas mais antigas recordações do ambiente onde me desenvolvi como um pequeno animal. Até então, algumas pessoas, ou fragmentos de pessoas, tinham-se manifestado, mas, para bem dizer, viviam fora do espaço. Começaram, pouco a pouco, a localizar-se, o que me transtornou.

Graciliano Ramos

Admirou-se ao ver que os ossos haviam esticado sua cara em pontas, em placas e em linhas forçadas. De repente, não conseguia mais enfiar os pés no tênis, roído e furado no bico pela ponta sufocada do dedão. Veio também a impressão de que, em casa, as paredes e o teto do apartamento haviam se encolhido para perto dele. E de que as cadeiras tinham ficado ridiculamente baixas para suas pernas.

Rubens Figueiredo

2.7.1 Histórico da exclusão da infância e juventude e de sua institucionalização

Logo no início da ocupação pelos portugueses das terras originárias das populações nativas, a condição da infância seguiu os mesmos padrões praticados na Europa. As primeiras naus saídas de Portugal eram servidas com crianças, chamadas de miúdos: na condição de grumetes, pajens ou como órfãs do rei. Nessas embarcações, povoadas apenas por homens, as crianças eram incumbidas de prestar serviços na viagem, além de submetidas aos abusos sexuais da tripulação (RAMOS, 2010. p. 19-55).

Acompanhando as concepções europeias vigentes, no Brasil colonial não havia distinção entre crianças, adolescentes e adultos. Conseqüentemente, não existia nenhuma medida de proteção à infância e adolescência. O trabalho infantojuvenil seguiu como costume durante todo o regime escravista (PRIORE, 2010. p. 14-15).

A chegada ao Brasil da Companhia de Jesus, fundada em 1534, iniciou a construção de uma política relativa às crianças, no decorrer do século XVI, em que a Igreja católica se encarregava da formação, dos direitos e dos cuidados referentes à infância e à juventude – ao mesmo tempo em que servia aos interesses da Coroa portuguesa de doutrinação e colonização pelo cristianismo. Nas palavras do rei Dom João III, em carta ao governador Tomé de Sousa: “aos meninos, porque neles

imprimirá melhor a doutrina, trabalhareis por dar ordem como se façam cristãos”.³² Outras ordens tão importantes como a Companhia de Jesus, caso dos Frades Menores, se ocuparam da conversão no século XVI. De qualquer modo, os jesuítas cumpriram um papel central em todo esse processo (CHAMBOULEYRON, 2010).

As mesmas naus em que vieram os primeiros padres jesuítas trouxeram também para o Brasil crianças que estavam em situação de rua e circulavam nos portos e mercados portugueses, onde tentavam sobreviver realizando pequenos serviços ou furtos, e que foram recolhidas num movimento de higienização da sociedade portuguesa, para incorporá-las ao projeto missionário.

Os jesuítas estabeleceram aqui então os chamados aldeamentos, também conhecidos como missões ou Casas dos Muchachos (fossem elas fundadas pelos padres ou aldeias dos diversos grupos indígenas, em que os missionários, muitas vezes, se instalavam ou apenas visitavam). Empenhavam-se na educação e catequese (a instrução como instrumento da conversão) dos “curumins” ou “meninos da terra” – meninos índios, mestiços, chamados também mamelucos ou caboclos – (CHAMBOULEYRON, 2010. p.70), filhos dos gentios (nativos), dos moços escravos, dos órfãos e enjeitados de Portugal, assim como dos filhos dos colonos (portugueses), “ensinando a ler e fazer a oração aos pequenos” (LEITE, apud CHAMBOULEYRON, 2010. p.56). Diante da dificuldade da evangelização dos nativos, os meninos índios se convertiam mais facilmente e eram vistos como o grande meio para a adaptação do gentio. Nos grupos, misturavam-se crianças indígenas, mestiças e portuguesas, de modo a favorecer a aproximação dos pequenos.

Apesar das diferenças, a idade os unia. Aos “meúdos” convinha uma formação comum, quer dizer cristã, e as circunstâncias socioeconômicas convidavam-lhes a amoldar-se a diferentes tradições culturais e costumes sociais e educativos. (PRIORE, 2010. p. 105)

Entre os séculos XVI e XVIII, com a percepção da criança como algo diferente do adulto, surgiu uma preocupação educativa que se traduzia em cuidados de ordem psicológica e pedagógica. As “Casas da Companhia”, as Casas das Vilas e os Colégios foram se rearranjando e se constituindo como instituições complexas, de forma diferenciada em cada região, não apenas de ensino, mas de vigilância e enquadramento da juventude.

³² “Regimento que levou Tome de Sousa Governador do Brasil” (CHAMBOULEYRON, 2010. p. 56).

Como parte dessa doutrinação, os castigos físicos, como a palmatória, eram vistas como a correção conveniente (para horror dos indígenas, que desconheciam o ato de bater em crianças), além do emprego de recursos de memorização e de ensino musical. Os códigos de comportamento entre os diferentes núcleos sociais – os escravos e os livres, os órfãos e abandonados e os que tinham vínculo familiar, os ricos e pobres – eram bastante distintos (PRIORE, 2010).

A partir da segunda metade do século XVI, distinguiram-se, lenta e problematicamente, as funções e ocupações das Casas da Companhia, nas aldeias indígenas, das Casas das Vilas e dos Colégios, nas vilas portuguesas, que passaram a segregar os diferentes grupos sociais que eram encaminhados à cada uma dessas instituições (CHAMBOULEYRON, 2010).

Os jesuítas trabalharam para converter os nativos ao cristianismo, como forma de salvação e civilização, mas eram contrários à escravização indígena pelos colonos, como pretendia a Coroa portuguesa. Essa diferença de perspectiva gerou um conflito que se desdobrou e levou à expulsão dos padres jesuítas do Brasil, em 1759, pelo Marquês de Pombal. À essa discrepância de atitude, some-se o poder e o patrimônio que a instituição desfrutava, por ter muitas terras, o que não era bem visto pelos moradores portugueses, nem interessava a Portugal. (CHAMBOULEYRON, 2010).

Na época colonial, o Estado, por meio da criação das Câmaras Municipais, encarregava-se de recolher curumins, crianças negras, filhos de prostitutas, filhos de famílias pobres, filhos fora do casamento, crianças que eram abandonadas ou retiradas de seus pais, e as encaminhar às instituições de caridade da Igreja católica, sobretudo, às Santas Casas de Misericórdia, onde seriam doutrinadas, para, eventualmente, serem acolhidas em lares substitutos, num processo de culpabilização das famílias de origem .

No século XVIII, por volta de 1726, para melhor organização das condições para receber esse contingente cada vez maior de crianças sem tutela, que constituíam um incômodo aos olhos da sociedade colonial, foram criadas as Casas dos Expostos. A partir de então, o segmento formado pela chamada “infância desassistida” e pelos “filhos dos pecadores” passou a ser institucionalizada nas Santas Casas, com a instalação das Rodas dos Expostos, para encobrir situações constrangedoras às famílias das classes favorecidas. (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

No Brasil colonial, os asilos dos “enjeitados” cumpriam a função de regular os desvios familiares. Grande parte das crianças abandonadas na época tinha como origem as relações ilícitas de mulheres de famílias de condições socioeconômicas favoráveis. Esse aspecto explicaria haver mais crianças brancas do que negras, pois, na sociedade colonial, um filho ilegítimo não desonrava as mulheres negras e mestiças, tal como ocorria com as mulheres brancas. Registra-se que o número de filhos ilegítimos era bem elevado entre moças brancas na faixa etária de 12 a 16 anos (GONÇALVEZ, 2004).

As Rodas dos Expostos funcionaram na Europa do século XV ao XX, ligadas a instituições caridosas da Igreja. Eram assim chamadas em referência ao local onde se depositava o bebê abandonado, que preservava o anonimato tanto da criança quanto de quem a deixava. A respeito dessas rodas, a pesquisadora Maria Luiza Marcílio (1999. p. 57) relata:

O nome Roda – dado por extensão à casa dos expostos – provém do dispositivo de madeira onde se depositava o bebê. De forma cilíndrica e com uma divisória no meio, esse dispositivo era fixado no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior da parte externa, o expositor colocava a criancinha que enjeitava, girava a Roda e puxava um cordão com uma sineta para avisar à vigilante – ou Rodeira – que um bebê acabara de ser abandonado, retirando-se furtivamente do local, sem ser reconhecido.

Sobre o sistema institucional das Rodas, Marcílio (1999. p. 83) desenvolve:

As Rodas, criadas conforme o modelo de acolhimento infantil em vigor na Europa durante o período colonial brasileiro, foram reproduzidas e disseminadas em larga escala por aqui. Provavelmente, foi um dos modelos assistenciais que mais perdurou na história brasileira, pois a primeira Roda dos Expostos foi criada em 1750, e a última encerrada em 1950, ou seja, durante duzentos anos, consolidou-se como o principal modelo de acolhimento infantil.

Recolhidas, as crianças eram batizadas, e se contratavam amas de leite e depois amas-secas³³, para as alimentar e delas cuidar até que completassem sete anos de idade, quando, então, deveriam ser encaminhadas para atividades produtivas.

Apesar do prestígio de que gozavam, que fizeram com que continuassem após a época colonial, as condições de atendimento nas Casas dos Expostos eram tão precárias, que eram enormes os índices de mortalidade infantil (MARCÍLIO, 1999).

³³ Mulheres que cuidam de crianças sem as amamentar.

Das Rodas em diante, o Brasil desenvolveu uma longa tradição de internação de crianças e adolescentes em instituições asilares. Nas palavras de Rizzini e Rizzini (2004. p. 22),

Desde o período colonial, foram sendo criados, no país, colégios internos, seminários, asilos, escolas de aprendizes artífices, educandários, reformatórios, entre outras modalidades institucionais surgidas ao sabor das tendências educacionais e assistenciais de cada época.

Quanto aos filhos dos africanos escravizados, enquanto a escravatura serviu como base do sistema econômico no Brasil (colônia e império), as crianças negras eram submetidas a um regime de absoluta exploração, situação que permaneceu até a abolição, em 1889. Quando pequeninos, filhos de senhores e de escravos compartilhavam os mesmos espaços privados: a sala e as camarinhas³⁴. Desde cedo, por volta dos quatro anos, crianças negras já executavam algum trabalho junto às mães ou sozinhas. Quando atingiam a idade de sete anos, eram consideradas aptas a aprender algum ofício. A partir dessa idade, os filhos de senhores iam estudar, e os de escravos iam trabalhar. Aos 12 anos, os jovens escravos estariam já capacitados. Como relata Del Priore (2010. p. 12),

Dos escravos desembarcados no mercado do Valongo, no Rio de Janeiro do início do século XIX, 4% eram crianças. Dessas, apenas um terço sobrevivia até os 10 anos. A partir dos quatro anos, muitas delas já trabalhavam com os pais ou sozinhas, pois perder-se de seus genitores era coisa comum. Aos doze anos, o valor de mercado dessas crianças já tinha dobrado. E por quê? Pois considerava-se que seu adiestramento já estava concluído e nas listas dos inventários já apareciam com sua designação estabelecida: Chico “roça”, João “pastor”, Ana “mucama”, transformados em pequenas e precoces máquinas de trabalho.

A Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, determinou que crianças, filhas de escravos, tornar-se-iam pessoas livres após a maioridade. No entanto, permaneceriam sob a guarda dos senhores de engenho até completar 18 anos. Esses filhos de escravos frequentemente eram abandonados e acabavam acolhidos em instituições de caridade. Após a abolição da escravatura, em 1888, a ausência de medidas de política econômica e social para superação do regime de exploração, medidas protetivas da infância, associada à miséria e à pobreza, levaram ao

³⁴ Quartos de dormir.

crescimento do grupo de crianças perambulantes nas ruas ou institucionalizadas (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

O processo de fundação das ordens religiosas, como formadoras das crianças e jovens no Novo Mundo, se desdobrou do século XVI pelos seguintes. Desenvolveu-se paralelamente à construção do sentimento de infância no Velho Mundo, resultado da transformação nas relações entre indivíduo e grupo e do nascimento de novas formas de afetividade, sobre as quais a Igreja e o Estado tiveram papel fundamental (CHAMBOULEYRON, 2010).

A orientação pedagógica instituída pelos jesuítas no século XVI, e que perdurou por, pelo menos, mais três séculos, era fundamentada em práticas impositivas de regras e padrões comportamentais e no uso de castigos corporais. O “muito mimo” devia ser repudiado. Fazia mal aos filhos (PRIORE, 2010. p. 97). É importante salientar que esse modelo educacional era voltado para crianças dos grupos mais abastados da sociedade (PRIORE, 2010).

No Brasil, baseado inicialmente no Antigo Sistema Colonial e, posteriormente, como ex-colônia que viveu uma industrialização tardia, tanto o processo de ampliação da escolarização a todas as camadas sociais quanto a emergência da vida privada chegaram bem mais tarde do que na instauração da Idade Moderna na Europa. O ensino público só foi adotado por aqui, e mesmo assim de forma precária, no governo do Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, com a intenção de educar a criança desvalida, muitas vezes, descendente da escravidão, para o trabalho no campo (PRIORE, 2010).

Enquanto os filhos de uma pequena elite eram ensinados por professores particulares, o trabalho infantil, em lavouras domésticas ou na monocultura, junto às camadas mais humildes da sociedade, seguia como prática normalizada até o final do século XIX. Esse cenário persiste ainda hoje, embora de forma camuflada e irregular. Temos índices alarmantes de analfabetismo e de evasão escolar, e o trabalho infantil representa importante complementação salarial para famílias pobres ou miseráveis (PRIORE, 2010. p. 12). Mais uma vez perpetua-se a divisão social do trabalho: atividade intelectual (o pensar) para a elite e atividade braçal (o fazer) para os pobres. E, historicamente – com a continuidade das mesmas políticas econômicas e sociais, de manutenção do abismo da desigualdade de classes –, para os negros. Racismo, em sua dimensão estrutural política, presente na divisão do trabalho, desde a escravidão até hoje.

As teorias sociológicas, a partir do realismo crítico, principalmente desde os anos 1990, propõem uma interpretação tridimensional do racismo, por meio de uma integração analítica de suas camadas ideológica, prática e estrutural, como dimensões sociais fundamentais envolvidas no fenômeno (CAMPOS, 2017). Para Antonio Sérgio Guimarães, o racismo é uma forma bastante específica de naturalizar a vida social, isto é, de explicar diferenças pessoais, sociais e culturais a partir de diferenças tomadas como naturais. De acordo com o sociólogo, “cada racismo tem uma história particular” (GUIMARÃES, 2009. p.12). Já na década de 1970, Florestan Fernandes (1972) evidenciava que o racismo no Brasil não é uma questão passada, simplesmente herdada da escravidão, mas de uma conjuntura presente, que impulsiona as relações sociais. Em nosso país, racismo e modos de produção capitalista são gerados e se regeneram mutuamente, fomentando um ao outro. Lembrando palavras de Malcolm X (2020. p.21), em discurso de 1964, “não se pode ter capitalismo sem racismo”.

Nessa perspectiva analítica da histórica no contexto colonial, a maior parte das pessoas livres, trabalhadoras, vivia abaixo da linha de pobreza. Entre outras causas, tais como a necessidade de controle do tamanho da família e a ilegitimidade, o Brasil herdou dos colonizadores portugueses o abandono de crianças. O costume não existia entre os povos originários, uma vez que, na cultura indígena, a criança é vista como responsabilidade de toda a aldeia, e não há exploração de classes (CHAMBOULEYRON, 2010).

No Brasil, entre os séculos XVIII e XIX, a criança começou a ser percebida como elemento agregador no núcleo parental, concentrando atenções e cuidados, num ambiente de afeição familiar. A criança passou a ser gradativamente compreendida em sua singularidade, saindo do seu antigo anonimato e se tornando merecedora de dedicação e de zelo afetivo, econômico, educativo e existencial (PRIORE, 2010; SCHULTZ; BARROS, 2011).

Desde então, a primeira e mais significativa relação social que o indivíduo estabelece é travada na família. Cabe aos pais cuidar das crianças, até que se tornem seres autônomos. Segundo a moral, os costumes e a percepção comum, fazer parte de uma família favorece noções de segurança, poder, autoridade, hierarquia, além de permitir aprender habilidades diversas: falar, organizar seus pensamentos, distinguir o que pode e o que não pode fazer, adaptar-se às diferentes

circunstâncias, flexibilizar, negociar, seguindo as normas de sua família. Nas palavras de Carvalho (2010. p. 41),

A família funciona como o primeiro e mais importante agente socializador; sendo assim, é o primeiro contexto no qual se desenvolvem padrões de socialização em que a criança constrói o seu modelo de aprendiz e se relaciona com todo o conhecimento adquirido durante sua experiência de vida primária e que vai se refletir na sua vida escolar. O contato com outros companheiros também contribui, entre tantas outras coisas, para que o aluno se acostume à rotina escolar, passando a ter interesse pelos objetos, atividades e conhecimentos escolares – isto favorece o seu desenvolvimento pessoal e intelectual.

Até o final do século XIX, a formação da criança era vista como um instrumento de poder e de domínio exclusivo da Igreja, por meio do ensino e da catequização. Nenhum outro programa institucional foi destinado à infância e à juventude (BADINTER, 1985).

Com o fortalecimento da unidade familiar, o concomitante reconhecimento de uma identidade própria à criança e a responsabilização do adulto pela infância, de modo a garantir seu pleno desenvolvimento até atingir a maturidade, é que se iniciaram, no Brasil, as ações destinadas ao cuidado das crianças (CIAMPO *et al.*, 2006).

No mundo ocidental, no século XIX, o Estado passou a assumir papel cada vez mais atuante em relação à infância e à juventude. A saúde e o bem-estar da criança começaram a se confirmar, ideologicamente, como um novo campo de investigação técnica e de normatização da vida. As ações do Estado se voltaram para a infância, entendendo a criança como uma “matriz de adulto”, essencialmente, como objeto de estratégias de ajuste da população ao modelo social, como forma de garantir a reprodução da força de trabalho. A Idade Moderna passou a preparar o futuro adulto nas escolas (ARIÈS, 1981; PRIORE, 2010; FOUCAULT, 1999c; 2006c; 2006d; 2015).

No Brasil, esse processo ocorreu de maneira semelhante ao de países como Inglaterra, França, Alemanha e EUA, nos quais a preocupação com a saúde da criança cresceu conforme aumentava a necessidade de redução da mortalidade infantil, como medida para garantir “o aumento da população por meio de homens saudáveis” (ROSEN, 1994. p. 271).

Entretanto, apesar da abolição da escravidão no final do século XIX, crianças e adolescentes moradores das antigas senzalas, continuaram a trabalhar nas fazendas, no campo ou em atividades domésticas. Essa condição ilegal de

exploração persevera nos dias atuais, com a sujeição de mão de obra infantil, sem quaisquer garantias trabalhistas.³⁵

Nas grandes cidades e centros urbanos, decretado o fim da escravidão, ainda que inexistentes quaisquer políticas protetivas à infância e juventude, reféns de uma desigualdade social da qual são vitimados, meninos e meninas desprovidos de cuidados circulavam pelas ruas, buscando meios de sustento, causando incômodo às elites locais. Eram chamados de vagabundos, ou pivetes (PRIORE, 2010. p.14-15). Em decorrência desse cenário, surgiu um sistema de controle jurídico que aplicava o direito penal comum sobre crianças e adolescentes, com a adoção de trabalhos forçados, castigos corporais, prisão perpétua e pena de morte. A estrutura colonial transferida às leis reguladoras. A negativa repercussão mundial de tais práticas levou à regulamentação do Direito do Menor, em 1926, em que o Estado passava a atuar nos casos de situação irregular dos mais jovens que 18 anos – delinquência, abandono ou ausência de representação legal. Segundo o decreto,

São vadios os menores que:

- a) vivem em casa dos paes ou tutor ou guarda, porém se mostram refractarios a receber instrucção ou entregar-se a trabalho sério e util, vagando habitualmente pelas ruas e logradouros publicos:
- b) tendo deixado sem causa legitima o domicillo do pae, mãe tutor ou guarda, ou os logares onde se achavam collocados por aquelle a cuja autoridade estavam submettidos ou confiados, ou não tendo domicilio nem alguem por si, são encontrados habitualmente a vagar pelas ruas ou logradouros publicos, sem que tenham meio de vida regular, ou tirando seus recursos de occupação imoral ou prohibida (Codigo dos Menores. Decreto n. 5.083, de 1 de dezembro de 1926).³⁶

Nas demais situações de carência extrema ou violência, o Estado continuou omissivo (CUSTÓDIO, 2014).

A chegada de populações de imigrantes, no final do século XIX, fugindo da falta de oportunidades em seus países de origem, incorporou suas crianças no trabalho operário das indústrias em formação, como substitutos mais baratos do trabalho escravo (PRIORE, 2010. p. 14-15).

³⁵ De acordo com o IBGE, em 2019, existiam 1,8 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhando no país (Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29738-trabalho-infantil-cai-em-2019-mas-1-8-milhao-de-criancas-estavam-nessa-situacao>). Acesso em: 15 jul. 2020.

³⁶ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5083-1-dezembro-1926-503230-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 jul.2020.

No século XVIII e, mais intensamente nos XIX e XX, a atenção à infância abandonada se tornou questão social, alvo de políticas de Estado, mudança de perspectiva, o que explica parcialmente o declínio e fechamento das Rodas dos Expostos no Brasil, entre 1930 e 1950, um século depois de as rodas portuguesas terem sido desativadas (MARCILIO, 1999).

De meados do século XIX a meados do XX, surgiu o que ficou conhecido como filantropia, modelo assistencial fundamentado na ciência, com o objetivo de organizar as práticas institucionais dentro das novas exigências éticas, sociais, políticas e econômicas. Embasada no Iluminismo, preconizava a valorização da razão, a preocupação com a condição humana e a obstinação pela criação de um padrão social ordenado e disciplinado. Amparada pelo movimento higienista e jurídico³⁷, traçou as formas de atendimento à infância, em que o Estado passava a participar do planejamento e implementação das políticas de atendimento a essa população.

Foram criados os Asilos de Educandos, os Institutos de Menores Artesãos, de Menores Artífices, a Casa dos Educandos Artífices, Colônias Agrícolas, Colônias Orfanológicas, espalhados em quase todas as capitais brasileiras. O objetivo central dessas políticas era evitar que crianças desassistidas se tornassem futuros vadios, inúteis e perigosos à sociedade. O lema era cuidar para prevenir e preparar desde a infância para o mundo do trabalho, modificando as medidas públicas de caráter caritativo. Iniciava-se, assim, a formação compulsória de trabalhadores para diversos ofícios, por meio do encaminhamento de crianças e adolescentes às oficinas dos arsenais militares, de Guerra e de Marinha, além dos já citados institutos, entre outros colégios e asilos. Para uma enorme parte da população mais vulnerável, sem acesso à políticas públicas que garantam direitos fundamentais como saúde, educação, moradia e trabalho, até hoje as instituições militares se apresentam como únicas alternativas à precariedade econômica.

³⁷ Surgido na Europa entre os séculos XIX e XX, o “higienismo”, ou movimento higienista, preconizado por médicos e sanitaristas, era determinado a combater sucessivas ocorrências de surtos epidêmicos de doenças, como febre amarela, tifo, varíola e tuberculose, as quais aumentavam as estatísticas de mortes entre populações urbanas. As condutas higienistas objetivavam o acompanhamento de espaços privados e públicos, quanto a cuidados sanitários, comportamento social, fiscalização em relação à higiene, entre outros aspectos. O movimento preocupava-se principalmente com a educação infantil. No Brasil do período republicano, o foco foi a identificação das categorias necessitadas de proteção e reforma, visando ao melhor aparelhamento institucional para “salvar” a infância brasileira no século XX. Os debates conduziram a assistência à infância no Brasil, escorados na meta da construção da nação republicana e subsidiados pelas resoluções dos congressos internacionais sobre assistência social, médico-higienista e jurídica à já consolidada categoria dos menores (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Para Marcílio (1998. p. 193), o motor desses projetos foi a preocupação com a abolição do tráfico africano de escravos, ocorrida em 1850 (no processo da abolição da escravidão, concluído em 1888), além do rastro das duas grandes epidemias que assolaram o país e deixaram uma legião de crianças órfãs e desamparadas: a da febre amarela (1849) e do cólera (1855). A força da política médico-higienista, depois de 1870, e os novos ensinamentos jurídicos se aliaram para reformular práticas tradicionais e arcaicas com o objetivo de tratá-las de maneira “científica”. Foi nesse contexto que a designação de infância sofreu uma torção:

de um lado, o termo “criança” foi empregado para o filho de famílias bem postas. “Menor” tornou-se discriminativo da infância desfavorecida, delinquente, carente, abandonada (...) A infância que vivia entre a vadiagem e gatunice, tornou-se, para os juristas, caso de polícia. (MARCÍLIO, 1998. p. 195)

Em âmbito mundial, no início do século XX, a medicina, a psicanálise, a psiquiatria, o direito, as ciências sociais e a pedagogia começaram a empreender papel fundamental para a constituição de uma nova mentalidade de cuidado à criança e ao adolescente, abrindo espaço para uma reformulação da atuação não apenas religiosa, mas também científica. Surgiram as primeiras políticas de amparo social à infância e à adolescência, como o Comitê de Proteção da Infância, pela Liga das Nações, em 1919, diante do número imenso de crianças e adolescentes órfãos após a Primeira Guerra Mundial.

No Brasil, no final do século XIX e início do XX, assistiu-se à expansão das cidades e do comércio, bem como ao crescimento populacional e à complexificação da sociedade, em especial no perímetro urbano. Para viabilizar um modelo social, ancorado na relação capital/trabalho, o Estado precisou investir em novas tecnologias, como formas de intervenção sobre os problemas sociais e de saúde (FREITAS, 2003).

Ao Estado, que se interessava cada vez mais pela criança, fosse ela vítima, transgressora ou em situação de abandono, cabia vigiar o pai. A cada carência paterna devidamente constatada, o Estado se propunha substituir o faltoso, mediante a criação de novas instituições. Essa política de se incumbir de proteger a infância se traduziu não apenas em vigilância cada vez mais estreita da família, mas, mais do que isso, na substituição do patriarcado familiar por um “patriarcado de Estado” (BADINTER, 1985. p. 288-289).

As leis relacionadas à infância e adolescência se preocupavam com a manutenção da ordem, incentivando as famílias cujos filhos fossem insubordinados a os entregar à tutela do Estado. Nos casos em que a família era considerada imoral, e por isso perdia o caráter de pobreza “digna”, o Estado tinha autoridade para suspender o pátrio poder, tirando-lhe a autoridade paterna e podendo assumi-la (RIZZINI, 2011). Até hoje temos resquícios dessa estigmatização ainda no ECA. Ambiente com droga pode levar a perda dos direitos e deveres atribuídos aos pais em relação aos filhos, alegando-se a proteção destes últimos.

Assim como na Europa, a partir de 1920, o Estado brasileiro criou novas políticas sociais, que incluíam a regulamentação de programas voltados para a infância desamparada, como creches, centros de saúde materno-infantil e outras tentativas de amparo a crianças e adolescentes desprotegidos. Em 1927, foi decretado o primeiro Código de Menores, incluindo características importantes que inspiraram a política para a infância e adolescência naquela época: a facilitação da inserção da criança no trabalho; a visão da infância como incapaz e perversa; o poder absoluto do juiz sobre a família e a criança; o abrigo e internamento como forma corretiva; a visão higienista e repressora; e a implementação do “menorismo” (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Para lidar com a questão do abandono, juristas e profissionais da saúde criaram instituições de confinamento, onde, em vez de encontrar mecanismos de integração, a criança “não ideal” encontrava os estigmas definitivos de sua exclusão. Ela passou de “menor da rua” para “menor de rua”, com todas as consequências nefastas que esse rótulo poderia implicar (PRIORE, 2010. p. 16-17).

Na década de 1930, o Estado incrementou serviços relacionados à atenção da criança. Até então, a maioria dos serviços de assistência à infância era composta por instituições privadas. A partir desse momento, o Estado se aliou à medicina para assumir o controle das crianças, em substituição à família, e garantir a formação dos futuros adultos trabalhadores (CAMPOS, 2007). A responsabilidade do Estado pela infância foi incorporada na Constituição de 1937, no Estado Novo, e, em 1940, foi criado o Departamento Nacional da Criança (DNCr), que definia a organização das políticas voltadas à saúde infantil em nível nacional (BRASIL, 2011; REIS, 2000).

Ao longo da ditadura de Getúlio Vargas, em 1941, inaugurou-se o Serviço de Assistência a Menores (SAM), cuja estrutura parecia a de um sistema penitenciário; correccional, repressivo e subordinado diretamente ao Ministério da Justiça (SILVA, 2004).

Em 1946, foi criado o Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (Unicef). A *Declaração Universal dos Direitos Humanos* foi aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 1948, dedicando trechos específicos de seu texto aos direitos e liberdades de crianças e adolescentes. A esses dispositivos, seguiu-se a *Declaração Universal dos Direitos da Criança*, aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1959, para garantir o cumprimento das prerrogativas da infância, trazendo em seu conteúdo o primeiro conjunto de valores reconhecido como Doutrina da Proteção Integral:

O princípio 1 da Declaração Universal dos Direitos da Criança assegura: toda criança, absolutamente sem qualquer exceção, será credora destes direitos, sem distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família. (ONU, 1959)

Esse documento e os valores por ele propostos, assim como sua incorporação no Brasil, influenciaram ações em instituições, como as escolas. O ato de abandono passou a ser recriminado, e a criança recebeu a consideração de sujeito de direito. Surgiram as leis de adoção plena (PEREZ; PASSONE, 2010).

Nos anos 1960, houve uma desaceleração das políticas de saúde pública, dando-se continuidade apenas àquelas dirigidas a grupos prioritários e a campanhas sanitárias (PEREZ; PASSONE, 2010).

Após mais de 20 anos de luta da sociedade para acabar com o SAM, em razão de suas práticas tipicamente repressivas, nos anos 1960, a instituição entrou em decadência e foi desarticulada em 1964, ano do golpe militar (SILVA, 2004).

Nesse mesmo ano, foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), integrada ao Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, com proposta claramente assistencialista. À Funabem, cabia implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, baseada nos princípios da Doutrina de Segurança Nacional. Seu foco central era o atendimento aos “menores marginalizados socialmente”, adotando a chamada doutrina da situação irregular.

A Funabem se distribuiu pelos estados por intermédio da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) e tinha como proposta se opor ao modelo repressor do SAM, constituído por castigos físicos e punições excessivas, para disciplinar os adolescentes internados. No entanto, acabou por repetir esse modelo.

A reorientação de pressupostos legais é importante, mas se não vier acompanhada de mudanças estruturais da sociedade, não alcançam efetividade. Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, a Funabem foi extinta (SILVA, 2004).

Em 1979, na Ditadura Militar, foi instituído o segundo Código de Menores, que também adotava a doutrina da situação irregular, assim descrita:

Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor: I – privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de: a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las; II – vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; III – em perigo moral, devido a: a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes; IV – privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; V – com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; VI – autor de infração penal. (BRASIL, 1979)

O Código de Menores de 1979 revogou o de 1927 e trouxe para o Brasil a “doutrina da situação irregular”, porém, com o mesmo caráter assistencialista e filantrópico das legislações anteriores, com poucas modificações em relação ao código anterior. Tal doutrina reforça a relação entre culpa e infância pobre. A própria pobreza é vista como a situação irregular e daí a relação com meritocracia. E não se questiona o empobrecimento, a fome. Não houve, portanto, revisão dos conceitos de infância e de juventude, nem proposição política consistente de direitos, amparo e proteção, com exceção da minuciosa regulamentação da legislação sobre adoção (SILVA, 2004).

Com o processo de abertura democrática, na década de 1980, as críticas às diretrizes e ao conjunto de práticas governamentais assistencialistas e punitivas, articuladas por setores da sociedade civil – como a Pastoral do Menor, com o apoio da Igreja, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, e inúmeros outros atores sociais, sobretudo com apoio de ONGs que batalharam posteriormente pela elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente –, colaboram para uma significativa mudança no cenário de proteção à infância e à juventude. Essas mobilizações, de caráter político e ideológico, contribuíram para forjar a conotação mais contemporânea do termo “criança”, como quem está sendo cuidado, com direito à fala e expressão, porém, sem ser reconhecido e respeitado como protagonista de sua própria vida (SCHULTZ; BARROS, 2011; SILVA, 2004).

Quanto ao desdobramento das ações para a constituição do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, Nívia Valença Barros (2005, p. 72) relata:

A partir de 1985, o Direito da Infância e da Juventude se consolida em nível mundial com a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, cujo marco de proteção social à infância e adolescência forneceu também as bases para a doutrina da proteção integral, que fundamentou o Estatuto da Criança e do Adolescente – que atualmente assegura os direitos das crianças e dos adolescentes do Brasil.

A Constituição Federal de 1988 representou uma mudança de paradigma no país e registrou o amadurecimento de um modelo que reconhecia o social: implantou em nível nacional um Sistema Único de Saúde (SUS), que reuniu os sistemas de financiamento e descentralizou sua gestão, além de instituir os princípios de universalidade, equidade e integralidade e a extensão da rede assistencial. Impulsionou também o desenvolvimento de novos campos de reflexões críticas, como nas áreas de saúde mental, abrindo espaço para a implantação de novas práticas (FREITAS, 2003; SILVA, 2004).

A criança passou a ser reconhecida como sujeito de direitos, com prioridade absoluta, cabendo à família, à sociedade e ao Estado a responsabilidade de garantir essas prerrogativas, em consonância com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (FREITAS, 2003; SILVA, 2004). A passagem da doutrina da situação irregular para a doutrina de proteção integral foi muito importante para a desestigmatização e a não culpabilização da família e da própria criança por uma situação de vulnerabilidade³⁸, entendida como sintoma de uma conjuntura estrutural da sociedade.

A nova ordem constitucional brasileira sinalizou uma guinada na defesa dos direitos daqueles que não haviam atingido 18 anos de idade, criando condições para se exigir a revisão de muitas práticas, arraigadas na percepção e no pensamento da sociedade, alicerçadas no não reconhecimento de direitos da população infantojuvenil (AZAMBUJA, 2016; SILVA, 2004).

³⁸ A expressão vulnerabilidade social vem sendo utilizada por cientistas sociais desde os anos 1990, a partir do esgotamento da matriz analítica da pobreza reduzida a questões econômicas. Trata-se de um complexo e dinâmico campo conceitual, em construção, constituído por diferentes concepções em função do enfoque econômico, ambiental, de saúde, de direitos, entre tantos outros. Vulnerabilidade passa a ser compreendida relativamente a determinadas condições e circunstâncias, de diferentes naturezas, sejam elas econômicas, culturais ou sociais, que podem ser enfrentadas e revertidas, e não mais como uma essência ou algo inerente a pessoas ou comunidades (MONTEIRO, 2011, p.29-40).

2.7.2 O ECA e a Doutrina da Proteção Integral

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, resultado de muita luta social, foi um marco no campo dos direitos da infância e da juventude, com a adoção da doutrina da Proteção Integral, por levar em conta as prerrogativas próprias e especiais das crianças e dos adolescentes enquanto pessoas em fase de desenvolvimento e que necessitam de proteção diferenciada, especializada e integral. Nesse novo contexto, o conceito de “infância” ganhou nova inflexão, que lhe conferiu vez e voz, diante das decisões políticas vigentes, caracterizando-a como objeto de práticas e como sujeito social detentor de garantias (SCHULTZ; BARROS, 2011; FREITAS, 2003; SILVA, 2004).

O ECA (BRASIL, 1990) promoveu grandes mudanças na política de atendimento às crianças e adolescentes, com a criação de instrumentos jurídicos para assegurar seus direitos fundamentais, assim nomeados: I – Direito à Vida e à Saúde; II – Direito à Liberdade e à Dignidade; III – Direito à Convivência Familiar e Comunitária; IV – Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer; V – Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.

O Estatuto salienta também a relevância da família nos anos iniciais da vida humana, sendo assegurado, em seu capítulo III, o direito à convivência familiar e comunitária. Prevê que

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990. p.1)³⁹

Assim, do ponto de vista jurídico, a família é a primeira responsável, a sociedade é a segunda – ambas possuem responsabilidade conjunta e solidária – e o Estado é o terceiro responsável por assegurar a efetivação dos direitos mencionados, sua responsabilidade sendo subsidiária.

A partir do ECA (BRASIL, 1990), foram criados os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, que atuam em conjunto com o Estado e com a sociedade,

³⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 20 jul. 2020.

e os Conselhos Tutelares, que atuam no caso de violação dos direitos individuais das crianças e dos adolescentes que se encontram em situação de risco. A criação dos conselhos faz parte da política de atendimento às crianças e adolescentes estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente, no sentido de convocar a sociedade civil a se corresponsabilizar pela elaboração das políticas públicas (LOUREIRO, 2020).

De acordo com essa nova legislação, a criança e o adolescente, como sujeitos em desenvolvimento, deixam de responder penalmente por seus atos. Suas transgressões passam a ser denominadas atos infracionais e implicam medidas protetivas, se praticados por crianças até 12 anos, ou medidas socioeducativas, com finalidades pedagógicas, se praticados por adolescentes entre 12 e 18 anos incompletos.

As medidas de proteção são aplicáveis, quando da ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por abuso dos pais ou responsável ou em razão da própria conduta da criança ou adolescente. São nove as medidas definidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu Artigo 101:⁴⁰ I) encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II) orientação, apoio e acompanhamento temporários; III) matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV) inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; V) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras⁴¹ e toxicômanos; VII) acolhimento institucional; VIII) inclusão em programa de acolhimento familiar; IX) colocação em família substituta.

As medidas socioeducativas são aplicáveis ao adolescente, que, depois do devido processo, for considerado responsável pelo cometimento de algum ato

⁴⁰ Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10603634/artigo-101-da-lei-n-8069-de-13-de-julho-de-1990>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

⁴¹ Sufixo que significa adoração ao álcool. Hoje entidades e profissionais da saúde mais progressistas utilizam o termo alcoolistas.

infracional, e estão dispostas no Artigo 112:⁴² I) advertência; II) obrigação de reparar o dano; III) prestação de serviços à comunidade; IV) liberdade assistida; V) inserção em regime de semiliberdade; VI) internação em estabelecimento educacional; VII) além dessas medidas, poderão ser aplicadas ao adolescente as medidas protetivas previstas no artigo 101, incisos I a VI.

A legislação dispõe que as instituições e entidades de atendimento às crianças em situação de risco, abandono ou violência ficam subordinadas aos municípios.

Para os adolescentes autores de ato infracional, a medida de internação só poderá ser aplicada quando: I – se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta. Nesses casos descritos e comprovados, os adolescentes devem permanecer sob a custódia do Estado, em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

É importante enfatizar o Artigo 101 do Estatuto, referente às medidas de proteção à criança e ao adolescente que tenham seus direitos violados, cabíveis também àqueles sob processo por atos infracionais: “Parágrafo único – O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente afirmou novas formas de ver a infância e a adolescência e, portanto, de atendê-las quando em situação de vulnerabilidade. Além de buscar desestigmatizá-las, reconhecendo-as como sujeitos de direitos plenos, de respeito e de proteção, a legislação inova ao introduzir princípios que, se cumpridos, podem evitar a institucionalização de crianças e adolescentes, historicamente difundida e praticada no Brasil desde a imposição do sistema colonial.

Sob essa nova orientação, o abrigo institucional passou a ser reconhecido como o penúltimo recurso para aplicação das medidas de proteção, e, ainda assim, como medida provisória. Dessa forma, deve zelar pela reaproximação e pelo

⁴² Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10601509/artigo-112-da-lei-n-8069-de-13-de-julho-de-1990#:~:text=Verificada%20a%20pr%C3%A1tica%20de%20ato,%20%2D%20advert%C3%AAncia%3B&text=%C2%A7%201%C2%BA%20A%20medida%20aplicada,e%20a%20gravidade%20da%20infra%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

fortalecimento dos vínculos com suas famílias de origem ou com famílias extensas (como avós e tios) e, somente quando esgotados todos os recursos sem que se obtenha resposta, promover o mais rapidamente possível a colocação do acolhido em adoção ou em programas de apadrinhamento (LICIO *et al.*, 2021).

Desde o processo de redemocratização, a partir da Constituição Federal de 1988, com a extinção da Funabem, em 1990, e sob a orientação do Estatuto da Criança e do Adolescente, do mesmo ano, foram várias as entidades criadas, extintas ou readequadas, em os sucessivos governos, para construção e diligência das políticas de Estado sobre o tema crianças e adolescentes: Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (Fcbia), em 1990, na Presidência da República José Sarney; Secretaria de Defesa dos Direitos da Cidadania e Secretaria de Assistência Social, sob a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas),⁴³ de 1993, no governo Fernando Henrique Cardoso; Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (Spdca), vinculada à Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), com Luís Inácio Lula da Silva na Presidência da República; Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, no mandato de Dilma Rousseff, extinto em 2016, após a posse de Michel Temer; Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no governo de Bolsonaro, tendo como titular a pastora evangélica Damares Alves. A política adotada pela pastora desconstrói os avanços conceituais e práticos conquistados nos governos democráticos que a antecederam, trazendo para a secretaria uma visão próxima do assistencialismo e da intervenção religiosa praticados antes dos anos 60 do século XX.

A Lei Orgânica da Assistência Social, de 1993, consolidou as inovações introduzidas pela Constituição de 1988 – situando a assistência como parte integrante do Sistema de Seguridade Social, responsabilidade do Estado e como direito universal gratuito e não contributivo. O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) determinou que a condução de crianças e adolescentes à instituições de amparo é uma medida de proteção que se caracteriza pela provisoriedade. Mesmo assim, persistem as contradições que não são superadas pela simples definição legal`.

⁴³ Lei 8.742/93. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 20 jul. 2020.

2.7.3 Novas políticas de acolhimento institucional

O relatório *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2004 (SILVA, 2004), elaborado a partir de enquete realizada pelo mesmo instituto, em 2002, denominada *Levantamento Nacional de Abrigos*, revelou dados que viabilizaram a construção de um panorama mais claro e concreto da situação de crianças e jovens em acolhimento institucional naquele período. Outro importante estudo, *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente* (RIZZINI; RIZZINI, 2004), realizado pela parceria entre o Unicef e o Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (Ciespi), contribuiu para tornar ainda mais complexo esse quadro.

Para melhor visualização daquele contexto, trazemos informações da pesquisa de Silva (2004), e de Rizzini e Rizzini (2004), que não foram atualizadas em panoramas posteriores.

Entre os acolhidos à época, 87% tinham família, com as quais a maioria (58,2%) mantinha vínculos. Outros 22,7% não preservavam contato familiar constante. Cerca de 5,8% dos pesquisados, embora tivessem família, não podiam contatá-la em função de impedimento judicial. As crianças e os adolescentes “sem família” ou com “família desaparecida” que viviam nos abrigos pesquisados representavam apenas 11,3% do total (SILVA, 2004. p. 59).

Os motivos do abrigamento constituíam as categorias pobreza (24,2%), abandono (18,9%), violência doméstica (11,6%), dependência química de pais ou responsáveis (11,3%), vivência de rua (7%), orfandade (5,2%), prisão dos pais ou responsáveis (3,5%), abuso sexual praticado pelos pais ou responsáveis (3,3%) e submetimento à exploração no trabalho, tráfico e mendicância (1,8%). Todos os demais motivos referidos somaram cerca de 13% das crianças e dos adolescentes, acolhidos pela Rede de Serviços de Ação Continuada/Abrigos (SAC) em todo o país (SILVA, 2004. p. 12 e 55).

Esse levantamento indicou que os pressupostos mais citados para o abrigamento violavam frontalmente os direitos consagrados no ECA (BRASIL, 1990), que veta a perda ou a substituição do pátrio poder devido à falta ou à carência da família. Nesses casos alegados, a lei recomenda a inserção da família em programas oficiais de auxílio.

E para isso, a legislação brasileira indica a criação de políticas de apoio à reestruturação familiar. Ou seja, a medida protetiva de abrigo em entidade, originalmente de caráter provisório e excepcional, vinha sendo aplicada de maneira indiscriminada no Brasil.

Os responsáveis pela implementação dos programas de abrigo devem fazê-lo de forma a contribuir para que as crianças e os adolescentes sob sua guarda possam exercer plenamente seus direitos, especialmente o direito à convivência familiar e comunitária, evitando o isolamento representado pela institucionalização. Alguns dirigentes, apesar de confirmar que suas instituições vinham se empenhando em seguir as recomendações do ECA, observaram os desafios que se colocavam à sua implementação, principalmente, quanto à manutenção dos vínculos familiares e à reinserção familiar, dificultadas pela ausência ou insuficiência de outras políticas e serviços. O relatório indicou também que alguns programas financiados pela Rede SAC estavam se adequando aos novos princípios do estatuto e substituindo o financiamento às instituições pelo financiamento às famílias de origem ou acolhedoras; ressaltando, entretanto, que essas iniciativas correspondiam a 1% das entidades pesquisadas (SILVA, 2004. p. 29). Esses fatos indicaram a necessidade de gestar medidas públicas voltadas para as famílias e programas especiais de apoio sociofamiliar capazes de sustentar uma política de preservação de vínculos (SILVA, 2004. p. 12, 203).

Segundo Rizzini e Rizzini (2004), o fenômeno da entrega dos filhos para ser criados e “educados” em instituições não é novo. Já no Brasil colônia, o regime de “internato” era utilizado tanto para os filhos dos ricos, na busca de uma educação de excelência, quanto para os dos pobres, em associação a medidas de assistência. Com o tempo, esse modelo educacional foi desaparecendo das práticas das famílias mais abastadas, enquanto era cada vez mais utilizado pelos mais necessitados. Existem informações da época da Funabem, em meados da década de 1960, sobre as famílias que se empenhavam em conseguir internar seus filhos em instituições, na busca de melhores condições para eles:

Estas [as famílias], desde os primórdios da criação da fundação, buscavam internar os filhos em idade escolar, desejando um “local seguro onde os filhos estudam, comem e se tornam gente”. A preocupação era a de garantir a formação escolar e profissional dos filhos. O uso da instituição para controle dos filhos rebeldes era de incidência muito pequena. A pressão exercida pelas famílias para o internamento dos filhos por impedimento de suprir as necessidades de educação, alimentação e vestuário dos mesmos é referida nos estudos. Mais de 58% de uma amostragem de 37.371 menores internados tinham, em 1966, entre 7 e 13 anos, isto é, pertenciam à faixa da escolaridade básica. (RIZZINI; RIZZINI, 2004. p. 40)

As razões que levavam as crianças e os adolescentes aos abrigos nas instituições pesquisadas pelo Levantamento Nacional de 2002 pareciam semelhantes, principalmente, quando analisadas sob a perspectiva da faixa etária predominante, que também compreendia as idades entre 7 e 15 anos (SILVA, 2004. p. 61).

Aos motivos que eram alegados na época da Funabem para a institucionalização de crianças e adolescentes com vínculo familiar aparentemente saudável, que se mostraram similares em 2002, agregaram-se outros, como a proteção para crianças e adolescentes ameaçados de morte, vítimas do tráfico, das drogas, das guerras entre facções, e outros. Cabe ressaltar que os levantamentos não podem ser tomados como explicações causais absolutas, uma vez que nem todas as famílias necessitadas optam pela institucionalização de seus filhos. De qualquer maneira, as condições socioeconômicas são impulsionadoras das atitudes que acabam na concessão do poder familiar a outrem (SILVA, 2004. p. 61-62).

O encaminhamento tardio de crianças e adolescentes aos abrigos pode ser entendido também em função do preconceito social sobre a atitude materna de entregar um filho à adoção na época do nascimento. Esse embaraço para decidir pela adoção pode ser percebido como uma das principais causas do abandono extemporâneo de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento e, conseqüentemente, pelas dificuldades futuras de adoção que serão enfrentadas por eles.

Além disso, muitas crianças e adolescentes passam grande parte de suas vidas institucionalizados, afastados de suas famílias de origem e incapacitados para adoção, uma vez que não foi realizada a destituição do poder familiar. Apenas 10,7% das crianças e dos adolescentes nos abrigos pesquisados em todo o Brasil, no censo de 2002, encontravam-se, judicialmente, em condições de adoção. A maioria (83%) estava diante do paradoxo de ter uma família que, na prática, já renunciara à responsabilidade de seu cuidado, em seu significado mais amplo, mas que, mesmo assim, era juridicamente responsável pelos filhos que viviam nos abrigos (SILVA, 2004. p. 61-63).

Em relação à etnia, os dados do Levantamento Nacional (2002) mostraram que mais de 63% das crianças e adolescentes abrigadas eram afrodescendentes (21% registrados como pretos, e 42% como pardos), 35% brancos e cerca de 2% descendentes indígenas (declarados como raça indígena e/ou amarela). A interseção entre raça/etnia e faixa etária evidencia uma tendência progressiva de aumento da população negra conforme avança a idade dos abrigados.

Silva (2004) apresentou duas hipóteses como resultado da pesquisa: por um lado, a preferência explicitada das famílias brasileiras pela adoção de crianças de cor branca, o que reflete o preconceito que tem raízes históricas na nossa sociedade. Na verdade, chegar à adoção já é uma grande etapa. Por outro, evidenciou-se que as unidades de acolhimento representam um lócus de concentração de crianças e adolescentes pobres (majoritariamente negros) e que crianças de famílias de renda mais elevada (de maioria branca) estão menos sujeitas a medidas de abrigamento. O relatório conclui que as condições sociais em que vive a população negra no Brasil constituem a principal causa de sua maior incidência nas instituições de amparo pesquisadas (SILVA, 2004. p. 51-54).

De acordo com os dados do Levantamento Nacional (2002), apenas metade (54,6%) das crianças e dos adolescentes abrigados nas instituições pesquisadas tinha processo nas varas da Justiça. As demais talvez estivessem nas instituições sem que houvesse sequer conhecimento judicial. Vale lembrar que o ECA (BRASIL, 1990), em seu artigo 93, determina que as instituições de abrigo têm até dois dias úteis para comunicar à justiça sobre crianças e adolescentes acolhidos em seus programas sem medida judicial (SILVA, 2004. p. 65).

Em 2001, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca) do Rio de Janeiro, aprovou a Política de Abrigo para Crianças e Adolescentes⁴⁴, que apresentou uma proposta de redefinição para o trabalho técnico realizado pelas entidades de abrigo sediadas na cidade do Rio de Janeiro. O Cmdca, citando o ECA, “o abrigo é medida provisória e excepcional”⁴⁵, propôs a implementação de ações que visassem à superação de práticas que mantêm atendimento massificado, estigmatizante e de longa permanência.

Como consequência do censo de 2002, as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), em 2006, exigiram a revisão das práticas por parte das instituições que desenvolviam serviços de abrigo, impulsionando o reordenamento da responsabilização da política de assistência social, organizada na forma institucional ou mediante acolhimento familiar.

⁴⁴ Deliberação n. 201/01 – DS/CMDCA publicada no D.O. Rio ano XIV, n. 206, 2001.

⁴⁵ Artigo 101, parágrafo único, ECA, 1990.

Em 2021, passados quase 20 anos do levantamento concluído em 2002, publicado em SILVA (2004), e que possibilitou outros estudos como o de RIZZINI e RIZZINI, de 2004, e o PNCFC, de 2006, a pesquisa foi atualizada na nota técnica *Filhos "cuidados" pelo estado* (LICIO *et al.*, 2021, no prelo), também pelo Ipea.

O relatório de Licio *et al.* (2021, no prelo. p.17) localizou, em 2018, 31,7 mil crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, sob medidas de proteção de acolhimento, sendo que dois em cada três deles viviam em instituições nas regiões Sudeste e Sul. A apresentação dos números levantados foi feita por percentuais populacionais.

Esse diagnóstico (LICIO *et al.*, 2021, no prelo. p.8) descreve que a implementação das ações de reordenamento, a partir do PNCFC (BRASIL, 2006), alcançaram, em 2018: 2.010 municípios (36,1%) com algum serviço de acolhimento de crianças e adolescentes, os quais cobriam 80,3% da população brasileira. Desses, a maior parte dos municípios (1.488) prestava apenas o serviço de acolhimento institucional (SAI). Alguns (167 municípios) prestavam apenas o serviço de acolhimento familiar (SAF). Outros 132 municípios não possuíam oferta própria, mas estavam vinculados a algum programa realizado em caráter regional (que atende a um conjunto de municípios contíguos). Embora menos frequente, foi possível ainda encontrar municípios com mais de um tipo de serviço ofertado.

Ainda de acordo com Licio *et al.* (2021, no prelo. p.9) foi justamente nos Serviços de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes (SAI) que esse rearranjo produziu mudanças mais significativas. Atividade historicamente exercida predominantemente por entidades confessionais e privadas – organizações da sociedade civil (OSCs) –, em 2018 a função pública laica (74,8%) e governamental (53%) demonstra se sobressair num crescendo. Os abrigos (que funcionam mediante escala de funcionários e tem como meta atender no máximo vinte crianças e adolescentes) continuaram como a modalidade institucional mais frequente, contemplando 71,8% do SAI, enquanto as casas-lares (constituídas para receber no máximo dez acolhidos) corresponderam a 26,5%.

Houve um aumento de cerca de 50% na rede total de atendimento no Brasil, principalmente entre 2006 e 2013. Todas as regiões do país superaram, em 2018, o parâmetro mínimo de cinquenta vagas por 100 mil habitantes de 0 a 17 anos, definido como desejável pela Resolução CNAS no 23/2013. Ou seja, se a quantidade de SAIs aumentou, a média nacional de acolhidos por unidade de acolhimento tem

caído gradualmente, passando de 15,2% em 2010 para 10,6% em 2018, indo ao encontro do princípio que prescreve o atendimento individualizado e em pequenos grupos⁴⁶. Ainda assim, entretanto, verificou-se que a média nos abrigos é maior que 20 protegidos, e nas casas-lares em torno de 13 amparados, ultrapassando os números projetados, prejudicando uma atenção mais singularizada. Além disso, as discrepâncias regionais de assistência, apesar de terem diminuído, continuam muito grandes: Sul e Sudeste concentram as vagas (69,3%), os acolhidos (72,4%) e os serviços (82,2%). Os municípios de menor porte também seguem mais desassistidos. (LICIO *et al.*, 2021, no prelo. p.10) Relacionado a esses dados, o Censo Suas de 2018 encontrou 14,0% de acolhidos vivendo em unidades localizadas em municípios diferentes de suas famílias, apesar da exigência do ECA de que o acolhimento ocorra no local mais próximo à residência dos responsáveis, para viabilizar a promoção da restauração e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. (LICIO *et al.*, 2021, no prelo. p.18)

Quanto à efetividade, o trabalho de acolhimento é mensurado pelo esforço realizado pelos SAIs em promover e restaurar, de forma breve, o direito dos acolhidos à convivência familiar e comunitária. O Plano Individual de Atendimento (PIA)⁴⁷ é o instrumento referencial para um atendimento mais humanizado de proteção de direitos e do desenvolvimento das crianças e adolescentes acolhidos.

A equipe interprofissional do serviço de acolhimento é responsável pela coordenação e elaboração do PIA, que deve ser construído em parceria com os profissionais da rede socioassistencial, especialmente dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) e dos demais órgãos e serviços de outras políticas públicas ou de organizações não governamentais que já estejam ou venham a atender a família e/ou a criança/adolescente, além das equipes multidisciplinares do sistema de justiça e Conselho Tutelar. A elaboração do PIA deve contar ainda com a necessária participação ativa da criança/adolescente acolhido (conforme o seu grau de desenvolvimento) e das suas famílias. (BRASIL, 2018)

O estudo (LICIO *et al.*, 2021, no prelo. p.12), contudo, estranha que a convivência familiar e comunitária não seja objeto central desses planos: em 2014, 19,5% dos

⁴⁶ Artigo 92, III, do ECA, 1990.

⁴⁷ Previsto no art. 101, § 4o, do ECA.

PIAs não registraram vínculos comunitários; 11,4% não registraram relacionamentos intrafamiliares; 14,0% não planejaram a participação da família de origem durante o acolhimento; 13,2% não previram o acompanhamento da família de origem; e 31,5% não envolveram a família em um plano de ação com o acolhido.

Sobre a responsabilidade do poder público em promover os direitos de sujeitos em fase peculiar de desenvolvimento, o relatório (LICIO *et al.*, 2021, no prelo. p.12) nota um crescimento na participação das crianças e dos adolescentes nas tomadas de decisão que dizem respeito às suas vidas (2014: 86,85%, 2016: 89,28% e 2018: 93,18%), ainda que não cite como se dá essa participação.

A respeito do tempo de duração do acolhimento da criança e do adolescente, o ECA preconizava como meta, entre 2009 e 2017, um prazo máximo de dois anos, tendo, desde 2017, reduzido esse período a dezoito meses⁴⁸. Na prática, o relato (LICIO *et al.*, 2021, no prelo. p.13) dá conta de que houve uma queda progressiva do fenômeno entre 2010 e 2018, registrando, para esse último ano, que 40,4% das crianças e dos adolescentes pesquisados vivia nas instituições há mais de um ano; 22,5% há mais de dois anos; 10,9% há mais de quatro anos; e 6,5% por intervalo superior a seis anos. A nota técnica lamenta não ter encontrado dados desagregados para dezoito meses, observando que, em vista da mudança legislativa, tais informações deveriam ser incorporadas ao Censo Suas. De nossa parte, atentamos que esses índices seriam mais esclarecedores se fizessem constar quando o fim das temporadas de institucionalização acontece pela reinserção dos acolhidos às famílias de origem, ou pela criação de condições de autonomia, ou por atingir a idade máxima a que os programas se responsabilizam pelos jovens (18 anos), ou ainda por evasão dos acolhidos.

No que se refere à correlação entre um tempo menor de acolhimento, o relatório de Licio *et al.* (2021, no prelo. p.13) apontou a realização de certas atividades nas unidades para uma maior efetividade desse propósito: visitas domiciliares às famílias dos protegidos; realização de reuniões com grupos de família; atendimento psicossocial individualizado; apoio escolar; participação dos acolhidos na discussão das rotinas das unidades; assim como o acompanhamento desses após o seu desligamento (o prazo definido em BRASIL, 2009, é de seis meses). Em contrapartida, unidades que não fazem essa supervisão têm tempo de permanência maior.

⁴⁸ Art. 19, § 2o, da Lei no 8.069/1990, inserido pela Lei no 13.509/2017.

Um dos capítulos do levantamento (LICIO *et al.*, 2021, no prelo. p.15-16) se refere à implantação dos serviços de repúblicas para egressos dos serviços de acolhimento, por terem alcançado a maioridade. Infelizmente, os números são aflitivos. Em 2018, existiam apenas trinta unidades desse serviço em todo o Brasil, localizadas em dezenove municípios de três regiões (quatro no Nordeste, onze no Sudeste e quatro no Sul), e nenhuma nas regiões Norte e Centro-Oeste. Números em flagrante desacordo com as orientações técnicas (Brasil, 2009), segundo as quais as repúblicas devem ser disponibilizadas em localidades próximas às unidades onde os jovens estavam acolhidos, a fim de viabilizar a manutenção de seus laços de convivência. Outro dado preocupante é que apenas 60% dessas acomodações estavam ocupadas, percentual que não corresponde à quantidade de jovens maiores de 18 a 21 anos (538) que viviam naquele período em serviços de acolhimento por todo o Brasil.

Os pesquisadores (LICIO *et al.*, 2021, no prelo. p.16) sugerem algumas hipóteses na tentativa de explicar esse aparente paradoxo: a possibilidade das vagas ociosas nessas repúblicas estarem localizadas em municípios distantes dos serviços de acolhimento onde se encontram os jovens acolhidos maiores de 18 anos; as dificuldades enfrentadas pelas equipes técnicas nas tarefas de preparação gradativa dos adolescentes para a vida fora da instituição; e a suspeita de que as repúblicas sejam pouco atrativas aos jovens, ao ponto de estes procurarem buscar, por conta própria, outras alternativas de moradia. O relatório chama a atenção que, considerando que apenas 152 jovens foram transferidos para as repúblicas, enquanto outros 538 com mais de 18 anos permaneciam nas instituições de acolhimento, se conhece o destino de menos de 20% desses egressos. E questiona:

Qual teria sido o destino dos demais? Restauraram vínculos familiares?
Alcançaram autonomia, arcando com sua própria sobrevivência?
Passaram a viver em situação de rua ou ficaram sujeitos a outros tipos de vulnerabilidades e riscos? (2021, no prelo. p.16)

O vácuo informacional evidencia a urgência de que os atores responsáveis pela defesa dos direitos da criança e do adolescente, separados de suas famílias de origem e salvaguardados pelo Estado, conheçam o destino desses jovens, cuja tutela lhes impõe o dever de protegê-los e garantir-lhes o exercício do direito à convivência familiar e comunitária. Tendo sido fracassado o propósito da retomada desse convívio – fosse pela reintegração à família de origem ou à famílias extensas (como

avós e tios), ou a inclusão em programas para adoção ou de apadrinhamento –, caberia ao poder público seguir, por tempo maior, provendo as condições e seguranças necessárias a quem completa a maioridade em suas instituições.

Nesse sentido, a nota técnica (LICIO *et al.*, 2021, no prelo. p.16) registra que não pôde identificar investimentos importantes na qualificação e capacitação profissional dos atendidos. O relato aponta como uma falta não haver no ECA dispositivos específicos que versem sobre a proteção a adolescentes que alcançam a maioridade nos serviços de acolhimento e aos jovens, tampouco menção expressa à possibilidade de sua proteção até os 21 anos⁴⁹. LICIO *et al* (2021, no prelo. p.16) reputam ainda pela definição de políticas mais efetivas, para além da formação profissional, que alcancem esse público, desde a preparação até o acompanhamento na construção de autonomia financeira após o desligamento institucional, pelo menos até os 21 anos. Sublinhamos também como omissão de responsabilidade do próprio Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) não prever as repúblicas como assistência obrigatória pelo Estado para com jovens entre 18 e 21 anos.

LICIO *et al.* (2021, no prelo. p.16) quantificam que existiam, em 2018, 31.641 crianças e adolescentes abrigados no Brasil. Desses, 50,3% eram meninas, superando os 49,6% de meninos. Essa predominância deve-se sobretudo, segundo o relatório, pela ampliação, em números absolutos, de adolescentes do sexo feminino, que, desde 2016, já são maioria para a faixa etária de 12 a 15 anos. Esses novos dados apontam uma modificação na curva, que trazia a presença majoritária de adolescentes do sexo masculino. Ainda que os números disponíveis não possibilitem entender as razões para o aumento relativo das meninas acolhidas, o relatório aponta a necessária adequação dos serviços para atender esse recente perfil majoritariamente feminino.

Quanto à faixa etária, 56,4% dos acolhidos tinha entre 6 e 15 anos de idade em 2018. Apesar dessa medida protetiva ser aplicável apenas para a população até 17 anos, havia 538 jovens de 18 a 21 anos acolhidos – que já deveriam ter sido transferidos para os serviços de repúblicas – e 729 pessoas maiores de 22 anos, provavelmente adultos sem vínculos familiares e sem perspectivas de ganhar autonomia para uma vida fora da instituição, por exemplo, pessoas com

⁴⁹ Salvo por interpretação do parágrafo único do art. 2o da Lei no 8.069/1990, que, no entanto, só pode ser aplicada em casos expressos em lei.

comprometimentos físicos ou cognitivos severos. (LICIO *et al.*, 2021, no prelo. p.17)

Quase um terço dos acolhidos (29,1%) possuía alguma necessidade de articulação com programas voltados para sua adequada abordagem. Preocupa o elevado índice (16,8%) de crianças e adolescentes com *déficit* físico e/ou mental, indicando a premência de prover os serviços de equipe capacitada, assim como de estrutura com acessibilidade, viabilizando inclusive o acolhimento de longa permanência para determinados casos mais complexos. Assinala também a demanda por uma articulação estreita com a rede de saúde. Além disso, situação de rua (4,8%) e dependência química (4%) estão entre as características que mais apareceram entre os acolhidos. São pessoas com maior vulnerabilidade, que precisam de atenção mais singularizada das instituições de acolhimento e saúde, mas também dos demais serviços socioassistenciais (escolas, políticas de esporte, de cultura, etc.), para que possam apoiar os protegidos na reconstrução de suas trajetórias. (LICIO *et al.*, 2021, no prelo. p.18).

O relato de Licio *et al.* (2021, no prelo. p.18) chama a atenção que uma série de informações relacionadas ao perfil das crianças e adolescentes assistidos – como raça, escolaridade, renda familiar, motivos para o acolhimento – não estão disponíveis no Censo Suas. Como estratégia para uma melhor compreensão dessa realidade, destaca a necessidade de integrar os registros administrativos já disponíveis a nível nacional, assim como a realização de levantamentos específicos sobre segmentos dos acolhidos, enfatizando que a busca da interoperabilidade das bases e criação de sistemas de indicadores podem contribuir para o aprimoramento dos processos de monitoramento e avaliação dos programas de acolhimento à infância e juventude em situação de vulnerabilidade: não apenas para conhecer as necessidades e trajetórias dos acolhidos e suas famílias, mas também as condições que favorecem tanto o risco de rompimento dos vínculos quanto as possibilidades de reintegração ao convívio familiar.

Como considerações finais, o relatório de Licio *et al.* (2021, no prelo. p.18) acredita que tem sido possível transformar e melhorar os serviços públicos de acolhimento da criança e do adolescente, principalmente nos quesitos: interiorização e ampliação da rede nas regiões Norte e Nordeste; criação de novas modalidades de atendimento; redução do tamanho das unidades e o acompanhamento em pequenos grupos; maior articulação dos equipamentos de amparo com outros serviços sociais presentes nos municípios; redução do tempo médio de permanência

nas instituições; implantação de mecanismos de monitoramento que realizam a coleta periódica e qualificada de informações acerca do funcionamento dos serviços, ampliando-se o elenco de experiências inovadoras mais condizentes com o ECA, pautadas pelos princípios da proteção integral e do atendimento individualizado. Essas instituições, dada a proximidade com as famílias da comunidade, têm colocado sua estrutura à disposição delas. Com isso, cumprem um importante papel de apoio às famílias que encontram dificuldades de acesso aos serviços públicos. Transformam-se em instrumentos de inclusão social e, até mesmo, de prevenção à institucionalização de crianças e adolescentes. (LICIO *et al.*, 2021, no prelo. p.18)

Permanecem, porém, antigos e recentes desafios que precisam ser superados. É o caso de instituições que mantêm práticas excludentes de convivência social, comuns quando da vigência do antigo Código de Menores, de 1979. As situações indicam que as políticas de cuidado a crianças e adolescentes não estão ainda devidamente articuladas com ações de atenção às suas famílias, o que poderia não apenas evitar a institucionalização, como também abreviá-la. Particularmente com a consolidação das novas modalidades de acolhimento criadas (famílias acolhedoras e repúblicas), que conduzam a transição da prevalência do modelo institucional para o familiar, como preconizado na legislação relativa ao bem-estar e proteção da infância e juventude. (LICIO *et al.*, 2021, no prelo. p.18)

Entendendo que todos os esforços devam convergir para a excepcionalidade e provisoriedade do recurso do acolhimento, mostrou-se também fundamental investir mais na construção da autonomia dos adolescentes e sua preparação para o desligamento das unidades de reinserção em razão da maioridade, como alternativa para aqueles com amparo de longo prazo. Para que isso se torne realidade, é imperativo acompanhar seus percursos pós-desligamento a fim de viabilizar mudanças das necessidades identificadas. (LICIO *et al.*, 2021, no prelo. p.19)

Verificado que um a cada três acolhidos possui características que demandam atenção especial – como *déficits* físicos ou cognitivos, situação de rua, dependência química, transtornos mentais etc. –, é preciso adequar os programas para o seu atendimento, singularizando a atenção e estreitando a articulação com serviços de saúde, educação, esporte, cultura etc. (LICIO *et al.*, 2021, no prelo. p.19)

Evidenciou-se ainda a necessidade de se levantar mais informações e compreender a trajetória e perfil das crianças, adolescentes e suas famílias, antes, durante e depois do acolhimento, tornando mais efetivos os programas e serviços socioassistenciais,

buscando sempre abreviar o tempo de institucionalização e restaurar o direito ao convívio familiar e comunitário. (2021, no prelo. p.19)

Passados 31 anos da promulgação do ECA (BRASIL, 1990), conhecer a situação e as práticas de atendimento adotadas pelas instituições de acolhimento é fundamental para todos aqueles que desenvolvam ações, programas e/ou políticas voltados para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil.

A Doutrina de Proteção Integral⁵⁰, de que trata o Estatuto, se organiza em torno de três princípios ou fundamentos básicos:

- 1) crianças e adolescentes são sujeitos de direitos;
- 2) são pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.
- 3) são prioridade absoluta

Diante das pesquisas relatadas aqui, algumas questões permanecem em aberto: as crianças e adolescentes, objetos de políticas de Estado, são escutadas como sujeitos e protagonistas desses programas? A Assistência Social tem procurado identificar seus desejos, anseios e inquietações? Tem trabalhado para desenvolver ações e atividades segundo o princípio 2? E quanto ao 1 e o 3? Que providências são tomadas antes de se chegar ao acolhimento nas Unidades de Reinserção?

As sequelas de uma institucionalização prolongada para crianças e adolescentes já são por demais conhecidas e afetam desde a sociabilidade até a manutenção de vínculos afetivos na vida adulta. Segundo Silva (2004. p. 64), os danos causados pela institucionalização serão tanto maiores quanto maior for o tempo de espera, que interfere não só na adaptação em caso de retorno à família de origem, como nos casos de inserção em família substituta.

Não se trata, portanto, de uma institucionalidade capitaneada por este ou aquele governo, mas fundada em raízes histórico-culturais que remetem à formação da sociedade brasileira e a certas representações acerca da criança e das famílias pobres. Apesar de constituírem velhos paradigmas, ainda subsistem no fazer cotidiano de algumas entidades de atendimento e de organizações que compõem o chamado Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (Sgdca)⁵¹

⁵⁰ Artigo 227 da Constituição Federal, BRASIL, 1988.

⁵¹ O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (Sgdca) (Resolução Conanda n. 113 de 19/04/2006) é a articulação e a integração de instituições e instâncias do poder público na aplicação de mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal, promovendo as normativas estabelecidas no ECA, marco legal brasileiro de 1990 (BRASIL, 1990).

(SILVA, 2004. p. 12 e 74).

Outro lado da questão, não menos importante, apontado por Enid Rocha, uma das autoras do relatório *Filhos "cuidados" pelo estado* (LICIO *et al.*, 2021, no prelo) e coordenadora da nota técnica *O direito à convivência familiar e comunitária* (SILVA, 2004), é que sempre haverá situações em que o acolhimento será necessário (crianças portadoras de deficiências severas, de transtornos emocionais graves, inexistência de famílias voluntárias, entre outras). Assim, o acolhimento na modalidade de guarda familiar é uma alternativa concreta, mas que ainda carece de apoio técnico e financeiro, bem como da normatização do Estado, para que possa, de fato, adquirir status de política pública e se transformar em opção. Na falta desse, o acolhimento institucional, desde que adequado aos preceitos do ECA, cumpre um papel muito importante no atendimento à criança e ao adolescente em situação pessoal ou social de risco (SILVA, 2004. p. 238).

Por último, Licio *et al.* (2021, no prelo. p.19) ressaltam a importância da continuidade do investimento para a superação dos desafios, assim como para o desenvolvimento e diversificação das propostas socioassistenciais e da atuação do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD) como um todo, sugerindo especial atenção na atualização do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC).

A precarização social do país se agravou muito há alguns anos, principalmente desde a reforma trabalhista de 2017, com o desmonte dos direitos sociais conquistados no último século pelo povo brasileiro. Consequentemente, a condição de exclusão e de desigualdade entre as famílias, assim como a situação de vulnerabilidade da infância e da juventude nesse contexto.

A recente análise *Gasto Social com Crianças e Adolescentes*, realizada em parceria pela UNICEF e Ipea, divulgada em dezembro de 2021 (SILVA e outros, 2021), revelou que o Brasil destinou, em média, apenas 3,2% dos recursos públicos federais a crianças e adolescentes entre 2016 e 2019.

Em relação à importância do orçamento público, o trabalho cita o Parágrafo Único do art. 4º do ECA (BRASIL, 1990), que determina que as crianças e adolescentes têm destinação privilegiada na alocação dos recursos, destacando esse instrumento como essencial para assegurar as condições necessárias para a implementação das políticas de atendimento dos direitos infanto-juvenis.

A título de comparação, o levantamento informa que, segundo os dados do SIGA Brasil⁵², em 2019, os recursos destinados a crianças e adolescentes foram cerca de três vezes menores do que os valores pagos aos fundos de investimentos, fundos previdenciários e bancos, na forma de pagamento de juros da dívida pública, da ordem de R\$ 285 bilhões. (SILVA e outros, 2021. p. 32)

No período de 2016 a 2019, o governo federal gastou diariamente cerca de R\$ 4,70 por cada criança e adolescente. Para se ter uma melhor dimensão do significado desse valor, os pesquisadores propõem compará-lo com a linha de pobreza recomendada pelo Banco Mundial para os países de renda média-alta, como é o caso do Brasil, que era de U\$ 3,20 PPC, ou R\$ 12,61, em valores constantes de 2019. Sendo assim, denota-se que o GSC&A em 2019 foi inferior a um dólar/dia e quase quatro vezes menor que a linha de pobreza para países com níveis de desenvolvimento semelhantes ao do Brasil. (SILVA e outros, 2021, 34)

Em chamada de lançamento do estudo pelo site do Ipea⁵³, os coordenadores advertem que a previsão orçamentária da União destinada à criança e juventude para 2022 está abaixo desse patamar. As duas organizações demandam que o país priorize a infância e a adolescência no orçamento federal desse ano, voltando ao menos aos patamares de 2019. Considerando principalmente a atual crise econômica e social do país, acirrada pela pandemia, contexto em que, no entender dos pesquisadores, crianças e adolescentes são as maiores vítimas ocultas da Covid-19.

A matéria do Instituto enfatiza ainda a importância de se fazer um levantamento, com metodologia similar, do orçamento nos níveis estadual e municipal, de modo a se ter uma ideia mais clara de quanto é investido em crianças e adolescentes, argumentando que esse desconhecimento corrobora para a falta de critérios técnicos para a partilha de recursos e de metas entre os entes federados. Sancionando, dessa forma, que essas ações não recebam a prioridade necessária no rol dos programas desenvolvidos na modalidade “serviços” da assistência social.

A pesquisa apresentada nessa tese foi instrumental, como forma de aproximação do contexto material e simbólico de seu campo de trabalho: o da

⁵² <<https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>>

⁵³ Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38772&catid=10&Itemid=9>. Acesso em: 13 dez. 2021.

infância e juventude em situação de vulnerabilidade e o histórico de sua institucionalização. Partimos da compreensão das políticas de responsabilização pela criança e pelo adolescente pelo Estado como práticas sociais, que participam do processo de construção, de manutenção, assim como de transformação, das dinâmicas e estruturas desse sistema. Nesse sentido, reconhecemos como fundamental a criação de dispositivos de cuidado e de proteção a esses que estão entre os mais expostos numa sociedade de assujeitamento, em permanente estado de exceção.

Entretanto, entre a regulamentação e a prática, até onde e o quanto essa evolução dos direitos possibilitou, de fato, mais proteção para crianças e jovens, por parte do Estado, da família e da comunidade?

Nas palavras de Del Priore (2010. p. 11), “existe uma enorme distância entre o mundo infantil descrito pelas organizações internacionais, pelas não governamentais e pelas autoridades, daquele no qual a criança encontra-se cotidianamente imersa”.

Sem pretender esgotar tais indagações, nos debruçamos sobre essas questões como pano de fundo do presente trabalho, com a percepção premente dos abismos que ainda precisam ser superados.

São as críticas à ideia de dominação e disciplinamento da criança e do adolescente, como seres incompletos e passivos no processo de ensino/aprendizagem, ainda amplamente determinante das práticas educativas e formativas, que colocam a necessidade de reafirmar a infância e a juventude como categorias históricas e como construções sociais. E possibilitam a compreensão e o respeito de crianças e adolescentes como cidadãos, sujeitos de direitos específicos, seres ativos e criadores nas interações, relações e práticas cotidianas que vivenciam na cultura e em sociedade.

Em suas pesquisas sobre a educação institucionalizada no Brasil, Kuhlmann Jr. (1998) propõe como se deve examinar a infância, respeitando e valorizando suas singularidades no relacionamento com o mundo das coisas:

Considerar a infância como uma condição da criança. O conjunto de experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação dos adultos sobre esta fase da vida. É preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais etc., reconhecê-las como produtoras da história. (KUHLMANN JR., 1998. p. 10)

As políticas sociais de cuidado desses que são dos mais frágeis seres humanos, parcela da população mais suscetível às consequências nefastas da exclusão social, devem funcionar, efetivamente, como uma grande rede, envolvendo a família, a sociedade e o Estado. Nesse sentido, precisam contribuir para o ser criança e o ser adolescente, não os percebendo como adultos em gestação, mas como sujeitos de direitos, com reconhecimento e consideração. Para que possam vivenciar, de maneira plena, sua voz e sua fala, e experimentar práticas éticas de liberdade.

Escaparia ao alcance deste trabalho empreender uma análise mais apurada das amplas e consistentes pesquisas que se têm dedicado ao tema da infância, exclusão e institucionalização. Importa-nos, entretanto, observar, ao nos debruçarmos sobre a questão da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade social no Rio de Janeiro, as densas camadas históricas, econômicas, políticas, culturais, psíquicas, éticas e morais que envolvem o universo desse segmento e que levaram e levam poetas e artistas a dedicar um esforço de compreensão, de resistência e de afeto, mediante abordagens que mobilizem o espírito.

Essas iniciativas talvez possam contribuir para uma percepção mais complexa dos modos próprios de manifestação infantojuvenil, considerando suas múltiplas linguagens, suas infinitas formas de expressão.

3 PEQUENAS HISTÓRIAS DENTRO DA HISTÓRIA

3.1 Em busca do tempo do agora

Erguer as grandes construções a partir de elementos minúsculos, recortados com clareza e precisão. E, mesmo, descobrir na análise do pequeno momento singular o cristal do acontecimento total.

Walter Benjamin

Projeto materialista de redenção histórica, através de uma concepção dialética da cultura. De uma história que, muitas vezes, não pode ser contada, unicamente porque não pode ser lembrada. Tomar as rédeas da história, “escová-la a contrapelo”, essa é a grande utopia do filósofo, crítico e ensaísta místico (como pensador do sentido do mistério na noção de metafísica), Walter Benjamin, frente à inexorabilidade do progresso.

Como crítico do individualismo moderno, aspirava à remissão coletiva da história, libertá-la da identificação com as classes dominantes sobre os oprimidos do passado e do presente. No exercício da memória contra o apagamento, Benjamin (1985c; 1987o) propõe realizar uma história “outra” e dar a ela, em sua abertura ontológica, futuros outros para além do já dado. É a promessa de trazer à luz os “possíveis esquecidos” e, quem sabe, realizá-los no presente, dando vez e voz aos silenciados (porque perdedores) da história oficial. O antagonismo de Benjamin (1985c; 1987o) aos ventos devastadores da idolatria capitalista se revela, então, não como “fracasso”, mas como vitória na luta contra o achatamento e o esvaziamento da vida na sociedade burguesa.

No ensaio “A contrapelo”, o sociólogo Michael Löwy (2011) observa que a crítica benjaminiana ao historicismo se inspira evidentemente na filosofia marxista da história, mas tem também origem nietzschiana. Ele destaca a epígrafe de Benjamin a Nietzsche no início da Tese 12, que ridiculariza a “admiração nua ao sucesso” dos historicistas, sua “idolatria ao factual” e sua tendência a se curvar diante do “poder da história”: “Precisamos da história, mas não como precisam dela os ociosos que passeiam no jardim da ciência.” (NIETZSCHE, *apud* BENJAMIN, 1987o. p. 228).

Segundo Löwy (2011), nessa obra de juventude, Nietzsche ironiza os historicistas, que dizem “sim” a todos os poderes existentes, de uma forma “mecanicamente chinesa”. Para o jovem filósofo, a verdadeira virtude estaria em se opor à tirania do real, em “nadar contra as ondas da história”. O sociólogo destaca ainda outro trecho de Nietzsche, desprezando o “filisteísmo cultural histórico-estético”, que esquece que a cultura só pode crescer e desabrochar a partir da vida, na falta da qual ela não pode ser nada mais do que uma “folha de papel” artificial e estéril (NIETZSCHE, *apud* LÖWY, 2011. p. 22).

A partir desses apontamentos, Löwy (2011) defende que existe uma relação evidente entre esse panfleto nietzschiano de 1869 e a exortação de Benjamin de 1940 a escrever a história a contrapelo. No entanto, enquanto a crítica nietzschiana ao historicismo se faz em nome da vida ou do indivíduo heroico, a de Benjamin fala em nome dos vencidos: “dos condenados da terra, dos que caíram sob as rodas das carruagens majestosas e magníficas denominadas Civilização, Progresso e tesouros culturais” (LÖWY, 2011. p. 22).

Ele esclarece ainda que a leitura benjaminiana do marxismo vai na contramão da corrente evolucionista e positivista do socialismo científico, propondo, contrariamente, a ruptura com a submissão da continuidade histórica e cultural. Para Benjamin, o materialista histórico precisa duvidar e denunciar os falaciosos “tesouros culturais”, como documentos corroboradores da narrativa dos poderosos e, por isso, vencedores (LÖWY, 2011. p. 22).

Acompanhando o pensamento de Löwy (2011), a crítica de Benjamin se dirige à totalidade da “herança” cultural dos vencedores, desde a Grécia, Roma, Idade Média, do Renascimento aos nossos dias. Em cada momento histórico, a cada contexto, pela guerra ou por outros meios de opressão, a elite dos poderosos se apropria da cultura e da tradição como “instrumentos das classes dominantes”. Por isso, Benjamin (1987o) denuncia: “Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura” (p. 225).

Para Michael Löwy (2011), essa é a chave para uma interpretação dialética da cultura. Ao invés de contrapor cultura (ou civilização) e barbárie como dois extremos excludentes, ou dois percursos antagônicos da evolução histórica, Benjamin os apresenta como uma unidade que contém nela mesma essa contradição (LÖWY, 2011. p. 23).

Reconhece que a alta cultura é realizada numa economia de exploração (em seus diferentes modos de produção), que se sustenta sobre a forma histórica do trabalho anônimo, e que os bens culturais são privilégios dos poderosos, inacessíveis à população “subalterna”. Portanto, esses “tesouros da alta cultura” são, fatalmente, “documentos de barbárie”, nascidos da injustiça de classes, da opressão social e política, da desigualdade, da repressão, dos massacres e das guerras civis (LÖWY, 2011. p. 24).

É, assim, como forma de resistência às forças avassaladoras do capitalismo fetichizante, que o teórico do materialismo histórico propõe “escovar a história a contrapelo”. Para Benjamin (1987o. p. 228-229), a história da cultura requer investigar os monumentos ou “tesouros culturais” com distanciamento crítico, numa perspectiva revolucionária, buscando situar-se ao lado dos vencidos, judeus, párias, escravos, camponeses, mulheres, proletários. E para integrar a cultura na história da luta de classes, é necessário alimentá-la com as imagens ocultadas dos “ancestrais escravizados” e das “gerações derrotadas”, resgatá-las do desaparecimento.

Escovar a história da cultura a contrapelo exige também realizar um movimento num outro sentido: implica em desvelar os momentos disruptivos encobertos na herança cultural e descobrir, mesmo no cerne das obras de arte tradicionais, seu potencial utópico escondido. Para o filósofo de uma nova história, essa é a tarefa principal da crítica materialista. Desde que, como observa Löwy (2011. p. 25), “esta ‘preservação’ seja dialeticamente ligada ao momento destruidor: somente quebrando a concha reificada da cultura oficial, os oprimidos poderão tomar posse dessa amêndoa utópica”.

É nesse sentido que Benjamin, em suas escrituras, sempre buscou as formas subversivas e críticas da cultura, no que elas têm de desconstrutivas do *establishment* cultural, para que elas sejam recuperadas e postas em ação em seus movimentos transgressores do social, enquanto forças de opressão da vida e da liberdade. Uma radicalidade assim descrita por Löwy (2011. p. 26):

uma intervenção dialética cujos objetivos constituem-se na destruição do fetichismo burguês dos “tesouros culturais” e no desvendamento do lado bárbaro escondido nas produções culturais; e a uma ruptura materialista da continuidade histórico-cultural, a fim de procurar “no passado a chama da esperança”, de encontrar momentos da cultura passada portadores de uma afinidade secreta com os perigos de hoje.

Explodindo com a noção evolucionista de tempo e espaço, que descreve a existência como uma continuidade de etapas progressivas, Benjamin (1985c; 1987o) propõe um outro conceito de história, no qual passado, presente e futuro se atravessam mutuamente. Esse entrecruzamento de tempo propicia um diálogo constante com a história, possibilitando que ela seja permanentemente recontada e refeita, em oposição a um destino previamente determinado.

Contra-pondo-se à história como evolução irrevogável, o filósofo busca na descontinuidade as rupturas, os momentos em que se pode processar transformações de sentido. Dessa forma, a história não é vista só como o acontecido, mas como uma atuação ainda possível.

Ancorada nessa concepção de temporalidade, a história não se dá desde um momento e um lugar inaugural, ela se atualiza e se reprocessa num movimento constante de refazimento e transformação. Os conceitos benjaminianos de origem e de ruína nos ajudam a entender essa perspectiva.

Para Benjamin (1984), a origem (*Ursprung*) é como

algo que emerge do vir-a-ser e da extinção. A origem se localiza no fluxo do vir-a-ser como um torvelinho, e arrasta em sua corrente o material produzido pela gênese. O originário não se encontra nunca no mundo dos fatos brutos e manifestos, e seu ritmo só se revela a uma visão dupla, que o reconhece, por um lado, como restauração e reprodução, e por outro lado, e por isso mesmo, como incompleto e inacabado". (p. 67-68)

Nas palavras de Rouanet (1984. p. 18-19), "a origem (*Ursprung*) é um salto (*Sprung*) em direção ao novo", no qual o objeto se liberta do vir-a-ser e do encadeamento causal. Dito de outra forma: trata-se de um salto para fora do tempo linear da história, espécie de dínamo, fonte inesgotável de presença, partida, abertura.

Da mesma forma que a origem não é apenas gênese, a ruína, dialeticamente, ao mesmo tempo que simboliza um fim, perdura também eternamente em construção, pois

Faz parte da dialética da ruína não só a faculdade subjetiva de ver o mundo enquanto ruína, como a realidade objetiva de ver o mundo que desmorona. (...) A figura da ruína é ambivalente. Ela designa o que foi destruído pelos opressores, ao mesmo tempo que aponta para a desagregação do mundo que eles construíram com os escombros. Na primeira acepção, a ruína é recapitulação do sofrimento, a figura de tudo que na história é "premature, sofrido e malogrado". (...) Mas a categoria da ruína tem também um sentido antecipatório. Memória da injustiça, ela designa também o lugar de uma luta. (ROUANET 1981. p. 27-28)

As noções de origem e de ruína benjaminianas nos conduzem à percepção da abertura de um diálogo constante com a história, no entrelaçamento do tempo. Benjamin, em sua obra, constituiu uma filosofia contra o esquecimento, pelo cuidado aos sinais do que seria irrecuperável, vestígios do passado fadados ao desaparecimento. Advertindo-nos de que esses rastros, que evidenciam nossa incompletude e que a crença no progresso e na linearidade da história busca ocultar, são eles mesmos os indícios do que se anuncia como possibilidade.

Esses cacos, como restos, ameaçam o caráter unificador e coercitivo da racionalidade instrumental, que se empenha em destruir tudo que lembre descontrolado, mistura e indeterminação. Em suas teses "Sobre o conceito da história", Benjamin (1987o) nos convoca a salvar o passado no presente pela percepção de uma conexão que os transmuta.

Jeanne Marie Gagnebin (1987) em "Walter Benjamin ou a história aberta" explica que, para Benjamin, a historiografia "burguesa" e a historiografia "progressista" se apoiam nessa concepção de um tempo "homogêneo e vazio" (BENJAMIN, 1987a. p.229, 230), cronológico e linear. Ou seja: uma história não dialética, reificada, fetichista e historicista. Segundo a autora, para o filósofo, o historiador "materialista" seria aquele capaz de identificar no passado os germes de uma *outra* história, capaz de levar em consideração os sofrimentos acumulados e de dar uma nova face às esperanças frustradas: "de fundar um outro conceito de tempo, 'tempo de agora' (*Jetztzeit*), caracterizado por sua intensidade e sua brevidade, cujo modelo foi explicitamente calcado na tradição messiânica e mística judaica" (GAGNEBIN, 1987. p.8). Nesse sentido, a dimensão do político, portanto, encontra-se enredada na dimensão do místico, tal como atestam as famosas teses.

A filósofa e tradutora nos esclarece que o termo "*Geschichte*", como "história", se refere tanto ao processo de desenvolvimento da realidade no tempo como ao estudo desse processo ou de um relato qualquer. A partir da revisão desse conceito, ela propõe que as teses "Sobre o conceito de história" devem ser compreendidas não apenas como uma especulação sobre o devir histórico "enquanto tal", mas como uma reflexão crítica sobre o discurso a respeito da história (ou das histórias), que deve ser pensado como inseparável de uma certa prática ou linguagem. Dessa forma, a análise da escrita da história deve ser necessariamente associada às questões mais amplas da prática política e da atividade da narração (GAGNEBIN, 1987. p. 7).

No esforço de ilustrar essa forma de construção da narrativa histórica, a autora recorre à figura de Scheherazade, como representação de um movimento infinito de memória: “cada história é o ensejo de uma nova história, que desencadeia uma outra, que traz uma quarta etc.” (GAGNEBIN, 1987. p. 7) Essa dinâmica ilimitada da memória, implicada na constituição do relato, com um texto que se desdobra no seguinte *ad aeternum*, compromete conseqüentemente o movimento seguinte, a atividade da leitura e da interpretação. Nesse ponto de sua argumentação, ela retoma a alusão de Benjamin a Heródoto como "pai da história" e pai de inúmeras histórias, como protótipo do narrador tradicional, evidenciando que a escritura da história está enraizada na arte (e no prazer) de contar.

Para Gagnebin (1987), a força do relato em Heródoto é seu modo de contar sem fornecer explicações definitivas, deixando que a história admita diversas interpretações diferentes, que, dessa forma, permanece aberta, livre para os novos sentidos que cada leitura futura revela e atualiza. Ela traz a citação de Heródoto por Benjamin:

Heródoto não explica nada. Seu relato é dos mais secos. Por isso, essa história do antigo Egito ainda é capaz, depois de milênios, de suscitar espanto e reflexão. Ela se assemelha a essas sementes de trigo que durante milhares de anos ficaram fechadas hermeticamente nas câmaras das pirâmides e que conservam até hoje suas forças germinativas. (BENJAMIN, 1987j. p. 204)

O mesmo paradigma de narrativa aberta deve pautar também, segundo o filósofo, o historiador verdadeiramente atento ao passado, preocupado em fazer saltar da história, principalmente, aqueles eventos fadados ao desaparecimento: “O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (BENJAMIN, 1987o. p. 223).

Com a perda da experiência coletiva (*Erfahrung*) na modernidade, em que a tradição e o passado comum já não são transmissíveis ou compartilháveis, outras formas narrativas se tornam predominantes. O esforço de Benjamin (1987c; 1987f; 1987j; entre vários outros ensaios) será o de refletir sobre a necessidade de reconstrução da experiência nesse contexto, sobre novos modos, que garantam a sobrevivência de uma memória e uma palavra comuns, apesar da desagregação e do esfacelamento do social. Como pensador da cultura, para ele, inseparável da sua concepção geral

da história, é na literatura que o crítico encontrará as referências para uma nova escrita da história.

Na crítica à obra de Proust e de Kafka (entre outros referenciais na literatura e nas artes), a profusão do sentido, ou, antes, dos sentidos, ao contrário de uma inteireza homogênea e fechada, vem de seu não acabamento essencial, fundamento sobre o qual Benjamin constrói sua doutrina da alegoria. É ao perfazer esse percurso que a alegoria se converte em outro conceito-chave ao longo de sua obra.

Para o filósofo da aura, a alegoria se constitui como uma cadeia de ideias que conduz aos conceitos, sentidos que se produzem na linguagem e que propiciam o acesso ao conhecimento do verdadeiro. E é no Barroco, enquanto gênero literário, que Benjamin (1984) reconhecerá a estrutura por intermédio da qual ele elabora sua concepção de história, através do arranjo da configuração alegórica.

A alegoria representa para o filósofo a expressão de um modo de ser, que se relaciona ao modo de ser do indivíduo na era moderna, e não apenas uma ilustração sua, tal como a teria definido uma certa filosofia da arte, influenciada pela tradição clássica. Ou seja, em Benjamin a alegoria é uma “forma de expressão, como a linguagem, e como a escrita” (BENJAMIN, 1984. p. 184).

O livro sobre o drama barroco alemão consiste na teoria desse modo de expressão, de sua apresentação como método, não apenas do Barroco, mas do próprio pensamento benjaminiano. Recorremos a um trecho da “Teoria do alegórico”, em texto de Rouanet (1984. p. 38) de apresentação à obra, que se debruça sobre esse termo complexo:

Em sua essência, a alegoria barroca remete a uma coisa última, referente unitário que engloba todas as significações parciais: a história, como o Barroco a concebia. Através de sua linguagem (nas metáforas do texto, nos personagens que encarnam qualidades abstratas, na organização da cena), a alegoria diz uma coisa e significa, incansavelmente, outra, sempre a mesma: a concepção barroca da história.

A partir de uma crítica estilística do Barroco, ou seja, da análise da forma sob o contexto de seu desenvolvimento histórico-filosófico, Benjamin (1984) constrói sua filosofia da história e da linguagem. Sua formulação da teoria da alegoria busca compreendê-la enquanto categoria estética, pois, para o filósofo, somente ela seria capaz de perceber adequadamente a atualidade dos fenômenos históricos (MURICY, 1998. p. 159).

Na interpretação de Gagnebin (1999), a alegoria é a negação do sentido literal, remetendo-nos às significações transitórias. Ela recupera simultaneamente a temporalidade e a historicidade, de maneira oposta à idealização de eternidade que o símbolo encarna:

Se o símbolo, na sua plenitude imediata, indica a utopia de uma evidência do sentido, a alegoria extrai sua vida do abismo entre expressão e significação. Ela não tenta fazer desaparecer a falta de imediaticidade do conhecimento humano, mas se aprofunda ao cavar esta falta, ao tirar daí imagens sempre renovadas, pois nunca acabadas. Enquanto o símbolo aponta para a eternidade da beleza, a alegoria ressalta a impossibilidade de um sentido eterno e a necessidade de perseverar na temporalidade e na historicidade para construir significações transitórias. Enquanto o símbolo tende à unicidade do ser e da palavra, a alegoria insiste em sua não identidade essencial, porque a linguagem sempre diz outra coisa (*allo-agorein*) que aquilo a que visava, porque ela nasce e renasce somente dessa fuga perpétua de um sentido último. A linguagem alegórica extrai sua profusão de duas fontes que se juntam num mesmo rio de imagens: da tristeza, do luto, provocado pela ausência de um referente último; da liberdade lúdica, do jogo que tal ausência acarreta para quem ousa inventar novas leis transitórias e novos sentidos efêmeros. (GAGNEBIN, 1999. p. 38, grifo da autora)

Por essa rota enviesada, nas duas direções ao mesmo tempo, Benjamin (1984) reabilita tanto a percepção última do símbolo quanto da alegoria, que, assim, é apresentada pelo filósofo como a composição de uma síntese da imaginação dialética⁵⁴. A alegoria se reveste de símbolo, mas não é o símbolo. O símbolo nada comunica e nada significa, ele apenas torna transparente algo que está para além de toda expressão. Sob o olhar alegórico, os sentidos não se mostram da plenitude da eternidade, mas, ao contrário, se manifestam lacunares, na falta dos objetos, que é presentificada na linguagem. Em meio aos restos e trapos de um mundo em ruínas, a alegoria expõe para além das evidências encontradas na superfície das coisas, dos acontecimentos. Ao agregar o conceito à imagem, a alegoria se revela como uma poderosa escrita imagética, evidenciando novas formas de conhecer e novas possibilidades de significação.

O objeto da crítica filosófica é mostrar que a função da forma artística é converter em conteúdos de verdade, de caráter filosófico, os conteúdos factuais, de caráter histórico, que estão na raiz de todas as obras significativas. Essa

⁵⁴ Como imaginação dialética, Benjamin (1987o, p. 231) considera o método de elaboração de imagens dialéticas, como a captação das tensões presentes no dinamismo do pensamento, que se cristalizam em imagens estáticas, imóveis, concentradas em forma de mônadas. É importante observar, que, em Benjamin, a imagem dialética, ao ser resgatada do curso homogêneo da história, constitui-se, dessa forma, em objeto histórico. Ou seja, ela ganha materialidade no espaço-tempo dos acontecimentos.

transformação do conteúdo factual em conteúdo de verdade faz do declínio da efetividade de uma obra de arte, pela qual, década após década, seus atrativos iniciais vão se embotando, o ponto de partida para um renascimento, no qual toda beleza efêmera desaparece, e a obra se afirma enquanto ruína. Na estrutura alegórica do drama barroco sempre se destacaram essas ruínas, como elementos formais da obra de arte redimida. (BENJAMIN, 1984. p. 204)

Para Benjamin (2011, entre outros escritos), a história, como uma das manifestações e expressões humanas possíveis, deve ser concebida como linguagem, e essa, por seu turno, compreendida em sua dimensão simbólica. Contrariamente ao que propunham os filósofos das Luzes, que indicavam, como condição para o “verdadeiro conhecimento”, uma racionalidade que apartava o imaginário do pensamento. Em oposição ao entendimento iluminista científico, o paradigma estético é fundamental nos escritos benjaminianos.

Essa concepção da história, herdeira do criticismo kantiano, a favor do progresso, se desconecta de qualquer rigor com o presente. Refletir sobre uma nova relação com a tradição e a história implica em elaborar uma nova percepção de tempo, compreendendo-o também como construção social. Tomando para si essa tarefa, Walter Benjamin (2009a, entre outros) e Michel Foucault (2008, entre outros) operam deslocamentos na esfera do pensamento, rumo à proposição de uma história *outra*. Os dois grandes autores apontam, na doutrina filosófica a partir de Platão, para a sujeição do indivíduo e seu afastamento do tempo do agora.

3.2 Acontecimentalizar

Em “O heroísmo do presente”, Kátia Muricy (1995) se propõe a fazer uma aproximação da história do presente segundo Michel Foucault, com a concepção de história de Walter Benjamin, a partir das análises que os dois filósofos empreendem sobre Baudelaire e Kant, como referenciais para a construção da noção de tempo na modernidade

Nos dois autores, uma leitura muito particular de Kant é feita a partir de preocupações que ambos compartilham com o poeta. O artista moderno e o filósofo moderno encontram-se na mesma tarefa de pensar uma nova relação

com o tempo – e, logo, com a tradição e a história – e consigo mesmo.
(MURICY, 1995. p. 32)

Segundo Muricy (1995. p. 37), Foucault conecta o *aude sapere* kantiano à *atitude* de Baudelaire, de forma a adquirir a feição que estende a seu próprio pensamento, que permite não só reconhecer os limites do que na atualidade se pode pensar, fazer e esperar, mas também ironizar esses limites: poder pensar, agir, sentir para além deles. Para essa nova noção de atitude, Foucault vai utilizar o termo *ethos*. Esse *ethos* moderno é heroico na sua decisão de problematizar o presente, e esse heroísmo é necessariamente irônico.

Muricy (1995. p. 31) observa que, diferentemente de Benjamin, para quem Baudelaire foi objeto de uma reflexão crítica exaustiva, Foucault escreveu muito pouco sobre Baudelaire. Entretanto, não por acaso, a única referência de Foucault direta a Benjamin, se remete exatamente à pesquisa que esse último empreendeu sobre o poeta. Nas palavras de Foucault (1998b. p. 15), “(...) não seria exato acreditar-se que, desde Burckhardt, o estudo dessas artes e dessa estética da existência foi completamente negligenciado. Podemos pensar no estudo de Benjamin sobre Baudelaire.”

Para Foucault (1998b), uma pesquisa sobre as artes e as estéticas da existência deve ser repensada historicamente, considerando a importância e autonomia que elas indubitavelmente perderam no processo de sua incorporação às práticas religiosas, educativas, médicas e psicológicas. E é a partir dessa perspectiva, que Foucault reconhece nos textos de Benjamin sobre Baudelaire uma referência para realizar seu projeto de desconstrução da dominante história do sujeito. No tangenciamento das formulações dos dois filósofos sobre Baudelaire e nas referências a Kant, Muricy (1995. p. 31) identifica a trilha aberta por Nietzsche no espaço filosófico-filológico, a que ambos são afiliados.

Em suas reflexões sobre a modernidade, Benjamin (1984, entre outros) e Foucault (2000, entre outros) problematizam permanentemente a noção de uma verdade única, detentora dos enunciados da ciência, responsável pela desqualificação, discriminação e esquecimento dos saberes ancestrais, assim como pelo silenciamento dos sujeitos das experiências.

Segundo Muricy (2009), tanto para Foucault como para Benjamin, a história é algo descontínuo e não linear, sem uma origem como essência ou como identidade.

De forma análoga à genealogia de Nietzsche, a história em Benjamin e em Foucault “não unifica, não totaliza, não fundamenta uma ‘história universal’ de procedimento aditivo” (MURICY, 2009. p. 233). O que os dois pensadores buscam é a proposição de um novo modelo de história na prática de seus discursos. A autora se remete a Benjamin:

(...) A figura de Klee, o *Angelus Novus*, é a expressão da tarefa do historiador para Benjamin. Olhos no passado, vê ruínas onde o historicista veria acontecimentos, vê catástrofes onde o historicista conta vitórias. Não pode recolher os destroços porque é impelido para o futuro, isto a que o historicista chama progresso. Seu olhar é iconoclasta, mas nesta história bárbara, que quebra a dialética do progresso, está a única possibilidade de um resgate do passado e da tradição que escape à apologia dos vencedores. (MURICY, 2009. p. 233)

Na construção dessa versão anti-historicista, em sentido oposto à história tradicional calcada numa linearidade temporal, Benjamin e Foucault, apesar de trabalharem a partir de pontos de vista supostamente tão díspares, se alinham em suas concepções de verdade, assumindo um compromisso com a provisoriedade e com o acolhimento da opacidade da linguagem. Em ambos os filósofos, os regimes de verdade são formulações históricas, produtos de embates e encadeamentos de poder.

Para Foucault (1999a), não há uma verdade essencial, única, mas múltiplas verdades, resultantes de construções histórico-sociais, que concebem seus sujeitos e objetos. Ao investigar os sistemas de verdade decorrentes da produção e da difusão de discursos, o pensador denuncia que, em toda sociedade, isso se dá de forma controlada, selecionada, organizada, na medida em que não existe o direito de falar de tudo, de qualquer um, de qualquer coisa, em qualquer circunstância. Nesse sentido, ele chama a atenção para uma importante e necessária inquietação:

inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; inquietação de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades. (FOUCAULT, 1999a. p. 8-9)

No cruzamento de enunciados que compõem os discursos, que condicionam a existência, Foucault (1998c; 1999a; 1999c; 2005; 2006d; 2009; 2015) elabora o conceito de sociedade disciplinar⁵⁵, que se constitui na passagem da sociedade monárquica para o capitalismo. Um organismo social sob a forma de um controle que se exerce através de vigilância, normatização e exame constante dos sujeitos. Um tipo de poder que se inscreve positivamente sobre os corpos, para produzir condutas adequadas aos desígnios das funções sociais que deverão cumprir. Nas palavras do pensador: “o poder disciplinar é certa modalidade, bem específica de nossa sociedade, do que poderíamos chamar o contato sináptico corpo-poder (2006d. p. 50-51).

Nesse método de docilização de corpos, os assujeitados são submetidos a um conjunto de técnicas, em virtude das quais os sistemas de poder têm por objetivo e resultado a singularização dos indivíduos. As instituições disciplinares exercem essa adstração por séries específicas de atividades, organizadas em níveis e separações temporais que moldam o desenvolvimento desse processo.

Como parte fundamental dessa estrutura, o filósofo reconhece a organização de um tempo disciplinar, tempo social adequado ao bom adestramento, como uma temporalidade constituída a partir da contagem, das divisões seriais e das continuidades regulares das vidas dos indivíduos, produzidas pelos diferentes dispositivos disciplinares, que se iniciam na época clássica e que vêm se desdobrando até a sociedade contemporânea.

(...) o desenvolvimento, na época clássica, de uma nova técnica para a apropriação do tempo das existências singulares; para reger as relações do tempo, dos corpos e das forças; para realizar uma acumulação da duração; e para inverter em lucro ou em utilidade sempre aumentados o movimento do tempo que passa. Como capitalizar o tempo dos indivíduos, acumulá-lo em cada um deles, em seus corpos, em suas forças ou capacidades, e de uma maneira que seja susceptível de utilização e de controle? Como organizar durações rentáveis? As disciplinas, que analisam o espaço, que decompõem e recompõem as atividades, devem ser também compreendidas como aparelhos para adicionar e capitalizar o tempo. (FOUCAULT, 1999b. p.133)

O tempo disciplinar é, portanto, um tempo que particulariza e individualiza o tempo vivido por alguém e que, simultaneamente, faz com que esse seja separado do tempo físico, imutável, da linha de tempo cronológica, de caráter evolutivo e linear.

⁵⁵ Abordada também na seção 2.1 – O lugar da infância.

Essa divisão não é natural, ela é resultante de uma construção social, da qual a percepção de tempo e de espaço é consequente. É necessário que os aparelhos disciplinares envolvidos com os processos de subjetivação atinjam igualmente a todos:

Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. (FOUCAULT, 1999b. p. 131)

O tempo se revela matéria-prima essencial para a economia da sociedade disciplinar, pela sua captura através das tecnologias para sua utilização. Por isso, a precisão de sua operacionalidade em segmentos, sequências sucessivas e serialidades cronológicas, a serem aplicadas no adestramento e formação de mentes e corpos, como células de um organismo, numa sujeição interminável. Não há lacunas nesse processo. Também não há fim. O caráter desse tempo é evolutivo e linear e seu objetivo é a formação de indivíduos que performem máxima dedicação, capacitação e produtividade.

Os colégios, os espaços hospitalares e o exército, entre os séculos XVII e XVIII, foram as primeiras instituições a iniciar uma organização e aplicação desse tempo disciplinar, que se estende aos poucos à prática pedagógica e a partir daí se enreda, se desdobra e toma outros sistemas institucionais, como um método geral (FOUCAULT, 1999b. p.117-142).

Os procedimentos disciplinares se revelam um tempo linear cujos momentos se integram uns nos outros, e que se orienta para um ponto terminal e estável [...] um tempo “evolutivo”. [...] No mesmo momento as técnicas administrativas e econômicas de controle manifestavam um tempo social de tipo serial, orientado e cumulativo: descoberta de uma evolução em termos de “progresso”. As técnicas disciplinares, por sua vez, fazem emergir séries individuais: descoberta de uma evolução em termos de “gênese”. Progresso das sociedades, gênese dos indivíduos, essas duas grandes “descobertas” do século XVIII são talvez correlatas das novas técnicas de poder, e, mais precisamente, de uma nova maneira de gerir o tempo e torná-lo útil, por recorte segmentar, por seriação, por síntese e totalização. Uma macro e uma microfísica do poder permitiram, não certamente a invenção da história (já há um bom tempo ela não precisava mais ser inventada), mas a integração de uma dimensão temporal, unitária, cumulativa no exercício dos controles e na prática das dominações. (FOUCAULT, 1999b. p. 136)

Dessa forma, Foucault (1999b. p. 117-142) explicita que a historiografia tradicional, baseada na ideia de evolução e de uma percepção cronológica e linear do tempo, no macro e no microcampo social, é um dos elementos de uma

engrenagem ou mecanismo de poder, um tipo particular de poder, fundamentado em sujeições disciplinares, técnicas e dispositivos de dominação. Processos para a coerção individual e coletiva de mentes e corpos.

Buscando uma outra adesão às verdades, aos discursos e aos seus enunciados, Foucault (2008) propõe uma outra compreensão do tempo e da história, como um jogo das diferenças, de interrupções em profundidade, por recortes e limites:

(...) a história do pensamento, dos conhecimentos, da filosofia, da literatura, parece multiplicar as rupturas e buscar todas as perturbações da continuidade, enquanto a história propriamente dita, a história pura e simplesmente, parece apagar, em benefício das estruturas fixas, a irrupção dos acontecimentos. (FOUCAULT, 2008. p. 6)

Para o filósofo, a história é a individualização de descontinuidades temporais, rupturas, que se sucedem, se sobrepõem, se entrecruzam, sem que se possa reduzi-las a um esquema linear. É necessária a elaboração, portanto, de outro método de pesquisa, na busca de novas redes de relações e de sentidos. Examinar a história sob essa ótica implica em questionar, problematizar aquilo que era dado como certo, fatos e provas; exige uma mutação da maneira de pensar, desfazendo o que até então havia sido tomado como fixo, único e verdadeiro.

Essa nova abordagem da história transforma os objetos de pesquisa e a própria crítica aos documentos. Esses, que até então eram interrogados, como matéria inerte, no sentido de reconstituir a veracidade dos acontecimentos passados, devem, segundo Foucault (2008. p. 7-10), ser agora esquadrihados por dentro, investigados no seu tecido documental, para que se proponham sobre eles novas unidades, conjuntos, séries, desarticulando a concepção absolutista da história.

O autor se contrapõe à noção convencional da história, que estabelece, como autoridade antropológica, uma conexão inerente entre uma memória milenar e coletiva e os documentos materiais, por meio dos quais reencontraria sua realidade remota. Em direção oposta, ele analisa a história, em qualquer época e em qualquer sociedade, como um investimento, realizado pelo trabalho sobre uma materialidade documental, que molda permanências, quer espontâneas, quer organizadas. Nessa avaliação, o documento perde seu respaldo para certificar a história como memória em si mesma. A história seria, ao contrário, uma forma de organizar, validar e significar a massa documental que a configura. O filósofo reconceitua a história e seus elementos:

(...) a história, em sua forma tradicional, se dispunha a "memorizar" os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. (FOUCAULT, 2008. p. 8)

A história, para Foucault (2008), ou melhor, essa “nova história” à qual o filósofo se dedica, deve trazer à tona o acontecimento no que ele tem de singular. É essa radicalidade dos acontecimentos que possibilita a constituição de uma história estranha à tradicional relação de causa e efeito, na construção de uma temporalidade também “outra”, apartada das noções de linearidade e de progresso. Essa percepção emancipa o acontecimento de suas amarras com uma cronologia histórica, propondo-o como abertura, como o que ainda não está dado, como potência do vir a ser. O crítico e ativista nos convida a ‘acontecimentalizar’ a história, a produzir novas rupturas, diferenças, singularidades. Remetendo-se ao sentido histórico proposto por Nietzsche (2009)⁵⁶ em *A genealogia da Moral*, Foucault expõe:

Há toda uma tradição da história (teológica ou racionalista) que tende a dissolver o acontecimento singular em uma continuidade ideal - movimento teológico ou encadeamento natural. A história “efetiva”⁵⁷ faz ressurgir o acontecimento no que ele pode ter de único e agudo. É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. (Foucault, 1998c. p. 28)

⁵⁶ Nietzsche (2009) empreende uma investigação histórica e morfológica dos termos “bem” e “mal” no ocidente, como construções histórico-culturais, motivadas por interesses políticos, que tiveram seus sentidos posteriormente invertidos e propagados, principalmente pelo cristianismo e o judaísmo. Contra essa forma de dominação da vontade, ele propõe uma transvaloração dessas acepções, e concebe o mundo como um conjunto de forças: afirmativas, que potencializam a vida, e ressentidas, que diminuem e inferiorizam a vida. Esse pensamento nietzschiano influenciará profundamente a filosofia de Foucault, assim como as noções de tempo e de história em Benjamin.

⁵⁷ Como “história efetiva,” Foucault se refere à abordagem a-histórica de Nietzsche (2009), como crítica à noção metafísica de processo histórico, a uma verdade eterna e à crença em um mundo além deste. Em contraponto, a história efetiva se coloca avessa à totalizações e à homogeneidade temporal, na qual não há um sujeito soberano que confere sentido ao devir.

A genealogia, para o filósofo-artesão⁵⁸, não se apresenta como uma teoria, mas como um pensamento articulado em ação, uma metodologia de pesquisa, um procedimento analítico na constituição de singularidades, que se coloca como tarefa forjar as armas de combate às repetições do vigente. Ou, dito de outro modo, criar estratégias de desnaturalização do tempo e de conceitos universalizantes, libertando o curso da história das amarras das sequências, das continuidades, dos invariantes, das relações de causa e efeito de um presente e um futuro já dados.

Tomando a genealogia como uma prática investigativa, Foucault (2008) apresenta a descontinuidade como ferramenta que faz deflagrar as diferenças nas permanências:

Para a história, em sua forma clássica, o descontínuo era, ao mesmo tempo, o dado e o impensável; o que se apresentava sob a natureza dos acontecimentos dispersos e o que devia ser, pela análise, contornado, reduzido, apagado, para que aparecesse a continuidade dos acontecimentos. (...) Um dos traços mais essenciais da história nova é, sem dúvida, esse deslocamento do descontínuo: sua passagem do obstáculo à prática; sua integração no discurso do historiador, no qual não desempenha mais o papel de uma fatalidade exterior que é preciso reduzir, e sim o de um conceito operatório que se utiliza; por isso, a inversão de signos graças à qual ele não é mais o negativo da leitura histórica (...), mas o elemento positivo que determina seu objeto e valida sua análise. (FOUCAULT, 2008. p.9-10)

A esse respeito, Muricy (1995. p.35) observa que, para Foucault, a concepção da modernidade se apresenta não como um período histórico, mas como atitude. Por atitude, o filósofo entende um modo de relação com respeito à atualidade; uma determinada escolha voluntária feita por indivíduos; uma maneira de pensar, sentir, agir e se conduzir, que demarca o pertencer a uma época e que é proposta como uma “tarefa”.

É nesse sentido que ‘acontecimentalizar’ a história significa, para a metodologia genealógica foucaultiana, produzir rupturas de evidências, fazendo irromper singularidades como forma de acesso à desmultiplicação causal. Nessa busca pelos indícios rejeitados ou obliterados pela história oficial, Foucault (2006b) se contrapõe à pesquisa da origem (de uma essência primordial, uma significação escondida ou de uma regra de construção), propondo uma nova história, constituída a partir

⁵⁸ Termo empregado por Deleuze e Guattari (2010) sobre o que é o fazer filosófico, como uma conjunção entre teoria e prática, proposição e experimentação, que conduz às singularidades da história. Os pensadores assim relacionam e diferenciam as atividades filosófica, científica e artística: "a filosofia faz surgir os acontecimentos com seus conceitos, a arte ergue os monumentos com as sensações e a ciência constrói os estados de coisas com suas funções" (2010. p. 255).

das interpretações, das singularidades, dos fragmentos descontínuos, para uma crítica no e do presente:

(...) a "acontecimentalização" consiste em reencontrar as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de força, as estratégias etc., que, em um dado momento, formaram o que, em seguida, funcionará como evidência, universalidade, necessidade. Ao tomar as coisas dessa maneira, procedemos, na verdade, a uma espécie de desmultiplicação causal. (FOUCAULT, 2006b. p. 339)

Muricy (1995. p. 37) sublinha que o presente, para Foucault, é carregado de possibilidades, que o tornam objeto passível de operações de construção, o que permite uma mobilidade em suas relações com o passado, aspecto segundo o qual ela distingue uma afinidade explícita com o pensamento de Benjamin.

A genealogia investiga o poder envolvido nos atravessamentos de uma rede histórica. A realidade é percebida como montagem, uma orientação a ser destacada pela composição de uma superfície de inscrições, por meio das conexões dos rastros, indícios de passagens que possibilitem pesquisar os processos que vêm constituindo o presente, tal como se mostra hoje, reordenando-o constantemente na atualidade. Cabe ao genealogista talhar esses vestígios, essas singularidades, gravadas nos documentos, esculpindo-as em novos monumentos.

Recusando qualquer tentativa de totalização e de universalidade, a pesquisa genealógica é em si mesma fragmentária. O papel da filosofia seria apontar a multiplicidade, a dispersão e a relação entre as coisas, os acontecimentos, esmiuçando os vestígios e singularidades capturados em um tempo passado, que poderão compor novas genealogias, sempre passíveis de uma reordenação. Debruçar-se sobre documentos implica numa atitude construtiva, rigorosa e simultaneamente aberta, pronta a propor, sempre e a cada vez, novos sentidos.

A genealogia é cinza; ela é pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos. (...) Daí, para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar as singularidades dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos. (FOUCAULT, 1998c. p. 15)

Dessa forma, a investigação genealógica não pode ser entendida como um método geral, único e pré-determinado, que dê conta de legitimar em si mesma

suas apreciações, como verdades ou realidades absolutas. Evitando as generalizações, a pesquisa precisa se colocar, estrategicamente, no interior dos microuniversos que, por meio de suas práticas, engendra o objeto.

Essa atitude implica ainda em uma busca no campo da história do sujeito, de uma ontologia histórica das subjetivações (FOUCAULT, 1999b; 1998c; 2006b; 2008), pois, para Foucault, não se trata de um único sujeito constituinte, visto que ele não existe em essência, congelado, e não é algo dado, antecipadamente:

[O sujeito] não é uma substância. É uma forma, e esta forma não é, sobretudo nem sempre, idêntica a si mesma. (...) E o que me interessa é, precisamente, a constituição histórica dessas diferentes formas do sujeito, em relação aos jogos de verdade. (FOUCAULT, 2006c. p. 275)

Nessa perspectiva, o sujeito é engendrado no interior da história e, a cada instante, é fundado e refundado por ela. Daí também a exigência de uma investigação não linear da história e de seus sujeitos, que invista na proposição de práticas e na produção de discursos que interpelem as questões políticas que os constituíram e que possam ser atualizadas no presente. Essa orientação metodológica compreende a pesquisa não como demonstração de hipóteses, mas como experiência. E, como tal, precisa problematizar também seus processos, suas formas, sua linguagem.

3.3 A verdade e a poética da linguagem

A questão da linguagem é um dos eixos fundamentais do pensamento foucaultiano. Reconhecendo a dominância no século XX das leituras dicotômicas entre tendências formalistas e tendências interpretativas, o filósofo procura, principalmente em *As palavras e as coisas* (2000) e *A arqueologia do saber* (2008), um modo de pensar a linguagem em sua historicidade, em sua dispersão, em sua materialidade. Sua arqueologia propõe então um método histórico de descrição da linguagem, do que Foucault (2008) nomeia como "enunciados" ou "formações discursivas".

No desdobramento dessas pesquisas e reposicionamentos, o autor desloca o foco de suas investigações da descrição das epistemes ou teorias – práticas discursivas⁵⁹ –, em direção ao reconhecimento dos dispositivos, ou seja, das práticas por meio das quais se opera o poder na constituição dos saberes. Nesse movimento, as práticas discursivas serão ressituidas junto às práticas não discursivas, ampliando seu escopo investigativo para as práticas em geral, entre as quais, inserem-se também as práticas éticas, referentes às relações do sujeito consigo mesmo: "uma história das problematizações éticas feita a partir das práticas de si" (FOUCAULT, 1998b. p. 16).

Como parte desse novo contexto, o problema primordial da linguagem se transfere do "ser da linguagem" para seus usos e práticas, seus jogos de cena em conexão às outras práticas em conjunto (como forças), que Foucault (2008) nomeia "jogo estratégico" (relações de poder)⁶⁰. Dessa forma, a questão dirigida ao "ser da linguagem" é substituída pela questão de "o que fazemos com a linguagem", pensada à luz do uso das práticas discursivas como formadoras de subjetividade (FOUCAULT, 1999b; 1998b; 2006a).

No campo da linguagem, a literatura – mais especificamente a literatura moderna, produzida a partir de finais do século XVIII – ocupa um lugar fundamental na filosofia de Foucault (2000). Para o filósofo, a literatura se apresenta como uma abertura à outra possibilidade fora das análises hermenêuticas e estruturalistas em voga, uma vez que o seu "ser", a sua substância, excede às abordagens pela diferenciação entre significante e significado, e não se deixa capturar. É a partir dessa intenção que Foucault (2000) se refere ao "ser da linguagem", por seu

⁵⁹ "Finalmente, o que se chama 'prática discursiva' pode ser agora precisado. Não podemos confundi-la com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma ideia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a "competência" de um sujeito falante, quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa" (FOUCAULT, 2008. p. 133).

⁶⁰ "Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio sobre o qual se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes, as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais" (FOUCAULT, 1999b. p. 88-89).

interesse pela materialidade da linguagem como formuladora de conceitos, enunciados, discursos, narrativas, pensamentos e práticas.

Para Foucault (2008), diferentemente do saber, formado por uma ordem e uma prática discursiva indispensáveis à constituição de uma ciência, a genealogia estaria mais próxima da ficção⁶¹. Na entrevista “As relações de poder atravessam os corpos”, o pensador assim se posiciona:

(...) O problema da ficção é uma questão muito importante para mim; e me dou conta que nunca escrevi senão ficções. Não quero dizer com isso que esteja deixando de lado a verdade. Parece-me que é possível trabalhar a ficção na verdade, induzir efeitos de verdade com um discurso de ficção, e fazê-lo de forma que o discurso de verdade suscite, fabrique algo que ainda não existe. E assim, “ficcione”. “Ficcione-se” a história a partir de uma realidade política que a faz verdadeira, “ficcione-se” uma política que ainda não existe a partir de uma verdade histórica.⁶²

Por essa via questionadora, Foucault (2000; 1998c; 1994; 2008; entre outros) compreende a ficção como um modo de reflexão, a ser examinado e eventualmente incorporado à filosofia, e não como uma área estranha à ela. Essa atenção se manifesta, de diferentes formas, em sua própria escritura, desde os primeiros textos da década de 1960, concentrados nos discursos, nos saberes e na arqueologia. Na década de 1970, seu foco foram as práticas de poder, as disciplinas e a biopolítica. E nos anos de 1980, quando seus estudos se voltaram para a genealogia das técnicas de si, para o campo da constituição de subjetividade desde a Antiguidade, suas transformações com as aplicações cristãs, avançando pela modernidade. Foi o que compôs o eixo ético e o novo recorte histórico de suas pesquisas nessa fase

⁶¹ “E se me pedissem para definir, enfim, o fictício eu diria, sem firulas: a nervura verbal do que não existe, tal como ele é. (...) Nivelamento ou abolição do subjetivo e do objetivo, do interior e do exterior, da realidade e do imaginário. Seria necessário substituir todo esse léxico da mistura pelo vocabulário da distância e mostrar então que o fictício é um afastamento próprio da linguagem - um afastamento que tem nela seu lugar, mas que também a expõe, dispersa, reparte, abre. Não há ficção, porque a linguagem está distante das coisas; mas a linguagem é sua distância, a luz onde elas estão e sua inacessibilidade, o simulacro em que se dá somente sua presença; e qualquer linguagem que, em vez de esquecer essa distância, se mantém nela e a mantém nela, qualquer linguagem que fale dessa distância avançando nela é uma linguagem de ficção” (FOUCAULT, 2009. p. 69).

⁶² Tradução livre do texto original: “Les rapports de pouvoir passent à l'intérieur des corps: (...) Quant au problème de la fiction, il est pour moi un problème très important ; je me rends bien compte que je n'ai jamais rien écrit que des fictions. Je ne veux pas dire pour autant que cela soit hors vérité. Il me semble qu'il y a possibilité de faire travailler la fiction dans la vérité, d'induire des effets de vérité avec un discours de fiction, et de faire en sorte que le discours de vérité suscite, fabrique quelque chose qui n'existe pas encore, donc “ficcione”. On “ficcione” de l'histoire à partir d'une réalité politique qui la rend vraie, on “ficcione” une politique qui n'existe pas encore à partir d'une vérité historique” (FOUCAULT, 2001. p. 236).

final de sua produção, modificando sua abordagem sobre as formas literárias, ao integrá-las na construção de seu próprio pensamento.

Para o filósofo, a genealogia não se constitui como produtora de uma razão e de discursos de verdades dirigidos ao progresso, a metas a alcançar. Remetendo-se a Nietzsche, Foucault (2005) argumenta que tampouco se trata de buscar na história a origem primeira, a essência exata, o segredo por trás das coisas, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente guardada em si mesma ou sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental e sucessivo, pelo fato de que ela não tem mensagem ou sentido oculto algum a revelar. A história genealógica ensina que o que está no começo de algo não é sua identidade preservada, mas a interação conflituosa entre coisas distintas:

[...] por trás das coisas há "algo completamente diferente": não absolutamente seu segredo essencial e sem data, mas o segredo de que elas são sem essência ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas. [...] O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada de sua origem — é a discórdia entre as coisas, o disparate. (FOUCAULT, 2005. p. 262-263)

É importante enfatizar o caráter ético dessa verdade, uma vez que ela deve instigar naquele que a pratica, assim como naqueles que dela participam, uma mudança na relação de si para consigo mesmo e com os outros. Assim, a verdade genealógica promove um deslocamento que nos afasta de nós mesmos, ao mesmo tempo que se abre ao outro, ao fora. Trata-se de assumir uma atitude em toda sua radicalidade, sugerindo um permanente investimento ético sobre si mesmo:

Eu caracterizaria o *éthos* filosófico próprio à ontologia crítica de nós-mesmos enquanto prova histórico-prática dos limites que nós podemos ultrapassar, e, logo, enquanto trabalho de nós-mesmos sobre nós-mesmos enquanto seres livres. (FOUCAULT, 2005. p. 294)

Fazendo o percurso inverso da história tradicional, a genealogia se apresenta como um saber inquietante, desestabilizador, que ambiciona a transformação tanto do sujeito do conhecimento quanto de seu objeto, a realidade investigada. Com essa reviravolta, a narrativa muda radicalmente. Ficcionando, a genealogia modifica a face do presente, perturbando os elementos que o compõe.

A ficção histórica produz efeitos materiais sobre a atualidade que, dessa forma, alcança uma verdade, de caráter político, que não lhe cabia anteriormente.

Tal assimilação faz da genealogia uma experiência-limite, uma prática que leva aquele que a vive a não permanecer mais o mesmo. Uma experiência que não conduz a um saber positivo científico, lógico ou cosmológico, mas que germina um *ethopoíós*, um saber etopoético que transforma aquele que sabe e a situação, o mundo, o outro com o qual ele se relaciona: “O conhecimento útil, o conhecimento em que a existência humana está em questão, é um modo de conhecimento relacional, a um tempo assertivo e prescritivo, e capaz de produzir uma mudança no modo de ser do sujeito” (FOUCAULT, 2006a.. p. 290). O filósofo aponta reiteradamente para essa conformação subjetiva da ação em sua conexão com o real. Para ele, a chave está na problematização do sujeito da ação, por meio da qual o real é acessado, mobilizado e transformado (FOUCAULT, 2006b. p.62, 349).

Esse modo de pensar, de escrever, de praticar, de ‘acontecimentalizar’, atribui um determinante e primordial caráter literário e ficcional à genealogia foucaultiana. Um elo que conecta essas estratégias de ficcionalização ao convite por uma atuação teórico-pragmática, cada vez mais enfatizada nos escritos e no posicionamento do filósofo.

Por meio desse viés do papel da linguagem, da literatura e da ficção no pensamento foucaultiano, é possível aproximar as reflexões de Walter Benjamin sobre essas mesmas questões.

Como abordado nesta tese, na seção 2.2. Infância como experiência, para Benjamin (1987j), a história através da narrativa assume uma forma aberta, que propicia a ressignificação da experiência do sujeito, nas trocas entre o eu e o outro, nos acontecimentos que o constituem enquanto experiências de si, que atingem memórias conscientes e inconscientes, repletas de sentidos, desejos e afetos. A narrativa, mais do que relatar, compartilha experiências no plural e recupera antigas narrativas sob o ponto de vista cultural, na atualidade.

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesãos – no campo, no mar e na cidade –, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. (BENJAMIN, 1987a. p. 205)

Gagnebin (1999) comenta o paradoxo filosófico e narratológico benjaminiano, entre o reconhecimento lúcido do fim das formas seculares de transmissão e de

comunicação, do fim da narração em particular, e a afirmação enfática da necessidade política e ética da rememoração, portanto, da importância de uma outra escritura da história. Esse paradoxo poderia ser interpretado como característico da modernidade, ligado historicamente às contradições do capitalismo. Contudo, ela aponta para outros aspectos dessa contradição:

Este paradoxo também nasce de uma exigência contraditória de memória, de reunião, de recolhimento, de salvação e, inversamente, de esquecimento, de dispersão, de despedaçamento, de destruição alegre. Paradoxo que está no coração da nossa linguagem, na sua dinâmica de retomada e de apagamento do real; paradoxo que orienta, igualmente, o que Benjamin sempre tentou pensar (...): a felicidade, este instante privilegiado no qual a vida e a morte podem se encontrar sem ódio, até sem angústia, no qual as palavras da história, bruscamente, se detêm, com o risco de soçobrar, com o risco de renascer. (...) essa suspensão do tempo e da linguagem, suspensão que também é sua fonte indomável e secreta: o “sem-expressão”, a interrupção, a dialética em suspenso, enfim, (...) a *cesura*. (GAGNEBIN, 1999. p. 6)

Segundo Benjamin (1987j), a narrativa está ligada ao ato de lembrar, compreendido como a prática do *despertar*. Ela se constrói em conjunção com a memória, pelo entrecruzamento de tempos, pelo embaralhamento de dimensões voluntárias e involuntárias, seus esquecimentos, completudes e incompletudes.

Ao mesmo tempo, deve ser entendida pela transmissão de experiências entre gerações, por meio da ativação das tradições, pelas trocas entre o eu e o outro, entre diferentes visões sociais de mundo e localidades, entre racionalidade e sensibilidade, entre consciente e inconsciente. Nesse sentido, ela possibilita a fundação de uma outra temporalidade, pelo entrelaçamento de passado, presente e futuro.

Esse *despertar*, para Benjamin (1987a. p.22, entre outros), é um momento de concentração de energias, de tensão de todas as forças do sujeito, uma exigência política e ética para confrontar o sono e a vigília e agir, em consequência, sobre o real. É também um refúgio contra uma realidade insuportável, que deveria ser enfrentada pela força da ação coletiva. É o momento da construção consciente, o *Kairos* da intervenção decisiva que para o curso do tempo, que quebra o mau infinito do desenrolar histórico (GAGNEBIN, 1999. p.80).

De forma análoga à genealogia, fundamentada na pesquisa por fragmentos, falhas e discontinuidades, que busca problematizar os sentidos propostos pelas remontagens, a narrativa configura uma percepção do tempo e da história não linear, móvel, descontínua, aberta, construída pelo levante dos acontecimentos.

Assim como em Foucault, para Benjamin (2019), a verdade é uma ordenação histórica e temporal:

É importante afastar-se resolutamente do conceito de “verdade atemporal”. No entanto, a verdade não é – como afirma o marxismo – apenas uma função temporal do conhecer, mas é ligada a um núcleo temporal que se encontra simultaneamente no que é conhecido e naquele que conhece. Isto é tão verdadeiro, que o eterno, de qualquer forma, é muito mais um drapeado em um vestido do que uma ideia. (BENJAMIN, 2019, vol.1. p. 505)

Para os dois pensadores, não há uma essência ou um significado oculto por trás das coisas a se revelar nas entrelinhas, como na concepção de uma historicidade universal, visto que o conhecimento é também elaborado historicamente, fruto de uma temporalidade dispersa, de uma conexão entre passado e presente sugerida, movente, sempre passível de ser reordenada.

Todo conhecimento histórico pode ser representado pela imagem de uma balança em equilíbrio, que tem sobre um de seus pratos o ocorrido e sobre o outro o conhecimento do presente. Enquanto no primeiro prato os fatos reunidos nunca serão insignificantes e numerosos demais, o outro deve receber apenas alguns poucos pesos – grandes maciços. (BENJAMIN, 2019, vol.1. p. 510)

A linguagem, para ambos os filósofos, ao mesmo tempo que encobre, abre-se repleta de sentidos, plena de positivities. Em Benjamin (2011, entre outros), a linguagem molda e dá contorno às manifestações das experiências, acionadas pelas narrativas, pelas memórias e pelas histórias, expondo múltiplas vozes, muitas vezes, paradoxais. Em Foucault (1998c; 2000), a linguagem é constitutiva do pensamento, dá forma aos sentidos atribuídos às coisas, ao mundo, ao vivido, podendo ativar modos de ficcionalização e de transformação, ao elaborar das experiências.

Muricy (1995. p. 43) aponta que ambos veem, na história, violência e dominação, e não o progresso da razão, e os cita:

A peça representada nesse teatro sem lugar é sempre a mesma: é aquela que repetem indefinidamente os dominadores e os dominados. (...) A humanidade não progride lentamente, de combate em combate, até uma reciprocidade universal (...) ela instala cada uma de suas violências em um sistema de regras, e prossegue assim de dominação em dominação”. (FOUCAULT, 1998c. p. 24-25)

Para Benjamin (1987o. p.203, 225, 226), a história é também “o cortejo triunfal” da violência dos dominadores, um “monumento à barbárie”, uma “catástrofe única”.

Posicionando-se contra a corrente da historiografia tradicional, os dois se comprometem a escrever a história a partir da atualidade. Nas palavras de Foucault (1999c. p. 29), “fazer a história do passado nos termos do presente”, e de Benjamin (1987o. p.223), “o passado é citável, em cada um dos seus momentos. Cada momento vivido transforma-se numa *citation à l'ordre du jour*⁶³”. A partir de uma concepção crítica do presente, construída pela aplicação de dispositivos de investigação, Foucault funda a sua atualidade baseada numa nova relação entre ela e o passado. Para Benjamin (1987o),

O materialista histórico não pode renunciar ao conceito de um presente que não é transição, mas para no tempo e se imobiliza. Porque esse conceito define exatamente aquele presente em que ele mesmo escreve a história. O historicista apresenta a imagem "eterna" do passado, o materialista histórico faz desse passado uma experiência única. Ele deixa a outros a tarefa de se esgotar no bordel do historicismo, com a meretriz "era uma vez". Ele fica senhor das suas forças, suficientemente viril para fazer saltar pelos ares o *continuum* da história. (p. 230-231)

Kátia Muricy (1995. p. 43) acredita que, a partir da exposição dos pensamentos de Benjamin e de Foucault como proposição de novas relações com o tempo, como valorização e proposta de alteração do aqui-agora, a história seja, para eles, uma forma de heroificação do presente, enquanto atitude de insubmissão e de transgressão ao tempo linear, aos limites da tradição e do presente. Ela reconhece nessa noção de heroísmo a referência a Baudelaire, como ponto de conexão entre a concepção de história de Benjamin e o projeto genealógico de Foucault.

Finalmente, articulando todas essas analogias entre os dois pensadores – a verdade como construção, a busca pelas discontinuidades e acontecimentos, a atitude como teoria-ação sobre o presente, a linguagem enquanto constituidora do pensamento e como ferramenta de transformação – interessa-nos destacar um eixo de preocupação comum pelo que Benjamin (1987o) nomeia história dos vencidos e pelo que se pode referir em Foucault (1999c; 2008) como história do outro.

⁶³ “Citação atual, pertinente, coerente com o momento presente”. Livre tradução.

Estilhaçar o itinerário da história, essa é a chamada de urgência pela vida, a que nos convocam esses poetas do pensamento. E o momento de mudança é o tempo do agora (*Jetztzeit*), tempo kairológico, posto que rompe uma fenda no tempo cronológico, desfazendo o tempo homogêneo e vazio da continuidade e do progresso. Pela dúvida radical, pela crítica cortante e a luta pela ruptura com as ordens vigentes é que esse espaço social de opressão poderá ser negado.

Somente uma reflexão fragmentária e não linear, que mobilize os saberes do corpo e do espírito, transmutada em acontecimento, capaz de provocar efeitos concretos no presente, poderá efetuar tal deslocamento material rumo a uma outra ética, na qual a alteridade, a diferença na multiplicação de singularidades, passe a ser impreterível, para que se possa, então, nessa abertura ao impossível e ao inimaginável, ouvir contar as pequenas histórias na construção de uma nova história.

4 *TÉKHNE* E PRÁXIS DO TRABALHO OU UMA METODOLOGIA EM CONSTRUÇÃO

O que significa *tékhne* quando dizemos que está intimamente aparentada com a *epistéme*? *Tékhne* conecta-se com a raiz *teko, tikto* - traduzida comumente por “procriar”. O que se procria é *tò téknon*, a criança: *tikto* significa procriar e criar na acepção de parir, dar à luz, onde predomina o segundo significado. Nossa língua materna tem uma locução bonita e ainda impensada para exprimir o parir da procriação, que é “colocar no mundo”. O sentido grego mais próprio e mais velado de *teko* não é o fazer e aprontar (produto), mas o conduzir alguma coisa para o descobrimento, produzir. É trazer algo para o descobrimento, a fim de vigorar no descobrimento como o que foi trazido, como o que aparece a partir de..., como o que “é”, em sentido grego. O *tékton* é o pro-dutor, aquele que pro-cede a partir de... e para...: a partir do descoberto para o aberto.

Martin Heidegger

4.1 Territórios outros da arte – deslocamentos

Em *Efeitos de lugar*, Pierre Bourdieu (1997. p. 159) considera a problemática da abordagem de campo daqueles lugares estigmatizados pelo abandono. Ele observa que esses lugares negligenciados se definiriam, fundamentalmente, por uma ausência – essencialmente a do Estado e de tudo que dela decorre: polícia, escola, instituições de saúde, associações etc. Para superar esses valores, é necessário praticar o *pensamento paradoxal* (grifo do autor), contra o bom senso e os bons sentimentos:

Não se pode romper com as falsas evidências e com os erros inscritos no pensamento substancialista dos “lugares”, a não ser com a condição de proceder a uma análise rigorosa das relações entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico. (BOURDIEU, 1997. p.159)

Assim como o espaço físico seria definido pela exterioridade mútua de suas partes (acima, abaixo, entre etc.), por espaço social, ele compreende a estrutura de justaposição de configurações sociais:

Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo 'efeito de naturalização' que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, parecer surgidas da natureza das coisas. (BOURDIEU, 1997. p. 160)

Para o autor, os espaços sociais pressupõem uma dinâmica de relações e interações sociais entre indivíduos e entre eles e as estruturas sociais, permeadas de regras, códigos e categorias. Avançando nessa análise, o espaço social seria a mediação de práticas sociais imbuídas de contradições, exprimindo as hierarquias e distâncias sociais, e interferindo sobre a disponibilidade e distribuição de bens públicos e privados, bem como sobre as oportunidades de sua apropriação por diferentes grupos e classes sociais. Dessa forma, o fenômeno da segregação socioespacial poderia ser definido como a distribuição desigual dos diversos grupos sociais no espaço das cidades, com a concentração em determinadas áreas e a diferenciação desse espaço e seus efeitos sobre a vida dos moradores dessas comunidades.

Milton Santos (2009), em seu livro *Pobreza urbana*, reflete sobre a questão da pobreza e suas implicações. Citando o antropólogo Oscar Lewis e os economistas britânicos Sidney e Beatrice Webb, o geógrafo discorre sobre os parâmetros utilizados na tentativa de definir o conceito de pobreza e de miserabilidade. De acordo com Santos (2009. p. 17), para Lewis, a pobreza seria a incapacidade de satisfazer necessidades do tipo material, ao passo que os economistas, de forma mais precisa, definem os pobres como “aqueles cujo poder de compra é mais reduzido do que o considerado normal para o ambiente onde vivem”.

Quanto à miserabilidade, estariam incluídos nessa categoria todos “os que forem privados da satisfação de algumas das necessidades vitais, de maneira que a saúde e a força física tornar-se-iam precárias a ponto de fazer perigar a própria vida” (SANTOS, 2009. p. 17). O autor questiona a precariedade de tais definições e a sua utilidade. Para ele, o conceito de pobreza não deve ater-se apenas a dados

estatísticos e a demarcações numéricas; a pobreza é muito mais do que uma categoria econômica: ela é, antes de tudo, uma categoria política, portanto, um problema de ordem social.

Relatos, pequenas histórias dentro da História, ao eleger a questão da juventude em contextos de risco social, amparada por organizações governamentais, faz um corte transversal como campo de pesquisa, a saber, da arte, da antropologia e, de maneira mais ampla, das ciências sociais. Para situar essa investigação no espaço-tempo de seu acontecimento, adotou uma dimensão metalinguística através da aproximação e do atrito entre essas diferentes áreas de produção de conhecimento.

Dessa forma contextualizado, *Relatos* buscou perceber a malha institucional que enreda a juventude em situação de vulnerabilidade e de exclusão e, simultaneamente, perguntar-se sobre as possibilidades de inserção, de produção de ruído, de sentidos e de questionamento, no interior das diferentes instituições sociais implicadas no entorno dessa conjuntura (incluída a que se dispõe a pensá-las, a instituição acadêmica como produtora de saber e de conhecimento). A problematização dessas diversas instâncias foi fundamental para a formulação de novas percepções.

Jacques Rancière (2005) constrói a noção de partilha do sensível, como o modo como se configura, no sensível, a existência de um conjunto comum partilhado e a relação que nele especifica, simultaneamente, a divisão de partes exclusivas. Essa partição serve para fixar espaços, tempos e tipos de atividade que determinam esse comum (a cultura, os direitos civis, a liberdade, etc), quais as partes separadas (lugares de disputas por esse comum) e como uns e outros participam e se integram nessa partilha. Um modo negociado, baseado na diversidade das atividades humanas, que estipula competências ou incompetências para o comum.

Segundo o autor, há uma “estética primeira” na base da política dessa ordenação social, como o sistema que molda *a priori* o que se dá a sentir: “recorte do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência” (RANCIÈRE, 2005. p. 16). Nesse ambiente, ele identifica as próprias práticas artísticas como modelares de ação e distribuição do comum, posto que são “maneiras de fazer” que intervêm na distribuição geral das maneiras de fazer e nas relações com

maneiras de ser e formas de visibilidade” (RANCIÈRE, 2005. p. 17). O pensador considera que, na atualidade, é no terreno estético que prossegue uma batalha antes centrada nas promessas da emancipação e nas ilusões e desilusões da história.

A partir dessa primeira associação política-estética, Rancière (2005) propõe uma direção antagônica para ativar o vínculo entre estética e política, que implica em problematizar a redistribuição dos papéis, dos territórios e das linguagens, discutindo o “mundo comum” como algo fixo e já partilhado. Em oposição a esse já dado, reconhece o comum da comunidade como uma “distribuição polêmica”, um lugar de dissenso, indicando que “a atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho” (RANCIÈRE, 1996. p.42). Para Rancière (2005), qualquer atividade estética entendida como novo regime de sensibilidades está na base da noção de política: política e estética se unem como rearranjos da matéria comunitária e produzem, assim, experiências de reconstrução polêmica dos modos de fazer, ver, sentir e dizer. Uma qualidade política sensível é, assim, conferida às grandes formas de partilha estética, enquanto a arte é tomada como “transformação do pensamento em experiência sensível da comunidade” (RANCIÈRE, 2005. p. 67).

Em “O artista como etnógrafo”, em 1995, Hal Foster (2014. p.159-186) recupera o texto “O autor como produtor”, de Walter Benjamin (1985a; 1987J), que, em 1934, convoca o artista de esquerda a se colocar ao lado do proletariado, por meio de uma “solidariedade na prática material, não no tema artístico ou na atitude política”. Foster (2014), em finais do século XX, reconhece o surgimento de um novo paradigma estruturalmente semelhante ao antigo modelo do “autor como produtor”, para elaborar versões contemporâneas dessas antíteses (tema x técnica; tendência x tomada de posição; teoria x ativismo): o do “artista como etnógrafo”.

Sem se furtar à investigação dos riscos presentes nessa nova postura recorrente entre os artistas (assim como entre os antropólogos, ao incorporarem ao seu fazer linguagens da arte), o autor analisa os problemas que se colocam nas diferentes linhas estratégicas adotadas, Foster (2014. p.182) se contrapõe às simplificações de historiadores e críticos que desqualificam tais práticas contemporâneas como repetições e autorreferenciais, produções para os “seus pares”, além da posição mais niilista de morte da arte. Seguindo essa via, o autor

constrói sua argumentação teórica direcionada à uma noção crítica da sociedade do espetáculo, de Guy Debord (2003).

Foster (2014) estrutura sua investigação do artista como etnógrafo relacionando linhas de procedimentos: "a política cultural da alteridade" (p. 161-168), "a arte e a teoria na era dos estudos antropológicos" (p.169-173) e "a localização da arte contemporânea" (p.173-183). Ele indica como decisivo para o agenciamento desses experimentos a distinção de uma "memória disciplinar" e o estabelecimento de uma "distância crítica" (p.183-186).

O historiador de arte relembra que, em meados da década de 1980, alguns artistas e críticos retomaram "O autor como produtor", reposicionando-se no enfrentamento da dicotomia teoria *versus* ativismo, voltando-se mais para intervenções político-culturais do que para ações artísticas, mais difíceis numa conjuntura de "capitalização" da cultura de então. Reconhece que muitas destas ações simbólicas foram eficazes, destacando realizações em torno da crise da Aids, do direito ao aborto e do apartheid. Entretanto, sem se aprofundar nessa apreciação, ele as identifica mais propriamente como situacionistas do que produtivistas, uma vez que estariam sobretudo interessadas em reinscrições de representações dadas (FOSTER, 2014. p. 160-161).

Foster (2014. p. 161) localiza, a partir dos anos 1990 uma atualização dessas questões. Nesse novo contexto político, histórico e cultural, o motivo de enfrentamento ainda é frequentemente a instituição de arte capitalista-burguesa – suas definições excludentes de arte e artista, identidade e comunidade. Todavia, a figura dessa aliança solidária, antes o proletariado, mudou: "é o outro cultural e/ou étnico, em nome de quem o artista engajado mais frequentemente luta". Ou seja: há um "desvio de um sujeito definido em termos de relação econômica para um sujeito definido em termos de identidade cultural". Ele aponta os riscos que podem aflorar por meio de uma ênfase das identidades nas filiações culturais e nas alianças políticas, nessa adoção às "políticas culturais da alteridade".

O crítico apresenta imediatamente três problemas nesse novo paradigma do etnógrafo. Primeiro questiona "o pressuposto de que o lugar de transformação política é também o lugar da transformação artística, e que as vanguardas políticas localizam as vanguardas artísticas e, sob certas circunstâncias, as substituem" (2014. p.161). Em seguida, interpela a suposição de que esse lugar está sempre em outra parte, no "fora", no "campo do outro – no modelo do produtor, com o outro

social, o proletariado explorado; no paradigma do etnógrafo, com o outro cultural, o pós-colonial, o subalterno ou o subcultural oprimidos” (p. 161). Uma terceira dificuldade seria a condição implícita de que “se o artista que foi invocado não é visto como social e/ou culturalmente outro, seu acesso a essa alteridade transformadora é limitado, e que, se ele é visto como outro, tem acesso automático a ela” (p. 161).⁶⁴ Ele ressalta que essas três presunções podem conduzir à uma inflexão já apontada por Benjamin (1985a; 1987J) em “O autor como produtor” como perigosa: o risco, para o artista como etnógrafo, de “mecenato ideológico”. (FOSTER, 2014. p. 161-162)

O pensador enfatiza que esse risco é, possivelmente, maior para o artista identificado como outro do que para o autor identificado como proletário, por meio de uma representação redutora, idealista ou, ao contrário, espúria; uma alterização (*othering*) na identificação e na representação. A crítica marxista radical poderia questionar esse novo paradigma do etnógrafo/informante na arte, porque substitui a problemática social pela cultural ou antropológica. Inversamente, a crítica pós-estruturalista rigorosa poderia questionar esse mesmo paradigma, porque não desloca a problemática do produtor o suficiente, pela conservação da noção de um sujeito da história, por definir essa posição em termos de verdade e por localizar essa verdade em termos de alteridade. Ou seja, apontando a complexidade dessas ações, Foster (2014. p.162-163) alerta que

a codificação automática da diferença aparente como identidade manifesta e da condição de outro (*otherness*) como exterioridade (*outsideness*) tem de ser posta em questão. Pois esse código poderia não só reduzir a identidade à sua essência, como também restringir a identificação, tão importante para a filiação cultural e a aliança política (a identificação nem sempre é mecenato ideológico).

Foster (2014. p.163-165) adverte sobre o prejuízo de uma hipervalorização da alteridade, o equívoco desta crença na pureza de um outro, que aparece reiteradamente utilizada para promover uma autoindulgência, quando não para desobrigar das ações políticas no “aqui e agora”.

Ainda que considerando a importância cultural e política da exotização do *self* enquanto ferramenta de autoanálise para as práticas críticas em antropologia, arte

⁶⁴ Foster (2014. p. 162), em nota, observa que esse risco deve ser distinguido da “indignidade de falar por outros”, que propõe a representação como um deslocamento literal, cujo tabu se disseminou na esquerda cultural norte-americana nos anos 1980, resultando num silêncio crítico tanto quanto num discurso alternativo.

e política (citando o surrealismo dissidente de Georges Bataille e Michel Leiris e o movimento *négritude* de Léopold Senghor e Aimé Césaire), Foster (p. 164-165) comenta os riscos dessa adoção pela arte, por um uso indevido do si mesmo como forma de autorreferencialidade narcísica e estigmatização do outro. No desenrolar desse denso debate, ele recorre à uma citação a Fanon: “Senti que me roubavam a minha última chance. (...) Não fui eu quem criou um sentido para mim, este sentido já estava lá, preexistente, esperando-me (...) à espera desta oportunidade histórica” (FANON, 2008, *apud* FOSTER, 2014. p. 167).

Mais um problema descrito por Foster (p. 165) é a política desse outro-fora, como residual das narrativas do século XIX, da história-como-desenvolvimento e da civilização-como-hierarquia, que constrói uma geografia centrada na civilização europeia, escancaradamente racista, mas que persiste tenazmente como mais uma fantasia primitivista, contra a qual os movimentos pós-coloniais⁶⁵ travam ainda uma árdua batalha pela sua desconstrução. Daí o questionamento que ele faz de rearranjos simplistas de posicionamentos sujeito-objeto, como na produção teórica na forma de “confessional traumático”, ou em trabalhos como “informes pseudoetnográficos”, tão presentes em diários de viagens promovidos a objetos de arte contemporânea no nomadismo atual, “que as vezes parecem (...) oriundos do mercado de arte mundial”.

as explorações da alteridade até os dias de hoje irão ‘alterizar’ o eu (‘other the self’) à maneira antiga, em que o outro permanece o contraponto do eu (por mais perturbado que esse eu possa estar no processo), mais do que fazer do outro um eu (‘*selve*’ the other), o outro de novas maneiras em que a diferença seja permitida, até mesmo apreciada (talvez por meio do reconhecimento de uma alteridade no eu). (FOSTER, 2014. p. 165)

Para Foster (2014), não se trata, entretanto, de rejeitar esse modelo etnográfico, por ele mesmo elaborado sobre aquele contexto. Será investigando como se dão essas práticas, no interior das situações em que elas ocorrem, que se poderá contribuir para uma análise crítica dessa política cultural da alteridade. Isso se dará reconhecendo seus riscos e desacertos, assim como alternativas possíveis para produzir diferença, o que poderá potencializar concretamente suas ações,

⁶⁵ Ou decoloniais, para empregar a expressão forjada pela corrente atual de pensadores latino-americanos, engajada em emancipar a produção de conhecimento da episteme eurocêntrica.

torná-las mais efetivas e subversivas, com a consciência de que nada está de antemão garantido.

A fim de situar o que ele classifica como “virada etnográfica na arte e na crítica contemporâneas” (2014. p. 170), Foster (2014. p. 169) localiza, entre os anos 1980 e 1990, uma “contaminação” entre os discursos da antropologia e da arte, a partir do que ele diz tratar-se de uma espécie de inveja, inicialmente por parte dos antropólogos, como uma disposição a incorporar certos procedimentos artísticos. Logo em seguida, no mesmo período, se dá uma inversão de interesses, que se transformou num novo desejo etnográfico compartilhado por vários artistas e críticos. Dessa forma, enquanto antropólogos queriam investigar o modelo textual na interpretação cultural, aos fazedores e pensadores da arte, interessou valerem-se das pesquisas de campo como procedimento para uma almejada combinação entre teoria e prática.

Foster (2014) aponta graves problemas nessa conjunção dupla entre os campos da arte e da antropologia, analisando uma série recorrente de equívocos como resultantes dessa mistura, que ele nomeia de “arte quasi-antropológica” (p.164) – que, simultaneamente, compromete o outro lado desse contágio, que poderia receber a alcunha de “antropologia quasi-arte”, e que ele relaciona à nova antropologia (p.170).

Para construir sua crítica a essas realizações na virada etnográfica, Foster (2014. p.183) problematiza o que distingue como memória disciplinar e distância crítica. Ele aborda esses conceitos, para ele centrais, a partir da análise de dois pontos principais: o da localização da arte contemporânea e da função da reflexividade nela contida.

Como localização da arte contemporânea, Foster (2014. p.183-184) descreve um eixo horizontal, como um movimento sincrônico de trabalho, que se desloca de questão em questão social, de debate em debate político; e um eixo vertical, como um envolvimento diacrônico dos artistas, em seus trabalhos, com as formas disciplinares de dado gênero ou meio. Por volta dos anos 1960, período que ele nomeia como pós-modernista ou neovanguarda, se dá uma valorização nas práticas artísticas pelo eixo horizontal, do discurso, em relação ao eixo vertical, técnico-formal. O que ele considera como uma mudança positiva, produtiva, pois naquele momento os dois eixos se colocaram numa tensão produtiva, idealmente coordenados.

Essa expansão horizontal da expressão artística e do valor cultural é aprofundada, criticamente e não, segundo Foster (2014), na arte quasi-antropológica e nos estudos culturais: “o artista seleciona um local, entra em sua cultura e aprende seu idioma, concebe e apresenta um projeto, para depois passar para o novo local onde o ciclo é repetido” (p. 184). Esse modo horizontal de trabalhar exige que artistas e críticos estejam suficientemente familiarizados não só com a estrutura de cada cultura, para mapeá-la, como também com sua história, para narrá-la. Essa demanda implicou também, de acordo o autor, em que a arte contemporânea tenha se tornado perigosamente política. O que parece para o crítico como extremamente complexo e muitas vezes temerário, é que, nessa vertente quasi-antropológica, quando os artistas seguem linhas horizontais de trabalho, as linhas verticais às vezes parecem estar perdidas (FOSTER, 2014. p. 185).

Sobre a função da reflexividade da arte contemporânea, Foster (2014. p. 185-186) reitera que ela é importante para proteger o artista-etnógrafo de uma superidentificação com o outro (por meio do compromisso, da autoalterização etc.), que poderia levar, como já havia alertado Benjamin (1985a; 1987J), ao contrário do que supostamente pretendido, à uma usurpação e alienação do outro.

O historiador propõe, como estratégia para se precaver desse risco, utilizar o estratagema da distância, produzir uma distância crítica: nem demasiadamente perto que leve a essa arriscada superidentificação, tampouco excessivamente longe, que provoque o apagamento do outro. Para aplicar tal distância, defende o recurso da obra paraláctica, que procura enquadrar o enquadrador enquanto este enquadra o outro.

Entretanto, mais uma vez, ele relativiza, colocando que só esse reenquadramento não garante a eficácia da boa intenção. Mais que isso, soma mais uma dúvida: “essa distância ainda é desejável, para não dizer possível?” (FOSTER, 2014. p. 186). Ao que ele mesmo contrapõe: “à superidentificação redutora com o outro (...) muito pior, contudo, é a desidentificação assassina do outro. (...) Ante esse impasse, a distância crítica não poderia ser uma ideia tão má, afinal.” (p. 186)

Após essas últimas sínteses da crítica de Hal Foster, queremos recuperar outros questionamentos a que o autor nos provoca sobre a “arte quasi-antropológica” e a “antropologia quasi-arte: “Até que ponto os resultados podem ser verdadeiramente interdisciplinares?” (FOSTER, 2014. p. 172). E ainda, como consequência de abordagens que ele vê como superficiais e inconsistentes nas

duas áreas de produção de pensamento implicadas (arte e antropologia): “Em nosso atual estado de ambivalências teórico-artísticas e impasses político-culturais, a antropologia é o discurso do compromisso na escolha” (FOSTER, 2014. p. 172). Na nossa percepção, essas podem ser as chaves analíticas para abrir frestas possíveis de trabalho no interior desse território complexo e movediço.

Ao problematizar essas questões no cerne de suas investigações, consciente da influência das subjetividades em jogo, o artista, ao invés de tentar eliminá-las, ao tomá-las como posição assumida, poderá provocar o fenômeno da reflexividade. A postura que importa é alimentar uma análise rigorosa, baseada na materialidade das ações em prática. As transformações na paisagem contemporânea já estão postas, os problemas assumiram novas configurações e complexidades, que impossibilitam recuperar antigos modos, já cooptados em momentos anteriores e reativados exatamente pela abertura de novas abordagens.

Ao reconhecer as armadilhas que as políticas culturais da alteridade trazem em si, ao buscar problematizá-las em atuações críticas, abrir brechas disruptivas, é que será possível inventar potências pulsantes nas estratégias artísticas no presente, sempre vulneráveis a necessárias atualizações.

Como levantado por Foster (2014), a reversibilidade está na fundação mesma de uma nova etnografia (ou da escrita etnográfica a partir do Pós-Modernismo, como o autor localiza), exatamente pelo interesse em complexificar as relações de poder sempre em tensão, como um risco permanente. Nesse debate, entendemos que algumas outras considerações podem ainda ser feitas.

Ao longo de todo o ensaio sobre o artista como antropólogo, Foster (2014) emprega o termo “quasi” com uma conotação pejorativa. Essa posição do crítico fica bastante evidente nas análises que ele efetua, quando o conjunto de realizações por ele expostas parece malograr suas pretensões – mesmo lembrando que essas ações nem sempre são de todo fracassadas – (p. 180, entre outros momentos). Partindo de uma perspectiva contextualizada no presente, essa dicotomia entre arte e antropologia, produzida há mais de duas décadas (1995), permanece contundente, mas poderia ter algumas abordagens atualizadas. Por exemplo, quanto à possibilidade de uma interdisciplinaridade entre os dois campos de pensamento, sobre cujos resultados ele coloca em dúvida, caberia ser pensada a partir do conceito de

transdisciplinaridade⁶⁶, que hoje é tomado, por exemplo, como questão central nos movimentos voltados para as práticas contemporâneas cosmopolíticas⁶⁷, em todas as áreas passíveis de atuação.

Outra grande controvérsia para o autor está na verificação de essas realizações “quasi-antropológicas” não conseguirem se manifestar como arte de maneira plena, consistente, apresentando-se como um aglomerado tendencioso, deslumbrado, produto de uma moda contingencial, como uma “quasi-arte”.

Abordando por um outro ponto de vista, o caráter desse *quase*, que para Foster (2014) é marca de uma incompletude, uma imperfeição, pode ser compreendido também na qualidade de ser ambíguo, como um atributo em sua proposição; como alguma coisa que não condiz, inclassificável, fora da caixa, que não se deixa enquadrar ou que, ao ser emoldurado, não se ajusta, se estranha e produz estranhamento. Um ser *trans*. Um ser antes impensável, só atualizável por esse percurso enviesado. Uma quase-arte, um sujeito-objeto quase-antropológico. Como um ser *trans*, quem sabe provoque movimento, abertura, transformação, deslocamento, onde antes havia estagnação?

É a partir de “O autor como produtor”, de Benjamin (1985a; 1987J), que parece possível somar ainda uma reflexão. Se o filósofo trata como infrutífera a velha polêmica em torno das relações entre forma e conteúdo, ele ressalta, como estratégia para se contrapor à uma falsa tendência, que não estabeleça em si mesma uma atuação de transformação: a de que o autor “só pode prescrever a atitude revolucionária em seu próprio trabalho, isto é, escrevendo” (BENJAMIN, 1987J. p. 132) ... ou produzindo arte, complementamos. E ainda, que “a *tendência* política correta de uma obra inclui sua qualidade (...) porque inclui sua *tendência* literária (...)” (p. 121, grifos do autor) ou artística. Ou seja, para o crítico, a questão da técnica determina direta e materialmente o caráter estético assumido por uma obra e sua relação com

⁶⁶ Simplificadamente, a interdisciplinaridade se constitui como uma combinação entre várias disciplinas e campos de conhecimento, conectados a um projeto ou a um objeto que lhes sejam comuns. Já a transdisciplinaridade implica em mais do que disciplinas que cooperam entre si, pois propicia um modo de pensar organizador que atravessa os campos, podendo gerar uma inteireza complexa. Esse saber é caracterizado por ser dialógico, aberto, integrador e colaborativo entre as diferentes disciplinas que o constituem, capaz de desencadear novas práticas.

⁶⁷ Marisol de la Cadena e Mario Blaser (2018. p. 12) sugerem a construção de uma política entre mundos heterogêneos, denominada “cosmopolítica”, na qual “o cosmos é sempre uma condição emergente resultante de discordâncias entre práticas divergentes de produção de mundos que participam da discussão”.

o conteúdo nela trabalhado. A forma se revela como resultado da própria técnica e do modo como a obra foi feita (p. 122-124). Por isso, o trabalho do intelectual ou do artista revolucionário “não visa nunca à fabricação exclusiva de produtos, mas sempre, ao mesmo tempo, a dos meios de produção” (p. 131).

No desenvolvimento desse raciocínio, Benjamin (1987J, 124) reconhece um grande movimento de fusão de formas e técnicas no surgimento de novas linguagens, de natureza transformadora. Ele comenta que várias oposições, na literatura, que em épocas mais afortunadas se fertilizavam reciprocamente, transformaram-se em “antinomias insolúveis”, e que esse curso levou à “uma disjunção desordenada entre a ciência e as belas letras, entre a crítica e a produção, entre a cultura e a política” (1987J. p. 124). Ele salienta, portanto, que essas distinções e oposições, para ele estéreis, não são eternas, convencionaram-se como construções, e defende a possibilidade de sua superação dialética. Para o pensador, é exatamente na não especialização dos discursos e linguagens que se abre para a resolução dessas oposições e se prepara a sua redenção:

o processo de fusão, já mencionado, não somente ultrapassa as distinções convencionais entre os gêneros, entre ensaístas e ficcionistas, entre investigadores e vulgarizadores, mas questiona a própria distinção entre autor e leitor. (...) É dela que tem que partir qualquer análise do intelectual como produtor. (1987J. p. 125) (...) A fotografia, a música e outros elementos, que não conhecemos ainda, mergulham naquela massa líquida incandescente com a qual serão fundidas as novas formas. Somente a literalização de todas as relações vitais permite dar uma ideia exata do alcance desse processo de fusão. (BENJAMIN, 1987J. p. 130)

Na contemporaneidade, desde meados dos anos 1990, como bem localizou Foster (2014), um novo elemento se manifestou, no campo da produção artística, como passível de estabelecer trocas e combinações: a antropologia. Analisar a eficácia dessa articulação em seu hibridismo implica em considerar a força de cada trabalho, suas questões e especificidades, conectá-lo aos processos e investigações do artista, de onde a pesquisa se originou, assim como perceber como a obra se posiciona no contexto histórico, social, material e simbólico em que ela se localiza. Ou seja, buscar apreender os sentidos que o trabalho provoca, acentua, oblíqua, examinando essas inúmeras camadas que se somam e se atritam na relação com o mundo.

À arte como potência de transformação, interessam aqueles territórios ainda não suficientemente conhecidos, investigados; ou ao contrário, excessivamente expostos, vigiados, estigmatizados e, dessa maneira, invisibilizados. Lugares

alcançáveis por meio de ações, provocações, questionamentos na ordem da cultura e da linguagem (dessa forma, tomadas como *dispositivos*⁶⁸). Atitudes capazes de gerar movimentos, rupturas, acontecimentalizações, que modifiquem os sentidos anteriormente dados como absolutos ou totais, sobre as situações ou contextos abordados.

Esse território outro, portanto, não está necessariamente lá, fora, num outro espaço fisicamente apartado. Esse território é simbólico e pode ser alcançado a partir de proposições reflexivas, por intermédio de trabalhos de caráter dialógico, exercícios políticos e de linguagem, capazes de promover situações de encontro (com seus estranhamentos, aproximações e dissensos). O artista envolvido com esse percurso, atua como um articulador, busca as alianças, as possibilidades de negociação, de trocas e de compartilhamento, no plano da construção de um outro comum, um lugar antes impensado.

Dessa forma, o artista-pesquisador que pretende, na contemporaneidade, criticar as estruturas, os aparelhos e discursos que constituem o mundo da vida e, como parte desse funcionamento, o sistema de arte, deve desdobrar-se constantemente na análise, reflexão e autocrítica de seus próprios meios. Ele deve procurar problematizar o posicionamento contingencial, histórico e político das construções artísticas.

Considerando o momento e o local de onde observamos o atual estado das coisas, sobreviventes em 2022 num Brasil pandêmico, agônico, à deriva de sua condição social e política sob um governo do ódio, essa condição de inadequação nos parece um sintoma que pode guardar alguma potência evocativa de mobilização.

Esse *quase-lugar* de onde tentamos refletir, a partir desse deslocamento, pode ser um território passível de ocupação para outros modos de vida, para antropólogos, artistas, críticos, historiadores, poetas, loucos, educadores, andarilhos, marginais, crianças, velhos, jovens e inumeráveis outros seres *trans*.

⁶⁸ A noção de “dispositivo” tem sido aplicada em sentidos diversos nos campos da política, da filosofia e das artes. Neste momento do texto, referimo-nos ao modo como proposto por Foucault (1998b; 1999c; 2015; entre outras obras) de dispositivo como tecnologia discursiva de poder e de saber. A partir dessa compreensão, podemos pensar, sob a perspectiva transgressora da arte, ações articuladas por um pensamento poético, capazes de, como um curto-circuito, provocar outros sentidos sobre o mundo, que promovam uma ruptura perceptiva com o *continuum* da história, com o tempo vazio e a diminuição da vida, propiciando a abertura para uma experiência de outra natureza.

4.2 Jogos de alteridade – ficção e fabulação

A inteligência do mundo, de si e do Outro é uma inteligência aberta, sem fronteira. O Outro é aqui compreendido como parcialmente irreduzível a si mesmo, eternamente incompreensível (Segalen), ao mesmo tempo radicalmente diferente e semelhante, ou supostamente como. O Outro é a fonte dessa incompreensão que, em lugar de bloquear, relança indefinidamente o pensamento e aniquila portanto a esperança de um saber absoluto. É preciso compreender esta inteligência do Outro como na expressão “inteligência com o inimigo”.

É uma inteligência sem limites, precisamente porque ela deixa sempre um resto (de incompreensão).

Marc Guillaume

Assumindo como sentido principal a participação dos adolescentes no projeto, como protagonistas de suas histórias, tornou-se necessária a elaboração de estratégias artísticas que dessem conta desse desafio, em termos éticos, técnicos e estéticos, buscando, mais que o desvelamento de uma verdade oculta, a invenção de juventudes possíveis (no plural), a partir de si próprias. A alteridade, portanto, aliada ao campo da constituição de subjetividade, colocou-se como elemento fundante desta investigação.

Os recursos empregados no trabalho, ou seja, o dialogismo, a oralidade, a fricção entre documentário e ficção, entre outros, são instrumentais para a produção de alteridade.

Procuramos igualmente investir no entrelaçamento de diferentes compreensões do conceito de alteridade, trazidas de campos de conhecimento distintos, que se encontram enredados no pensamento sobre experiência da arte, quais sejam: psicanálise, linguística, filosofia, antropologia, política.

A questão do Outro está no cerne da teoria psicanalítica, uma vez que é da possibilidade da existência do Outro e do seu reconhecimento pelo Eu, que a psicanálise, enquanto saber, se faz possível. A própria emergência de uma subjetividade

depende da possibilidade ontológica da relação com o Outro, na experiência de uma intersubjetividade. Freud (2010. p. 328-376) inaugura essas formulações pelo reconhecimento do Outro em sua pura diferença, antecipando a concepção de alteridade, tal como desenvolvida por Lacan.

A radicalidade da proposição lacaniana para alteridade se dá não somente pela ideia do Grande Outro ou do pequeno outro, mas da participação de tudo aquilo que não é o Eu na constituição de subjetividade. Para Lacan (2003), o sujeito emerge pelo Outro que nos constitui, cindido pela estranheza que habita em si. Segundo o psicanalista, a possibilidade de reconhecer o outro como alteridade coloca em potência a dimensão dos desconhecimentos que definem o Eu. Do Outro, como radicalmente diferente, imprevisível e sempre surpreendente. É a lógica do não todo, a lógica da diferença, enquanto irreduzível.

Conectado a essa ideia de fenômenos que se dão numa interseção, o filósofo e crítico literário Mikhail Bakhtin (1997) propõe o conceito de dialogismo, como um princípio constitutivo da comunicação. A linguagem dialógica seria uma construção das relações entre os índices sociais de valores que constituem o enunciado, compreendido como a unidade da comunicação discursiva e da interação social. A todo enunciado, corresponderia um processo de trocas, réplicas, intervenções, marcas da alternância dos sujeitos falantes, produtores do discurso. Essa seria a natureza das unidades da língua enquanto sistema. Dessa forma, ele introduz a noção de linguagem como polifonia, como uma construção composta de múltiplas vozes.

Bakhtin (1997) exemplifica como tanto a palavra como a oração só se constituem como enunciados em uma situação discursiva, em que passam a atuar como uma das partes envolvidas na comunicação. É pela ressonância dialógica que os enunciados instauram os sentidos. Assim, se produz uma interatividade entre os sujeitos falantes, que faz do receptor um ser ativo ao responder ao enunciado com o qual estabelece uma troca; que se revela, ou se dissimula, na construção das diferentes formas narrativas e obras.

Segundo James Clifford (2011), essa concepção dos diferentes enunciados em jogo na composição da comunicação é crucial para a nova antropologia. Para ele, contemporaneamente, o trabalho de campo é compreendido substancialmente como um complexo, constituído de acontecimentos de linguagem. Buscando um aprofundamento da questão, o antropólogo cita Bakhtin (*apud* CLIFFORD, 2011.

p. 42): “a linguagem repousa nas margens entre o eu e o outro. Metade de uma palavra, na linguagem, pertence a outra pessoa”. Dessa forma, Clifford (2011) entende que a linguagem deve ser repensada em termos de situações discursivas específicas. Ele recorre novamente a Bakhtin: “não há nenhuma palavra ou forma ‘neutra’ - palavras e formas que podem não pertencer a ‘ninguém’; a linguagem é completamente tomada, atravessada por intenções e sotaques” (BAKHTIN, *apud* CLIFFORD, 2011. p. 42, grifos do autor).

Trazendo para a prática etnográfica a proposição do crítico literário, Clifford (2011) defende que as palavras da escrita etnográfica, da mesma forma, não podem ser pensadas como monológicas, como a legítima declaração sobre ou a interpretação de uma realidade abstraída e textualizada. A linguagem da etnografia é atravessada por outras subjetividades e nuances contextuais específicas, pois toda linguagem, é uma “concreta concepção heteroglota do mundo” (BAKHTIN, *apud* CLIFFORD, 2011. p. 42.).

Clifford (2011), portanto, construindo sua argumentação sobre a formação e a desintegração da autoridade etnográfica na antropologia social do século XX está apoiado na experiência e nos escritos de outros antropólogos e autores, além de Bakhtin - desde Malinowski, contrapondo ainda Paul Rabinow, Jeanne Favret-Saada, Gilles Deleuze e Michel Foucault, entre muitos outros. Nesse sentido, ele expõe que o fenômeno da interlocução inevitavelmente coloca o etnógrafo em perspectiva numa trama de relações intersubjetivas. Para o pensador, qualquer postura neutra é insustentável no âmbito de poder dos posicionamentos discursivos, que se processam “numa cambiante matriz de relacionamentos de eus e vocês” (CLIFFORD, 2011. p. 42.).

Nesse sentido, para o antropólogo, a etnografia se encontra em permanente movimento entre culturas, ao mesmo tempo em que está, do começo ao fim, imersa na escrita, compondo, dessa forma, um certo gênero literário (CLIFFORD, 2011. p. 21). Essa dimensão de escritura da etnografia, tal como retomada hoje, é entendida como uma meta-antropologia (p. 262), em que a representação da alteridade passa a ser posta em questão, num duplo e complexo jogo, como atividade e objeto de investigação da própria antropologia. Ou seja, são seus modos discursivos que se colocam em evidência, a fim de que possam ser relativizados.

A partir da oposição objetivo-subjetivo, a antropologia se articula como uma máquina discursiva, num *continuum* de posições entre esses dois polos. Nos extremos dessa dicotomia, alguns movimentos são classificados como

“hipersubjetivos” ou “autoabsorvidos”, enquanto outros são classificados como objetivos e como parte da ciência (CLIFFORD, 2011. p. 262). É, portanto, pela análise desse caráter escritural, que se pode construir uma crítica do fazer etnográfico.

Compreendendo que não há inocência nem neutralidade nos enunciados que compõem as narrativas, trata-se aqui de buscar as categorias de textos, na qual os sentidos se apresentem como uma polivalência hermenêutica, problematizando as vozes que costuraram sua escritura. Trata-se de uma perspectiva ética sobre a qual a pesquisa se funda, expondo o dialogismo, as lutas, os desacertos, as incompreensões e incompletudes que a constituem.

Todas essas questões fazem da antropologia hoje uma prática heterogênea, um exercício entre fronteiras. Alguns pesquisadores se apropriam de certos elementos e os combinam com outros projetos, complexificando a linguagem dos trabalhos. Clifford (2011. p. 263) interpreta essa multiplicidade, indefinição de campo e interdisciplinaridade do fazer e pensar etnográfico como uma crise positiva, o que não a torna mais fácil...

A antropologia não possui mais um paradigma, isto é, a “cultura”, como apenas seu. Não é mais o “estudo do homem” (...) dividido em arqueologia, antropologia linguística, antropologia social e cultural e antropologia biológica, todas essas disciplinas levando a algo chamado “homem”. Uma “ciência do homem” soa como um anacronismo, depois de Foucault, depois do feminismo. Essa categoria, “homem”, não faz mais sentido como um ponto de chegada do que se está fazendo nessa disciplina. Desapareceu juntamente com o “primitivo” enquanto objeto, e com a “cultura” enquanto paradigma. (CLIFFORD, 2011. p. 265)

Para uma expansão dessas ideias na paisagem cultural contemporânea, buscamos Gilberto Velho (*In*: REIS, REIS E VELHO. 1997), que assim reflete:

A antropologia representa, dessa forma, uma voz de exceção nesse grande diálogo sobre a globalização. (...) Ela chama a atenção para a diferença, para o específico, para a singularidade. (...) A alteridade (...) foi sempre a grande questão da antropologia. Por outro lado, a problemática urbana contemporânea vem fazendo com que a noção de alteridade também seja revista, a partir de investigações inovadoras. (...) A dinâmica das relações sociais e esse modo de ver a sociedade como um conjunto — não necessariamente articulado, certamente não linear, mas um agregado de diferentes mundos, de diferentes níveis, de diferentes qualidades de experiência — fazem com que a noção de alteridade transforme-se em uma noção mais complexa e sutil. (p. 24, 27- 28)

Provavelmente, tenha sido esse atributo intrínseco à prática etnográfica, o de se movimentar entre culturas, que tenha disparado o interesse de tantos artistas na contemporaneidade. A antropologia, enquanto forma de saber e de investigação, que tem a cultura como sujeito-objeto nesse campo ampliado de fazeres e de orientações, se apresenta como uma potente ferramenta à arte, desde seu reprocessamento com o “retorno do real”, como Foster (2014) muito bem localizou.

Reconhecendo seu carácter primordialmente transdisciplinar e contextual, os artistas na atualidade operam um reposicionamento, a reinvenção de processos híbridos nos modos de fazer arte no mundo, com a intenção de provocar deslocamentos sobre a realidade (social, política, econômica, cultural etc.) que se pretende interrogar. Nesse sentido, assim como toda realização em quaisquer áreas de produção de conhecimento, tais práticas poderão se revelar mais ou menos eficazes, mais ou menos comprometidas, consistentes, transformadoras. Porém, no ambiente específico da arte, isso implica em riscos mais concretos, pois provoca alterações na esfera terrena, e não num espaço idealizado, protegido, apartado do viver.

Isso posto, gostaríamos de voltar a Rancière e à partilha do sensível, abordada na seção anterior. Como comentado, o filósofo defende que, na contemporaneidade, as ações políticas vanguardistas precisam atuar sobre as formas sociais estetizadas, ou “estética primeira”, uma estetização da política, tal como descreve Benjamin (1985a), que produzem a ordenação do coletivo, para que possam operar, em contraposição a essas forças, modificações do pensamento na percepção do real. Para ele, essa é a potência da arte, a de “transformação da matéria sensível em apresentação a si da comunidade” (RANCIÈRE, 2005. p. 67).

Segundo Rancière (2005), o real precisa ser ficcionado para ser pensado. Ou seja, é necessário produzir uma distância crítica sobre ele. Isso não significa dizer que tudo é ficção, mas verificar que a ficção da era estética definiu modelos de conexão entre apresentação dos fatos e formas de inteligibilidade que tornam indefinida a fronteira entre razão dos fatos e razão da ficção (p. 58). Em seu entendimento, os modos de conexão com o corpo social devem ser resgatados pelos historiadores e analistas da realidade. Por isso, “escrever a história e escrever histórias pertencem a um mesmo regime de verdade” (p. 58).

Com essa argumentação, Rancière (2005) enfatiza que a “razão das histórias” e as capacidades de agir como “agentes históricos” andam juntas, na construção de

uma outra história possível. Para ele, a política, a arte, tanto quanto os outros saberes, constroem "ficções", ou seja, montagens entre signos e imagens, entre o que se vê e o que se diz, entre o que se faz e o que se pode fazer, entre literalidade e historicidade. Remetendo-se à Foucault (ainda que não nomeadamente), para Rancière (2005. p.59)

os enunciados políticos ou literários fazem efeito no real. (...) Reconfiguram o mapa do sensível confundindo a funcionalidade dos gestos e dos ritmos adaptados aos ciclos naturais da produção, reprodução e submissão.

Na tese desse autor, a revolução estética transforma radicalmente as coisas: o testemunho e a ficção pertencem a um mesmo regime de sentido. Por isso, para ele, o cinema documentário, que se dedica a uma representação do "real", é mais capacitado para ficcionar do que o cinema de "ficção" (RANCIÈRE, 2005. p. 57). De acordo com o pensador, conclusivamente, as "ficções" da arte e da política são "heterotopias mais do que utopias" (p. 62).

Como heterotopia, Rancière (2008) se refere ao conceito proposto por Foucault (2000), buscando descrever lugares e espaços que funcionam em condições não hegemônicas. Foucault (2000) sugere o termo heterotopia (utopia localizada/espaço outro) para caracterizar espaços que têm múltiplas camadas de significação ou de relações a outros lugares e cuja complexidade não pode ser vista imediatamente. Dessa forma, constituem-se como os espaços das alteridades, que não estão nem aqui nem lá, que são simultaneamente físicos e mentais. Percebem-se a complexidade e ambivalência da noção foucaultiana de heterotopia, posto que ela pode abarcar uma série de dispositivos nem sempre afins: por vezes, uma instituição disciplinar e um espaço biopolítico, outras vezes, uma localidade experimental. Nas palavras do filósofo:

(...) as coisas aí são "deitadas", "colocadas", "dispostas" em lugares a tal ponto diferentes, que é impossível encontrar-lhes um espaço de acolhimento, definir por baixo de umas e outras um lugar-comum. As utopias consolam: é que, se elas não têm lugar real, desabrocham, contudo, num espaço maravilhoso e liso; abrem cidades com vastas avenidas, jardins bem plantados, regiões fáceis, ainda que o acesso a elas seja quimérico. As heterotopias inquietam, sem dúvida porque solapam secretamente a linguagem, porque impedem de nomear isto e aquilo, porque fracionam os nomes comuns ou os emaranham, porque arruinam de antemão a "sintaxe", e não somente aquela que constrói as frases — aquela, menos manifesta, que autoriza "manter juntos" (ao lado e em frente umas das outras) as palavras e as coisas. Eis por que as utopias permitem as fábulas e os discursos: situam-se na linha reta da linguagem, na dimensão fundamental da fábula;

as heterotopias (encontradas tão frequentemente em Borges) dessecam o propósito, estancam as palavras nelas próprias, contestam, desde a raiz, toda possibilidade de gramática; desfazem os mitos e imprimem esterilidade ao lirismo das frases. (FOUCAULT, 2000. p. 8-9)

Tomando por esse gancho, a partir da compreensão de alteridade entre a etnografia e a arte, representação e ficção, utopia e heterotopia, propomos um atravessamento para as problematizações propostas por Jean Baudrillard e Marc Guillaume (1994). Os autores abordam a questão complexa da alteridade numa perspectiva transgressora, no contexto das construções discursivas que, de um lado, reduzem o Outro a um Outro e, de outro lado, o sentido e a função do que propõem como uma *alteridade radical*.

Marc Guillaume conceitua a *alteridade radical* como um componente que, dentro do outro – o estrangeiro⁶⁹, o imigrante ou o marginal – teria desaparecido ou em estaria vias de desaparecimento:

dentro de todo outro existe um outrem – este que não sou eu, que é diferente de mim, mas que posso compreender, mesmo assimilar – e existe também uma alteridade radical, inassimilável, incompreensível e até impensável. (*In*: BAUDRILLARD; GUILLAUME, 1994. p.4. Tradução livre)

Para Guillaume, o pensamento ocidental não cessa de tomar o outro por outrem, de *reduzir* o outro a outrem. Por isso, “O Outro é o ausente da história” (M. DE CERTEAU, *apud*. GUILLAUME, *In*: BAUDRILLARD; GUILLAUME 1994. p. 4)

Ele observa como as sociedades ocidentais, por um processo de colonização ou de assimilação, trataram de reduzir o que havia de radicalmente heterogêneo, de incomensurável no outro. É a ideia de um Homem universal que fez surgir o racismo, seguido da exclusão dos loucos, das crianças, dos velhos, dos pobres. Para Guillaume, por conta desse curso obliterante da história, salvo exceções, não existe mais um enfrentamento simbólico real entre culturas (nos termos relatados pelos antropólogos sobre as lutas travadas entre tribos indígenas, por exemplo), tampouco entre raças ou sexo. Hoje, “a verdadeira raridade é a alteridade” (*In*: BAUDRILLARD; GUILLAUME, 1994. p. 5-34).

Em nossas sociedades, opera-se uma *elipse*, um *eclipse* do outro (do outro do vivo, do outro do adulto, do outro do cidadão), por processos de disciplina e de

⁶⁹ No francês, a palavra *étranger* se refere às qualidades de estrangeiro e de estranho.

controle, mas também através do que ele chama de *comutação e espectralização* das massas:

tratamento industrial das diferenças, mas diferenças sem significação, monótonas, poeiras de outrem. Encontros e trocas inumeráveis, fractais, espectrais, sem alteridade posta em jogo e, portanto, sem risco de alteração. (GUILLAUME, *In*: BAUDRILLARD; GUILLAUME, 1994. p.7)

Mas, nesse contexto, o filósofo antevê brechas:

dentro desse outrem, ainda subsiste um resto, uma alteridade não gerenciável, ameaçadora, explosiva. (...) São esses pontos de caos que fazem bifurcar a história, que mudam o destino individual ou coletivo. (GUILLAUME, *In*: BAUDRILLARD; GUILLAUME, 1994. p. 7)

É essa alteridade radical que surge com a paixão amorosa, ou irrompe em sociedade, através de processos distintos, em diferentes figuras de alteridade, assumindo formas mais ou menos desafiadoras, violentas, absurdas etc. (GUILLAUME, *In*: BAUDRILLARD; GUILLAUME, 1994. p. 7- 8).

Duas ideias funcionam como balizas ao longo do pensamento de Guillaume (*In*: BAUDRILLARD; GUILLAUME, 1994) e merecem ser aqui analisadas. A primeira é a noção que traz da alteridade não como um problema de distância, mas de passagem de uma fronteira. Essa fronteira deve ser entendida não em seu termo físico (ou pelo menos, não somente), mas enquanto condição simbólica. Alcançar o outro significa ultrapassar a medida de si mesmo, e sobre esse ponto ele lembra Segalen: “o exotismo sincero é fundado sobre uma oscilação: é reconhecer o outro, e em seguida voltar a si” (*In*: BAUDRILLARD; GUILLAUME. p. 53). Para o autor, esse rompimento é fundamental para que possa haver troca, passagem, fora da qual não existe confrontação real.⁷⁰ Portanto, “na relação com o outro intervêm duas dimensões (...) estar ao mesmo tempo longe e perto” (*In*: BAUDRILLARD; GUILLAUME, 1994. p. 11)

A segunda ideia diz respeito à necessidade de se criar estratégias para separar e rearticular uma singularidade, com a finalidade de produzir *diferença*. As

⁷⁰ Essa perspectiva é similar ao que se entende em etnologia como a do *observador participante* e do método aplicado nesse tipo de pesquisa, chamado *experiência de insider e outsider*, em que o observador participante atua, ao mesmo tempo, como espectador e ator de uma determinada situação, num movimento de entrada e saída de uma determinada situação. (MALINOWSKI, 1978).

hipóteses que Guillaume discute para o surgimento dessa alteridade radical no mundo social foram elaboradas sobre essas considerações.

Para o filósofo, a alteridade é alguma coisa que se constrói, mais do que se descobre. Assim, ele propõe como estratégia a produção de uma *ficção do outro*, ou de uma “ficção mista: alguma coisa que é construída a partir de um real e que em seguida é dotada de uma certa quantidade de imaginário, de ficção.” (GUILLAUME, *In*: BAUDRILLARD; GUILLAUME, 1994. p. 35)

Essa seria a única maneira de lutar contra a raridade da alteridade. Isso inclui a possibilidade de se criar um ser fictício a partir de si mesmo, produzir distância de seu interior e levar o sujeito real a parecer como um outro. Interessa sublinhar aqui que, para Guillaume (GUILLAUME, *In*: BAUDRILLARD; GUILLAUME, 1994), é esse misto entre um real e um imaginário – ou seja, do encontro entre um outro, que é inacessível, e uma operação simbólica em direção a esse outro, e que, portanto, diz respeito aquele que a conduziu – que pode dar lugar a uma alteridade. Essa espécie de *ficção mista* pode também ser vista como a questão da explicitação de uma linguagem, que se deixa moldar pelo outro, dando nascimento a um discurso híbrido num confronto entre subjetividades.

Essa é uma postura similar ao que Martha Rosler (1993) em “In, around, and afterthoughts - on documentary photography” reconhece como uma prática contemporânea do fotodocumentarismo, em que o artista, ao invés de se colocar como um observador imparcial, admite o seu próprio envolvimento com o sujeito do trabalho. A partir desse reconhecimento, elabora-se uma ação de reversibilidade, abrindo caminho para a fala do outro. Um dos recursos utilizados nessa articulação é a encenação, a representação do outro por ele mesmo. Assim, o outro se transfigura numa espécie de ator, apresentando-se não só como quer ser visto, mas sobretudo se deixando ver como é.

Uma outra proposição de Guillaume (GUILLAUME, *In*: BAUDRILLARD & GUILLAUME, 1994) relacionada à construção de uma alteridade, entre outras que ele vai desenvolvendo ao longo dos textos, diz respeito à ideia de jogo. Ele reconhece no jogo a possibilidade de produzir um apagamento do sujeito, dentro de um universo de puro formalismo:

a possibilidade de uma diferença se manifestaria pela substituição do real por uma regra do jogo, uma regra de estilo, por assim dizer, e isto nos aproxima justamente do universo da sedução. (...)

Seduzir, é cativar, é subordinar o real a um formalismo. (GUILLAUME, *apud* BAUDRILLARD; GUILLAUME, 1994. p. 48)

Preferir a regra ao real, nesse caso, significaria a liberdade de se colocar sob uma outra ordem, atravessar o domínio da lei, nos termos propostos por Baudrillard (*apud* BAUDRILLARD; GUILLAUME 1994. p. 49): “uma maneira de mostrar que é ainda possível viver como a imagem do outro, além da lei, do outro lado”.

As estratégias articuladas em torno de *Relatos, pequenas histórias dentro da História* partem do pressuposto que toda ação artística é em si um ato crítico – e, portanto, parcial. No processo do trabalho, o grande desafio foi o de abrir para a passagem do outro – os jovens participantes, motivadores do trabalho - em sua diferença e singularidade. Além disso, interessou estabelecer uma dimensão simbólica para essa situação dialógica.

Para que se efetive tal troca simbólica, é preciso entregar-se a uma vontade, a um imaginário. Nas palavras de Guillaume, à sedução do jogo. A um real imediato se interpõe uma nova ordem. Guillaume faz uma análise do tipo de relação que se estabelece nessa interação.

A partir da descrição de Simmel para “estranho”, como

aquele que está ao mesmo tempo perto e longe; longe não significa necessariamente que exista uma distância geográfica ou cultural, mas preferencialmente que exista uma passagem de fronteira. (...) Esta distância permite-lhe uma proximidade, permite-lhe ser convocado para uma posição de árbitro e também, mais frequentemente, para uma posição de confessor. (GUILLAUME, *apud* BAUDRILLARD; GUILLAUME, 1994. p. 10-11)

Guillaume (*apud* BAUDRILLARD; GUILLAUME, 1994) nomeia uma *estranheza artificial*, uma situação não mais de eclipse do outro, mas de elisão do outro. A essa posição, ele chama de “hipóstase da alteridade”.

Paralelamente, descreve uma comunicação espectral, uma certa comunicação mediatizada, “quando os autores dessa comunicação podem se dispensar, mais ou menos provisoriamente, mais ou menos parcialmente, dos processos de controle e de identificação requeridos habitualmente” (GUILLAUME, In BAUDRILLARD; GUILLAUME, 1994. p.15). Essa comunicação se baseia em um relativo desligamento, que pode conduzir a uma posição de anonimato, que permitiria

liberar o imaginário e portanto distanciar-se em relação a si mesmo. (...) uma operação simbólica que permite ao sujeito, não somente separar os mundos, mas rearticular os mundos com os quais ele se confronta permanentemente. (GUILLAUME, *apud* BAUDRILLARD; GUILLAUME, 1994. p. 19-20)

Nessa operação simbólica, o anonimato pode servir como uma maneira de recriar e de fazer surgir uma identidade. Ele permite instituir um espaço vazio, livre das amarras institucionais, “fazendo emergir um novo ator coletivo” (1994. p. 20).

O anonimato permitiria também ao indivíduo, dentro de seu cotidiano, promover a passagem entre o mundo social e o mundo íntimo, e, para auxiliar nessa tarefa, surge o que Guillaume (GUILLAUME, *apud* BAUDRILLARD; GUILLAUME, 1994. p. 21) chama de “barqueiros”⁷¹: os íntimos, a quem confiamos certas dificuldades; e os estranhos (de acordo com descrição anterior feita por Simmel), ocasionais ou profissionais (o médico ou o psicanalista) - a quem Perrier chama de “funcionários da alteridade” - (1994. p. 21).

Em certas comunicações mediatizadas, encontramos estes estranhos de ocasião, que vão desempenhar o papel de barqueiros, (...) e que vão iniciá-los no jogo da identidade ou da máscara da identidade e da intersubjetividade (...) para explorar a liberdade de uma palavra que será privada de todas as instâncias de controle externo, uma palavra irresponsável que pode oscilar entre a mentira e a verdade, amalgamar o real à ficção. (...) não é uma exploração do outro, é uma exploração dos papéis do outro (...) uma simulação pura: o “eu” finge ser um outro. (PERRIER, *appud*. GUILLAUME, *apud* BAUDRILLARD; GUILLAUME, 1994. p. 21)

Nessas situações, as trocas se fazem mais livremente e se criam ligações que seriam impensáveis em um contexto social ordinário. Guillaume (1994) observa que esse jogo pode fazer surgir o outro de dentro do sujeito, sob a forma de um discurso do inconsciente: “Um jogo aparentemente fútil pode com certeza provocar o surgimento da alteridade, mas de uma alteridade que viria do próprio sujeito” (1994. p. 22).

Em *Relatos, pequenas histórias dentro da História*, pode-se pensar, de modo similar, na elaboração de uma ficção, que constrói uma linguagem que é mediatizada – pelos autorretratos, pela encenação, pela fotografia, desenhos, colagens e depoimentos –, em que se estabelece uma posição de anonimato, nos termos colocados por Guillaume (1994), de um desligamento relativo da realidade social e que conta

⁷¹ No original, *passseurs*, que no texto tem o sentido de guia. Tradução livre

também com a intervenção de uma figura que faz essa *passagem* do plano real para o plano simbólico.

Ainda quanto à relação com os adolescentes, quanto à confrontação simbólica que se trava entre artista e participante, pode-se referir também a uma estratégia de resistência ou exercício de sedução, formalizada por Baudrillard (*In: BAUDRILLARD; GUILLAUME, 1994. p. 109-131*), que procuraria escapar à artificialidade constituída pelo sistema operacional da realidade social. A essa estratégia ele chama de *laisse faire*, que descreve como “uma estratégia de desapego, uma espécie de investimento irônico do outro, a quem se atribui o cuidado de seu próprio desejo” (p. 116).

Baudrillard expõe esse *laisse faire* ainda como uma artimanha da vontade, na medida em que se transfere esse desejo, essa vontade, para o outro. Por isso, pode ser entendida como “uma maneira de extrapolar sua própria vida, seu próprio desejo através do outro e, repentinamente, reencontrar assim uma alteridade” (*In: BAUDRILLARD; GUILLAUME, 1994. p. 116-117*).

Tal proposição parece pertinente, porque considera uma espécie de curto-circuito, uma operação de reversibilidade, em que esse outro, a quem um sujeito dedica a atenção de seu desejo, implicado nesse processo de alteridade, por transferência, se transforma no ator da vida desse sujeito: “estamos numa relação simbólica de encadeamento do desejo de um ao outro, de encadeamento da vontade de um ao outro” (BAUDRILLARD, *In: BAUDRILLARD; GUILLAUME, 1994. p. 117*).

E ainda:

Para que exista alteridade, é preciso uma certa reversibilidade. Não a oposição de termos separados de mim e de um outro, mas o fato de que os dois estão comprometidos, têm o mesmo destino. Eles têm uma dupla vida inseparável, pelo fato de um ser o traço do outro, um é aquele que apaga o outro, etc. A alteridade, no sentido fatal do termo, implica que o risco é o mesmo para os dois. (BAUDRILLARD, *In: BAUDRILLARD; GUILLAUME, 1994. p. 125*)

A essa interpretação gostaria de interpor ainda uma última analogia, com o pensamento desenvolvido por Gilles Deleuze em *A imagem tempo* (1990), sobre o processo de fabulação no cinema.

Deleuze (1990) trata da instância narrativa dentro do filme, referindo-se à relação sujeito-objeto e ao desenvolvimento dessa relação, ou seja, a adequação entre sujeito e objeto. Na acepção do cinema, chama-se objetivo o que a câmera vê, e subjetivo,

o que a personagem vê. A narrativa é o desenvolvimento dos dois tipos de imagem, objetivas e subjetivas:

a relação complexa delas (...) deve se resolver numa identidade do tipo EU=EU: identidade da personagem vista e que vê, mas também identidade do cineasta-câmera, que vê a personagem e o que a personagem vê. (DELEUZE, 1990. p.180)

Esse princípio de identidade (e suas infinitas flutuações e variações entre distinção e identificação) é que vai constituir a veracidade da narrativa.

Mas esse não é o único modelo de narrativa possível. Deleuze (1990) cuida, assim, de distinguir outras relações de identificação, que se propõem a questionar esse modo de narrativa veraz. É no campo do cinema documentário, que ele vai apontar para uma possibilidade de transgressão, sublinhando que a ruptura não está entre a ficção e a realidade, mas no modo como a narrativa as afeta. Nesse contexto, ele nomeia uma “função de fabulação: é o devir da personagem real quando ela própria se põe a ‘ficcional’, quando entra ‘em flagrante delito de criar lendas’, e assim contribui para a invenção de seu povo” (DELEUZE, 1990. p. 183).

Em tal esquema de construção narrativa, a personagem real se torna um outro quando se põe a fabular. Ao mesmo tempo, o cineasta se torna outro quando toma personagens reais como intercessores e substitui suas ficções pelas próprias fabulações deles, mas, inversamente, dá a essas fabulações a figura de lendas, efetuando sua “acessão à legenda”⁷² (DELEUZE, 1990. p.185). Assim, se instaura um tipo de narrativa na qual

a forma de identidade EU = EU (ou sua forma degenerada eles = eles) deixa de valer para as personagens e para o cineasta, tanto no real quanto na ficção. O que se insinua, em graus profundos, é antes o “Eu é outro” de Rimbaud. (DELEUZE, 1990. p. 185)

Por fim, *Relatos, pequenas histórias dentro da História* se constitui como um amálgama feito de sobrecamadas de ficções: a ficção dos jovens interpretando a si próprios, a atuação dos artistas-pesquisadores como agentes dentro do jogo, a encenação do jogo, a metáfora da troca.

⁷² Na edição, acessão à legenda como acesso à lenda.

4.3 Um projeto de *hypómnema* – memórias materiais da experiência vivida

E sabeis... o que é pra mim o mundo?... Este mundo: uma monstruosidade de força, sem princípio, sem fim, uma firme, brônzea grandeza de força... uma economia sem despesas e perdas, mas também sem acréscimos, ou rendimento... mas antes como força ao mesmo tempo um e múltiplo... eternamente mudando, eternamente recorrentes... partindo do mais simples ao mais múltiplo, do quieto, mais rígido, mais frio, ao mais ardente, mais selvagem, mais contraditório consigo mesmo, e depois outra vez... esse mundo dionisíaco do eternamente criar-a-si-próprio, do eternamente destruir-a-si-próprio, sem alvo, sem vontade... Esse mundo é a vontade de potência – e nada além disso! E também vós sois essa vontade de potência – e nada além disso!

Friedrich Nietzsche

Relatos, pequenas histórias dentro da história buscou o exercício experimental da arte, como jogos de criação, pelo uso do desenho, da fotografia, de colagens e do vídeo na afirmação de singularidades, pelo agenciamento de uma multiplicidade de falas que se recortam e se somam, na valorização do desejo em sua potência de vida⁷³.

O trabalho procurou propiciar condições para desenvolver questões ligadas ao problema da enunciação. Essas ações pretenderam estimular a autoestima, a curiosidade e a vontade dos adolescentes envolvidos⁷⁴. Na situação de acolhimento institucional vivida pelos jovens, *Relatos* se dedicou a instigá-los à produção do

⁷³ Motivamo-nos aqui por Friedrich Nietzsche, que, no percurso de sua obra, propõe uma cosmologia, uma visão ontológica da existência, em que tudo são forças, afirmativas ou reativas, em luta constante, e que proclama o desejo e a vontade de potência criativa como forças propulsoras da liberdade e da vida.

⁷⁴ Para Nietzsche (2008), a arte é um ensinamento exemplar da vida em si mesma, por sua experiência libertária e emancipadora. Segundo o filósofo, a vida é um constante criar e recriar “sem finalidade: introduzir a verdade é um *processus in infinitum*, uma determinação ativa, — e não a manifestação na consciência de algo que seja em si fixo e determinado. É uma palavra para a “vontade de potência” (2008. p. 126).

simbólico⁷⁵, a abrir espaços para a reflexão e elaboração de suas experiências e gerar formas de comunicabilidade.

A questão de modos de constituição de subjetividade é crucial para Foucault (1992; 1998c, entre outros), como conduta crítica para compreender a produção, a partir da modernidade, de uma subjetividade centrada, alienada de sua genealogia de um determinismo histórico-social, responsável pela ideia de sujeito universal, imutável, apartado das relações entre o que se aciona interna e externamente ao ser no mundo. Essa concepção de subjetividade exclui sua pluralidade, tomando-a como um dispositivo da biopolítica, de controle e disciplinarização dos corpos e dos pensamentos.

Para Foucault (1992; 1998c, entre outros), modos de subjetivação devem ser percebidos como produção de configurações da existência, num processo que se traduz em singularidades – domínios de forças que constituem sentidos particulares, singulares e coletivos.

E é na Antiguidade, que Foucault (1998c. p. 289-290) vai buscar o que ele traduz como a vontade de ser um sujeito moral, um investimento para afirmar a sua liberdade e para dar à sua própria vida uma certa forma, na qual seria possível reconhecer-se, ser reconhecido pelos outros e na qual a própria posteridade poderia encontrar um exemplo.

Em “A escrita de si”, Foucault (1992) desenvolve o conceito de uma escritura *etopoiética*, que possui uma função poética, ao mesmo tempo em que engendra uma política de criação de si como forma de constituição do *ethos*. Seria, conforme o autor, como uma tessitura, um amálgama de escrita e leitura, pois incita um mergulho na multiplicidade de materiais de expressões criadoras, fragmentos costurando-se: “Fazer da coleção do *logos* fragmentário e transmitido pelo ensino, a audição ou a leitura, um meio para o estabelecimento de uma relação de si consigo próprio tão adequada e completa quanto possível” (FOUCAULT, 1992. p. 138).

Para o filósofo, interessa a escrita como modo de subjetivação ou de constituição de subjetividade, pelo que ele conceitua como *estética da existência*.

... trata-se, não de perseguir o indizível, não de revelar o que está oculto, mas, pelo contrário, de captar o já dito; reunir aquilo que se pôde ouvir ou

⁷⁵ Simbólico como sentidos produzidos na relação de um sujeito com um outro pela linguagem, como proposto pela psicanálise, pela linguística e pela filosofia, conforme os pensadores com os quais trabalhamos.

ler, e isto com uma finalidade que não é nada menos que a constituição de si. (FOUCAULT, 1992. p. 137)

Para o desenvolvimento dessa ideia de *escrita de si*, Foucault (1992) foi buscar os *hyponemata*⁷⁶, espécie de diários e cadernos de notas de memórias materiais das experiências vividas, constituídos a partir de diferentes elementos como desenhos, lembranças, reflexões. Os *hyponemata* comporiam, portanto, um sistema fragmentário de anotações – de *logos* dispersos, transmitidos pelo ensino, a audição ou a leitura – como um material que capta o já dito e que retorna ao presente com a mesma intensidade do passado:

... para isso é preciso que eles não sejam simplesmente arrumados como num armário de recordações, mas profundamente implantados na alma, "gravados nela" (...) e que desse modo façam parte de nós próprios: em suma, que a alma os faça não apenas seus, mas si própria. (FOUCAULT, 1992. p. 136-137)

A escrita dos *hypomnemata* é um veículo importante para essa subjetivação do discurso. Seria através de um processo de montagem de fragmentos de expressões diversas, trazidos pela experiência direta da leitura, da visão e da audição, que se constituiria um novo todo. Totalidade essa em constante movimento, que se transmuta a cada encontro com outros *logos* moventes, que se agregam num emaranhado, dando surgimento, pois, não a um dito novo, mas a um dito com novo valor: "... tratava-se de se constituir a si próprio como sujeito de ação racional pela apropriação, a unificação e a subjetivação de um 'já dito' fragmentário e escolhido". (FOUCAULT, 1992. p. 160)

Em contrapartida, os cadernos de nota dos *hyponemata* podiam servir de matéria-prima para textos que se enviavam aos outros, através da *correspondência*. A *correspondência* funcionava, então, como uma via de mão dupla, uma ação de reciprocidade:

A carta enviada atua, em virtude do próprio gesto da escrita, sobre aquele que a envia, assim como atua, pela leitura e releitura, age sobre aquele que

⁷⁶ Plural de *hypomnema*. Uma das duas formas que a escrita assume na cultura greco-romana anterior ao cristianismo. A outra é a correspondência. Nas palavras de Foucault (1992), os "hyponemata eram livros de contabilidade, cadernos pessoais que serviam de agenda. Neles eram consignadas citações, fragmentos de obras, exemplos e ações de que se tinha sido testemunha, reflexões que se tinha ouvido ou que tivesse vindo à memória. Constituíam uma memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas; ofereciam-nas assim, qual tesouro acumulado, à releitura e à meditação ulterior. (p. 132-135)

a recebe. Essa dupla função faz com que a correspondência muito se aproxime dos *hypomnemata* e com que a sua forma frequentemente lhes seja muito vizinha. (FOUCAULT, 1992. p. 145)

O trabalho que a carta opera sobre o destinatário, mas que também é efetuado sobre o escritor pela própria carta que envia, implica pois uma "introspecção"; mas há que entender esta menos como uma decifração de si por si mesmo do que como uma abertura de si mesmo que se dá ao outro. (FOUCAULT, 1992. p. 151-152)

De modo similar, *Relatos, pequenas histórias dentro da História* se constitui como uma trama de linguagens entre as encenações, falas, silêncios e sons das videonarrativas dos jovens participantes, e as imagens realizadas por eles, construídas pelas fotografias, desenhos, colagens, escrituras, que se apresentam como vestígios de uma história e de um tempo – reinventados e ressignificados.

O que se intenciona é o exercício do cuidado de si, conforme proposto por Foucault (1992), através da apropriação, pelos jovens, das ferramentas de linguagem apresentadas, enquanto capacidade subjetivadora que essas diferentes escrituras apresentam, e para potencializar práticas éticas de liberdade.⁷⁷

Em *Grão da Voz entre Dobras da Alma*⁷⁸, Paulo Herkenhoff (2006), a respeito de *Exílios*,⁷⁹ faz referência a Jacques Derrida, em *Mal de Arquivo* (1995) e propõe que esse trabalho se trata de um projeto de *hypómnema*. O historiador Herkenhoff desenvolve:

Sob uma anamnese crítica, o testemunho confere espessura ao presente. Contra a opacidade dos arquivos, surge o discurso vivo. Não se erradica a História do Terror. *Exílios* solicita intimidade mnemônica aos espectadores e indignação. (HERKENHOFF, 2006)

Em *Mal de arquivo – uma impressão freudiana* (texto original de 1995), Derrida discute e desconstrói as concepções de arquivo⁸⁰ e enuncia a concepção

⁷⁷ Sobre a liberdade como condição ontológica da ética e a ética como forma refletida assumida pela liberdade, ver FOUCAULT, 2004.

⁷⁸ Texto do crítico e curador Paulo Herkenhoff sobre *Exílios*, trabalho de minha autoria, apresentado em praça pública em Varsóvia, 2006; no Parque das Ruínas, no Rio de Janeiro, 2007; entre outras exposições.

⁷⁹ *Exílios* trata da experiência do desterro, pela rememoração reflexiva, por meio de videonarrativas, de sobreviventes do holocausto, ou *Shoá* (a catástrofe, em *íidiche*): o assassinato em massa de cerca de seis milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial, no maior genocídio do século XX.

⁸⁰ As discussões em torno do conceito de arquivo estão presentes na investigação de inúmeros artistas na contemporaneidade. A esse respeito, o teórico e crítico literário Márcio Seligmann-Silva (2009. p. 65-66), em *A atualidade de Walter Benjamin e de Theodor W. Adorno*, comenta que "A história como arquivo é um tema fundamental em nossa era, que já foi denominada de pós-moderna e pós-histórica, mas que, na verdade, é simplesmente uma era de arquivos e das querelas em torno deles".

original de mal de arquivo, com base nos conceitos desenvolvidos por Freud de inconsciente e de pulsão de morte (FREUD, 2012).

Nesse denso ensaio, Derrida (1995) demonstra criticamente como os conceitos de história, de verdade e de poder foram conjugados com o de arquivo, colocando em questão o suporte, que não apenas registra os enunciados, mas também os ordena hierarquicamente nas suas várias séries discursivas.

Para o filósofo, empreender a leitura crítica do arquivo e propor a sua desconstrução, como algo estático e fixo na sua consistência ontológica, implica não apenas numa interpretação do passado da tradição ocidental, mas, principalmente, na sua possível abertura para o futuro.

De acordo com essa concepção, crítica à sua versão clássica, o arquivo teria potência efetiva na sua virtualidade. Nessa nova formação, ele seria lacunar e sintomático, isto é, descontínuo e perpassado pelo esquecimento, em decorrência de sua própria virtualidade. O arquivo seria modificado insistentemente pelo mal de arquivo. Portanto, a sua constituição implicaria, necessariamente, no apagamento de seus traços, condição necessária para sua própria renovação:

Este monumento muito singular é também o documento de um arquivo. De modo reiterado, deixa o rastro de uma incisão diretamente na pele: mais de uma pele, em mais de uma era. Literal ou figurativa. A estratificação folheada, a superimpressão pelicular destas marcas cutâneas parecem desafiar a análise. Acumula muitos arquivos sedimentados, alguns dos quais são escritos diretamente na epiderme de um corpo próprio; outros sobre o suporte de um corpo "exterior". Sob cada folha, abrem-se os lábios de uma ferida para deixar entrever a possibilidade abissal de uma outra profundidade prometida à escavação arqueológica. (DERRIDA, 2001. p. 33)⁸¹

Enquanto arquivo de memórias materiais, *Relatos, pequenas histórias dentro da História* se apresenta como um campo movente e denso, no encontro das

⁸¹ Nesse trecho, fica clara a analogia que Derrida (1995) propõe entre sua concepção crítica de arquivo e a metáfora proposta por Freud (2011) para delinear o mecanismo da memória com o *Bloco Mágico* (pequeno aparelho para tomar notas). O *Bloco Mágico*, tal como descrito por Freud, é formado por uma prancha de cera escura por cima da qual se sobrepõe um papel encerado e uma lâmina de celuloide. Funciona pela pressão de um instrumento pontiagudo sobre sua superfície. As incisões resultantes se tornam visíveis pelo contato do celuloide e do papel encerado com a base de cera. Quando levantada a folha de cobertura da prancha de cera, a escrita desaparece, possibilitando fazer uma nova inscrição. Entretanto, os escritos continuam permanentes no aparelho, mesmo que sua base em celuloide possa ser apagada indefinidamente. Esses traços na prancha de cera, em determinada luz, podem ser legíveis. Assim, as marcas da escrita, mesmo constantemente apagadas em dada superfície, continuam fixas em outra. Freud (2011) pretendeu evidenciar, com essa equivalência ao *Bloco Mágico*, a solução às características aparentemente inconciliáveis e, no entanto, presentes ao mesmo tempo no aparelho psíquico: permanência dos traços e receptividade contínua.

imagens realizadas pelos adolescentes, por meio de desenhos, fotografias, colagens e escrituras, junto às videonarrativas construídas pelas lembranças e esquecimentos na elaboração de suas experiências vividas.

Nesse ponto, vale novamente recordar Derrida (2001. p. 9): “Levanta-se então infinita, fora de proporção, sempre em curso, em “mal de arquivo”, a espera sem horizonte acessível, a impaciência absoluta de um desejo de memória”.

5 MATERIAIS, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS

5.1 Aproximação do universo institucional da infância excluída

No período de realização desta pesquisa, de 2019 a 2022, no estado do Rio de Janeiro, funcionavam três redes municipais e estaduais de atendimento à infância e adolescência em situação de vulnerabilidade socioeconômica:

Unidades de Reinserção Social (URS)⁸²

Vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (Smasdh), os equipamentos dessa rede estão divididos entre as Centrais de Recepção, que recebem imediata e emergencialmente bebês, crianças e adolescentes, até se encerrar o estudo diagnóstico para redirecionamento às Unidades de Reinserção Social (URS) ou às Casas Vivas. Todo o programa, que é governamental, é destinado ao acolhimento institucional pleno de crianças e jovens com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de lhes garantir proteção integral. Sua aplicação tem caráter provisório e temporário (ou assim deveria ser, segundo o ECA), utilizada como forma de transição para reintrodução na família de origem ou encaminhamento à família substituta. As Casas Vivas, criadas em 2013, originalmente eram voltadas ao atendimento diferenciado a adolescentes que apresentassem dependências químicas. O que, na prática, foi percebido pelos profissionais atuantes como uma postura ineficaz, pois o isolamento e a segregação acabam por ser estigmatizantes e não contribuem para o fortalecimento e o apoio àqueles que ali estão para serem cuidados. A questão das drogas (e os comprometimentos em torno dela, como tráfico e violência) passou a ser entendida como circunstancial e não inerente, sintomática e não causal, e o atendimento trabalha com a ideia de redução de danos. Atualmente, as Casas Vivas cumprem funções iguais às das Unidades de Reinserção.

⁸² <https://www.rio.rj.gov.br/web/portfolio-institucional/exibeconteudo?id=7753328>. Acesso em: 10 jun. 2019.

A rede hoje é composta por duas Centrais de Recepção, uma para adolescentes do sexo masculino e a outra para crianças e adolescentes de ambos os sexos; quatro Unidades de Reinserção para adolescentes do sexo masculino; duas para adolescentes do sexo feminino; uma para crianças e adolescentes de ambos os sexos; uma para crianças de ambos os sexos; duas para bebês de ambos os sexos; duas Casas Vivas para adolescentes do sexo masculino e uma para adolescentes do sexo feminino; somando 15 equipamentos municipais.

Centros de Atenção Psicossocial Infantil (Capsi)⁸³

Subordinados à Secretaria Municipal de Saúde (SMS) do Rio de Janeiro, os Caps são unidades para acolhimento nas crises de saúde mental, atendimento e reinserção social de pessoas em sofrimento psíquico, com transtornos mentais graves e persistentes e/ou com comprometimentos decorrentes do uso prejudicial de álcool e/ou outras drogas.

Os Caps oferecem atendimento interdisciplinar, propiciado por equipes multiprofissionais que reúnem médicos, assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras, entre outros, em articulação com as demais unidades de saúde e com unidades de outros setores (educação, assistência social etc.), quando necessário, sempre buscando incluir a família e a comunidade nas estratégias de cuidado.

Entre 2019 e 2022 a Prefeitura do Rio de Janeiro contava com 18 Caps, seis Centros de Atenção Psicossocial Álcool Outras Drogas (Capsad) – dois deles com unidades de acolhimento adultos (UAA) – e sete Centros de Atenção Psicossocial Infantil (Capsi), totalizando 31 unidades especializadas próprias. Outras três das redes estadual e federal completavam a rede de 34 Caps dentro do município do Rio de Janeiro.

Os Capsi recebem crianças e adolescentes oriundos das Unidades Municipais de Reinserção Social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, ou por encaminhamento de emergência ou após uma internação clínica/psiquiátrica. São crianças e jovens com mais necessidades de atendimento intensivo no campo da saúde mental.

Os Capsad atendem também a jovens com problemas associados ao uso de substâncias psicoativas, entendendo que o cerne da questão não é a droga em si,

⁸³ <http://www.rio.rj.gov.br/web/sms/caps> Acesso em: 10 jun. 2019.

mas todo o contexto no em torno, como a não descriminalização, o envolvimento com tráfico e a violência a que são expostos.

Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase)⁸⁴

Vinculado à Secretaria de Estado de Educação (Seeduc), é o órgão do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro responsável pela execução das medidas socioeducativas preconizadas pelo ECA e aplicadas pelo Poder Judiciário aos jovens em conflito com a lei. Possui atualmente (2022) 24 unidades em funcionamento, nove delas no município do Rio de Janeiro, subdivididas em Centros de Internação Provisória e Centros em Semiliberdade.

O processo

Cada uma dessas redes – URS/Smasdh, Capsi/SMS e Degase/Seeduc – obedece a ingerências e históricos próprios. Conhecer os preceitos éticos, programas e funcionamentos dessas ações diversas, bem como de que forma que elas se entrelaçam, é tarefa fundamental para compreensão do mapa institucional que contorna a questão da infância e juventude em risco e vulnerabilidade. Trata-se, entretanto, de investimento que escaparia ao escopo e possibilidades temporais e pragmáticas da presente pesquisa.

Iniciamos a submissão de projeto para realização do trabalho de campo pela Plataforma Brasil em julho de 2019. Optamos por criar um desenho mínimo, que nos desse uma vista dessa malha. Decidimos inicialmente por contatar as URS da Smasdh e os Capsi da SMS. As duas redes atuam de maneira conjugada. Embora sob diferentes subordinações e adotando programas e pragmáticas distintos, compartilham o atendimento de parte das crianças e adolescentes dos grupos em situação de acolhimento institucional.

Como alicerces para realização do trabalho, algumas providências se fizeram necessárias. Para a atuação na pesquisa, os adolescentes, assim como a direção das instituições acolhedoras, deveriam ser esclarecidos sobre as propostas e as

⁸⁴ <http://www.degase.rj.gov.br/> Acesso em: 10 jun. 2019.

etapas de participação no projeto, documentadas por meio dos termos listados a seguir:

- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme Resolução CNS 466/2012, preconizado pela Resolução CNS 510/2016, dirigido aos pais e/ou responsáveis legais pelos jovens participantes.
- Termo de Assentimento (Tale, tal qual o TCLE), para assinatura dos participantes entre 12 e 18 anos.
- Termo de Cessão de Imagem, para assinatura dos participantes entre 12 e 18 anos.
- Termo de Cessão de Imagem, para autorização por seus responsáveis legais.

Essa questão jurídica, além de imperativa, foi estratégica para dar transparência às relações que permeariam o desenvolvimento do trabalho. A intenção foi garantir os direitos dos adolescentes como colaboradores, que operam em esfera social desvinculada do sistema da arte, de maneira a reconhecer sua participação no projeto, tanto por suas imagens quanto por suas efetivas atuações. Essa perspectiva faz parte do caráter experimental da pesquisa.

Além dos termos citados acima, elaboramos também:

- Carta de apresentação emitida pela instituição proponente do projeto - Uerj, assinada pelo Diretor do Instituto de Artes da Uerj, dirigida à Superintendência de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro – SMS-RJ e à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – Smasdh-RJ.
- Formalização de compromisso com os Equipamentos Públicos da Superintendência de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro – SMS-RJ, através do Termo de Autorização Institucional (TAI), assinado pelo Superintendente de Saúde Mental.
- Formalização de compromisso com as Unidades de Reinserção Social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – Smasdh-RJ, através do Termo de Autorização Institucional (TAI), assinado pela Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente da Assistência Social.

Os quatro modelos dos Termos citados anteriormente, aplicados na pesquisa, assim como a Carta de apresentação da Instituição proponente (Uerj) e os Termos de Autorização Institucional (TAI), foram apresentados para apreciação aos três Comitês de Ética contatados: instituição proponente – Uerj, instituições participantes – Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (GDEP-Smasdh) e Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Os Termos seguem junto aos anexos desta tese.

Ao Comitê de Ética da Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente da Smasdh solicitamos os equipamentos: Central de Recepção de Crianças e Adolescentes Ademar Ferreira de Oliveira, no Centro (masculino); Central de Recepção de Crianças e Adolescentes Taiguara, no Cachambi (feminino); e a Unidade de Reinserção Social de Crianças e Adolescentes Lucinha Araújo, na Tijuca (misto).

As duas primeiras funcionam como centrais de recepção dos jovens para encaminhamento às URS do município. A terceira é já uma das unidades de acolhimento de crianças e adolescentes. Pensamos ser interessante compreender a dinâmica desses equipamentos e, portanto, o cotidiano dos jovens nestas duas situações: de amparo e reencaminhamentos iniciais e de estada com acolhimento integral de meninas e meninos.

Ao Comitê de Ética da Secretaria Municipal de Saúde, solicitamos os Capsi II Maurício de Sousa, em Botafogo, Visconde de Sabugosa, em Ramos, Maria Clara Machado, no Méier e Heitor Villa-Lobos, em Madureira, o Capsad II Mané Garrincha, no Maracanã, e os Capsad III Miriam Makeba, em Ramos, Raul Seixas, no Encantado e Paulo Portela, em Madureira.

A ideia era fazer contato com as direções desses centros para posteriormente definir em quais efetivamente desenvolveríamos a pesquisa. Consideramos importante nos aproximarmos da questão dos cuidados e atenção referentes ao uso de drogas entre os adolescentes e seus comprometimentos psíquicos e sociais, principalmente, diante do acirramento da crise por que estão passando os Caps recentemente, com cortes e mudanças em políticas e programas sociais do país nos últimos anos⁸⁵.

⁸⁵ Desde sua criação em 2002 pelo SUS, os Capsi significaram uma mudança de paradigma das ações concretas promovidas pelo Estado brasileiro em atenção a crianças e adolescentes com necessidades

As unidades do Degase, responsáveis pelos cuidados aos jovens reconhecidos como “em conflito com a lei”, merecem com certeza proposições de projetos que se comprometam a um olhar mais próximo para esse grupo, extremamente estigmatizado. No nosso caso, entretanto, alargaria demais o campo de trabalho, comprometendo o aprofundamento das ações. Fica então a intenção de, futuramente, vir a propor um possível desdobramento deste trabalho, dando continuidade ao mapeamento da juventude em situação de vulnerabilidade na cidade do Rio de Janeiro.

Iniciamos a submissão do projeto aos comitês de ética das três redes institucionais envolvidas no início de junho de 2019. Paralelamente, estabelecemos comunicação direta com as coordenações das duas instituições participantes convidadas, sondando seus interesses em receber a pesquisa.

Contatamos primeiramente a Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos em junho de 2019, com o envio de toda a documentação solicitada⁸⁶. Em setembro de 2019, o projeto foi indeferido, com o seguinte parecer:

Apesar da relevância da pesquisa no que diz respeito à compreensão do fenômeno da juventude em situação de vulnerabilidade, sugerimos o indeferimento para a execução da mesma devido à metodologia de registros de imagens e vídeos dos adolescentes das Centrais de Recepção Ademar Ferreira e Taiguara, apesar de todas as referências no projeto quanto aos cuidados a serem tomados no trato com os produtos do trabalho de campo.

O contato com a Superintendência da Secretaria Municipal de Saúde foi iniciado em agosto de 2019. Uma semana após o envio da documentação⁸⁷,

em saúde mental. São dispositivos inovadores, em consonância com a Reforma Psiquiátrica Brasileira e seus princípios antimanicomiais, e a partir da publicação da Política Nacional de Saúde Mental (PNSM) – Lei 10.216/2001. Infelizmente, com início do governo Temer em 2016 e intensificado nos últimos anos durante a gestão de Bolsonaro, toda a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) vem sofrendo sistematicamente atos de desmonte que têm comprometido sensivelmente suas atribuições, como a diminuição de profissionais especializados e de serviços oferecidos. (FERNANDES; HERNANDES, 2020)

⁸⁶ Protocolo para autorização de projetos de pesquisa e extensão na Smasdh; Ficha de solicitação para realização de pesquisa; Carta de apresentação da Instituição de origem; Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); Termo de Assentimento (TALE); Termo de Cessão de Imagem (TCI).

⁸⁷ Protocolo para autorização de projetos de pesquisa e extensão na SMS; Ficha de solicitação para realização de pesquisa; Carta de apresentação da Instituição de origem; Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; Termo de Assentimento; Termo de Cessão de Imagem.

recebemos o Aceite da Superintendência da SMS, imediatamente encaminhado à Plataforma Brasil.

O Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética da Uerj foi deferido em 19 de novembro de 2019, e o Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética da Secretaria Municipal de Saúde em 19 de dezembro de 2019,⁸⁸ sete meses após instaurado o processo de submissão do projeto pela Plataforma Brasil e quase ao final do período de funcionamento das instituições, véspera de recesso de final de ano.

Em função do encurtamento de prazo para realização do projeto, decidimos concentrar nosso foco em um dos Capsi da rede da SMS, a fim de possibilitar a verticalização e o aprofundamento de vínculos e relações, com maior dedicação ao desenvolvimento do trabalho com um único grupo. Optamos por contatar o Capsi II Maurício de Souza, com área de atendimento do centro e boa parte da zona sul, que recebe diariamente um grande número de adolescentes da faixa etária pretendida no projeto.

O contato com os adolescentes só foi autorizado para acontecer a partir de março de 2020. Tendo iniciado os encontros em 6 de março de 2020, fomos forçados a suspendê-los em 14 de março desse mesmo ano, 8 dias após de iniciado, devido à paralisação dos Capsi pelo surto da covid-19, sem previsão de reabertura.

Diante do impasse do retorno dos encontros presenciais, pois os Capsi só estavam funcionando para atendimentos de emergência, em função dessa inesperada interrupção do trabalho de campo, o programa precisou ser reelaborado para que pudesse acontecer em outra rede de atenção à juventude: nas Casas Vivas e Unidades de Reinserção Social para acolhimento integral de adolescentes, vinculadas à Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos – Smasdh. A mesma Secretaria que, em 2019, indeferira a pesquisa. Em março de 2020 ressubmetemos a proposta, adaptada para tempos de pandemia, a novo processo de avaliação. Sete meses depois, em outubro daquele mesmo ano, o Comitê de ética da Smasdh, então sob nova direção, finalmente emitiu um parecer positivo para a realização do projeto.

⁸⁸ Esses documentos se encontram copiados nos anexos desta tese.

A pesquisa foi retomada, por escolha minha, como artista-pesquisadora propositora, em dois equipamentos da rede: uma das Unidades de Reinserção para moças, no Catete, bairro de classe média, próximo da praia, na Zona Sul da cidade, em outubro; e uma das Casas Vivas para rapazes, em Bangu, na Zona Oeste, bairro distante do centro, com custo de vida mais baixo e que registra as mais altas temperaturas do Rio de Janeiro, em novembro de 2020.

O critério para essa decisão foi investigar como se dá o funcionamento desses equipamentos em lugares tão distintos e distantes. A opção por trabalhar com meninas e meninos foi para conhecer melhor esses diferentes grupos, suas singularidades e demandas, e como as instituições lidam com elas, compreender suas dinâmicas específicas, assim como condutas próximas.

Os adolescentes, que se encontravam em situação de acolhimento institucional, tiveram o isolamento social intensificado pela pandemia. Num primeiro momento, a pesquisa se desenvolveu de forma virtual, para proteção dos participantes em relação à crise sanitária.

Infelizmente, o trabalho na Unidade de acolhida das meninas, no Catete, foi interrompido um mês após iniciado, pois as jovens que frequentavam os encontros deixaram a instituição. A pesquisa teve continuidade, portanto, apenas na Casa dos rapazes, em Bangu.

No decorrer do projeto na Casa Viva Bangu, as atividades presenciais foram retomadas, observadas as medidas de segurança de saúde recomendadas. Tratando-se de trabalho que se constituiu pela elaboração de linguagem dialógica, teria sido muito difícil de se dar por atividades descontextualizadas de espaços físicos e simbólicos, impregnados de afetos e de trocas.

Ao longo dos um ano e 5 meses de convivência na Casa Viva Bangu, de novembro de 2020 a abril de 2022, em jornadas semanais (e que continuaram acontecendo, mesmo após o doutorado), assim como com os grupos anteriores, cada encontro com os adolescentes foi único, inusitado, intenso, indeterminado previamente na materialidade de suas práticas.

5.2 As imagens e os sons de *Relatos*

A interrupção da ação (...) pretende trabalhar os elementos do real no sentido de um experimento. (...) No fim desse experimento estão as circunstâncias e situações, distanciadas do espectador. Ele as reconhece como as situações reais (...), mas com espanto, com estranheza. O teatro épico não reproduz tanto situações: muito mais ele as descobre. A descoberta das situações se efetua por meio da interrupção do curso dos acontecimentos. Só que a interrupção não tem aqui um caráter de divertida atração, mas uma função organizatória. Detém o curso da ação, obrigando com isso o espectador a assumir uma postura quanto à ação e obrigando o ator a posicionar-se ante o seu papel. (...) A concepção e configuração brechtiana do gestual não significa nada mais que uma reelaboração dos efeitos da montagem, decisivos no rádio e no cinema, de um procedimento, (...) em um acontecimento humano.

Walter Benjamin

Para a construção da linguagem de *Relatos*, *pequenas histórias dentro da História*, optamos pela utilização de técnicas e estratégias artísticas híbridas, na proposição de sentidos que escapam aos meios tradicionais da arte. Uma tendência que já é apontada como ideológica por Walter Benjamin (1985), em “O autor como produtor”, texto de 1934, que discute a questão das vinculações entre ética e estética nas realizações artísticas. Benjamin (1934) propõe que o autor deve situar o objeto – obra, romance, livro – nos contextos sociais vivos, e que as relações sociais são condicionadas pelas relações de produção. A forma como a obra se situa *dentro* dessas associações visa, de modo imediato, à técnica das obras.

Para Benjamin (1985), o conceito de técnica representa o ponto de partida dialético para uma superação do contraste infecundo entre forma e conteúdo e para definir corretamente a correlação entre tendência política e qualidade da obra. No desenrolar desse raciocínio, ele reconhece um grande encadeamento de fusão de

materiais e tecnologias no surgimento de novas linguagens, de natureza transformadora (BENJAMIN, 1985. p. 122-124).

Relatos procurou desenvolver processos para a constituição de sujeitos da linguagem, a partir da contaminação entre o discurso artístico e aquilo que seria seu objeto. Trata-se de criar outras possibilidades de compartilhamento, mediante a articulação de diferentes instâncias dialógicas.

Importa ao trabalho o problema da enunciação, a maneira como o sujeito torna seu mundo inteligível. Para isso, o vídeo, a fotografia, o desenho e a colagem – inseridos num programa de linguagem e em diagramas de alteridade previamente constituídos – serviram de meios para produzir *significação* - significantes repletos de significados, inseridos, conforme propôs Lacan (1998; 2005), na ordem simbólica elaborada pela e na linguagem:

É de fato assim que devemos entender o simbólico de que se trata na troca analítica. Quer se trate de sintomas reais ou atos falhos, ou o que quer que seja que se inscreva no que encontramos e reencontramos incessantemente, e que Freud manifestou como sendo sua realidade essencial, trata-se ainda e sempre de símbolos, e de símbolos organizados na linguagem, portanto, funcionando a partir da articulação do significante e do significado, que é o equivalente da estrutura da linguagem. (LACAN, 2005. p. 22)

Relatos - Pequenas histórias dentro da História foi motivado como desdobramento de *Os Meninos e Contos de Passagem*⁸⁹, pela transposição do universo da ação do espaço aberto e anônimo da rua (no qual se deram esses projetos precedentes), para o interior das instituições de acolhimento, ganhando novos movimentos e entonações. Na série *Os Meninos*, as crianças e adolescentes fotografavam o que lhes fazia sentido em seu entorno. Em *Contos de Passagem*, os jovens descreviam com frequência suas casas e suas passagens pelas diversas instituições, que ganharam existência em suas narrativas como lugares referidos. Nos ambientes das instituições, outras histórias surgiram. *Relatos* se apresenta como contraplano de *Os Meninos e Contos de Passagem*, servindo como canal de escuta, de comunicação e de trocas simbólicas.

A partir das reflexões teóricas discutidas na tese e das experiências descritas anteriormente, *Relatos, pequenas histórias dentro da História* propôs ações poéticas como ativadoras de sentidos no embate com o mundo material e simbólico em que

⁸⁹ Citados na seção 1.3 Antecedentes, desdobramentos e reinvenções em *Relatos*.

estava inserido. Pretendeu estimular modos de produção de subjetividade, no universo extremamente dinâmico entre os diversos domínios sociais pelos quais os jovens circulam. O trabalho procurou compreender os nós que envolvem essas diferentes instâncias, a partir da perspectiva dos adolescentes, narradores de suas histórias, pela percepção que têm do trânsito que fazem entre esses lugares, pertencentes à uma determinada história da cidade, carente de maior questionamento e reflexão.

As práticas propostas buscaram permitir aos participantes se apropriarem das ferramentas oferecidas para a constituição de linguagem, de questionamento, de conhecimento e de reinvenção de si e do mundo. Dessa forma, mais do que usuários do programa, os adolescentes atuaram como sujeitos no processo do trabalho, protagonistas na construção de suas imagens e de suas histórias.

A dinâmica das atividades se deu pela proposição de jogos dialógicos, buscando desenvolvê-los assentados nas resoluções negociadas, acompanhá-las, ampará-las, observá-las e conferir-lhes sentidos, a fim de desencadear novas ações como desdobramentos das já realizadas. Tal movimento em forma de espiral exigiu e possibilitou que se fizessem os ajustes que se mostraram necessários no percurso, num processo de contaminação e porosidade, buscando reatualizar as motivações do projeto original em função das experiências vividas.

Em *Relatos* optei pela proposição aos participantes do desenho, da fotografia, de colagens, de escrituras e do vídeo, para construção de seus enunciados, individuais e coletivos. Como recursos para a afirmação de singularidades, numa multiplicidade de discursos que se recortam e se somam, em relação.

O corpo esteve sempre muito presente, como campo a partir do qual se deram as experimentações. Por isso o gesto, a relação espacial, física, tátil, com as técnicas e materiais, aliados à observação e pensamento, iniciaram os trabalhos. Dimensões, texturas, cores e a própria natureza dos suportes utilizados (papéis, muros da casa, paredes, pipas, entre outros) foram pensados pelas provocações que poderiam suscitar na atitude e embate dos jovens com os mesmos.

A fotografia foi introduzida num momento posterior, quando os adolescentes estavam mais envolvidos e mais conscientes da importância do percurso para as descobertas. Como modo de conferir concretude às imagens. Opacidade. Dessa forma, as câmeras chegaram também por suas possibilidades performáticas.

Além disso, a fotografia parece ter uma ligação peculiar com a questão da memória e do desejo. Desde sua invenção, a fotografia tem sido relacionada com a memória, como uma espécie de fragmento de um tempo, mesmo que imediatamente, passado. Ela foi assim pensada, por exemplo, em dois ensaios antológicos sobre a fotografia: “Ontologia da Imagem Fotográfica”, de Andre Bazin (1983) e *A Câmara Clara*, de Roland Barthes (1984), como por Henri Vanlier (1983), Jean-Marie Schaeffer (1996), Philippe Dubois (1994), entre tantos outros.

Quanto à vinculação entre desejo e fotografia, recorro aqui a Barthes (1984. p. 38-39):

minha fenomenologia aceitava comprometer-se com uma força: o afeto; o afeto era o que eu não queria reduzir; sendo irreduzível, ele era, exatamente por isso, aquilo a que eu queria, devia reduzir a Foto. (...) eu queria aprofundá-la, não como uma questão (um tema), mas como uma ferida: vejo, sinto, portanto, noto, olho e penso.

A intenção de *Relatos* foi ativar a fotografia, junto ao desenho, à colagem e às escrituras realizadas pelos adolescentes, como dispositivos de linguagem para suas projeções de sentidos. Imagens tomadas de afeto, de histórias, portadoras de segredos, arquivos memoriais, depositárias de lembranças, de esquecimentos e de invenção. Nessa colcha de retalhos que compõe os trabalhos realizados pelos jovens, as fotografias, realizadas por eles mesmos, são então reapropriadas, desconstruídas, recontextualizadas. Como pedaços de mundo que podem ser revisitados, transformados. Estilhaços de real ressignificados pelas camadas sobrepostas de novos sentidos.

Há uma preocupação manifesta na obra de Didi-Huberman, tanto em livros como em outros textos e realizações do pensador e curador, que funciona como um chamamento, no sentido de uma tomada de posição política ante às imagens que ele apresenta, que ele estende às que se encontram no mundo. Em um cenário de globalização apocalíptica, em que tudo, cada vez mais, parece passível de se tornar imagem e, dessa forma, ser cooptado e normatizado, parece fundamental resgatar a capacidade de se inquietar e de se questionar diante delas. Desafio ainda maior para aqueles realizadores que produzem imagens, com a intenção de gerar reflexão e levantar dúvidas, em oposição à respostas preconcebidas.

Cabe aqui uma citação ao filósofo (DIDI-HUBERMAN, 2012. p. 4-6), em *Imagens apesar de tudo*:

Para saber, é preciso imaginar (...) A imagem como “instante de verdade” (Arendt) e “mónada” que surge onde falha o pensamento (Benjamin). Duplo regime da imagem: verdade e obscuridade. (...) Elementos dessa fenomenologia: as imagens não dizem a verdade, mas são o fragmento, o vestígio lacunar. O limiar do *apesar de tudo* entre o impossível por direito e a necessidade de fato. Era impossível. Sim. É preciso imaginar.

Para lidar com esses desafios, a adoção de uma “estética do precário”⁹⁰ nos pareceu o recurso mais apropriado. O uso de câmeras obsoletas, com alterações dos dispositivos ópticos, aliado ao desenho e à colagem, vieram se somar à uma investigação que já vinha em curso em minhas realizações anteriores. A elaboração de uma espécie de entropia da tecnologia, na contramão da economia que movimenta a produção industrial da parafernália de equipamentos das cada vez mais incontáveis imagens técnicas, insaciável por maior definição, nitidez e um realismo espetacular (atualizando-se hoje no ambiente da chamada inteligência artificial). A questão que se impôs foi a de criar condições para produzir imagens que evidenciassem essa desconstrução e, simultaneamente, se abrissem à possibilidade de propor um olhar outro, ainda a descobrir, no percurso do trabalho junto às meninas, meninos e meninos, numa linguagem impura.

Ao mesmo tempo, tais procedimentos foram uma maneira de preservar as identidades dos jovens, exigência das instituições que lhes davam acolhida, assim como dos comitês de ética com os quais o projeto se comprometeu. Essa foi uma questão delicada de lidar com os adolescentes, que manifestaram a vontade de se mostrar, se apresentar livremente, o que nos levantou dúvidas sobre a legitimidade e a eficácia da determinação institucional de ocultar os rostos dos jovens.

O argumento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) vem da preocupação concreta de os resguardar de quaisquer exposições indevidas, que coloquem em risco a integridade dos jovens, pois a situação de acolhimento, muitas vezes, está relacionada também à intimidação dos adolescentes pelo tráfico ou algum outro tipo de ameaça a que possam estar sujeitos em suas comunidades de origem. Entretanto, essas medidas, conforme são empregadas pelos meios de comunicação (a exemplo das tarjas pretas aplicadas sobre fotografias em jornais ou

⁹⁰ Por estética do precário, faço referência à *Estética da Fome*, tese-manifesto de Glauber Rocha, publicada em 1965, em que o cineasta propõe a invenção de um cinema revolucionário na forma e no conteúdo, uma arte comprometida com a verdade, uma estética que corresponda a uma ética. Texto publicado em: <http://www.tempoglauber.com.br/t_estetica.html>.

nos noticiários das televisões), estigmatizam os adolescentes, associando a eles uma ideia de periculosidade e de marginalidade, como “menores” sem face e sem nome.

Relatos apostou em problematizar essa ambiguidade entre proteção e rotulação, buscando outros recursos que viessem a se integrar à estética e à linguagem do trabalho, procurando fugir aos estereótipos, e que apontassem, simultaneamente, para a necessidade de se discutir essa questão.

Procuramos (a equipe e eu) estar sempre atentos aos eventos dos dias, na tentativa de levantar reflexões dos jovens a cerca de seu cotidiano. Outro disparador recorrente era instigá-los a comentar sobre suas realizações, como tinham apreendido as práticas e processos, e os sentidos que pretenderam atribuir. Em alguns momentos, questões-chave foram propostas como ativadoras, sobre suas vivências na instituição, vínculos familiares, projetos, desejos, preocupações, em função do desdobrar das conversas. Nesse sentido, o espaço-tempo da experiência do trabalho se convertia em abertura para elaboração de suas questões – passadas, prementes e/ou sonhadas – no presente. Acontecimentalizar (FOUCAULT, 2006B). Os desenhos, fotografias, colagens, escrituras e vídeos produzidos se apresentam como alegorias de suas percepções e pensamentos, de suas histórias e criações, de suas éticas e de suas poéticas.

Enquanto as imagens fixas sugerem um mergulho nas camadas de tempo e de significados sobrepostos, as imagens sonoras e em movimento convidam a acompanhar o desenrolar das narrativas e, portanto, transcorrem no fluxo do presente.

A captação dos vídeos de *Relatos* foi realizada com uma câmera de celular, sobre a lente da qual adequamos um filtro. Tal dispositivo ótico produz um registro mínimo de informação, ruidoso, pouco definido, criando uma espécie de “nublamento” da visão, gerando tensão entre o esforço de ver e o que não pode ser visto. O artifício agregou densidade à imagem, revelando um espaço turvo, impreciso, como que encoberto por camadas e camadas de memória e de tempo.

Essa lente postiça cria um foco central de luminosidade e amplia a perspectiva para um ângulo de 180°, gerando um ambiente uterino, que coloca, subjetivamente, o observador “dentro” da imagem. Imerso nesse embaçamento da visão, há um mergulho, um processo de interiorização que favorece o aguçamento e o aprofundamento da capacidade de escuta.

Na gravação dos videodepoimentos, as cenas eram organizadas. A câmera, posicionada sobre um tripé, era adequada à altura daqueles que falavam,

ênfatisando a gestualidade dos protagonistas nos ambientes que os cercavam. A frontalidade do ponto de vista coloca os participantes do diálogo par a par no momento de contato. Posteriormente, na recepção dos vídeos, narradores e assistentes/ouvintes são postos frente a frente, em situação empática. Esses recursos técnicos, cenográficos e procedimentos adotados, junto à gestualidade e à oralidade, apresentam-se como dados dos mais importantes no repertório desse tecido linguístico.

Dessa forma, os videodepoimentos estimularam momentos de elaboração e de crítica. Buscaram o emaranhado da linguagem do discurso, potencializar o campo de fala do sujeito, por meio de uma escuta apurada (LACAN, 1998).

Em *Relatos*, ao se realizar os videodepoimentos, o desafio era, por um lado, refletir acerca do assunto tratado, assim como fazer ouvir a fala do Outro, problematizar seu discurso, expor a linguagem como instrumento de construção de sentidos. Ao lidar com grupos invisibilizados e vulneráveis socialmente, faz-se imperativo desconstruir discursos pré-concebidos e estigmatizantes, possibilitando a invenção de um outro olhar e de um outro contar. Para isso, a entrevista narrativa nos pareceu a ferramenta mais apropriada. Segundo Daniel Bertaux (2014), a entrevista narrativa ou *história de vida* seria o único método empírico que possibilitaria mudar a maneira como sociólogos olham para as sociedades: não como sistemas estáticos, mas como conjuntos dinâmicos e sempre em transformação. Da mesma forma, ao examinar grupos humanos, o método da história de vida abre para uma compreensão mais processual dessas coletividades.

Roland Barthes, em “A paz cultural” (BARTHES, 2004), afirma que é na linguagem, ou através dela, que o sujeito se constitui. Em nossa cultura, há uma guerra inexpiável das linguagens: as nossas linguagens se excluem umas às outras. Numa sociedade dividida (pela classe social, pelo dinheiro, pela origem escolar), a própria linguagem divide. Como não há sujeito fora da linguagem, como a linguagem é o que constitui o sujeito de lado a lado, a separação das linguagens é um luto permanente. Sem a ingenuidade de pretender superar essa falta, *Relatos* buscou estratégias para construção de sua verdade, a verdade da linguagem, capaz de propiciar, no presente da experiência poética, sua realidade.

Nesse sentido, a fala, com todas as suas entonações, flutuações e digressões na construção de um pensamento, serve como porta de entrada ao universo narrado, como um dos elementos centrais dessa construção. Junto a todos os sons

e silêncios que acompanham esses depoimentos, e rompendo em alguns momentos com a diegese narrativa, o áudio exerce também um papel fundamental na tessitura da linguagem do trabalho.

Em “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”, Lacan (1998) descreve a fala como o principal dispositivo psicanalítico agenciador da cura (no contexto do método da psicanálise, através da associação-livre, com a definição de sua operacionalidade e com uma escuta trabalhada). Assim, é a fala que dá sentido às funções do indivíduo, ao seu discurso enquanto realidade, contextualizada em operações da própria história, onde o discurso subjetivo é a própria história do sujeito. Para Lacan, a comunicação entre duas pessoas se realiza por um desentendimento, pois há um abismo insuperável entre o que está sendo dito e o que está sendo escutado. A fala é produzida a partir de um instrumental subjetivo, e a escuta recebida e reprocessada por outro instrumental subjetivo.

E é nesse hiato, nesse espaço entre, que se deram as narrativas dos protagonistas: *Orgulho, Cria, Amor, Rio, Esperança, Criatividade, Lealdade, Justiça, Fé, Felicidade, Paz, Coragem, Amizade, Alegria*, entre outros jovens com quem tivemos encontros mais breves. São relatos, fragmentos de histórias, de sujeitos ainda tão jovens cronologicamente, densos em suas incompletudes, indeterminados de sentidos. E de verdades, de assombros e de promessas. Esses contos entrelaçados de vozes nos enredam pela experiência da narrativa de que se ocupa Benjamin⁹¹, em sua abertura para que embarquemos com eles na invenção de modos outros (e até então impensáveis) de afirmação da vida.

Nesse ponto nos reencontramos novamente com Jacques Rancière (2005) e *A partilha do sensível*, sobre a divisão social dos afetos, a maneira como nos propomos nos afetar pelo outro. *Relatos* não partiu de um roteiro pré-estabelecido. Propôs-se como lugar (simbólico e material) de encontro e de troca, de cruzamento de alteridades, de intersubjetividades. Um embate, sempre lacunar, entre a escuta e a fala, entre visibilidade e obliteração. Um processo comunicacional que se realiza através do afeto. Um *falar com* ao invés de um *falar para*, promovendo processos de conhecimento mútuo e recíproco. Ações dessa natureza exigem que o artista se coloque junto com o outro, implicado com o outro. A construção de uma interlocução

⁹¹ Em 1987a, 1987j, entre outros.

possível, que se pauta por um empenho afetivo. É político, posto que questionador dos sentidos de sua ação no mundo.

Foram momentos de reconhecimento mútuo, proposições, debates, desacertos, rearranjos e compartilhamentos, bem como permeabilidades discursivas entre os jovens participantes, entre mim como artista-propositora-pesquisadora, os artistas-pesquisadores Gabriel Martinho (com os meninos na Casa Viva Bangu e no Capsi Maurício de Souza), Joana Traub Csekö (com as meninas na Unidade de Reinserção Social no Catete e no Capsi), Luciana Guimarães (no Capsi) e o fotógrafo-educador Marcelo Fraga (na Casa Viva Bangu), colaboradores nas atividades de campo, e os profissionais das instituições parceiras. Um trabalho que só foi possível nessa articulação coletiva. Constituição de vínculos, experimentações, vivências, construção de linguagens, contaminações, com todas as imprevisibilidades, estranhamentos, negociações e ajustes decorrentes desse processo foram as matérias-primas de *Relatos, pequenas histórias dentro da história*.

Nossa percepção é que o trabalho abria uma janela no cotidiano dos jovens, como um sopro, uma brisa fresca, alegria. Com os adolescentes na Casa Viva Bangu, onde pudemos dar continuidade ao trabalho por mais tempo (e que segue em curso), entre idas e vindas de alguns no grupo (que é bastante rotativo) e outros que participaram desde o princípio, sentimos nos adolescentes uma maior abertura, confiança, fé e o desejo de mergulhar nas novas experimentações que se apresentavam.

6 RELATOS – MEMORIAL

Relatos – memorial reúne parte das realizações dos jovens frequentadores do Capsi Il Maurício de Souza, da Unidade de Reinserção do Catete e da Casa Viva Bangu, participantes das ativações promovidas por mim e pelo grupo de artistas-pesquisadores colaboradores do projeto, que se deram entre março de 2020 e março de 2022. Associando vídeo, fotografia, desenho, pintura, colagem e escritura, os adolescentes atuaram como protagonistas no campo da produção de subjetividade. Esse *corpus* poético, na forma de livro de artista, é apresentado aqui como parte integrante da pesquisa para o doutorado em Arte, Imagem e Escrita do Programa de Pós-Graduação em Artes da UERJ. O trabalho segue em processo, em busca dessas *pequenas histórias dentro da história*.

Link para o *memorial*:

<https://drive.google.com/drive/folders/1ej2S2qRFBXeJEnbn31QUvxfCUBEHlIdI?usp=sharing>

7 RELATOS – FILME EXPERIMENTAL

Relatos – filme experimental reúne fragmentos das vivências entre os jovens assistidos na Casa Viva Bangu, comigo e com o grupo de artistas-pesquisadores colaboradores do projeto, no período de novembro de 2020 a março de 2022. São registros poéticos dessa imersão, captados em imagens e sons, numa edição apresentada como parte da pesquisa para o doutorado em Arte, Imagem e Escrita do Programa de Pós-Graduação em Artes da UERJ. O trabalho segue em processo, em busca dessas *pequenas histórias dentro da história*.

Link para o filme:

<https://vimeo.com/693613730?share=copy>

Senha: **relatos**

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Esse trabalho começou a ser gestado 30 anos atrás, quando me enveredei pelo universo da infância e juventude e as questões que o contornam. O comprometimento, as inquietações e esperanças nasceram e floresceram neste trajeto, o que me fez considerar que permanecem prementes e atuais.

Retornar à universidade foi crucial para obter subsídios para enfrentar a empreitada que se seguiu, comprometer a pesquisa a uma esfera social importante de ser problematizada, e que viabilizou sua realização, posto que formalizou o vínculo institucional exigido. Nesse percurso, a descoberta da Uerj foi uma alegria. Primeira a praticar o regime de cotas, em 2003, o que se percebe na energia que pulsa ali. E que levou a galera a incorporar, afirmativamente e como palavra de ordem, a denominação de Congo⁹² para si. Alegoria que com recentes acontecimentos em 2022⁹³, ganha uma conotação ainda mais contundente, e necessária. A Uerj é o Congo e o Congo vence tudo!

Relatos, pequenas histórias dentro da História buscou a elaboração de um conjunto de procedimentos cujos sentidos se revelam em seus encontros com a vida. Dessa forma, o fazer artístico é compreendido como um campo de experimentação, que deve considerar sua inserção no sistema da arte, assim como sua contingência histórica e social. O trabalho escapa às delimitações de fronteiras das áreas de conhecimento como tradicionalmente descritas e, nesse sentido, se funda em transbordamentos.

A atitude do artista, entendida aqui como o corpo de estratégias adotadas, deve ser vista como a de uma espécie de agenciadora de ações, germinadora de encontros. O trabalho busca a subjetivação dos produtores dos enunciados, em suas camadas dialógicas. Ao mesmo tempo, serve como artifício para “emoldurar a moldura”, criar uma dimensão reflexiva, numa metalinguagem do processo. Os participantes

⁹² A esse respeito, ver: <https://jornalggn.com.br/noticia/o-congo-da-uerj-a-bela-carta-lida-por-luiz-fux/e>
<https://www.geledes.org.br/pioneira-uerj-vira-congo-depois-de-implantar-cotas/>.

⁹³ Refiro-me ao trágico assassinato do jovem Moïse Kabagambe, em janeiro de 2022. (Ver <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/01/31/moise-kabamgabe-o-que-se-sabe-sobre-a-morte-do-congoles-no-rio.ghtml> e <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2022/02/01/assassinato-de-congoles-no-rio-causa-indignacao.htm>)

atuam na construção de seus personagens, dentro e fora do quadro. Trata-se de abrir campo para o simbólico, enfatizando a elaboração do discurso, expondo a questão da linguagem.

No trabalho, o real se apresenta por reflexos desconexos, em sua desordem constitutiva, como um mundo instável, impermanente, em flutuação, ao acaso dos acontecimentos. Nessa existência labiríntica, a narrativa se revela um impulso reflexivo, intimamente ligado à capacidade de conhecer, de inventar, de produzir sentidos. Modo de subverter o discurso social dominante, amordaçante, silenciador. Por caminhos transitórios, desviantes, sem roteiro pré-estabelecido, captar o agora é abrir-se à experiência, à surpresa, ao inusitado, que não conduzem jamais a um fim. A vida é o que escapa. Mistério, espanto, deriva.

Relatos é obra em processo. Como interlúdio de um primeiro ciclo de amadurecimento da pesquisa, uma montagem do material produzido pelos jovens (autorretratos, fotografias, colagens, desenhos, pinturas, escrituras), além dos videodepoimentos, foi organizada na Casa de Acolhida de Bangu. Oferecendo-se como um platô inaugural para a convivência dos adolescentes com suas realizações (além de todos da casa: direção, educadores, funcionários), modificando concreta e simbolicamente o lugar onde viviam, potencializando-lhes a autoestima, a noção de identidade e o sentido de pertencimento. E suscitando ainda outras reações inesperadas, da ordem do imponderável do que está em fluxo.

Posteriormente, a apresentação de *Relatos* em instituição de arte, que possa abrigar o trabalho e as questões que o atravessam, possibilitará aos seus protagonistas um olhar ampliado e aprofundado sobre esses resultados (mesmo que provisórios), como produtos do investimento simbólico, material e afetivo que realizaram. Esse deslocamento poderá também friccionar os diferentes espaços institucionais que enredam a pesquisa e amplificar as discussões que permeiam o tema da juventude em situação de vulnerabilidade e exclusão. São testemunhos de falas, fragmentos vividos, de demandas e de situações historicamente invisibilizadas, emudecidas e evitadas pela sociedade.

Mais importante e instigante do que isso é o desejo de dar continuidade ao trabalho junto aos jovens, a partir da confiança e afeto que se constituiu com o grupo. A atuação na Casa Viva de Bangu persiste mesmo após o doutorado. Seguimos como voluntários, promovendo atividades com os adolescentes frequentadores da instituição. Comigo, como artista-pesquisadora proponente do projeto, com a colaboração

do artista-pesquisador Gabriel Martinho e agregando ainda a participação do fotógrafo Marcelo Fraga (que iniciou como motorista e assistente de produção nos nossos deslocamentos semanais com os materiais, se envolveu com a galerinha e passou a contribuir nas dinâmicas). Uma construção em curso, fortalecida pela cumplicidade que se estabeleceu com os jovens e da receptividade da diretora da Casa, a assistente social Cristiane Oliveira da Silva e sua equipe.

O projeto depende agora de um aporte financeiro para continuar na própria Casa Viva Bangu, de maneira mais assídua, podendo se estender por outras Unidades de Recepção da Smasdh, principalmente em equipamento dedicado a adolescentes do sexo feminino, com a colaboração da artista-pesquisadora Joana Traub Csekö.

Uma questão imediatamente se coloca e permanece em aberto: o quanto e de que forma as instituições de reinserção social ainda reproduzem arquétipos que ignoram outros modos possíveis de ser, por não pertencer ao universo de experiências das crianças e adolescentes que lá se encontram, produzindo embotamentos, diminuições e vazios que os acompanharão, talvez sem chance de ser superados. Dessa forma, em uma sociedade historicamente excludente, é possível pensar em unidades de acolhida que rompam velhos estigmas e paradigmas? Casas de amparo e de proteção que promovam a invenção de “estéticas da existência”, como propõe Foucault (1998b; 2006c), a partir das vontades, dos desejos e anseios, individuais e coletivos, dessas gerações? Ou seja, organizações que aspirem, por meio de suas ideias e práticas, formas libertárias de expressão da vida? Que se guiem por um apelo ético: a aposta na infância e na juventude.

No Brasil – país fundado sob violento processo genocida e de exploração de povos e populações mais vulneráveis, negras e indígenas –, os contrastes sociais extremos, que marcam nossa sociedade desde sua constituição colonial, se aprofundaram terrivelmente nos últimos anos, com o golpe parlamentar de 2016 e a ascensão ao poder, em 2018, de um governo de extrema-direita que renega a história e refunda a aniquilação na miséria, na doença e na violência.

Vivemos um dos momentos mais dramáticos de nossa história, de perda de nossa soberania, esfacelamento das nossas instituições, desemprego, fome, desmonte de políticas e programas sociais, em uma economia colapsada. Essa paisagem caótica se tornou ainda mais distópica com a atual pandemia do coronavírus, em curso desde fevereiro de 2020, ainda sem solução.

Nesse contexto, a existência de um enorme contingente de crianças e jovens que vivem nas ruas, que passam fome, com laços familiares e comunitários fragilizados, que sofrem todo tipo de brutalidade física e psicológica, segue naturalizada pelo racismo e pobreza estruturais. Como é normalizado o extermínio de jovens negros nas favelas e periferias, prática diretamente associada à negligência do Estado, cuja presença (e ausência) se dá na medida da necessidade de manutenção desses espaços de violência, territórios armados pela não legalização das drogas, pela privatização de serviços que deveriam ser públicos, uma economia cuja marginalidade interessa a seus controladores. As razões e as formas de abandono são muitas, e mais ainda as motivações e justificativas da sociedade e do Estado para se esquivar do problema, como se ele não nos pertencesse.

Passados 32 anos desde as mudanças legislativas com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), muitas conquistas importantes se mostraram eficazes para a transformação desse estado de coisas, evidenciando ser possível sobrepujar a situação da infância e adolescência em abandono, por meio de políticas públicas preparadas e conscientes.

Infelizmente, entretanto, o que ainda se observa é a carência de projetos voltados para a geração de renda, saúde, educação, cultura, esporte, lazer, assistência social, transporte, entre outras providências suficientes e adequadas que deem condições às crianças e aos adolescentes de permanecer com suas famílias e em suas comunidades. A falta de planejamentos sociais mais efetivos, direcionados às crianças e aos jovens em situação de vulnerabilidade, bem como às suas respectivas famílias, acaba por não conseguir evitar a institucionalização de crianças e adolescentes, às vezes por muitos anos. Soma-se a isso a necessária incorporação de novos métodos e práticas pelos programas de acolhimento, já pensados e problematizados por pesquisadores e profissionais de várias áreas afins.

Para nós, artistas-pesquisadores e direção da Unidade de Acolhimento, foi importante constatar, na prática, como um tipo de aliança como a que se estabeleceu, entre a programação da Casa e um projeto de natureza muito distinta da vivência cotidiana dos jovens, que mobilize os sentidos, formas de experimentação pela arte que acionem outros modos de expressão, de reflexão e de crítica, podem ser férteis e transformadores para os participantes envolvidos, motivadores de nossas ações. Nossa percepção é de que todos crescemos com essa experiência. Nesse período, testemunhamos também como a Casa buscava

inventar alternativas a uma enorme precariedade de situações (salários atrasados, ameaça de despejo, entre outras incertezas enfrentadas no dia a dia).

Num país forjado às custas de muito sofrimento, é crucial compreender a questão da exclusão de crianças e adolescentes como consequência direta do colonialismo, que molda nossas estruturas sociais até hoje. As recentes teorias da decolonização, a partir do final da década de 1990, têm se mostrado muito importantes para repensar e atualizar as críticas a esse processo. Principalmente no sentido de resgatar e dar visibilidade a pensadores latino-americanos, valorizando essas culturas, em sua originalidade e autenticidade, na construção de uma história outra, a partir de uma perspectiva não eurocêntrica dos acontecimentos.

Frantz Fanon, desde a década de 1950, com *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008) de 1952, e *Os condenados da Terra* (1968), de 1961, entre outras obras, reivindica um humanismo radical: a desracialização das relações sociais como condição *sine qua non* para a libertação da opressão e dominação do homem pelo homem, operadas pelo sistema colonial, que preparou e mantém as condições para o capitalismo. A dialética fanoniana de crítica ao racismo e ao colonialismo argumenta pela destruição do signo ideológico, político, econômico e social que configura uma hierarquia entre negros e brancos. Para Fanon, o branco e o negro são pares dialéticos criados pela modernidade burguesa, para justificar e naturalizar a inferiorização do negro em relação ao branco. Nessas categorias construídas, o negro existe como um nada do branco, a antítese de si, seu não-ser, constituindo uma nadificação de sua existência. Esse processo histórico do capitalismo, que é o do racismo, determinou a desumanização, a alienação e o desconhecimento do negro: “a civilização branca, a cultura europeia, impuseram ao negro um desvio existencial” (FANON, 2008. p. 30). O filósofo-psiquiatra antilhano defende que a emancipação dessa sujeição não pretende uma igualdade racial, mas o fim das essencializações que compreendem esses dois polos como algo dado, como se houvesse um ser branco e um ser negro *a priori*.

Como psiquiatra, trabalhou pela formulação da psicologia comunitária, que sustenta a desinstitucionalização no campo da saúde mental, no cuidado a pessoas em situação de sofrimento psíquico. No Brasil essa corrente ganha força nos anos 1990, com a chamada Reforma Psiquiátrica, no contexto do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (YASUI, 2010).

O pensamento de Fanon é referencial para as teorias contemporâneas pós-coloniais e decoloniais, assim como para a teoria crítica, o marxismo, a nova psiquiatria, entre outros campos de conhecimento, que partam de uma reflexão sobre culturas e povos historicamente submetidos pela colonialidade.

A sociedade brasileira é resultante de 400 anos de escravidão oficial, recebeu 40% do tráfico negreiro do mundo, teve o maior porto da história da escravidão moderna, tem a maior população negra fora da África e é responsável pelo genocídio de crianças e da juventude negra, em território continental. Essa herança colonial é onde estão fincadas nossas raízes sociais. No Brasil, o racismo é uma realidade em prática, vidas brutalizadas e subjugadas a um permanente estado de exceção

Para além da existência de diversas instituições governamentais e não governamentais, preocupadas e ocupadas com atividades orientadas para a denúncia e proteção dos direitos humanos dos diferentes sujeitos sociais, mais do que nunca, precisamos falar sobre as questões que nos atordoam e nos escapam, sob pena de perdermos, ao final de tudo, nossa confiança na vida.

No contexto desta tese, optamos por trabalhar com pensadores (principalmente Friedrich Nietzsche, Walter Benjamin e Michel Foucault, entre outros) que fazem uma crítica aos discursos oficiais, ao eurocentrismo e ao ocidentalismo como formas de produção do pensamento, corrompendo esses lugares a partir de dentro, com posicionamentos éticos e políticos. Problematizando também a própria materialidade da linguagem, como constituinte de modos de percepção do mundo, suas construções são performatizações filosóficas, que assim, podem ser experimentadas como poesia. Esses autores têm em comum ainda a afirmação da filosofia e da arte como potências a favor da vida.

Alicerçado nessa fundamentação, um caminho de pesquisa se insinua: o de desdobrar as discussões desenvolvidas numa perspectiva de resistência teórica e prática, política e epistemológica, ao referencial europeu/norte-americano de racionalidade/modernidade, instrumentalizado pelo empreendimento imperialista/colonial. Atualizar essa mudança de paradigma – desde Aimé Césaire e Frantz Fanon, assim como Florestan Fernandes, Paulo Freire, Milton Santos e Lélia Gonzalez, entre tantos outros no Brasil – aos pensadores contemporaneamente nomeados como decoloniais.

Tomando os apontamentos conceituais levantados nesta tese como referências para o discernimento de sujeito/objeto/proposição/recepção da arte em

seus domínios estendidos, buscamos as várias camadas significativas de *Relatos*: suas motivações, matérias, tecnologias, usos e funções que o constituem enquanto obra, articulações entre sujeito e objeto, seus afetos, produção de sentidos em campos híbridos de conhecimento, possibilidades de circulação e de recepção do trabalho, questões éticas e poéticas. Como um processo de inquirição e fundação do real da arte, não se propõe a justificar ou garantir a eficácia de suas estratégias, ou explicar por meio de postulados teóricos seus meios ou suas causas. Ao contrário, procura questionar-se no labirinto de suas dimensões lacunares, suas faltas, incompletudes, seus desacertos. Uma investigação em processo. Exercício de dobra sobre si mesmo, em busca também de seus pontos de clivagem para outros modos de existência, para outras narrativas.

Relatos - pequenas histórias dentro da História é obra composta do cruzamento das linguagens dos videodepoimentos em fluxo contínuo, junto às criações realizadas pelos jovens. Entendendo a autonomia e especificidades desses diferentes sistemas e vocabulários linguísticos, optamos por apresentar cada uma dessas construções – filme experimental, caderno de memórias e texto teórico-conceitual, – como peças independentes, a derivar seus próprios caminhos. As possíveis relações não estão dadas de forma pronta, elas são sugeridas, insinuadas. É necessário que quem as experimente, as signifique.

Ao provisoriamente encerrar, gostaríamos de abrir um chamamento, uma fresta, uma brecha possível, entre o sono e a vigília, nas palavras de Olgária Matos (1990. p. 301), sobre o poeta-pensador:

É preciso despertar para o sonho, para depois despertar do sonho. (...) Só isso permite perscrutar “verdades antigas”, reconciliar a razão com a natureza numa relação que não seja nem linha reta nem descaminho, e que saiba enfrentar o enigma da história.

É a constelação de que fala Benjamin, em “Teses sobre a Filosofia da História”:

... explodir a continuidade da história ... onde o pensamento súbito estaca numa constelação saturada de tensões, transmitindo-lhe um choque que a faz cristalizar-se em mônada ... um “momento presente” em que se inserem estilhaços do tempo messiânico... (1985b:162-163)

O resultado deste jogo é o desconhecido, o inesperado, um sentido a ser provocado pelo trabalho no mundo.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. *Estética*. Buenos Aires: Las cuarenta, 2013.
- ADORNO, T. W. *Teoria estética*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- AZAMBUJA, Maria Regina Fay. Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança? *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v.5 n.1. p. 1-19, nov. 2006.
- BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARROS, Nívia Valença. *Violência intrafamiliar contra criança e adolescente*. Trajetória histórica, políticas sociais, práticas e proteção social. Tese (Doutorado em Psicologia) – Departamento de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: www.uff.br/maishumana/acervo/publicacoes/teses/viol_intraf1.pdf. Acesso em: 07 jul. 2020.
- BARTHES, Roland. A paz cultural. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p.109-115.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Difel, 2003.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense; Campinas: Unicamp, 1988.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BARTHES, Roland. *Roland Barthes por Roland Barthes*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BAUDELAIRE, Charles. *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006.
- BAUDRILLARD, Jean; GUILLAUME, Marc. *Figures de l'altérité*. Paris: Descartes, 1994.
- BAZIN, André. Ontologia da imagem fotográfica. In: XAVIER, Ismail (org.). *A experiência do cinema*. Rio de Janeiro: Graal; Embrafilme, 1983. p. 121-128.
- BECCHI, Egli; JULIA, Dominique. *Histoire de l'enfance en Occident*. Paris: Seuil, 1998. Vol. 2.

- BELLOUR, Raymond. *Entre-imagens: foto, cinema, vídeo*. Campinas: Papyrus, 1997.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019.
- BENJAMIN, Walter. *Sobre o programa da filosofia por vir*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2019.
- BENJAMIN, Walter. *A hora das crianças: narrativas radiofônicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2018.
- BENJAMIN, Walter. *Infância berlinense: 1900*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013a.
- BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013b.
- BENJAMIN, Walter. Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie (org.). *Escritos sobre mito e linguagem*. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2011. p.49-73.
- BENJAMIN, Walter. A vida dos estudantes. In: BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2009a. p. 31-47.
- BENJAMIN, Walter. Brinquedos e jogos. In: BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2009b. p. 95-102.
- BENJAMIN, Walter. Brinquedos russos. In: BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2009c. p. 127-130.
- BENJAMIN, Walter. Experiência. In: BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2009d. p. 21-26.
- BENJAMIN, Walter. História cultural do brinquedo. In: BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2009e. p. 89-94.
- BENJAMIN, Walter. Livros infantis velhos e esquecidos. In: BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Duas Cidades, 34, 2009f. p. 53-68.
- BENJAMIN, Walter. O ensino de moral. In: BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2009g. p. 11-20.
- BENJAMIN, Walter. O posicionamento religioso da nova juventude. In: BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2009h. p. 27-30.
- BENJAMIN, Walter. Programa de um teatro infantil proletário. In: BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2009i. p. 111-120.
- BENJAMIN, Walter. Velhos brinquedos. In: BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2009j. p. 81-88.

BENJAMIN, Walter. Visão do livro infantil. *In: BENJAMIN, Walter. Reflexões sobre a criança, o brinquedo, a educação.* São Paulo: Duas Cidades; 34, 2009k. p. 69-80.

BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo, a educação.* São Paulo: Duas Cidades, 34, 2009.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas – Magia e técnica, arte e política.* São Paulo: Brasiliense, 1987a. V.I.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas – Rua de mão única.* São Paulo: Brasiliense, 1987b. V.II.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas – Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo.* São Paulo: Brasiliense, 1987c. V.III

BENJAMIN, Walter. A doutrina das semelhanças. *In: BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas – Magia e técnica, arte e política.* São Paulo: Brasiliense, 1987d. V.I. p. 108-113.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. *In: BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas – Magia e técnica, arte e política.* São Paulo: Brasiliense, 1987e. V.I. p. 165-196 e BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. *In: BENJAMIN, Walter. A Idéia do Cinema.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1969. p. 55-95.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. *In: BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas – Magia e técnica, arte e política.* São Paulo: Brasiliense, 1987f. V.I. p.114-119.

BENJAMIN, Walter. Imagens do pensamento. *In: BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas – Rua de mão única.* São Paulo: Brasiliense, 1987g. V.II. p. 143-277.

BENJAMIN, Walter. Infância em Berlim por volta de 1900. *In: BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas – Rua de mão única.* São Paulo: Brasiliense, 1987h. V.II. p. 71-142.

BENJAMIN, Walter. O autor como produtor. *In: BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas – Magia e técnica, arte e política.* São Paulo, Brasiliense, 1987i. V.I. p. 120-36 ou *Sociologia.* São Paulo: Ática, 1985^a. p. 187-201 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 50.)

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In: BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas – Magia e técnica, arte e política.* São Paulo: Brasiliense, 1987j. V.I. p. 197-221.

BENJAMIN, Walter. O surrealismo. O último instantâneo da inteligência europeia. *In: BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas – Magia e técnica, arte e política.* São Paulo: Brasiliense, 1987k. V.I. p. 21-35.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. *In: BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas – Magia e técnica, arte e política.* São Paulo: Brasiliense, 1987l. V.I. p. 91-107.

BENJAMIN, Walter. Que é o teatro épico – um estudo sobre Brecht. *In: BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas – Magia e técnica, arte e política.* São Paulo: Brasiliense, 1987m. V.I. p. 78-90.

BENJAMIN, Walter. Rua de mão única. *In: BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas – Rua de mão única.* São Paulo: Brasiliense, 1987n. V.II. p. 9-70.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. *In: BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas – Magia e técnica, arte e política.* São Paulo: Brasiliense, 1987o. V.I. p. 222-234.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da história. *In: BENJAMIN, Walter. Sociologia.* São Paulo: Ática, 1985b. p. 153-164.

BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão.* São Paulo: Brasiliense, 1984.

BENJAMIN, Walter. A capacidade mimética. *In: CHACON, Vamireh (org.). Comunicação – 2: humanismo e comunicação de massa.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970. p. 47-52.

BERTAUX, Daniel. A vingança do curso de ação contra a ilusão científicista. *Civitas*, v.14, n.2. p. 250-271, maio/ago. 2014.

BOLLE, Willi. Walter Benjamin e a cultura da criança. *In: BENJAMIN, Walter. Reflexões: a criança, o brinquedo e a educação.* São Paulo: Summus, 1984. p. 13-16.

BONITZER, Paschal. Le grain du réel. *In: BONITZER, Paschal. Décadrages – peinture et cinéma.* Paris: Cahiers du Cinéma; Editions de l'Étoile, 1985. p. 11-28.

BOURDIEU, Pierre (coord.). Efeitos de lugar. *In: BOURDIEU, Pierre (coord.). A miséria do mundo.* Petrópolis: Vozes, 1997. p. 159-166.

BOURDIEU, Pierre; HAACKE, Hans. *Livre-troca: diálogos entre ciência e arte.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

BRASIL. *Orientações técnicas para elaboração do plano individual de atendimento (pia) de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento.* Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, abril de 2018. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/OrientacoestecnicasparaelaboracaodoPIA.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. *Estatuto da juventude.* Lei federal n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno. *Gestões e gestores de políticas públicas de atenção à saúde da criança: 70 anos de história.* Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. *Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.* Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome; SNAS, 2009.

BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. Lei federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. *Código de Menores*. Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6697.htm. Acesso em: 27 jul. 2020.

BRASIL. *Código dos Menores*. Decreto n. 5.083, de 1º de dezembro de 1926. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5083-1-dezembro-1926-503230-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 jul.2020.

BRECHT, Bertolt. *Estudos sobre teatro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

BRITO, Ronaldo. “Eu não sei o que é forma”: experiência, pensamento, crítica, história, e a necessidade de “banir o formalismo” – Entrevista com Ronaldo Brito, 2012. *Revista Tatuí*, n.14. p. 52-65, 2015. Disponível em: <http://www.revistatatui.com.br/edicao/revista-tatui-14/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRITO, Ronaldo. Acontecimento artístico. In: BRITO, Ronaldo. *Experiência crítica*. São Paulo: Cosac Naify, 2005. p. 29-31.

BRITO, Ronaldo. O moderno e o contemporâneo: o novo e o outro novo. In: BRITO, Ronaldo; VENÂNCIO FILHO, Paulo. *Arte Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Funarte, 1980. p. 5-9. (Caderno de Textos 1).

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa; HERKENHOFF, Paulo. *Manobras radicais*. São Paulo: Centro Cultural Banco do Brasil, 2006.

CADENA, M; BLASER, M. Eds. *A world of many worlds*. Durham: Duke University Press, 2018.

CAMPOS, Carlos Eduardo A. As origens da rede de serviços de atenção básica no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.14, n.3. p. 877-906, 2007.

CAMPOS, Luiz Augusto. Racismo em três dimensões: Uma abordagem realista-crítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.32, n.95, 2017. DOI:<https://doi.org/10.17666/329507/2017>.

CARVALHO, Maria do Carmo (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 2010.

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 56-82.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. GONÇALVES, José Reginaldo Santos (org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (org.). *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Rio de Janeiro: Uerj; Papéis Selvagens, 2016.

COHN, Clarice A. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

COSTA, Luiz Cláudio. A constituição da nova imagem – breve apresentação da teoria cinematográfica de Deleuze. *Cinemais* (UENF), Rio de Janeiro, n.7. p. 129-141, 1997.

CRARY, Jonathan. *Techniques of the observer*. Cambridge: MIT Press, 1996.

CUSTÓDIO, André Viana. *Direitos humanos de crianças e adolescentes e políticas públicas*. Curitiba: Multideia, 2014.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. eBooksBrasil.com, 2003.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. *A dobra – Leibniz e o barroco*. Campinas: Papius, 1991.

DELEUZE, Gilles. *A imagem tempo*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* São Paulo: 34, 2010. (Coleção TRANS).

DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo – uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DERRIDA, Jacques. *L'écriture et la différence*. Paris: Éditions du Seuil, 1967.

DESCARTES, René. *Discours de la méthode*. 1637. Disponível em : <http://classiques.uqac.ca/classiques/Descartes/discours_methode/discours_methode.html>. Acesso em: 20 ago. 2020

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Cascas. Serrote: Uma Revista de Ensaios, Artes Visuais, Ideias e Literatura*, São Paulo, n.13. p. 99-133, mar. 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imagens apesar de tudo*. Lisboa: KKYM, 2012.

DIDI-HUBERMAN, Georges. S'inquiéter devant chaque image. *Vacarme*, n.37. p. 4-12, outono 2006. Disponível em: <http://www.vacarme.org/article1210.html>. Acesso em: 07 jul. 2019.

DUBOIS, Philippe. A matéria-tempo e seus paradoxos perceptivos na obra de David Claerbout. *Revista Eco Pós*, v.15, n.1. p. 23-35, 2012.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papius, 1994.

DUCHAMP, Marcel. O ato criador. In: BATTCKOCK, Gregory. *A nova arte*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 71-74.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: UFBA, 2008.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FELDMAN, Ilana. Imagens apesar de tudo: problemas e polêmicas em torno da representação, de “Shoah” a “O filho de Saul”. *ARS*, v.14, n.18. p. 135-153, 2016.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 1972.

FERNANDES, Waleska Batista; HERNANDES, Elizabeth Sousa C. *Desmonte da Política Nacional de Saúde Mental: quem ganha o quê, por que e que diferença faz*. Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Anesp). 2020. Disponível em: <http://anesp.org.br/todas-as-noticias/desmonte-politica-saude-mental>. Acesso em: 19 ago. 2020

FERREIRA, Rosa Maria Fischer. *Meninos da rua – expectativas e valores de menores marginalizados em São Paulo*. São Paulo: Cedec, 1979.

FIGUEIREDO, Rubens. *Contos de Pedro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FOSTER, Hal. *O retorno do real: a vanguarda no final do século XX*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

FOUCAULT, Michel. *A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972 -1973)*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Estética: literatura e pintura. Música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. Ditos&Escritos III.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. Ditos&Escritos IV.

FOUCAULT, Michel. *Ditos&Escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c.

FOUCAULT, Michel. *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2006e.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. Ditos&Escritos II.

FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 2001. Tome III.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, em 2 dez. 1970. São Paulo: Loyola, 1999a.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999b.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir – nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999c.
- FOUCAULT, Michel. *A história da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1998a.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 2. O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1998b.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998c.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos I. Problematização do sujeito*: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *A escrita de si. O que é um autor*. Lisboa: Vega Passagens, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *O que é um autor*. Lisboa: Vega Passagens, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *Il faut défendre la société*. Cours au Collège de France 1975-76. Paris: Éditions du Seuil, 1997.
- FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta*. São Paulo: Hucitec, 1985.
- FLUSSER, Vilém. Transformance: photographs by Andreas Müller-Pohle. In: *Göttingen: European Photography Magazine*. p. 6-7.1983.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREITAS, Marcos Cezar (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.
- FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. In: FREUD, Sigmund. *Obras Completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. V.14. p. 120-178.
- FREUD, Sigmund. O Eu e o Id. In: FREUD, Sigmund. *Autobiografia e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Obras Completas V.16. p. 9-64.
- FREUD, Sigmund. O inquietante. In: FREUD, Sigmund. *Obras Completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. V.14. p. 247-283.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: 34, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Infância e pensamento. In: GHIRALDELLI JR.. p. (org.). *Infância, escola e modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997a. p. 83-100.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1997b.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Do conceito de *mimesis* no pensamento de Adorno e Benjamin. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1997c. p. 81-106.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas - Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1987. V.I, p.7-20.

GERALDO, Sheila Cabo. Imprecisas e fragmentadas: história e arte em fotografia. In: COSTA, Luiz Cláudio (org.). *Dispositivos de registro na arte contemporânea*. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2009. p. 65-78.

GHIRALDELLI JR.. p. Subjetividade, infância e filosofia da educação. In: GHIRALDELLI JR.. p. (org.). *Infância, escola e modernidade*. São Paulo: Cortez; Curitiba: UFPR, 1997. p. 111-125.

GREGORI, Maria Filomena. *Viração – experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GROSSMANN, Martin. 'Dilação' em Duchamp: uma atitude consciente no interior de uma construção paradoxal. In: *Significação: Revista De Cultura Audiovisual*, USP/ECO, São Paulo, v. 21, n. 10, p. 48-72, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-7114.sig.1994.65511>

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo, 34, 1999.

HEIDEGGER, Martin. *Heráclito*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

HERKENHOFF, Paulo. *Grão da voz entre dobras da alma*. Texto crítico sobre o projeto Exílios, de Paula Trope, por ocasião das exposições homônimas de que foi curador, realizadas em praça pública, em Varsóvia, 2006, e no Parque das Ruínas, Rio de Janeiro, 2007. (anexo n. 08)

HERKENHOFF, Paulo. *A espessura da luz: fotografia brasileira contemporânea*. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1994.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de; HERKENHOFF, Paulo. *Manobras radicais* São Paulo: Centro Cultural Banco do Brasil, 2006.

KANT, Immanuel. *Sobre a pedagogia*. Piracicaba: Unimep, 1996.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento” [*Aufklärung*]? In: KANT, Immanuel. *Textos seletos*. Edição bilingue. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 100-117.

KOHAN, Walter Omar. *Infância entre educação e filosofia*. São Paulo: Autêntica, 2007.

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva. Consequências da reforma trabalhista. *Tempo Social*, v. 30, n. 1. p. 77-104, abr. 2018.

KUHLMANN JR., M. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediações, 1998.

KUHLMANN JR., M. Educação infantil e currículo. In: FARIA, A. L.; PALHARES, M. S. (org.). *Educação infantil pós-LDB rumos e desafios: polêmicas do nosso tempo*. Campinas: Autores Associados, 1999. p. 51-65.

LACAN, Jacques. *Nomes-do-pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LACAN, Jacques. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LACAN, Jacques. . *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. *Seminário 17 – o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LAPLATINE, François. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini; NASCIMENTO, Maria Lívia. Infância e cidade – inventar espaços e modos de viver. *Fractal: Revista de Psicologia*, v.28, n.2. p. 257-265, maio/ago. 2016.

LEITE, Serafim SJ. (ed.). *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. 1956. V.I.

LEVY, Pierre. Plissé fractal. *Revue Chimères*, n.21. p. 1-15, 1994.

LICIO, Elaine Cristina *et al.* *Filhos “cuidados” pelo Estado: o que nos informa o relatório do Ipea sobre o reordenamento dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes*. Brasília: Ipea, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37434&catid=192&Itemid=9. Acesso em: 10 jul. 2021.

LOUREIRO, Antonio José Cacheado. *Concepções de infância ao longo da história e a evolução jurídica do direito da criança*. Disponível em: <https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/52758/concepcoes-de-infancia-ao-longo-da-historia-e-a-evolucao-juridica-do-direito-da-crianca>. Acesso em: 08 jul. 2020.

LÖWY, Michael. A contrapelo – a concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). *Lutas Sociais*, v.0, n.25-26. p. 20-28, 2011.

MACHADO, Arlindo. *A ilusão especular*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MALCOLM X. *Há uma revolução mundial em andamento: discursos de Malcolm X*. São Paulo: Lavrapalavra, 2020.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 55-79.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MATOS, Olgária. *O iluminismo visionário: Benjamin, leitor de Descartes e Kant*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

MATOS, Olgária. Desejo de evidência, desejo de vidência: Walter Benjamin. In: NOVAES, Adauto (org.). *O desejo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 283-306.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *O visível e o invisível*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

MILITO, Cláudia; SILVA, Hélio R. S. *Vozes do meio-fio*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha. O marco conceitual da vulnerabilidade social. *Sociedade em Debate*, n.17, p. 29-40, jul./dez. 2011.

MÜLLER-POHLE, Andreas. MÜLLER-POHLE, Andreas. Information Strategies. *European Photography 21*. Bonn, Germany, v.6, n.1, jan./mar. 1985. Disponível em: <http://www.muellerpohle.net/>. Acesso em: 29 ago. 2020.

MURICY, K. *Alegorias da dialética – imagem e pensamento em Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

MURICY, K. O heroísmo do presente. *Tempo Social*, v.7, n.1/2. p. 31-44, 1995. DOI: 10.1590/ts.v7i1/2.85133. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/85133>. Acesso em: 05 set. 2020

NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos ídolos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

NIETZSCHE, Friedrich. *A genealogia da moral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich. *A vontade de poder*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

NIETZSCHE, Friedrich. *Aurora* – reflexões sobre os preconceitos morais. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal* – ou prelúdio de uma filosofia do futuro. Curitiba: Hemus S.A, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. *Considerações intempestivas 1: David Strauss o confessor e o escritor*. Madrid: Alianza Editorial, 2000.

NUNES, Rodrigo. Anônimo, vanguarda, imperceptível. *Serrote*, n.24, s/p., 2016. Disponível em: <http://www.revistaserrote.com.br/2016/11/anonimo-vanguarda-imperceptivel-por-rodrigo-nunes/#>. Acesso em: 17 set. 2020.

PEDROSA, Mario. *Mundo, homem, arte em crise*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

PEDROSA, Mario. Bicho-da-seda da produção em massa. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1967. Republicado em AMARAL, Aracy (org.). *Mundo, homem, arte em crise*. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 109-113.

PEDROSA, Mario. Arte experimental e museus. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1960. Republicado em ARANTES, Otília (org.). *Política das artes. Mario Pedrosa. Textos escolhidos I*. São Paulo: Edusp, 1995. p. 295-296.

PEDROSA, Mario. Arte-reflexo, irresponsabilidade do artista. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 out. 1959. Republicado em ARANTES, Otília (org.). *Política das artes. Mario Pedrosa. Textos escolhidos I*. São Paulo: Edusp, 1995. p. 113-14.

PEDROSA, Mario. O paradoxo concretista. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jun. 1959. Republicado em AMARAL, Aracy (org.). *Mundo, homem, arte em crise*. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 26-27.

PEDROSA, Mario. O mundo perdeu seus mitos. Entrevista a Paulo Mendes Campos. *In: Diário Carioca*, Rio de Janeiro, novembro de 1947. Republicado em OITICICA FILHO, César (org.). *Mário Pedrosa*. Rio de Janeiro: Azougue, 2013. p.14-32. (Coleção Encontros).

PEDROSA, Mario. Arte, Necessidade Vital. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 e 20 abr. 1947. Republicado em PEDROSA, Mario. *Arte, Necessidade Vital*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Casa do estudante, 1949 e em ARANTES, Otília (org.). *Forma e percepção estética. Mario Pedrosa. Textos escolhidos II*. São Paulo: Edusp, 1995. p. 41-57.

PELBART, Peter Pal. *O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento*. São Paulo: N-1, 2013.

QUINTEIRO, J. A emergência de uma sociologia da infância no Brasil. *In: INSTITUTO DE FORMACIÓN PARA EDUCADORES DE JÓVENES, ADOLESCENTES Y NIÑOS TRABAJADORES DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE* (org.). *Infancia y adolescencia en América Latina: aportes desde la sociología*. Lima: Disk SAC, 2003. V. I. p. 33-50.

RAMÔA, Marise de Leão. Crack: uma pedra no meio do caminho das políticas públicas. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, Florianópolis, v.4, n.10. p. 287-290, 2012. ISSN 1984-2147.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 19-55.

RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro: Record, 1985.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO experimental org; Editora 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: 34, 1996.

REIS, Elisa; REIS, Fábio W.; VELHO, Gilberto. As ciências sociais nos últimos 20 anos: três perspectivas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.12, n.35. p. 7-28, 1997.

RIVERA, Tania. Ensaio sobre o espaço e o sujeito. Lygia Clark e a psicanálise. *Ágora*, v.11, n.2, p. 219-233, 2008.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

ROBERTI JÚNIOR, João Paulo. Evolução jurídica do direito da criança e do adolescente no Brasil. *Revista Unifebe*, v.1, n.10. p.105-122, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.unifebe.edu.br/index.php/RevistaUnifebe/article/view/7>. Acesso em: 14 jul. 2020.

ROSA, Guimarães. Nenhum, nenhuma. In: ROSA, Guimarães. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 97-106.

ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Unesp; Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1994.

ROSLER, Martha. In, around, and afterthoughts (on documentary photography). In: BOLTON, Richard (ed.). *The contest of meaning*. Cambridge: MIT Press, 1993. p. 151-206.

ROUANET, Sergio Paulo. Apresentação. In: BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 11-48.

SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Estudos da infância e sociedade contemporânea: desafios conceituais. *O Social em Questão Revista da PUC-Rio*, v. 20, n. 21. p.15-30,

2009. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/v10n21a02.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2021.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de (org.). *Estudos da infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 17-39.

SCHAEFFER, Jean Marie. *A imagem precária*. Campinas: Papirus, 1996.

SCHULTZ, Elisa Stroberg; BARROS, Solange de Moraes. A concepção de infância ao longo da história no Brasil contemporâneo. *Revista de Ciências Jurídicas*, v.3, n.2, p. 137-147, 2011.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A atualidade de Walter Benjamin e de Theodor W. Adorno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SILVA, Enid Rocha Andrade da et al. *Gasto Social com Crianças e Adolescentes (GSC&A)*. Brasília: Ipea; Unicef, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38771&Itemid=45. Acesso em: 13 dez. 2021.

SILVA, Enid Rocha Andrade da (coord.). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: Ipea; Conanda, 2004. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5481&catid=300. Acesso em: 20 ago. 2020.

SILVA, Rosane N. *A invenção da psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2005.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, v.18. p. 71-80, jan./abr. 2006.

TWAIN, Mark. *As aventuras de Huckleberry Finn*. Porto Alegre: L&PM, 2011.

UNICEF. *Declaração Universal dos Direitos das Crianças*. 1959. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf. Acesso em: 02 mai. 2020.

VANLIER, Henri. *Philosophie de la photographie*. Paris: Les Cahiers du Cinéma, 1983.

VEIGA-NETO, Alfredo. Espaços, tempos e disciplinas: as crianças ainda devem ir à escola? Texto para o Simpósio *Espaços e tempos escolares*, no 10º ENDIPE, Rio de Janeiro. 2000. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta5.4.htm>. Acesso em: 30 mai. 2020.

WOOD, Paul. *Arte conceitual*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

YASUI, Silvio. *Rupturas e encontros: desafios da reforma psiquiátrica brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

ANEXO A - Documentação do trabalho *Os Meninos*, 1993-1994

- <https://drive.google.com/file/d/1VfZ2UK6sF-pL6B-jkfBEpJhotmpFRkG/view?usp=sharing>

ANEXO B - Documentação do trabalho *Contos de Passagem*, 2000-2001

- https://drive.google.com/file/d/11e_B0UvIS-tMysNCEVLnM3CrGAIRabzN/view?usp=sharing

ANEXO C - Documentação do trabalho *Sem Simpatia – Os Meninos do Morrinho*,
2004-2005

- <https://drive.google.com/file/d/1JB6bGLiQegfOhEkAswr8vIWcm84LzQtv/view?usp=sharing>

ANEXO D - Grão da voz entre dobras da alma, texto do crítico e curador Paulo Herkenhoff sobre a obra *Exílios*, 2006-2007 (pg.1)

PAULA TROPE

A artista carioca inaugura no próximo dia 18 exposição individual no Parque das Ruínas, onde apresentará a instalação *Exílios*, trabalho experimental que reúne fotografia e vídeo. Ainda inédito no Brasil, *Exílios* reconta a história de imigrantes poloneses no Rio de Janeiro, e discute a questão da memória afetiva, o trauma, a reconstrução da vida e, simbolicamente, a possibilidade de retorno, de resgate de uma imagem perdida, ou de recusa, de apagamento de uma cena impossível de ser lembrada. Com curadoria de Paulo Herkenhoff, a exposição integra o evento Polônia Carioca, que deve movimentar a cidade nesse final de setembro.

Com essa exposição, Trope retorna de um périplo internacional, que passou pela Polônia, onde apresentou *Exílios* pela 1ª vez, em praça pública, em setembro de 2006, pela Bienal de Veneza de Robert Storr, em que participou com a série fotográfica *Sem Simpatia*, em parceria com os rapazes do *Morrinho*, inaugurada em junho e que permanece até o final de novembro, e por Nova York, na *Americas Society* - importante instituição não-governamental dedicada a Arte Latino-Americana -, com *Emancipatory Action: Paula Trope and the Meninos*, exposição que reúne uma série de projetos realizados ao longo dos últimos 15 anos, em torno da questão da alteridade, com curadoria de Gabriela Rangel e José Falconi, de maio a agosto desse ano. A exposição recebeu crítica de página inteira no *New York Times* e foi indicada na última *Artforum* de agosto.

Além disso, a artista integra outras duas outras mostras na cidade: como convidada do projeto *A Última Foto*, de Rosângela Rennó, e na exposição *Mais Precioso que Prata*, sobre fotografia digital, ambas em exibição no Centro Cultural da Caixa Econômica Federal.

Projeto Participante do Festival Polônia Carioca, Rio de Janeiro 2007
www.poloniacarioca.com

Polônia Carioca
Dia de Janeiro 2007

Patrocínio:

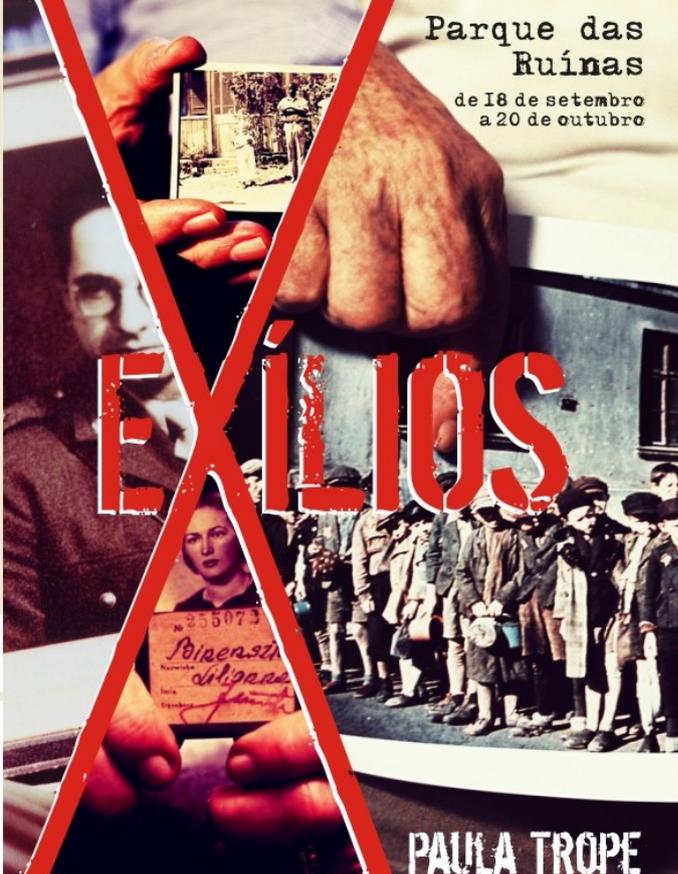

Apoio:


Promoção:


Realização:


Produção:


Parque das Ruínas
de 18 de setembro a 20 de outubro



EXÍLIOS

PAULA TROPE

ANEXO D - *Grão da voz entre dobras da alma*, texto do crítico e curador Paulo Herkenhoff sobre a obra *Exílios*, 2006-2007 (pg. 2)

Paula Trope, grão da voz entre dobras da alma.

É impossível esquecer - afirma Gianni Vattimo sobre a memória coletiva e individual. É o que se ouve no verso de Tomasz Lychowski sobre Auschwitz: "Impossível libertar-se desse saber." Assim são os Exílios de Paula Trope, os depoimentos de refugiados poloneses no Rio de Janeiro. São lugares de escuta que abrem a fissura por onde escorre a fala que não se cala. A artista promove uma inauguração poética da oralidade. A História, constituída por histórias de sujeitos em abandono, não é apenas a história dos vencidos, reivindicada por Walter Benjamin. Ao contrário, o sobrevivente à barbárie, por sua pulsação de vida na resistência, é apresentado como vencedor existencial.

Até 1914, cem mil poloneses vieram para o Brasil. Viveram dificuldades, estigmas e o futuro. A imigração se associava à falta de terra, à fuga do genocídio nazista e do regime soviético. Wladyslaw Dziedziowski conheceu o cárcere político quando sua região na Polônia foi anexada pela Rússia. Depois de atuar no exército polonês na Segunda Guerra, preferiu o exílio ao domínio soviético porque previa o Gulag.

O trauma leva o sujeito ao esquecimento daquilo que não pode ser esquecido. Amnésia, afasia, bloqueio, recalque e censura são estratégias particulares e sintomas sociais de existência de algo que é impossível esquecer. A vocação do silêncio é apagar a memória. "Na afasia originária quando falta a voz do deus ou do poeta, é preciso contentarmo-nos com estes vigários da palavra: o grito e a escritura", analisa Jacques Derrida em *L'écriture et la différence*. Em *Exílios*, Aleksander Laks, sobrevivente do Holocausto, é contundente: "sobrevivi para contar para isto nunca mais acontecer".

Judeus choram sobre o Livro. Em idade avançada, Laks ainda se lembra que viu uma criança morrer porque chorava. É sua cena primal do terrorismo de Estado. As pausas de seu discurso remetem a Edmond Jabès: "O espaço refletido entre dois vocábulos, é, talvez, o vazio entre a morte e o livro" (*Le Livre des Ressemblances*). Laks é toda criança em choro para viver.

Exílios de Trope é um projeto de *hypónema*, cujos atos memoriais revivem a experiência das pequenas histórias dentro da História. Sob uma anamnese crítica, o testemunho confere espessura ao presente. Contra a opacidade dos arquivos, surge o discurso vivo. Não se erradica a História do Terror. *Exílios* solicita intimidade mnemônica aos espectadores e indignação.

A amnésia demanda uma psicologia abissal. Trope faz emergir o ser entre as dobras da alma. Sua afinidade com Anri Sala está nos diálogos para a ressignificação da experiência do sujeito na História. Verdades se leem nos monumentos subjetivos. Trope sabe que Derrida reivindica em *Mal d'Archive*, a "prosthesis", o substituto destorcido. Para ele, em casos limites da impressão, "uma parte da verdade permanece, um pedaço ou um grão da verdade respira no âmago da desilusão, da ilusão, da alucinação e da assombração". É a voz do exilado. E se o Verbo indicar a medida de

nossa impotência em lembrar? Entre Artaud e Derrida (*El teatro de la crueldad y la clausura de la representación*), esta é a pergunta que atemoriza diante de uma clausura da representação do Holocausto.

Em sua produção, Paula Trope agencia meios tecnológicos precários para registrar meninos de rua em estado de abandono. Ela rege a ética do signo documental. A arte é o diagrama de trocas produtivas no tecido das alteridades. O que jaz na zona da obliteração social, moeda do olhar na exclusão, torna-se visível.

Lembrar-se na língua materna é reconstituir o sujeito em Exílios. A língua conduz o imaginário sob o grão da voz da identidade. Trope cita *Le Bruissement de la Langue* de Roland Barthes: é na língua que se constitui o sujeito e, na separação da língua, há luto permanente". Para o estrangeiro entre duas línguas, seu reino é o silêncio, diz Julia Kristeva em *Etrangers à nous-mêmes*. Ela esclarece: o estrangeiro está em nós. Paula Trope opera com uma câmera analógica de vídeo (High-8). Substitui a lente por um buraco para ter registros precários. Envolto em halo escuro, surge um nublado ambiente em bolha. O observador se põe junto ao que fala. A bolha é a monada do ser leibniziano com suas dobras da alma. Dali se fala. A deliberada deterioração da estrutura ótica da câmera visa à entropia do vídeo para extrair produtividade semântica da falha tecnológica. Trope também recorre à tecnologia ótica da época dos exílios com a câmera fotográfica 6X9 dos anos 40.

As imagens de Exílios, quase imprecisas, são índices da distância temporal. A câmera adulterada monta o lugar cerrado. A luz do imaginário em estado de recordação é mais que descrição física do corpo. Sendo difícil ver e impossível esquecer, é dolorido lembrar. A imagem turva produz um distanciamento. A cena do confronto entre o que fala e o observador da voz cristalina é obscura.

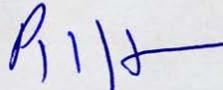
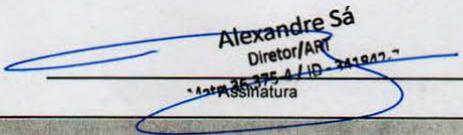
Os depoimentos de Exílios têm a urgência perplexa de livro. É isto um homem? de Primo Levi sobre a experiência extrema num campo de concentração. Liliana Syrkis foi deportada para a Sibéria com a mãe e a irmã. Ela correlaciona o nazismo ao exílio do filho Alfredo durante a ditadura militar no Brasil. Opõe seu ethos ao estado de exceção. Seu discurso severo une elos da cadeia de irracionalidade política. "Eu quero um pouco esquecer dessas coisas", diz. A dor é "inaudível, mas tu ouves", escreve Lychowski. Assim é a arte de Trope.

Desterritorializados, esses poloneses de Exílios superaram, na reconstituição da vida no Rio de Janeiro, o sentimento de serem estrangeiros. O polonês Paul Landowski deu forma final à estátua do Cristo Redentor que domina a baía do Rio de Janeiro e virou um símbolo cordial do país. Entre Angola, Polônia e Brasil, Lychowski fala de "poliocentrismo existencial". O migrante faz passagens e aproximações, como ele canta pensando na terra que "nunca disse adeus".

"Quanto mais busco o Brasil, tanto mais descubro a Polônia e também o contrário".

Paulo Herkenhoff

ANEXO E - Abertura de processo de solicitação para realização de pesquisa entre instituições pela Plataforma Brasil

1. Projeto de Pesquisa: Relatos - pequenas histórias dentro da História			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 30			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 8. Linguística, Letras e Artes			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: Paula de Lima Trope			
6. CPF: 817.203.607-82		7. Endereço (Rua, n.º): PACHECO LEAO 1556 JARDIM BOTANICO 301 RIO DE JANEIRO RIO DE JANEIRO 22460030	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: 21994534008	10. Outro Telefone:
		11. Email: paulatrope@uol.com.br	
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do paramProjeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao paramProjeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: <u>Rio, 14</u> / <u>10</u> / <u>2019</u>			
Assinatura			
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ		13. CNPJ: 33.540.014/0001-57	14. Unidade/Órgão:
15. Telefone: (21) 1334-2180		16. Outro Telefone:	
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: <u>ALEXANDRE SA BARRETO</u>		CPF: <u>07122526739</u>	
Cargo/Função: <u>DIRETOR DO ART/OERJ</u>			
Data: <u>02</u> / <u>07</u> / <u>2019</u>			
Assinatura			
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

**ANEXO F - Instituição proponente – Uerj: Submissão de projeto de pesquisa;
Comitê de Ética - Parecer consubstanciado (pg. 1)**

UERJ - UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO;



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Relatos - pequenas histórias dentro da História

Pesquisador: Paula Trope

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 24630219.9.0000.5282

Instituição Proponente: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.712.655

Apresentação do Projeto:

Tese em História e Crítica de Arte, que pretende durante um período de aproximadamente 6 meses, coletar depoimentos em vídeo e fotografias, acompanhados da produção de anotações, em colaboração com adolescentes com idade entre 12 e 18 anos de idade, sob os cuidados dos Centros de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi) e Centros de Atenção Psicossocial Álcool Outras Drogas (CAPSad), subordinados à Secretaria Municipal de Saúde – SMS – da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo primário da pesquisa é, segunda a pesquisadora responsável, o exercício da arte, pelo uso do vídeo e da fotografia, na afirmação da singularidade e valorização de jovens em situação de vulnerabilidade social. Essas ações pretendem estimular a autoestima, a curiosidade e a vontade dos adolescentes envolvidos. O projeto buscará estimular a produção do simbólico, abrindo espaços para a elaboração de suas experiências, servindo como canal de escuta, de comunicação e de trocas. Os participantes da pesquisas serão jovens entre 16 e 18 anos atendidos nos serviços CAPSi e CAPSad da cidade do Rio de Janeiro, no total de 9 instituições. Os jovens irão receber equipamentos para realizarem vídeos e fotografias de seu cotidiano dentro e fora da instituição e participar de oficinas com a pesquisadora. Estima-se 30 participantes e um período de pesquisa de 6 meses nas instituições.

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** etica@uerj.br

**ANEXO F - Instituição proponente – Uerj: Submissão de projeto de pesquisa;
Comitê de Ética - Parecer consubstanciado (pg. 2)**

UERJ - UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO;



Continuação do Parecer: 3.712.655

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisa oferece risco mínimo, mas em se tratando de menores de idade a pesquisadora compromete-se a preservar os adolescentes de situações de desproteção, abusivas ou constrangedoras. Para tanto, atuará em conjunto (artista-pesquisador responsável e mais um mediador assistente, igualmente artista pesquisador), para reforçar essa atenção. E com a supervisão regular da Orientadora e Co-orientadora da pesquisa. Como benefícios a pesquisadora elenca valorizar a autoestima, a curiosidade e o desejo de vida dos participantes. Pretende investigar as potencialidades da fotografia, do vídeo e da arte, como ferramentas para produção de reflexão, de questionamento, de construção de dimensão crítica e de conhecimento de si e do mundo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto adequado, com cronograma factível. Risco mínimo para os participantes que já são atendidos em centros de atenção psicossocial e terão na pesquisa uma atividade que pode ser benéfica em seus tratamentos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto carimbada e assinada, TCLE para responsáveis e TAE para adolescentes em linguagem acessível, apresenta também termo de consentimento do uso da imagem para responsáveis e para os adolescentes, apresenta carta de anuência da Superintendência de Saúde Mental do SMS do Rio de Janeiro, cronograma e orçamento apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Ante o exposto, a COEP deliberou pela aprovação do projeto, visto que não há implicações éticas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Faz-se necessário apresentar Relatório Anual - previsto para novembro de 2020. A COEP deverá ser informada de fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo, devendo o pesquisador apresentar justificativa, caso o projeto venha a ser interrompido e/ou os resultados não sejam publicados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1387692.pdf	17/10/2019 17:39:53		Aceito
Projeto Detalhado	PlataformaBrasil_ProjetoRelatos_Pequ	17/10/2019	Paula Trope	Aceito

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** etica@uerj.br

**ANEXO F - Instituição proponente – Uerj: Submissão de projeto de pesquisa;
Comitê de Ética - Parecer consubstanciado (pg. 3)**

UERJ - UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO;



Continuação do Parecer: 3.712.655

/ Brochura Investigador	enasHistorias_PaulaTrope.pdf	17:29:55	Paula Trope	Aceito
Outros	curriculo_equipe_editor_Rodrigo_Lima.pdf	17/10/2019 17:28:54	Paula Trope	Aceito
Cronograma	Cronograma_PlataformaBrasil_Projetorelatos_PequenasHistorias_PaulaTrope.pdf	17/10/2019 17:27:04	Paula Trope	Aceito
Outros	curriculo_lattes_pesquisadora_assistente_Joana_Traub_Cseko.pdf	14/10/2019 21:27:41	Paula Trope	Aceito
Outros	curriculo_lattes_pesquisadora_responsavel_Paula_Trope.pdf	14/10/2019 21:26:51	Paula Trope	Aceito
Outros	CARTA_APRESENTACAO_INSTITUICAO_PROPONENTE_UERJ.pdf	14/10/2019 21:23:46	Paula Trope	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE2_TermoConsentimentoLivreEsclarecido_Responsavel.pdf	14/10/2019 21:20:02	Paula Trope	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCIA2_TermoCessaolmagemAudio_ResponsavelAdolescente.pdf	14/10/2019 21:19:39	Paula Trope	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCIA_TermoCessaolmagemAudio_Adoloescente.pdf	14/10/2019 21:19:09	Paula Trope	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TAE_TermoAssentimentoEsclarecido_Jovens16e18anos.pdf	14/10/2019 21:18:52	Paula Trope	Aceito
Outros	Termo_Autorizacao_Institucional_Superintendencia_Saude_Mental_SMS_RJ.pdf	14/10/2019 20:27:09	Paula Trope	Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto_projeto_Relatos_Paula_Trope.pdf	14/10/2019 20:11:49	Paula Trope	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** etica@uerj.br

**ANEXO F - Instituição proponente – Uerj: Submissão de projeto de pesquisa;
Comitê de Ética - Parecer consubstanciado (pg. 4)**

UERJ - UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO;



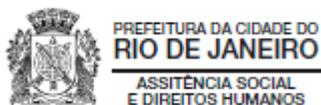
Continuação do Parecer: 3.712.655

RIO DE JANEIRO, 19 de Novembro de 2019

Assinado por:
Patricia Fernandes Campos de Moraes
(Coordenador(a))

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** etica@uerj.br

ANEXO G - Instituição parceira – Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro: Submissão de projeto de pesquisa; Comitê de Ética SMASDH - Parecer consubstanciado (pg.1)



FICHA DE SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA E/OU PROJETO DE EXTENSÃO NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS DO RIO DE JANEIRO

Nome do pesquisador: Paula de Lima Trope

Telefone: (21) 2259-8273 **Celular:** (21) 99453-4008

Correio Eletrônico: paulatrope@uol.com.br

Identificação da Instituição proponente: UERJ

Curso: Programa de Pós-Graduação em Artes – Linha História e Crítica de Arte

Departamento: Instituto de Artes

Nome do Orientador: Profa Dra Sheila Cabo Geraldo

Tipo de projeto: Tese de Doutorado

Área de conhecimento da pesquisa: Arte e Cultura Contemporânea

Síntese da pesquisa, explicitando o tema e a metodologia da mesma:

Relatos - pequenas histórias dentro da História (título) é um projeto de criação, de natureza conceitual e poética, associando vídeo e fotografia, a ser realizado com a participação de jovens sob a guarda de equipamentos de Recepção e Inserção Social em favor da infância e da adolescência no Município do Rio de Janeiro. A metodologia da pesquisa baseia-se em jogos de alteridade: a ideia é que os jovens narrem suas histórias nas instituições, em família, na rua, ao mesmo tempo que fotografarão seus objetos de interesse, ressignificando suas experiências. Essas ações buscarão valorizar a autoestima, a curiosidade e o desejo de vida dos participantes. Tendo, portanto, como campo temático os adolescentes que atuarão como protagonistas no processo de construção do trabalho, **Relatos - pequenas histórias dentro da História** tem como objetivo principal possibilitar a seus participantes a descoberta da arte, de si e do mundo, propondo-se como exercício emancipatório na constituição de subjetividade.

Carta de apresentação da Instituição: () Não (X) Sim

Utilização de questionário: () Não () Sim

Em caso positivo, indicar a quem será aplicado: Pretende-se propor o projeto a adolescentes entre 12 e 18 anos, formando três grupos de até 15 participantes.

Equipamentos Públicos pretendidos para realização do projeto: Central de Recepção de Crianças e Adolescentes Ademar Ferreira de Oliveira, no Centro (Masculino); Central de Recepção de Crianças e Adolescentes Taiguara, Cachambi (Feminino) e a Unidade Municipal de Reinserção Social de Crianças e Adolescentes Lucinha Araujo, Tijuca (Misto).

Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP () Não () Sim

Tempo de realização: de 08/2019 a 08/2020

Previsão para apresentação das conclusões da pesquisa ao CSIMAS/GDEP: 10/2020

Rio de Janeiro, _____/_____/_____

Assinatura do Pesquisador do Projeto

ANEXO G - Instituição parceira – Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro: Submissão de projeto de pesquisa; Comitê de Ética SMASDH - Parecer consubstanciado (pg. 2)



Projeto de pesquisa e de criação: *Relatos – Pequenas histórias dentro da História*
Tese para obtenção de Doutorado em História e Crítica de Arte
Pesquisadora Responsável: Paula Trope
Orientadora Responsável: Profa Dra Sheila Cabo Geraldo
Instituição vinculada ao projeto: Programa de Pós-Graduação em Artes – Instituto de Artes - UERJ
Equipamentos Públicos pretendidos para realização do projeto: Central de Recepção de Crianças e Adolescentes Taiguara - Cachambi; Unidade Municipal de Reinscrição Social de Crianças e Adolescentes Lucinha Araújo – Tijuca
Campo de Investigação: Jovens acolhidos por fundações governamentais em favor da infância e da adolescência

À
Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente _ GDEP
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos _ SMASDH

Prezados Senhores,

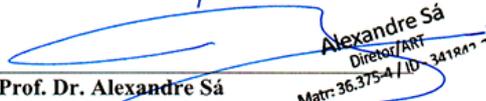
A artista visual e pesquisadora **Paula Trope** está desenvolvendo a pesquisa *Relatos – Pequenas histórias dentro da História*, vinculada ao **Instituto de Artes da UERJ**, sobre a questão da infância e juventude sob a guarda de equipamentos de Recepção e Inserção Social em favor da infância e da adolescência no Município do Rio de Janeiro. Trata-se de sua Tese para obtenção do Doutorado em História e Crítica de Arte neste Instituto.

Com o intuito de esclarecimento, declaramos ter total conhecimento da temática e do conteúdo do projeto *Relatos – Pequenas histórias dentro da História*, bem como da pertinência da realização da pesquisa no âmbito da Arte e das Ciências Humanas. Declaramos ainda o conhecimento dos **Termos das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos**, especialmente a **Resolução 466/12** e a **Resolução 510/16** e complementares, do **Conselho Nacional de Saúde**, assim como do ordenamento jurídico referente ao assunto, que serão plenamente respeitados pela pesquisadora e equipe.

Solicitamos a esta Gerência a apreciação do referido projeto, a fim de que a pesquisadora possa desenvolver o programa proposto nas Instituições pretendidas.

Requeremos ainda seu aceite através do **Termo de Anuência** anexado ao projeto, para que possa ser encaminhado pela **Plataforma Brasil** ao **Comitê de Ética do Ministério da Saúde**.

Rio de Janeiro, 02/02/2019


Alexandre Sá
 Diretor do Instituto de Artes
 Matr: 36.375-4 / ID: 341847
Prof. Dr. Alexandre Sá
Diretor do Instituto de Artes
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

ANEXO G - Instituição parceira – Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro: Submissão de projeto de pesquisa; Comitê de Ética SMASDH - Parecer consubstanciado (pg. 3)

PARECER DE INDEFERIMENTO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA EM EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

A pesquisa intitulada “**Relatos – pequenas histórias dentro da História**” de autoria de **Paula de Lima Trope** para obtenção do título de Doutorado em História e Crítica de Arte do Programa de Pós-Graduação em Artes do Instituto de Artes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, sob orientação da Profª Dra. Sheila Cabo Geraldo, é um projeto de pesquisa e criação, de natureza conceitual, com o objetivo principal de possibilitar aos participantes a descoberta da arte, de si e do mundo, como exercício emancipatório na constituição de subjetividade

A metodologia proposta pretende realizar grupos focais com os adolescentes por um período de 8 a 10 meses e a coleta de dados se dará na forma de depoimentos e através da produção de vídeos e fotografias de jovens das Centrais de Recepção de Crianças e Adolescentes Ademar Ferreira de Oliveira e Taiguara.

Considerando que o público são adolescentes de 12 a 18 anos incompletos que se encontram acolhidos por estarem em situação de risco social permeados de vulnerabilidades, e que o tempo para a realização da pesquisa não corresponde com o perfil de provisoriedade das Centrais de Recepção;

Considerando que este público conta com amparo do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes com a finalidade de assegurar-lhes sua proteção integral e que em seu artigo 17, garante a crianças e adolescentes, além da inviolabilidade física e psíquica, também a preservação da sua imagem, identidade, autonomia, valores, ideias e crenças, espaços e objetos pessoais;

Considerando que os adolescentes que se encontram acolhidos em nossas unidades estão sob a responsabilidade do município representado pelos seus gestores;

Considerando que o Protocolo para Autorização de Pesquisas no âmbito da SMASDH visa garantir que as mesmas se constituam em campo de estudo de interesse desta Secretaria e que respeitem os usuários e servidores da mesma e, para tanto, não autoriza fotos e filmagens, tanto dos equipamentos quanto de seus usuários.

ANEXO G - Instituição parceira – Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro: Submissão de projeto de pesquisa; Comitê de Ética SMASDH - Parecer consubstanciado (pg. 4)

Parecer:

Foi apresentada a minuta do projeto com especificação da metodologia da pesquisa, Modelos dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e Termo de Assentimento (conforme Resolução CNS 466/2012 e CNS 510/2016) faltando somente o parecer consubstanciado de Comitê de Ética em pesquisa, necessário para a realização de pesquisas envolvendo seres humanos.

Apesar da relevância da pesquisa no que diz respeito a compreensão do fenômeno da juventude em situação de vulnerabilidade, sugerimos o indeferimento para a execução da mesma devido a metodologia de registros de imagens e vídeos dos adolescentes das Centrais de Recepção Ademar Ferreira e Taiguara, apesar de todas as referências no projeto quanto aos cuidados a serem tomados no trato com os produtos do trabalho de campo.

Silvana Bencardino Araujo – Mat. 10/235.569-1

Gerencia de Desenvolvimento e Educação Permanente

**ANEXO H - Instituição parceira – Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro:
Submissão de projeto de pesquisa; Comitê de Ética SMS - Parecer
consubstanciado (pg. 1)**



Projeto de pesquisa e de criação: *Relatos – Pequenas histórias dentro da História*
Tese para obtenção de Doutorado em História e Crítica de Arte
Pesquisadora Responsável: Paula Trope
Orientadora Responsável: Profa Dra Sheila Cabo Geraldo
Instituição vinculada ao projeto: Programa de Pós-Graduação em Artes - Instituto de Artes - UERJ
Unidades pretendidas para realização do projeto: CAPSi II Maurício de Sousa; CAPSi II Visconde de Sabugosa; CAPSi II Maria Clara Machado; CAPSi II Heitor Villa Lobos; CAPSad II Mané Garrincha; CAPSad III Miriam Makeba; CAPSad III Raul Seixas e o CAPSad III Paulo Portela.
Campo de Investigação: Jovens acolhidos por Instituições em favor da Infância e da Adolescência

À
**Superintendência de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro
 – SMS-RJ –**

Prezados Senhores,

A artista visual e pesquisadora **Paula Trope** está desenvolvendo a pesquisa *Relatos – Pequenas histórias dentro da História*, vinculada ao **Instituto de Artes da UERJ**, sobre a questão da infância e juventude sob a guarda de Instituições governamentais em favor da infância e da adolescência no Município do Rio de Janeiro. Trata-se de sua Tese para obtenção do Doutorado em História e Crítica de Arte neste Instituto.

Com o intuito de esclarecimento, declaramos ter conhecimento da temática e do conteúdo do projeto *Relatos – Pequenas histórias dentro da História*, bem como da pertinência da realização da pesquisa no âmbito da Arte e das Ciências Humanas. Declaramos ainda o conhecimento dos **Termos das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos**, especialmente a **Resolução 466/12** e complementares, assim como do ordenamento jurídico referente ao assunto, que serão plenamente respeitados pela pesquisadora e equipe.

Solicitamos a esta Superintendência a apreciação do referido projeto, a fim de que a pesquisadora possa desenvolver o programa proposto nas Instituições pretendidas.

Requeremos ainda seu aceite através do **Termo de Anuência** anexado ao projeto, para que possa ser encaminhado pela **Plataforma Brasil** ao **Comitê de Ética do Ministério da Saúde**.

Rio de Janeiro, 02/07/2019


Alexandre Sá
 Diretor/ART
 Matr: 36.375-4 / ID: 3418477
Prof. Dr. Alexandre Sá
 Diretor do Instituto de Artes
 Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**ANEXO H - Instituição parceira – Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro:
Submissão de projeto de pesquisa; Comitê de Ética SMS - Parecer
consubstanciado (pg. 2)**

**CARTA DE SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA NO ÂMBITO DA SUPERINTENDÊNCIA
DE SAÚDE MENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO _ SMS-RJ**

Nome do pesquisador responsável: Paula de Lima Trope
Telefone: (21) 2259-8273 **Celular:** (21) 99453-4008
Correio Eletrônico: paulatrope@uol.com.br
Identificação da Instituição proponente: UERJ
Curso: Programa de Pós-Graduação em Artes – Linha História e Crítica de Arte
Departamento: Instituto de Artes
Nome da Orientadora: Profa Dra Sheila Cabo Geraldo
Co-Orientadora: Profa Dra Marise de Leão Ramôa
Tipo de projeto: Tese de Doutorado
Área de conhecimento do Curso: Arte e Cultura Contemporânea
Síntese da pesquisa, explicitando o tema e a metodologia da mesma:

Relatos - pequenas histórias dentro da História (título) é um projeto de natureza conceitual e poética, associando vídeo e fotografia, a ser realizado com a participação de adolescentes acolhidos em unidades dos Centros de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSis) e dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool Outras Drogas (CAPSad) que atendam também a jovens, no Município do Rio de Janeiro. A metodologia da pesquisa baseia-se em jogos de alteridade: a ideia é que os adolescentes narrem suas histórias nas instituições, em família, na rua, ao mesmo tempo que fotografarão seus objetos de interesse, ressignificando suas experiências. O trabalho fará uso de dispositivos diversos na captação de imagens fixas e em movimento, desde celulares, câmeras digitais de baixo custo e câmeras antigas, fora de uso, adulterando ainda esses aparelhos, numa investigação de tecnologias. Essas manipulações garantirão também preservar a identidade dos jovens participantes, tanto nos vídeos quanto nas fotografias, protegendo-os de quaisquer exposições indevidas. As ações propostas buscarão valorizar a autoestima, a curiosidade e o desejo de vida entre os participantes. Tendo, portanto, como campo temático os adolescentes que atuarão como protagonistas no processo de construção do trabalho, *Relatos - pequenas histórias dentro da História* tem como objetivo principal possibilitar a seus participantes a descoberta da arte, de si e do mundo, propondo-se como exercício emancipatório na constituição de subjetividade. Ao final do projeto buscaremos organizar uma mostra, pela seleção de fotografias e fragmentos dos vídeos produzidos, que componham o trabalho como um todo, num conjunto pensado para a instituição que vier a abrigá-la, vinculada à rede de atenção à criança e adolescência. Esse conjunto, acompanhado do texto sobre o processo de realização do trabalho, constituirá a Tese de pesquisa e de criação para obtenção do Doutorado em *História e Crítica de Arte* do PPGArtes da UERJ.

Grupos focais: Pretende-se propor o projeto a adolescentes entre 12 e 18 anos, formando grupos de cerca de 12 participantes.

Unidades solicitadas para realização do projeto: CAPSi II Maurício de Sousa - Botafogo; CAPSi II Visconde de Sabugosa - Ramos; o CAPSi II Maria Clara Machado - Méier e o CAPSi II Heitor Villa Lobos – Madureira; CAPSad II Mané Garrincha - Maracanã; CAPSad III Miriam Makeba - Ramos; CAPSad III Raul Seixas - Encantado e o CAPSad III Paulo Portela - Madureira.

Período provável de realização: de 09/2019 a 08/2020

Previsão para apresentação das conclusões da pesquisa à SMS-RJ: 10/2020

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2019.

Paula de Lima Trope
Pesquisador responsável pelo Projeto

**ANEXO H - Instituição parceira – Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro:
Submissão de projeto de pesquisa; Comitê de Ética SMS - Parecer
consubstanciado (pg. 3)**

TERMO DE ANUÊNCIA

A Superintendência de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS-RJ) declara apoio à realização do projeto de pesquisa intitulado “*Relatos - pequenas histórias dentro da História*” sob responsabilidade da pesquisadora **Paula de Lima Trope**, discente do Programa de Pós-Graduação em Artes - Doutorado em História e Crítica de Arte do Instituto de Artes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGArtes/UERJ).

Ciente dos objetivos, dos procedimentos metodológicos e de sua responsabilidade como pesquisadora da referida Instituição Proponente/Coparticipante, concedemos a anuência para o seu desenvolvimento nas unidades: CAPSi II Maurício de Sousa; CAPSi II Visconde de Sabugosa; CAPSi II Maria Clara Machado; CAPSi II Heitor Villa Lobos; CAPSad II Mané Garrincha; CAPSad III Miriam Makeba; CAPSad III Raul Seixas e o CAPSad III Paulo Portela.

Este Termo de anuência está condicionado aos cumprimentos das determinações éticas normatizadas pelas Resoluções CNS/MS n° 466/2012, 510/2016 e 580/2018 e às resoluções complementares relacionadas ao objeto da pesquisa. O projeto somente poderá ter início nas Unidades de Saúde mediante sua aprovação prévia e documental pelo Comitê de Ética em Pesquisa da SMS-RJ.

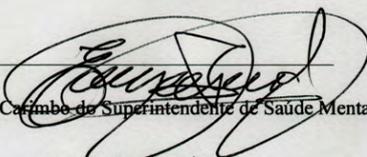
Conforme seus artigos, em especial os artigos 6° e 7° da Resolução CNS/MS n° 580/2018, a pesquisa realizada em instituição integrante do SUS não deverá interferir nas atividades profissionais dos trabalhadores no serviço, exceto quando justificada a necessidade, e somente poderá ser executada quando devidamente autorizada pelo dirigente da instituição. A pesquisa que incluir trabalhadores da saúde como participantes deverá respeitar os preceitos administrativos e legais da instituição, sem prejuízo das suas atividades funcionais.

Solicitamos que, ao concluir o estudo, o pesquisador responsável apresente o relatório final da pesquisa para o(s) gestor(es) e para a equipe de saúde da(s) unidade(s) onde se desenvolveu o estudo.

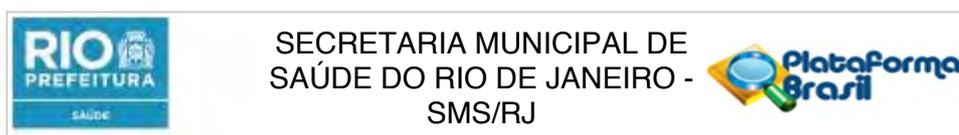
No caso do não cumprimento dos termos acima explicitados, a Instituição “anuente” tem desde já liberdade de retirar esta anuência a qualquer momento, sem incorrer em qualquer forma de penalização.

Rio de Janeiro, 19 / 08 / 2019.

Assinatura e Carimbo do Superintendente de Saúde Mental


Hugo Marques Fagundes Junior
Superintendente de Saúde Mental
Matr. 11/162.373-5
S/SUBHUE/SSM

**ANEXO H - Instituição parceira – Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro:
Submissão de projeto de pesquisa; Comitê de Ética SMS - Parecer
consubstanciado (pg. 4)**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Elaborado pela Instituição Coparticipante

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Relatos - pequenas histórias dentro da História

Pesquisador: Paula Trope

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 24630219.9.3001.5279

Instituição Proponente: Superintendência de Saúde Mental

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.784.710

Apresentação do Projeto:

É um projeto de pesquisa base de tese de doutorado da pesquisadora Paula Trope. "Relatos - pequenas histórias dentro da História" elege como metodologia a pesquisa-ação, modalidade que articula ação e pesquisa como instrumentos de reconhecimento de uma situação, ao mesmo tempo que de formulação de dimensão crítica sobre essa realidade. Esse tipo de abordagem possibilitará, para além da aquisição e coleta de dados objetivos, relacionar os materiais resultantes (depoimentos e fotografias) aos conceitos e problemas que motivam o projeto, propiciando uma compreensão mais aprofundada das questões investigadas. Como introdução aos conceitos e práticas que serão adotadas, apontamos a problematização das relações entre sujeito e objeto, ou seja, nas ordens metodológica e epistemológica da pesquisa. Tais dimensões se colocam na medida em que o projeto tem como chave principal a elaboração de estratégias

dialógicas, em que aquele que seria objeto de investigação possa atuar como agente do processo criador, assumindo o papel de sujeito.

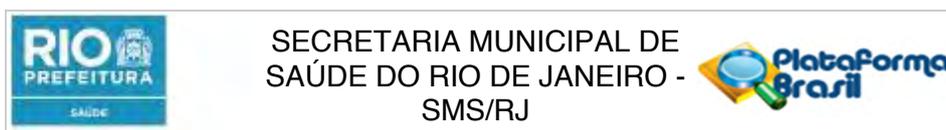
Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

O objetivo primário de Relatos – pequenas histórias dentro da história é o exercício da arte, pelo uso do vídeo e da fotografia, na afirmação de uma singularidade, o agenciamento de uma fala, a valorização de um desejo em sua potência de vida. Relatos procurará criar condições para

Endereço: Rua Evaristo da Veiga, 16, 4º andar
Bairro: Centro **CEP:** 20.031-040
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2215-1485 **E-mail:** cepsmsrj@yahoo.com.br

**ANEXO H - Instituição parceira – Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro:
Submissão de projeto de pesquisa; Comitê de Ética SMS - Parecer
consubstanciado (pg. 5)**



Continuação do Parecer: 3.784.710

desenvolver questões ligadas ao problema da enunciação do discurso, como a da constituição de um sujeito da linguagem a partir da contaminação entre o discurso artístico e aquilo que seria seu objeto. Especial atenção será dada no sentido de se evitar explicações causais e de se buscar compreender essas vivências no contexto material e simbólico em que estão inseridas. A intenção é cuidar para romper paradigmas e estereótipos. Essas ações pretendem estimular a autoestima, a curiosidade e a vontade dos adolescentes envolvidos. Na situação de acolhimento institucional vivida pelos jovens, que narrativas surgirão? O projeto buscará estimular a produção do simbólico, abrindo espaços para a elaboração de suas experiências, servindo como canal de escuta, de comunicação e de trocas. *Para acessar texto na íntegra, com Notas de rodapé, ver projeto anexo.*

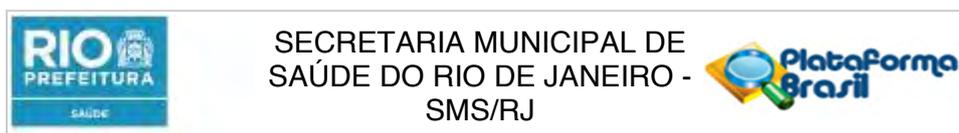
Objetivo Secundário:

As estratégias de trabalho empregadas – quais sejam: o dialogismo, a oralidade, a fricção entre documentário e ficção – serão instrumentais para a produção de alteridade(21), outro objetivo do ensaio. As pesquisas técnicas e de linguagem de Relatos envolverão intervenções na estrutura dos vários aparelhos de registro utilizados. Esta mistura de meios e formatos e o uso de câmeras adulteradas têm por objetivo configurar uma espécie de tecnologia mista, uma investigação da imagem em movimento e de suas possibilidades de experimentação. Relatos procurará ainda constituir uma certa geografia da cidade, a partir dos testemunhos dos jovens, protagonistas dessas histórias. Examinar tal geografia implica retomar dois conceitos como desenvolvidos por Milton Santos em Território, Globalização e Fragmentação (SANTOS, 1994): de território e de lugar. Santos propõem que espaço geográfico (território usado) seja entendido como uma mediação entre o mundo e a sociedade local. O território funciona através de horizontalidades (lugares reunidos por continuidade territorial) e verticalidades (pontos distantes uns dos outros, ligados por formas e processos sociais). O lugar recebe os impactos do mundo (verticais) mas é ao mesmo tempo o espaço da existência e da coexistência (horizontais).

O projeto visa portanto compreender como os jovens se apropriam, se organizam e geram suas próprias regras e valores nos lugares por onde se deslocam (suas casas, a escola, a rua, assim como suas estadas pelas instituições por onde transitam, que ganham existência como lugares referidos), configurando assim seu próprio território. Por fim, Relatos se propõe investigar a rede institucional que envolve o fenômeno da juventude em situação de vulnerabilidade social, suas orientações e práticas, ao mesmo tempo que questionar-se sobre as possibilidades de atuação e de formulação de outros significados no interior das diferentes instâncias implicadas (inclusive a que se dispõe a pensá-las, a academia como produtora de conhecimento). Na ocasião da defesa da

Endereço: Rua Evaristo da Veiga, 16, 4º andar
Bairro: Centro **CEP:** 20.031-040
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2215-1485 **E-mail:** cepmsrj@yahoo.com.br

**ANEXO H - Instituição parceira – Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro:
Submissão de projeto de pesquisa; Comitê de Ética SMS - Parecer
consubstanciado (pg. 6)**



Continuação do Parecer: 3.784.710

Tese, pretende-se organizar uma mostra, pela seleção de fotografias e fragmentos dos vídeos produzidos, num conjunto pensado para as unidades institucionais que vierem a abrigar a pesquisa, enfatizando o aspecto performático e metalinguístico do projeto, em termos conceituais, éticos e estéticos. A ideia será tensionar as possibilidades simbólicas do trabalho, expandindo seu caráter documental para o meio de arte, assim como seu potencial de atuação fora do circuito artístico tradicional, desenvolvendo conceitos interdisciplinares entre a arte e outros campos de conhecimento. Essa ação buscará ainda propiciar aos jovens mais uma experiência com o trabalho, possibilitando-lhes um olhar distanciado sobre esses resultados (mesmo que provisórios), como produtos do investimento simbólico, material e afetivo que realizaram. Partindo desse campo ampliado da arte, Relatos - pequenas histórias dentro da História buscará distinguir-se como um objeto de arte de caráter híbrido: ao mesmo tempo antropológico, documental e poético, mas problematizando-os e relativizando-os enquanto saberes absolutos. *Para acessar texto na íntegra, com Notas de rodapé, ver projeto anexo.*

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Como projeto de arte de caráter experimental, de natureza conceitual e poética, Relatos - pequenas histórias dentro da História tem como objetivo primeiro estabelecer compromissos com a vida, buscando estimular a potência criadora que habita em cada sujeito. No caso específico, com aqueles a quem o trabalho se dedica: os jovens em situação de atenção e acolhimento nas instituições onde se desenvolverá. Nesse sentido, o ajuste será cuidar para que as relações sejam baseadas em respeito, afeto e reconhecimento de si e do outro: condições essenciais para a prática da liberdade.

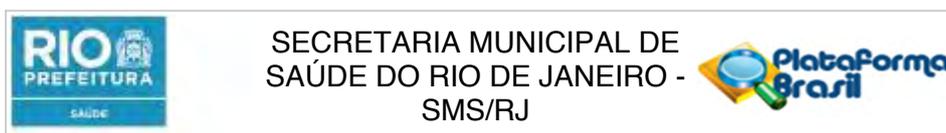
Entendendo que toda pesquisa envolvendo seres humanos oferece algum tipo de risco, a preocupação será sempre a de preservar os adolescentes de situações de desproteção, abusivas ou constrangedoras. Para tanto, estaremos atuando em conjunto (artista-pesquisador responsável e mais um mediador assistente, igualmente artista pesquisador), para que possamos reforçar essa atenção. Durante o período de desenvolvimento do trabalho contaremos também com a supervisão regular da Orientadora e Co-orientadora da pesquisa.

Todos os procedimentos serão tomados para garantir a proteção das identidades dos jovens, assim como das instituições que lhes dão acolhida, resguardando-os de quaisquer exposições indevidas.

Benefícios:

Endereço: Rua Evaristo da Veiga, 16, 4º andar
Bairro: Centro **CEP:** 20.031-040
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2215-1485 **E-mail:** cepsmsrj@yahoo.com.br

**ANEXO H - Instituição parceira – Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro:
Submissão de projeto de pesquisa; Comitê de Ética SMS - Parecer
consubstanciado (pg. 7)**



Continuação do Parecer: 3.784.710

O projeto buscará, através de jogos dialógicos de linguagem e da experiência da arte como expressão de si, valorizar a autoestima, a curiosidade e o desejo de vida dos participantes, propondo-se como exercício emancipatório na constituição de subjetividade. Relatos - pequenas histórias dentro da História pretende investigar as potencialidades da fotografia, do vídeo e, em última instância, da arte, como ferramentas para produção de reflexão, de questionamento, de construção de dimensão crítica e de conhecimento de si e do mundo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem delineado, sendo claro na sua relevância e proposições.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Para análise deste projeto foram apresentados os seguintes documentos na Plataforma Brasil:

Folha de Rosto para pesquisa envolvendo seres humanos: adequado

Projeto de Pesquisa: adequado

Orçamento e fontes de financiamento: adequado

Declaração negativa de custos

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: adequado

Cronograma: adequado

Anuência da Instituição cenário: adequado

Currículos dos pesquisadores: adequado

Instrumentos de coleta de dados: adequado

Recomendações:

Não Há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O CEP/SMSRJ considera que o protocolo do projeto de pesquisa ora apresentado contempla os quesitos éticos necessários, estando apto a ser iniciado a partir da presente data de emissão deste parecer.

Considerações Finais a critério do CEP:

Sr.(a) Pesquisador(a),

Atentamos que o pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata (item V.3., da Resolução CNS/MS N° 466/12). Qualquer necessidade de modificação no curso do projeto deverá ser submetida à apreciação do CEP/SMS-RJ como emenda. Deve-se

Endereço: Rua Evaristo da Veiga, 16, 4º andar

Bairro: Centro

CEP: 20.031-040

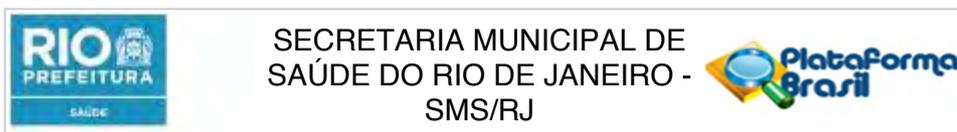
UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2215-1485

E-mail: cepsmsrj@yahoo.com.br

**ANEXO H - Instituição parceira – Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro:
Submissão de projeto de pesquisa; Comitê de Ética SMS - Parecer
consubstanciado (pg. 8)**



Continuação do Parecer: 3.784.710

aguardar o parecer favorável do CEP/SMS-RJ antes de efetuar a modificação. Atentar para a necessidade de atualização do cronograma da pesquisa.

Caso ocorra alguma alteração no financiamento do projeto ora apresentado (alteração de patrocinador, modificação no orçamento ou copatrocínio), o pesquisador tem a responsabilidade de submeter uma emenda ao CEP/SMS-RJ solicitando as alterações necessárias. A nova Folha de Rosto a ser gerada deverá ser assinada nos campos pertinentes e entregue a via original no CEP/SMS-RJ.

O CEP/SMS-RJ deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (item V.5., da Resolução CNS/MS Nº 466/12). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e ainda enviar notificação à ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, junto com seu posicionamento. Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas a este CEP/SMS-RJ, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

Acrescentamos que o participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (item IV.3 .d., da Resolução CNS/MS Nº 466/12) e deve receber uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado (item IV.5.d., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

Ressaltamos que o pesquisador responsável por este Protocolo de Pesquisa deverá apresentar a este Comitê de Ética um relatório das atividades desenvolvidas no período de 12 meses a contar da data de sua aprovação (item X.1.3.b., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

Caso haja interrupção do projeto ou não publicação dos resultados, solicitamos justificar fundamentalmente ao CEP/SMS-RJ.

Este parecer possui validade de 12 meses a contar da data de sua aprovação.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PlataformaBrasil_ProjetoRelatos_PequenasHistorias_PaulaTrope.pdf	17/10/2019 17:29:55	Paula Trope	Aceito
Outros	curriculo_equipe_editor_Rodrigo_Lima.pdf	17/10/2019 17:28:54	Paula Trope	Aceito

Endereço: Rua Evaristo da Veiga, 16, 4º andar

Bairro: Centro

CEP: 20.031-040

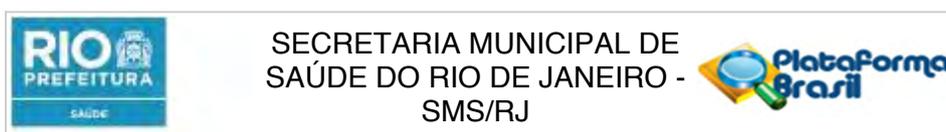
UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2215-1485

E-mail: cepsmsrj@yahoo.com.br

**ANEXO H - Instituição parceira – Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro:
Submissão de projeto de pesquisa; Comitê de Ética SMS - Parecer
consubstanciado (pg. 9)**



Continuação do Parecer: 3.784.710

Outros	curriculo_lattes_pesquisadora_assistent e_Joana_Traub_Cseko.pdf	14/10/2019 21:27:41	Paula Trope	Aceito
Outros	curriculo_lattes_pesquisadora_responsavel_Paula_Trope.pdf	14/10/2019 21:26:51	Paula Trope	Aceito
Outros	CARTA_APRESENTACAO_INSTITUICAO_PROPONENTE_UERJ.pdf	14/10/2019 21:23:46	Paula Trope	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE2_TermoConsentimentoLivresclarecido_Responsavel.pdf	14/10/2019 21:20:02	Paula Trope	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCIA2_TermoCessaolImagemAudio_ResponsavelAdolescente.pdf	14/10/2019 21:19:39	Paula Trope	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCIA_TermoCessaolImagemAudio_Adolescente.pdf	14/10/2019 21:19:09	Paula Trope	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TAE_TermoAssentimentoEsclarecido_Jovens16e18anos.pdf	14/10/2019 21:18:52	Paula Trope	Aceito
Outros	Termo_Autorizacao_Institucional_Superintendencia_Saude_Mental_SMS_RJ.pdf	14/10/2019 20:27:09	Paula Trope	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 19 de Dezembro de 2019

Assinado por:
Salesia Felipe de Oliveira
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Evaristo da Veiga, 16, 4º andar
Bairro: Centro **CEP:** 20.031-040
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2215-1485 **E-mail:** cepmsrj@yahoo.com.br

ANEXO I - Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro – Adequação de projeto em tempos de pandemia: Submissão de projeto de pesquisa ao Centro de Convivência Virtual - Promoção de saúde e redes de afeto em tempos de pandemia (pg. 1)

CENTRO DE CONVIVÊNCIA VIRTUAL: PROMOÇÃO DE SAÚDE E REDES DE AFETO EM TEMPOS DE PANDEMIA

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: ***Relatos – Pequenas histórias dentro da História***

Centro de Convivência: A definir

Data de realização: julho a outubro, podendo estender-se até novembro de 2020, caso haja disponibilidade no cronograma do programa

APRESENTAÇÃO:

Relatos – Pequenas histórias dentro da História é uma proposta para realização de trabalho de natureza poética, fundamentado na ação participativa de jovens usuários das **Unidades de Reinserção Social** – a ser incorporado às atividades da **Agenda ConViver**, como parte do programa **Centro de Convivência Virtual (CCV) – Promoção de Saúde e Redes de Afeto em Tempos de Pandemia**. Trata-se de um projeto de arte, reunindo fotografia e vídeo, em que adolescentes, entre 16 e 18 anos de idade, em situação de acolhimento institucional, no contexto da Pandemia de COVID-19, atuarão como protagonistas, propondo-se como exercício emancipatório na constituição da subjetividade.

A metodologia da pesquisa se baseia em jogos de caráter dialógico, em que os jovens fotografarão seus objetos e assuntos de interesse. Ao mesmo tempo, farão aproximações dessas imagens com suas histórias de vida (nas instituições, em família etc.), através de narrativas, resignificando suas experiências. O trabalho buscará problematizar formas de cuidado de si pelos adolescentes, através do exercício da arte, e promover dimensão crítica sobre como os jovens se veem e se percebem nas diversas instâncias sociais às quais pertencem. O projeto contará com a parceria dos **Centros de Convivência Virtual** no desenvolvimento de canais virtuais, para que os participantes possam conectar-se, subvertendo distâncias espaciais e temporais. Esse entrecruzamento poderá integrar mais de uma unidade de acolhimento, simultaneamente, aproximando, dessa forma, os jovens entre si. A criação dessa rede de compartilhamento pretende gerar outros modos de comunicabilidade, promover a identificação de situações e o reconhecimento de vivências, singulares e comuns, num processo de *trocas simbólicas*.

Em parceria com o **CVV**, o projeto ***Relatos – Pequenas histórias dentro da História*** poderá colaborar para a inserção dos usuários das **Unidades de Reinserção Social** - adolescentes em situação de acolhimento institucional - na **Agenda ConViver**, durante o processo de proposição e construção das ações poéticas em torno do trabalho.

ANEXO I - Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro – Adequação de projeto em tempos de pandemia: Submissão de projeto de pesquisa ao Centro de Convivência Virtual - Promoção de saúde e redes de afeto em tempos de pandemia (pg. 2)

OBJETIVO:

O projeto *Relatos – Pequenas histórias dentro da História* pretende resgatar e estimular a autoestima, a curiosidade, a vontade e o desejo de vida dos adolescentes envolvidos, através de ações poéticas envolvendo o uso da fotografia e do vídeo, que servirão como canal de escuta, de comunicação e de trocas simbólicas. A organização de uma exposição dos vídeos e fotografias produzidos ao longo da pesquisa, a ser organizada em instituição conectada à rede das **Unidades de Reinserção Social**, possibilitará aos jovens um olhar ampliado sobre os resultados obtidos (mesmo que provisórios), como produtos do investimento simbólico, material e afetivo que terão realizado.

JUSTIFICATIVA

A adolescência é compreendida pela psicanálise, sociologia, antropologia, educação etc., como uma fase complexa no processo de amadurecimento dos indivíduos. Um período de crise, de perda da infância e de tudo que a contorna, para um outro estágio ainda desconhecido, de muitas expectativas aliadas a incertezas. Essa percepção de inadequação, na passagem da criança para a vida adulta, fica mais acirrada próximo à maioridade, em que quando o adolescente teme a perda de privilégios. Isso é mais problemático para os jovens em situação de vulnerabilidade econômica, social, psíquica e emocional e ainda mais complexa para os adolescentes em condição de acolhimento institucional, em que muitas referências estruturantes do sujeito se encontram fragilizadas ou mesmo rompidas. As dificuldades de adaptação ao trabalho e/ou escola e a falta de autonomia é uma questão difícil de ser enfrentada pelos os jovens institucionalizados. Compreender em maior profundidade a juventude, nesse contexto de embates e instabilidades, romper paradigmas e estereótipos e investigar as possibilidades de empoderamento e valorização da vida, através da arte como exercício de liberdade, são as questões que movem essa pesquisa. Tal iniciativa se faz cada vez mais urgente, considerando o acirramento recente dos abismos e processos de exclusão social, que atingem principalmente aqueles mais vulneráveis: pobres, negros e jovens. Esse panorama ficou ainda mais acentuado no atual cenário de pandemia, em que as pessoas que estão em acolhimento institucional tiveram o isolamento social intensificado.

A inserção dos jovens usuários das **URS** na **Agenda ConViver** dos **Centros de Convivência Virtual**, através das ações promovidas pelo projeto *Relatos - pequenas histórias dentro da História*, poderá resultar em novas formas de compartilhamento de vivências e de trocas e, dessa forma, reduzir danos psicossociais acentuados pelo distanciamento social da quarentena obrigatória.

Relatos - pequenas histórias dentro da História buscará ainda possibilitar aos participantes se apropriarem das potencialidades da fotografia, do vídeo e, em última instância, da linguagem da arte, como ferramentas para produção de reflexão, de questionamento, de dimensão crítica e de

ANEXO I - Secretaria Municipal De Saúde Do Rio De Janeiro – Adequação de projeto em tempos de pandemia: Submissão de projeto de pesquisa ao Centro de Convivência Virtual - Promoção de saúde e redes de afeto em tempos de pandemia (pg. 3)

conhecimento de si e do mundo. Dessa forma, mais do que usuários do programa dos **Centros de Convivência Virtual**, os adolescentes atuarão como sujeitos no processo do trabalho, protagonistas na construção de suas histórias.

PLANEJAMENTO E CRONOGRAMA:

Para que **Relatos - pequenas histórias dentro da História** possa ser efetivado, precisará contar com o apoio da equipe técnica das **Unidades de Reinserção Social**, para que os jovens usuários tenham acesso à **Agenda ConViver** e aqueles que queiram possam aderir às ações poéticas propostas. Os artistas propositores de **Relatos** poderão participar da apresentação do projeto, assim como do suporte para desenvolvimento das atividades.

Tratando-se de metodologia de pesquisa-ação, o programa de trabalho foi organizado para que as diversas fases se desenvolvam no esquema de ciclo em espiral, incluindo processos de planejamento, ação, observação, reflexão e, depois, um novo planejamento da experiência em curso.

Serão empregadas múltiplas estratégias e recursos, incluindo: a de artista-pesquisador propositor; técnicas de dinâmica grupal, a partir dos temas escolhidos para debate; grupos focais integrados por jovens entre 16 e 18 anos de idade, usuários das **Unidades de Reinserção Social**. O número de participantes dependerá das possibilidades de suporte da equipe técnica da URS, podendo variar entre 7 e 15 pessoas (em cada um dos núcleos organizados, caso se mobilize mais de um grupo),

A partir da constituição dos grupos, a dinâmica será propor as atividades, de natureza dialógica, na forma de jogos, desenvolvê-las assentadas nas resoluções negociadas, acompanhá-las, ampará-las, observá-las e conferir-lhes sentidos, a fim de desencadear novas ações como desdobramentos das já realizadas. Tal desenho em forma de espiral permitirá que se façam os ajustes que se mostrarem necessários no percurso, num processo de contaminação e porosidade, buscando reatualizar as concepções do projeto original em função das experiências vividas.

A cada proposição iniciada serão apresentados temas disparadores de reflexões, que serão escolhidos junto com o grupo. Os jovens serão estimulados a fotografar, como resposta aos temas definidos nas dinâmicas grupais. Os adolescentes serão orientados, em função das demandas que vierem a apresentar, a se apropriarem das câmeras disponibilizadas pela equipe do projeto: celulares antigos e câmeras digitais de baixo custo (os adolescentes poderão também utilizar seus próprios celulares, caso os tenham). Esses diferentes aparelhos são adulterados, de modo a produzir imagens pouco nítidas e com alterações de perspectiva, de maneira a preservar a identidade dos jovens participantes.

ANEXO I - Secretaria Municipal De Saúde Do Rio De Janeiro – Adequação de projeto em tempos de pandemia: Submissão de projeto de pesquisa ao Centro de Convivência Virtual - Promoção de saúde e redes de afeto em tempos de pandemia (pg. 4)

Na semana posterior à da realização das fotografias, as imagens obtidas serão discutidas e analisadas pelo grupo, como preparação para um segundo movimento. Os jovens serão então instigados a gravar depoimentos individualizados, na forma de histórias de vida, sobre aspectos dos temas tratados, na forma como abordados pelas fotografias por eles produzidas. As filmadoras utilizadas também têm seus sistemas óticos alterados, formando imagens ruidosas e embaçadas, que não identifiquem nem os participantes nem os locais onde se darão as entrevistas. As imagens e vídeos produzidos serão então como atribuições de sentidos, metáforas de percepções e pensamentos.

Os registros em vídeo serão tratados e editados pela equipe do projeto, para que, na semana seguinte, esse material seja apresentado ao grupo, para realização de atividade devolutiva, em que se conversará sobre a recepção das imagens, do diálogo com as fotografias, sobre os conteúdos e significações destacados pelo grupo, relacionados aos temas tratados, assim como sobre a percepção de cada um e do coletivo a respeito da experiência empreendida.

Dessa forma, transcorre-se um ciclo de três semanas, que será reiniciado e reativado na semana seguinte, com a eleição/definição de novo tema a ser tratado, produção de novas fotografias, realização de novos depoimentos e, assim, sucessivamente.

Relatos se constituirá como uma trama de linguagens entre as fotografias produzidas pelos jovens e pelo recurso da oralidade e gestualidade desses participantes, captadas em vídeo. O que se intenciona é o exercício do cuidado de si, através da apropriação pelos jovens das ferramentas de linguagem apresentadas para a construção de suas narrativas, enquanto capacidade subjetivadora que essas diferentes escrituras apresentam (fotografia e vídeo), para potencializar práticas éticas de liberdade.

O projeto **Relatos - pequenas histórias dentro da História** deverá desenvolver-se durante os meses de julho (parcialmente), agosto, setembro e outubro próximos, somando cerca de 14 semanas de duração. Serão, então, em torno de 14 encontros, um a cada semana, em que se desenvolverão cerca de quatro temas escolhidos. Caso haja possibilidade de estender por mais um mês o programa, poderemos pensar em cinco temas para abordagem.

Sobre as temáticas a serem tratadas, a ideia é trabalhar a partir de algumas *palavras-chave*, que servirão de detonadoras para as imagens, os gestos, os depoimentos. Destacamos a seguir algumas possíveis sugestões, partindo do foco proposto de discussões em torno da ideia de cuidado de si e de constituição de subjetividade:

Eu (Autorretrato) – Autorretrato em quarentena – Juventude – Casa – Abrigo/Acolhimento – Escola – Rua – Casas de detenção – Trabalho – Liberdade – Vida

ANEXO I - Secretaria Municipal De Saúde Do Rio De Janeiro – Adequação de projeto em tempos de pandemia: Submissão de projeto de pesquisa ao Centro de Convivência Virtual - Promoção de saúde e redes de afeto em tempos de pandemia (pg. 5)

Os vídeos e fotografias que serão realizados a partir desses ciclos de ações serão de natureza metafórica e poética. Isso pressupõe leituras mais abertas e expandidas, como é da condição da arte.

O material produzido poderá ser apresentado em uma exposição organizada para a apreciação de seus realizadores – os adolescentes participantes do trabalho –, numa edição pensada para a instituição que vier a abrigá-la, vinculada à rede de atenção à criança e adolescência. Esse conjunto, acompanhado do texto sobre o processo de realização do trabalho, constituirá a tese de pesquisa e de criação para obtenção do doutorado em história e crítica de arte do PPGArtes da Uerj.

Após a realização da mostra, caso haja interesse, uma versão do material, na forma de arquivo digital, será doada às **Unidades de Reinserção Social** onde foram originadas. Todas as fotografias produzidas pelos adolescentes serão tratadas, impressas e entregues aos jovens realizadores.

FUNDAMENTAÇÕES

Para a realização *Relatos - pequenas histórias dentro da História*, alguns cuidados se fazem necessários. Os adolescentes, assim como seus responsáveis, serão esclarecidos sobre todas as etapas de participação na constituição do projeto, através dos documentos citados a seguir:

- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme Resolução CNS 466/2012, preconizado pela Resolução CNS 510/2016, dirigido aos pais e/ou responsáveis pelos participantes menores;
- Termo de Assentimento Esclarecido (TAE, tal qual o TCLE), para assinatura dos participantes entre 16 e 18 anos;
- Termo de Cessão de Imagem para assinatura dos participantes e seus responsáveis legais.

Essa questão jurídica, além de imperativa, é estratégica para tornar transparentes as relações que permearão o processo de trabalho. A intenção é garantir os direitos dos adolescentes como colaboradores que operam em esfera social desvinculada do sistema da arte, de maneira a reconhecer sua participação no projeto, tanto pelo uso de sua imagem quanto por sua efetiva atuação.

Os três modelos dos Termos citados (TCLE, TAE, TCI participante e TCI responsável) que serão aplicados na pesquisa seguem em anexo a esse projeto.

ANEXO J - Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro – Ressubmissão de projeto e novo parecer consubstanciado: Comitê de Ética SMASDH



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

A **Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente** autoriza a realização do projeto de pesquisa: ***“Relatos - pequenas histórias dentro da história”*** pela pesquisadora Paula de Lima Trope, sob orientação da professora Dra Sheila Cabo Geraldo para obtenção de título de Doutorado em História e Crítica da Arte pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ.

A pesquisa será realizada junto a adolescentes de 16 à 18 anos incompletos da Casa Viva Bangu e Casa do Catete. A metodologia se fundamentará em estratégias artísticas de caráter dialógico, através do uso de vídeo e da fotografia como sistemas simbólicos, os aparelhos utilizados serão adulterados, de forma a preservar a identidade dos participantes, assim como dos locais onde serão realizadas as fotografias e vídeos, não permitindo identificação dos mesmos em nenhuma hipótese.

Em função da pandemia de Covid 19 o trabalho se dará de forma virtual, para proteção dos participantes. A artista-pesquisadora proponente será responsável por apresentar a proposta, orientar e dar suporte para a realização das atividades, de maneira virtual, além de fornecer todo o equipamento necessário (câmeras e celulares que serão utilizados pelos adolescentes).

Cabe-nos esclarecer que o projeto conta com parecer favorável de Comitê de Ética em Pesquisa, que nos foi apresentada minuta com especificação da metodologia, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Termo de Consentimento de Uso de imagem a serem assinados pelos adolescentes e responsáveis e que se constitui em campo de estudo de interesse desta Secretaria. A pesquisa segue os procedimentos éticos necessários e a pesquisadora deverá fazer a devolução do produto final em formato digital para a Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente para acervo da SMASDH.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 2020



Paula da Silva Caldas

Mat 11/240658-5

Gerente de Desenvolvimento e Educação Permanente

ANEXO K - Unidades de Reinserção Social da SMASDH – Entidades de acolhimento (pg. 1)

Principais carências enfrentadas pelas instituições em decorrência da falta de repasses de recursos por parte da SMASDH - Agosto 2017

Município	Promotora	Nome Abrigo	Tipo Atendimento	Classificação	Gênero	Telefone	Funcionário e Cargo na Instituição	Dificuldades Identificadas
1	RIO DE JANEIRO 6ª PIJU DA CAPITAL	UMRS Casa Viva Bangu - (Antiga Lar de Peri)	Especializado no Atendimento de Dependentes Químicos	Municipal	Masculino de 12 até 17	(21) 2401-5007 (Instituição)	Marília (Coordenadora de todas as Casas Vivas) Cristiane.	Materiais de Higiene, Limpeza, alimentação, salários atrasados, contas de Luz e água atrasadas, internet e telefone cortados.
2	RIO DE JANEIRO 9ª PIJU DA CAPITAL	Unidade Municipal de Reinserção Social Ziraldo	Acolhimento Institucional	Municipal	Ambos os sexos de 4 até 12	2051-9795/6693	Viviane (Diretora)	Falta de materiais de Higiene e Limpeza.
3	RIO DE JANEIRO 4ª PIJU DA CAPITAL	Unidade Municipal de Acolhimento Raul Seixas	Acolhimento Institucional	Municipal	Masculino de 13 até 17	2293-5519 - Direção	Fabiana Coordenadora (assessora)	Falta de materiais de higiene, conservação, toalhas e escritório. Enfrentamento de drástica redução na aquisição dos materiais solicitados desde 03/2017, tendo entrega parcial no mês 04/2017. Ainda aguardam o envio dos materiais solicitados. Quanto aos atrasos de salários, informam que no mês em curso, tiveram apenas dias de atraso no pagamento.
4	RIO DE JANEIRO 3ª PIJU DA CAPITAL	URS Malala Yousafzai	Acolhimento Institucional	Municipal	Feminino de 13 até 17	4502-8147 - Instituição	Christiane (dirigente)	Falta de materiais de Higiene, limpeza, escritório, material pedagógico, recursos humanos, espaço físico (está dentro da instituição do Catete)
5	RIO DE JANEIRO 2ª PIJU DA CAPITAL	Central de Recepção de Crianças e Adolescentes Ademar Ferreira de Oliveira (Central Carioca)	Acolhimento Institucional	Municipal	Masculino de 12 até 17	21 2262-8093	Jurema (Dirigente)	Não identificaram dificuldades no momento
6	RIO DE JANEIRO 9ª PIJU DA CAPITAL	URS Frida Kahlo	Acolhimento Institucional	Municipal	Ambos os sexos de 0 até 18		Michelle (Assesora da direção e ass. Social)	Falta de materiais de Higiene e Limpeza.
7	RIO DE JANEIRO 6ª PIJU DA CAPITAL	Unidade Municipal de Reinserção Social de Bangu (antiga Central de Recepção de Adolescentes de Bangu)	Acolhimento Institucional	Municipal	Masculino de 12 até 17	3335-3231	Daniele (dirigente)	Pouca quantidade de materiais, mas não chega a faltar.
8	RIO DE JANEIRO 8ª PIJU DA CAPITAL	UNIDADE MUNICIPAL DE REINserÇÃO SOCIAL ANA CAROLINA	Acolhimento Institucional	Municipal	Ambos os sexos de 0 até 4	3885-0238	Gisele (Assesora da direção)	Não identificaram dificuldades no momento.
9	RIO DE JANEIRO 9ª PIJU DA CAPITAL	UMRS Casa Viva Del Castilho	Especializado no Atendimento de Dependentes Químicos	Municipal	Masculino de 12 até 17	(21) 3272-8197/(21)3899-2263 (Abrigo)	Michele (Enfermeira)	Falta de materiais de Higiene, Limpeza e Alimentação,

ANEXO K - Unidades de Reinserção Social da SMASDH – Entidades de acolhimento (pg. 2)

10	RIO DE JANEIRO	8ª PIJU DA CAPITAL	UMRS Casa Viva Penha	Especializado no Atendimento de Dependentes Químicos	Municipal	Feminino de 12 até 17	(21) 3459-1399 / (21) 3137-1669-Instituição	Rejane (Diretora)	A entidade está sem internet; A Tv a Cabo foi cortada; Parte dos funcionários não está trabalhando por causa de salários atrasados; A unidade pede apoio quase que diariamente das outras Casas para empréstimo de educador e outros profissionais; A Van da unidade é dividida com a URSM Casa Viva Del Castilho e muitas vezes não podem utilizar o veículo por falta de combustível;
11	RIO DE JANEIRO	2ª PIJU DA CAPITAL	Unidade Municipal de Reinserção Social Dom Hélder Câmara	Acolhimento Institucional	Municipal	Masculino de 12 até 18	2051-5463	Cristiane (Equipe Técnica)	A funcionária informa que houve demissão de pessoal, sem que houvesse reposição, sendo assim, identificam como principal problema a falta de Recursos Humanos.
12	RIO DE JANEIRO	4ª PIJU DA CAPITAL	URS Lucinha Araújo	Acolhimento Institucional	Municipal	Ambos os sexos de 9 até 12	(21) 2143-2755	Susana (assessora da direção)	Estamos tentando contato com a Coordenadora.
13	RIO DE JANEIRO	3ª PIJU DA CAPITAL	URS Bia Bedran (Abrigo de bebês)	Acolhimento Institucional	Municipal	Ambos os sexos de 0 até 2	2538-1014	Janaina (Diretora)	Não identificaram dificuldades no momento
14	RIO DE JANEIRO	3ª PIJU DA CAPITAL	Unidade Municipal de Acolhimento Casa de Acolhida do Catete - 3ª PIJU	Acolhimento Institucional	Municipal	Feminino de 13 até 17	21 2086-2136	Jociane Souza da Silva (Dirigente)	Déficit de funcionários, a reforma estrutural iniciou-se e alguns reparos foram feitos recentemente, porém não fora concluída por completo até o momento. Por fim, a internet está funcionando por modem.
15	RIO DE JANEIRO	9ª PIJU DA CAPITAL	Central de Recepção de Crianças e Adolescentes Taiguara	Acolhimento Institucional	Municipal	Feminino de 0 até 17 Masculino de 0 até 12	3278-5310 Instituição	Paula (administrativo)	Salário dos funcionários atrasados e alguns materiais reduzidos
16	RIO DE JANEIRO	8ª PIJU DA CAPITAL	UMRS Casa Viva Bonsucesso - (antiga Lar de Riobaldo)	Especializado no Atendimento de Dependentes Químicos	Municipal	Masculino de 14 até 18	2209-0911 / 2564-2113 Instituição		DESATIVADA (já em processo de desativação no MCA)

ANEXO L – Termos Jurídicos: TCLE; Tale; TCI.

- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme Resolução CNS 466/2012, preconizado pela Resolução CNS 510/2016, dirigido aos pais e/ou responsáveis legais pelos jovens participantes. (pg. 1)

TERMO DE ASSENTIMENTO ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar do projeto *Relatos - pequenas histórias dentro da História*, desenvolvido pela artista e pesquisadora Paula de Lima Trope.

Esta pesquisa será feita com a participação de jovens assistidos nas Unidades Municipais de Reinserção Social (UMRS) em favor da infância e da adolescência, subordinadas à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – Smasdh – do Rio de Janeiro. Os adolescentes participantes atuarão como protagonistas do processo do trabalho, fotografando seus assuntos de interesse, ao mesmo tempo em que serão convidados a participar com seus depoimentos, sob a forma de narrativas poéticas, gravadas em vídeo, refletindo sobre suas experiências e histórias de vida.

Você está sendo convidado por ser um jovem que frequenta a Unidade Municipal Casa Viva Bangu. Para o projeto é interessante que você tenha curiosidade por fotografia, por vídeo e por arte de maneira geral.

Sua participação nesta pesquisa será frequentar os grupos focais, com duração de cerca de duas horas mais ou menos, em que você será estimulado a produzir fotografias de assuntos de seu interesse, com equipamentos e materiais oferecidos pela artista. Além disso, você será convidado a comentar as suas fotografias e os sentidos que pretendeu dar a essas imagens. Essas falas serão gravadas em vídeo de tal maneira que sua identidade não seja exposta. Do mesmo modo, as fotografias também serão realizadas de forma a garantir a não identificação dos participantes e dos locais onde forem feitas. Todas as fotografias que você fizer serão impressas e dadas a você.

As fotografias e vídeos produzidos serão apresentados entre grupos de trabalho das Casas Vivas participantes. A intenção é de promover jogos que produzam compartilhamento de vivências, possibilitem a fruição de trocas simbólicas, além de oportunizar a construção de redes de contato e diversificação das relações, através dos encontros on-line e presenciais, quando possíveis, tomando-se todas as medidas de segurança sanitárias.

Para participar deste projeto não é necessário qualquer conhecimento anterior. Os equipamentos e a preparação serão oferecidos pela artista e sua equipe. Todas as propostas serão apresentadas respeitando as diferenças e individualidades de cada um. Os participantes não terão qualquer despesa, já que as atividades acontecerão nas instituições que frequentam. A participação na pesquisa não será remunerada.

O material produzido poderá ser apresentado em exposições, ao final da pesquisa, sempre que possível com a participação dos jovens colaboradores do projeto. O texto escrito como resultado da pesquisa comporá a Tese de Doutorado *Relatos - pequenas histórias dentro da História*, vinculada ao Instituto de Artes da UERJ, além de ser encaminhado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – Smasdh, sempre preservando a identidade dos participantes.

Sua participação não é obrigatória. A sua colaboração terá como benefício uma maior compreensão das questões importantes para a juventude, descritas por ela mesma (os jovens

Rubrica do participante

□

Rubrica da pesquisadora

□

ANEXO L – Termos Jurídicos: TCLE; Tale; TCI.

- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme Resolução CNS 466/2012, preconizado pela Resolução CNS 510/2016, dirigido aos pais e/ou responsáveis legais pelos jovens participantes. (pg. 2)

participantes). Além disso, você poderá experimentar como a linguagem da arte pode contribuir para o aumento da autoestima, da noção de pertencimento e para a reflexão sobre o mundo.

Como a pesquisa será realizada nas Casas Vivas onde moram os jovens, ela não oferece riscos físicos e/ou biológicos aos seus participantes. As inseguranças mínimas podem estar associadas a algum desconforto emocional durante a realização dos grupos focais. Você poderá solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas, e a sua solicitação será prontamente atendida. A qualquer momento você também poderá desistir de participar e retirar seu consentimento.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias: uma cópia será sua e a outra da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A seguir, está registrado o telefone e o endereço da pesquisadora responsável, com quem você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação nele, agora ou a qualquer momento:

Contatos da pesquisadora responsável: Paula Trope, artista, rua Pacheco Leão, 1556/302, bairro do Jardim Botânico, telefone: (21) 99453-4008, e-mail: paulatrope@uol.com.br

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com a pesquisadora responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da Uerj: rua São Francisco Xavier, 524, sl 3018, bloco E, 3º andar - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, e-mail: etica@uerj.br - Telefone: (021) 2334-2180.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, assim como será minha colaboração no projeto, e que concordo em participar.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

Nome do participante: _____

Documento [RG, CPF ou Certidão de Nascimento]: _____

Idade e data de nascimento: _____

Endereço [se for o caso]: _____

Assinatura do jovem participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

CPF: 817.203.607-82

Rubrica do participante

□

Rubrica da pesquisadora

□

ANEXO L – Termos Jurídicos: TCLE; Tale; TCI.

- Termo de Assentimento (Tale, tal qual o TCLE), para assinatura dos participantes entre 12 e 18 anos. (pg. 1)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O jovem _____ [preencher com o nome do participante],
 _____ [preencher com idade], _____ [preencher com data de nascimento],
 _____ [preencher com certidão de nascimento ou outro documento],
 residente à _____ [preencher com endereço, se for o caso],
 por quem você é o/a responsável legal como _____ [preencher: : pai / mãe / tutor / outro grau de parentesco],
 está sendo convidado a participar do projeto *Relatos - pequenas histórias dentro da História*, desenvolvido pela artista visual e pesquisadora Paula de Lima Trope.

Esta pesquisa será feita com a participação de jovens assistidos nas Unidades Municipais de Reinserção Social (UMRS) em favor da infância e da adolescência, subordinadas à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH – do Rio de Janeiro. Os adolescentes participantes atuarão como protagonistas no processo de construção do trabalho, fotografando seus assuntos de interesse, ao mesmo tempo que serão convidados a participar com seus depoimentos, sob a forma de narrativas poéticas, gravadas em vídeo, refletindo sobre suas experiências e histórias de vida.

O jovem está sendo convidado por estar acolhido na Unidade Municipal Casa Viva Bangu. Para o projeto, é interessante que ele tenha interesse em fotografia, em vídeo e em arte de maneira geral. A participação dos adolescentes nesta pesquisa será frequentar os grupos focais, com duração de cerca de duas horas mais ou menos, em que serão estimulados a produzir fotografias de assuntos de interesse do grupo, com equipamentos e materiais oferecidos pela artista. Além disso, eles serão convidados a comentar as suas fotografias e os sentidos que pretenderam dar a essas imagens. Essas falas serão gravadas em vídeo de tal maneira que a identidade dos jovens não seja exposta. Do mesmo modo, as fotografias também serão realizadas de forma a garantir a não identificação dos participantes e dos locais onde forem feitas. Todas as fotografias que os adolescentes fizerem serão impressas e dadas a eles.

As fotografias e vídeos produzidos serão apresentados entre grupos de trabalho das Casas Vivas participantes. A intenção é promover jogos que produzam compartilhamento de vivências; possibilitem a fruição de trocas simbólicas, além de oportunizar a construção de redes de contato e diversificação das relações, através dos encontros on-line e presenciais, quando possíveis, tomando-se todas as medidas de segurança sanitárias.

Para participar desse projeto, não é necessário qualquer conhecimento anterior. Os equipamentos e a preparação serão oferecidos pela artista e equipe. Todas as propostas serão apresentadas, de maneira a respeitar as diferenças e individualidades de cada um. Os participantes não terão qualquer despesa, já que as atividades acontecerão nas instituições que frequentam. A participação na pesquisa não será remunerada.

O material produzido poderá ser apresentado em exposições, ao final da pesquisa, sempre que possível com a participação dos jovens colaboradores do projeto. O texto escrito

Rubrica do responsável pelo participante

Rubrica do pesquisador

ANEXO L – Termos Jurídicos: TCLE; Tale; TCI.

- Termo de Assentimento (Tale, tal qual o TCLE), para assinatura dos participantes entre 12 e 18 anos. (pg. 2)

como resultado da pesquisa comporá a Tese de Doutorado *Relatos - pequenas histórias dentro da História*, vinculada ao Instituto de Artes da UERJ, além de ser encaminhado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH, sempre preservando a identidade dos participantes.

A participação do adolescente não é obrigatória. A colaboração do mesmo terá como benefício uma maior compreensão das questões importantes para a juventude, descritas por ela mesma (os jovens participantes). Além disso, ele poderá experimentar como a linguagem da arte pode contribuir para o aumento da autoestima, da noção de pertencimento e para a reflexão sobre o mundo.

Como a pesquisa será realizada nas Casas Vivas onde moram os jovens, ela não oferece riscos físicos e/ou biológicos aos seus participantes. As inseguranças mínimas podem estar associadas a algum desconforto emocional durante a realização dos grupos focais. Os participantes poderão solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas, e essas solicitações serão prontamente atendidas. A qualquer momento eles também poderão desistir de participar e retirar seus consentimentos.

Caso você concorde que o jovem por quem você é o/a responsável participe desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua e a outra da pesquisadora responsável pela pesquisa. Siga o telefone e o endereço da pesquisadora responsável, com quem você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e a participação do jovem nele, agora ou a qualquer momento.

Contatos da pesquisadora responsável: Paula Trope, artista, rua Pacheco Leão, 1556/302, bairro do Jardim Botânico, telefone: (21) 994534008, e-mail: paulatrope@uol.com.br

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com a pesquisadora responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: rua São Francisco Xavier, 524, sl 3018, bloco E, 3º andar - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, e-mail: etica@uerj.br - Telefone: (021) 2334-2180.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da participação do jovem pelo qual sou responsável, assim como a maneira como se dará sua colaboração na pesquisa, e que concordo que ele participe.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

Nome do jovem participante _____

Assinatura do/da responsável _____

Documento (RG ou CPF) do/da responsável: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

CPF: 817.203.607-82

Rubrica do responsável pelo participante

Rubrica do pesquisador

ANEXO L – Termos Jurídicos: TCLE; Tale; TCI.

- Termo de Cessão de Imagem, para assentimento dos participantes entre 12 e 18 anos e para autorização por seus responsáveis legais.

TERMO DE CESSÃO DE IMAGEM E ÁUDIO

Eu, _____ (*nome do participante*),
 _____ (*RG, CPF ou certidão de nascimento do participante*), pelo presente documento de cessão de imagem e áudio, autorizo a utilização de minha imagem e voz, de maneira inteiramente gratuita e sem fins lucrativos, no projeto de pesquisa intitulado *Relatos - pequenas histórias dentro da História*, de autoria da pesquisadora e artista visual Paula de Lima Trope, CPF 817.208.607-82.

Esta pesquisa será feita com a participação de adolescentes assistidos nas Unidades Municipais de Reinserção Social (UMRS) em favor da infância e da adolescência, subordinadas à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH – do Rio de Janeiro. Os adolescentes atuarão como protagonistas no processo de construção do trabalho, fotografando seus assuntos de interesse, ao mesmo tempo em que serão convidados a dar seus depoimentos, sob a forma de narrativas poéticas, gravadas em vídeo, refletindo sobre suas experiências e histórias de vida.

As fotografias e gravações serão realizadas de forma a preservar a identidade dos participantes e dos locais onde forem gravadas.

Rio de Janeiro, __ / __ / 2021 .

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora
 CPF: 817.203.607-82

Contatos da pesquisadora responsável: Paula Trope, artista visual
Rua Pacheco Leão, 1556/302 , telefone: (21) 994534008, e-mail: paulatrope@uol.com.br

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com a pesquisadora responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: rua São Francisco Xavier, 524, sl 3018, bloco E, 3º andar Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, e-mail: etica@uerj.br - Telefone: (021) 2334-2180.

ANEXO L – Termos Jurídicos: TCLE; Tale; TCI.

- Termo de Cessão de Imagem, para assentimento dos participantes entre 12 e 18 anos e para autorização por seus responsáveis legais.

TERMO DE CESSÃO DE IMAGEM E ÁUDIO

Eu, _____ [nome da/do responsável pelo participante],
 _____ [RG, CPF ou outro documento da/do responsável pelo participante],
 pelo presente instrumento de cessão de imagem e áudio, autorizo a utilização de imagem e voz
 do jovem _____ [preencher com o nome do participante],
 por quem sou a/o responsável legal como _____ [preencher: pai / mãe / tutor / outro grau de parentesco],
 de maneira gratuita e sem fins lucrativos, no projeto *Relatos - pequenas histórias dentro da História*, de autoria da pesquisadora e artista visual Paula de Lima Trope, CPF 817.208.607-82.

Esta pesquisa será feita com a participação de jovens assistidos nas Unidades Municipais de Reinserção Social (UMRS) em favor da infância e da adolescência, subordinadas à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH – do Rio de Janeiro. Os adolescentes atuarão como protagonistas no processo de construção do trabalho, fotografando seus assuntos de interesse, ao mesmo tempo que serão convidados a dar seus depoimentos, sob a forma de narrativas poéticas, gravadas em vídeo, refletindo sobre suas experiências e histórias de vida.

As fotografias e gravações serão realizadas de forma a preservar a identidade dos participantes e dos locais onde forem gravadas.

Rio de Janeiro, __ / __ / 2021 .

Nome completo e documento do participante (certidão de nascimento ou outro)

Assinatura da/do responsável

Assinatura da pesquisadora

CPF: 817.203.607-82

Contatos da pesquisadora responsável: Paula Trope, artista visual
Rua Pacheco Leão, 1556/302 , telefone: (21) 994534008, e-mail: paulatrope@uol.com.br

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com a pesquisadora responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: rua São Francisco Xavier, 524, sl 3018, bloco E, 3º andar Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, e-mail: etica@uerj.br - Telefone: (021) 2334-2180.